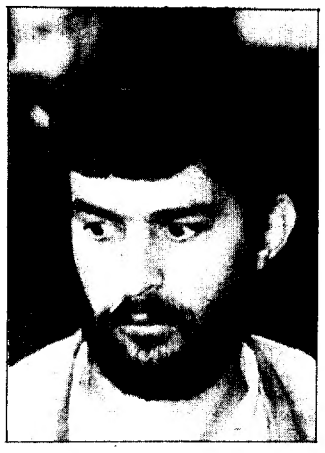


Novamente em tribunal

Al-Awad ou Rachid, o homem que poderá ter morto Sartawi em Montechoro, voltou esta manhã ao tribunal de Albufeira. O seu novo julgamento está a suscitar a maior expectativa.

Pág. 8

TASS reage violentamente ao "Não" da Casa Branca

A agência oficial soviética TASS reagiu violentamente à recusa que a Casa Branca opôs à proposta de moratória, apresentada pelo secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachev. O líder soviético anunciou que a URSS cessará até Novembro próximo a instalação de novos mísseis e outras medidas de retorsão que havia decretado depois do estacionamento dos novos mísseis norte-americanos na Europa. De um modo geral, os círculos governamentais europeus, alirados da NATO, alinhara as suas reacções pelas da Casa Branca. **Pág. 37**

Diário de Lisboa

ANO 65 N.º 21 729 Terça-feira, 9 de Abril de 1985 PREÇO 30$00

Zita Seabra à Mesa DL

Este ano há um 14 de Julho à portuguesa

Hoje na «Mesa DL», a convidada é Zita Seabra; uma das mais destacadas deputadas e dirigentes do PCP ao mais alto nível. Com ela falámos do «14 de Julho português» — data limite em que o Presidente da República tem poderes para dissolver a Assembleia da República —, das eleições presidenciais e dos candidatos, da luta que os comunistas travam pela queda do Governo questão que consideram «fundamental». Não se furtou às questões, respondeu sobre si e sobre o seu partido sem escamotear as perguntas. Por vezes, desabrida, ela própria lançava interrogações.

Págs. 6 e 7

64º aniversário

A situação actual na zona da Reforma Agrária, o programa de recuperação da TAP-Air Portugal, as perspectivas de futuro na Centrel e um precioso estudo de Aquino de Bragança, conselheiro de Samora Machel, sobre a forma como ocorreu a transferência de poderes em Moçambique, são alguns dos temas centrais desta edição especial com que o «DL» celebra os seus 64 anos.

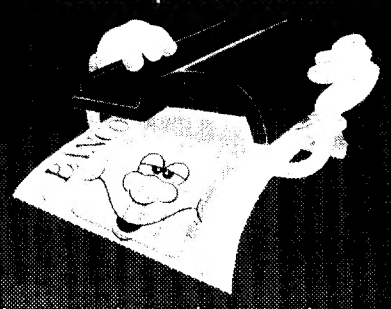
Nesta edição: 48 páginas

Portugal e Espanha aderem no mesmo dia à CEE

Pág. 5

defenda-se dos cheques sem cobertura

Agora já pode aceitar cheques com segurança com a ajuda do S.C.C.I.



O S.C.C.I. põe ao alcance dos comerciantes uma lista actualizada das pessoas cujos cheques foram devolvidos. Contacte-nos

SCCI Check Control Information

SISTEMA DE CONTROLO DE CHEQUES E INFORMAÇÕES

para aceitar cheques com segurança

SISTEMAS DE CONTROLO DE CRÉDITO E INFORMAÇÕES, LDA

Av. Infante Santo, 23-8.º B — 1300 LISBOA - Tels. 67 79 99/67 80 01

GRAFIDEC

Folhetim Artístico

Pessoas em Paris

José Augusto França

Três sombras têm as pessoas e Costa Pinheiro é o único a sabê-lo para uma delas, pelo menos. Primeiro, mostrou-se em Munique onde vive, depois em Lisboa onde não, e agora em Paris onde foi, para o cinquentenário do dito, entre exposições que o comemoram, no Centro Cultural da Fundação Gulbenkian e no Centro de Beaubourg, dum lado a iconografia de outro a bibliografia — e em ambos a mitologia que, sem ela, poetas a sério não há.

Dos quadros de Costa Pinheiro pode dizer-se que se trata de uma iconomitologia, tanto as imagens imaginadas viram mito no próprio momento em que se imaginam, por outro não lhes convir nem, na verdade das coisas (poéticas), afinal existir. Ele fez do Pessoa o mesmo que fizera dos reis e príncipes no Portugal antigo, querendo com isso provar (e provando mesmo) que os fantasmas tanto são de ontem como de hoje, quando faltam as pessoas. Fernando Pessoa está por elas com os seus óculos em que há gaivotas, caravelas e paquetes no mar azul, ou ele próprio reflectido, com sua caneta de tinta permanente, sua boquilha, seu chapeu, seus «Provisórios» e, sobretudo, suas chávenas de café do «Martinho da Arcada» (que outro, entretanto, deixou de haver) — e sempre no plural, não tanto pelas bebidas como porque cada uma das suas sobras tinha direito a umà à parte. Não são chávenas dentro de chávenas, ou bebendo-se, «em abismo» como na marca da «Brasileira», mas frisos delas, arrumadas e tranquilas, umas ao lado das outras esperando o sorvo quotidiano.

Isto, que é verdade para as chávenas, para os chapéus usados e para as lunetas necessárias a cada par de olhos heterónimos, deixa, porém, de o ser, para a caneta, sempre a mesma, com tal se podendo entender que ela é uma só a quatro mãos de quatro Pessoas — daí tirando a crítica literária mais subtilmente estilística senão linguística e que estruturalística deixou de ser com a passagem da moda, conclusões que se impõem. Outro tanto para a boquilha, porque o fumar, antes do cancro que disso ainda não matava ninguém nos anos 20, será como o escrever, boca por boca, mão por mão, que só os seres de carne e osso têm. Quanto ao copo da ginginha bebida «em flagrante delitro», discretamente o pintor não o pinta, ou só muito a medo, em pormenor de quatro. E é um só também, como a caneta, maugrado dizer-se que, depois de vários bebidos, o seu número se multiplica em miragem...

De todo o modo. Fernando Pessoa está ou não está, e pode estar sozinho, jovem ou já entrado em anos de desespero e ironia, ou com outro Pessoa às costas, ou três sombras projectadas no fundo irreal em que sempre se senta, quieto, à beira dum cais ou duma vida donde nunca parte; ou só óculos e mãos pousadas num tampo de mesa, no escuro total que os fantasmas habitam por obrigação. Senão por devoção.

E tal ela é que o próprio pintor assim se encarna, ou igualando o poeta com seu chapéu e um pouco mais de bigode, uma gaivota voando-lhe de saudade no olho visível, ou esvaído também no escuro, só mãos e pincel sobre a mesa. A mitologia que Costa Pinheiro assume vai assim até ele próprio, e há coisas que só as imagens podem saber e dar a entender, sem explicação que lhes sirva.

Em Costa Pinheiro a História de Portugal continuada única maneira autêntica, por vivida entre fantasmas, na saudade dum emigrante alentejano. Dos fantasmas de outrora fez Pessoa a «Mensagem», sabe-se lá com que ironia ou «blague», ou armadilha ao nacionalismo vigente e saloio; do próprio Pessoa faz Costa Pinheiro um fantasma próprio, igual aos de antigamente — e com isso fechou o círculo necessário e suficiente.

Por mim, creio que Pessoa ou «personne» tem que ver com o «Ninguém!» catastrófico do «Frei Luís de Sousa», em época de outros mas semelhantes perigos e interrogações garrettianas, cheirando a identidade pátria.

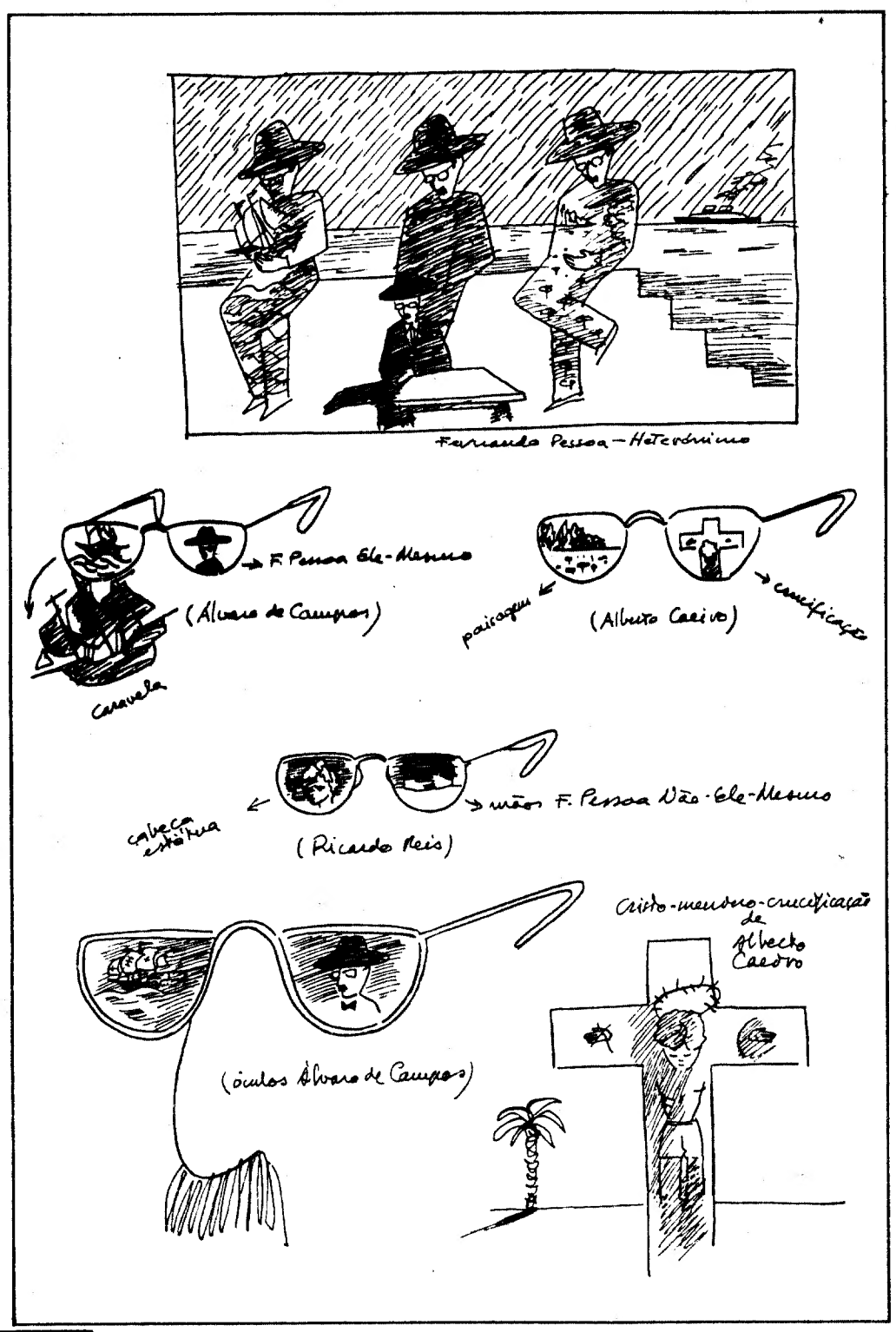
Isto nos dá a exposição de Costa Pinheiro, mais uma vez e agora bem a propósito de meio século de morto que o poeta faz, e muitos dos comemorantes também, se não mais.

O resto é itinerário, situação e documentação, entre manuscritos e edições raras, fotos ampliadas e poemas traduzidos, com quadros do Amadeo (que Pessoa nunca mostrou ter visto) e do Almada que o retratou, e que ele criticou em 1913 com uma profundeza jamais igualada (embora lhe dissesse o famoso, e bem feito, «meu amigo ou não vi a sua exposição»), à míngua da «cabeça» do Santa-Rita-Pintor que, por suspeitar tratar-se de uma tábua quinhentista, o Ministério da Cultura não pôde emprestar — e ainda com obras de Botas, Bartolomeu Cid, Pomar e Costa Pinheiro. Disso dá boa conta o Centre Pompidou, com a grande vantagem de as coisas passarem assim para fora de portas em sítio difícil cujo crédito importa adquirir. Um concerto de Emmanuel Nunes também ali, e na Gulbenkian, uma mesa-redonda com críticos franceses e portugueses, na Gulbenkian, em colaboração com PEN, clube francês, completarão este ciclo — que dois catálogos, num e noutro lado, ilustram e animam.

Mas o resto está ainda para vir, e será a edição em vários volumes, da tradução francesa de parte importante da obra de Pessoa, pelas edições Bourgois, e um colóquio internacional no Centro Cultural de Royaument que retoma actividades famosas. 1986 segue-se a 85, e uma bola de neve é possível, em crescimento, pela reunião de vários esforços. E também, dir-se-ia, de várias pessoas — ou Pessoas...

Sobre tudo isso, porém, fica pairando o retrato lembrado por Almada, dum homem míope e tímido, de tornozelo frágil a uma mesa de café sempre sentado, com decoração de arlequim em redor; e, mais alto, o retrato que não traz lembrança mas imaginário, que Costa Pinheiro multiplicou.

... Ambos, de resto, com a presença húmida do Tejo necessariamente à porta...



OUVIMOS PUSEMOS-NOS A FALAR...

Rui Filipe, 20 anos, empregado de escritório

"Adesão à CEE é a solução"

— **Escolheu a sua profissão?**

— Não, foi o que apareceu na altura, e o que mais me agradou.

— **Sente-se satisfeito?**

— Sim, porque é um trabalho que gosto de fazer.

— **O que pensa dos contratos a prazo?**

— Sinceramente, acho que é uma coisa que não dá perspectivas de futuro a ninguém.

— **Essa lei devia ser abolida?**

— Acho que sim, e em vez dela, dar antes hipóteses de estagiar ao empregado, para ver se se adapta à empresa e esta a ele.

— **Não seria um pouco a mesma coisa?**

— No fundo talvez fosse, mas dava mais hipóteses ao empregado, ao menos sabia que estava só a estagiar.

— **O contrato a prazo permite ao patrão um maior controlo sobre o empregado?**

— Penso que sim, pois possibilita ao patrão jogar com a insegurança e necessidade de emprego do trabalhador.

— **Na sua opinião esse tipo de contrato laboral inibe o trabalhador em relação a actividades sindicais?**

— De certa forma sim, porque o empregado tem medo de se envolver nesse tipo de coisas, porque fica mais sujeito a ser mandado embora no fim do contrato. Mas de qualquer modo eu nunca estive ligado a uma organização desse género.

— **O que o leva a tomar essa atitude?**

— É que na empresa onde trabalho, até à data têm cumprido, e eu sinto-me bem, sem necessitar de recorrer a sindicatos.

— **Os sindicatos têm protegido os direitos dos trabalhadores?**

— Acho que sim, em todos os aspectos. No fundo são os únicas entidades que podem zelar pelos nossos interesses.

— **Como está o País?**

— Sinceramente, acho que está mal para a grande maioria dos portugueses, porque a política que o Governo exerce é uma política que há muito tempo se viu que não traz vantagens ao País.

— **E qual seria a solução?**

— Pode ser que seja a adesão à CEE, pelo menos para alguns dos problemas. Talvez traga desvantagens, mas estou convencido que os benefícios serão bastantes.

— **Que tipo de benefícios?**

— Em termos fiscais, por exemplo. Talvez que alguns dos impostos que agora recaem sobre os trabalhadores desapareçam. E pode ser que um livre trânsito entre os países membros ajude a combater a crise que se generalizou por toda a Europa.

— **A que se deve essa crise?**

— Talvez a um excesso de população que neste momento já há. E também por falta de investimento daqueles que o poderiam fazer mas não querem arriscar.

— **Se pudesse governar o que começava por mudar?**

— Começava por acabar com o cancro número um que são as Forças Armadas. Criava uma defesa a nível europeu, em vez de cada país ter o seu Exército. Ficava mais económico e estaríamos sempre protegidos, porque um grande Exército tem sempre mais hipóteses que um conjunto de «exercitozinhos».

De Abril em Abril

«Reproduz-se o espectáculo, que nunca ensina nem corrige nem aproveita, o espectáculo da teimosia da vontade humana em se opor à vontade das coisas, isto é, à lógica dos acontecimentos, tentando debalde fazer prevalecer interesses restritos sobre interesses colectivos e dar o império aos sentimentos egoístas, de casta, de classe, de família, que levem de vencida os sentimentos altruístas, de país, de nação, de pátria.»

José Pereira de Sampaio (Bruno).

Reproduzimos a frase de Sampaio Bruno do volume que intitulou a «A Ditadura». O ditador desses dias era João Franco, e Sampaio Bruno anotava com legítima indignação: «... era trivial ouvir dizer, para justificar a ditadura, que o João Franco **dera** ao princípio todas as liberdades; mas que, vendo que assim o não deixaram fazer o que ele pretendia fazer, se vira obrigado a **tirá-las** depois. E este desaforo proclamava-se com a máxima das tranquilidades, como se tal despropósito fosse coisa curial e corrente!».

Desaforo semelhante volteia no pensamento, anda na alma, daqueles que à sombra de Abril se refizeram da surpresa da madrugada libertadora, e hoje, onze anos passados, vivem obcecados pela «restauração». Assim, sempre que falam de «revisão constitucional», de novas modificações do texto aprovado em 1976 e já revisto em 1982, sob o impulso da «maioria AD», o que têm em vista, e em diversos domínios, é retirar liberdades e direitos, para introduzir no texto constitucional a lógica dos seus interesses «de casta, de classe e de família» contra os interesses — Sampaio Bruno escreveu: «sentimentos» — «de país, de nação, de pátria».

Impostos dispositivos partidários que automatizam o voto a pretexto da disciplina dos grupos parlamentares, conceito despersonalizador do deputado e que falseia a representação dos eleitores, pelo mecânico funcionamento de uma maioria obediente, os directórios dos partidos, os governos, vão **tirando** as liberdades que a Constituição **dera,** vão esvaziando as «conquistas» de Abril, vão restaurando a «ordem de antigamente».

Estamos confrontados com uma política restauracionista deliberada, planeada, prosseguida com determinação e perseverança. Do muito que se falou, com manifesto triunfalismo, de um curso sociopolítico irreversível, chegou-se, em circunstâncias conhecidas, a uma política de recuperação de posições e de privilégios que ameaça, com as chamadas «conquistas de Abril», o próprio espírito da Constituição da República.

Nem todos os que actuam no sentido de recuperar posições e privilégios são os «derrotados» de Abril. A política «restauracionista», não só representa os interesses que predominavam no «Estado Novo» de Oliveira Salazar, como é a expressão da mentalidade «desenvolvimentista» e «liberalizante» que emergiu na breve fase do «Estado Social» de Marcelo Caetano. Com o objectivo declarado de expurgar da Constituição a «meta socialista», é renovada a reclamação de uma nova revisão constitucional. Com a certeza de que o Partido Socialista está amarrado às posições que detém não só no Governo como no conjunto do «sistema», intensificam-se as pressões para que sejam decretadas as medidas, programadas e calendarizadas no acordo interpartidário PS-PSD, que alterarão as disposições legais sectoriais coerentes com a Constituição. Pretende-se «desideologizar» a Constituição. Palavrão que significa, como é sabido, retirar-lhe conteúdo social e político. E são, justamente, os que falam de uma «candidatura-projecto» que pretendem tirar à Constituição a característica de ser um projecto de transformação sociopolítica da sociedade portuguesa.

Esta intenção «restauracionista» encontrou um forte apoio na desistência programática do Partido Socialista. É na medida que o PS **desiste** do socialismo, inscrito no seu Programa e abraçado pela grande maioria dos militantes, que os «sociais-democratas», os «liberais», os «conservadores» e os «saudosistas do antigamente», se mobilizam, concertadamente, para, independentemente de particulares diferenças, se empenharem num projecto global: esvaziar a Constituição de Abril, ignorar, nas suas consequências políticas, económicas e sociais, a Revolução de Abril.

A «guerra» movida contra o Conselho da Revolução e a cruzada, com acentos líricos, pró-libertação da sociedade civil, são duas faces da mesma ofensiva. E é ainda para isolar os militares de Abril que se insiste na apologia da «democracia civilista» e das «candidaturas civis». Nem aquela, nem estas, se inspiram numa profunda exigência democrática, mas na consideração táctica de que é preciso afastar do exercício de responsabilidades cívicas, de cargos políticos ou de dignidades militares, aqueles a quem os portugueses devem o derrube do regime fascista e a recuperação das liberdades públicas. Na realidade — e para bom entendedor —, com a alegoria do «civilismo» visa-se o general Ramalho Eanes. No presente, no futuro... É um homem a afastar.

Pretende-se, também, afastar de posições políticas, de Estado, ou militares, a maior parte dos **autores** do 25 de Abril. A fase das «perseguições» estará atenuada, mas os bloqueios e congelamentos, as preterições e desconsiderações, revelam que a «hierarquia» se reconstituiu «contra Abril», ou, na melhor hipótese, «apesar de Abril». Também do exterior da Instituição Militar, a vontade política marcou pontos e intenções: o «caso Garcia dos Santos» é paradigmático.

Recordemos, de Abril pensando em Abril, como, no ano passado, as comemorações do décimo aniversário da Revolução de 25 de Abril deram lugar a um verdadeiro confronto entre os «militares de Abril» e os resistentes antifascistas, de um lado, e, do outro lado, as personagens designadas pelo Governo PS-PSD, para constituírem uma comissão **ad hoc.** A sessão da Aula Magna marcou o ponto mais grotesco da iniciativa governamental. É um dever esquecer o lamentável acto público, mas é necessário recordá-lo para que o Governo, sem o exigível senso, sem o exigível decoro, o não repita.

Todavia, a intenção política subjacente correspondia, incontestavelmente, à diligência «restauracionista»: desvalorizar Abril, caricaturar Abril.

Destruir Abril com sucessivas leis aprovadas pela dócil «maioria coligada». Pode o deputado Carlos Lage vir desligar-se das leis laborais de Amândio de Azevedo; podem os deputados António Lopes Cardoso, Manuel Alegre, Mário Sottomayor Cardia, Catanho de Meneses e outros surpreenderem-se com a «ordem de despejo» dada à Associação 25 de Abril; podem os deputados, alguns deputados, protestar contra a Lei das Rendas, contestar a Lei da Segurança Interna, moderar a destruição do sector público, atrasar a ofensiva contra a Reforma Agrária, pedir explicações dos «buracos» orçamentais, querer ver claro na integração europeia. No fundo, a mecânica parlamentar acabará por os reduzir às exclamações impotentes, acabará por os cilindrar.

O «sistema» está corrompido e admite a corrupção. Não é a **Democracia** que não se adapta ao nosso suave clima e aos nossos «brandos costumes». São os homens que a deformam, violam e pervertem. São os políticos que, mesmo quando não são pessoalmente corruptos, não reagem, com suficiente coragem e energia, contra a corrupção. Aceitam a corrupção política. A «estabilidade governativa» é uma ara na qual à corrupção política são sacrificados homens e mulheres que podiam ser úteis. Para já — nessa ara de sacrifício — imolam-se dois partidos. E, o que é pior, desprestigiam-se e degradam-se algumas dezenas de cidadãos.

Destes cidadãos, alguns são «contra Abril». Servem a «política de restauração». Não alcançam que Abril não foi uma audácia militar mas a expressão de uma vontade popular, nacional, patriótica, revolucionária. Espalham, com a sua insensata atitude, os motivos de revolta, os espinhos da cólera, as sementes da violência.

A caminho do suicídio colectivo?

Hervé Bazin, Albert Jacquard, Suzanne Prou, Léon Schwarzzenberg (*)

Desde Hiroxima e Nagasaqui que o sabemos: um conflito nuclear seria uma catástrofe para a Humanidade. Mas, pela sua própria amplidão, essa catástrofe parece desafiar toda a medida. Há dois anos, uma comissão composta por físicos e médicos foi encarregada pela Organização Mundial de Saúde de tentar fazer um balanço.

Na hipótese de os beligerantes provocarem explosões que equivalessem, no total, a 5000 megatoneladas, isto é, menos de metade das bombas disponíveis, as perdas humanas seriam avaliadas em perto de mil milhões de mortos e outros tantos feridos muito graves condenados a uma morte muito breve, dada a completa desorganização dos sistemas sanitários. A OMS acrescentava que a sorte dos 2,5 mil milhões de pessoas salvas seria tal que elas invejariam os mortos.

Mas, segundo este balanço, mais de metade da Humanidade sobreviveria. Apesar da enormidade das perdas humanas assim previstas, não faltaram espíritos frios (e não serão todos os Estados «monstros frios»?) para tirar com cinismo mas realismo as conclusões destes cálculos. Claro que a morte de 2 mil milhões de homens é um acontecimento bastante triste, mas nem tudo é negativo nesta aventura. De qualquer maneira esses homens morreriam daí a dez, cinquenta ou cem anos; trata-se de uma antecipação. E depois o efectivo da Humanidade seria suficiente: 2 mil milhões e meio era o número dos homens há cinquenta anos. O perigo de um abafamento da Humanidade pela sua explosão demográfica (aquilo a que alguns chamaram a boma P, a boma População) seria afastada. Ora este perigo era considerável.

Todos estes raciocínios, tranquilizadores para alguns, embora aterrorizadores para outros, tornaram-se caducos pelas realidades até agora desconhecidas que, recentemente, foram postas em evidência.

Todos se lembram dos tornados de fogo que devoraram Hamburgo e Dresden quando dos bombardeamentos incendiários maciços. O calor libertado pelos primeiros focos de incêndio era tal que tudo ardia, pedras, cimento, etc., alimentando um incêndio que se automantinha ateato pela própria corrente de ar que ele próprio provocava, atirando para milhares de metros de distância poeiras, fumos, fuligens e obscurecendo totalmente o céu.

A bomba de uma megatonelada tem uma potência infinitamente maior do que todas as bombas clássicas lançadas por esquadrilhas de algumas centenas de aviões em 1943-1944. O tornado de fogo que ela criaria teria uma amplidão muito superior. E as nossas cidades modernas estão repletas de produtos, materiais plásticas, carburantes, que seriam alimentos muito úteis para estes incêndios neronianos.

Equipas de cientistas, tanto nos Estados Unidos como na URSS tentaram explicar os efeitos de tais incêndios no meio ambiente terrestre. As suas conclusões foram notavelmente convergentes. Logo que uma força de 100 megatoneladas é atingida, as mudanças dos climas são de tal ordem que a sobrevivência da espécie humana é posta em causa.

O Inverno nuclear

Suponhamos então que mil bombas, cada uma delas com 0,1 megatonelada, sejam lançadas sobre outras tantas cidades (trata-se de um lançamento bem limitado visto que só utiliza 1% do «stock» disponível). As quantidades de fuligens, de poeiras, que cobririam todo o hemisfério Norte (onde, por hipótese o conflito se efectuaria) tornariam o céu tão opaco que a temperatura baixaria progressivamente, para atingir, nos continentes, de — 20° C a -30° C duas semanas depois do conflito. Só ao fim de três longos meses essa temperatura subiria acima de 0°. A ausência de evaporação traria consigo a supressão das chuvas, permitindo que a núvem opaca se mantivesse na alta atmosfera. A diferença de temperatura entre as terras e os oceanos modificaria o regime dos ventos e provocaria tempestades incríveis. Uma camada de gelo com 2 metros de espessura cobriria todos os rios e todos os lagos, condenando os animais sobreviventes a morrer de sede. Mas, sobretudo, a total ausência de raios solares deteria a fotossíntese nas plantas destruindo a base de todo o ecossistema. Quando, ao fim de seis meses ou um ano, o Sol brilhasse de novo, a camada protectora de ozono teria sofrido tais prejuízos que as radiações ultravioletas teriam uma intensidade dupla ou tripla da actual.

Na fase actual, o que é necessário é, antes de mais, uma tomada de consciência. É preciso que todos saibam em que, na verdade, consiste aquilo que se prepara. Ora os medias do nosso país não se têm mostrado zelosos nesse domínio: foi só no passado

Continua na pág. 4

AO TELEFONE COM

Francisco Lobo
(Câmara de Setúbal)

O Festival de Arte e Cultura é algo de verdadeiramente novo

Numa iniciativa das 13 câmaras do distrito de Setúbal está a decorrer o 1.º Festival de Arte e Cultura do distrito, cuja fase final se realizará naquela cidade de 22 a 29 de Setembro.

Ao telefone com o presidente da Câmara de Setúbal, Francisco Lobo, falámos das características e dos objectivos desta iniciativa.

«Não se trata propriamente de uma, mas de 14 iniciativas culturais distritais, abrangendo actividades tão diversas como, por exemplo, teatro, artesanato, fotografia, dança, artes plásticas, música coral e cinema.»

«Certo. Já está tudo em movimento, portanto...»

«Até Agosto decorrerão festivais, encontros e mostras em todos os concelhos do distrito. Os grupos e artistas apurados actuarão depois, ao longo de uma semana inteira, de 22 a 29 de Setembro, em Setúbal — cidade, em mais de uma dezena de espaços previamente preparados para o efeito. Nesse período todos poderão observar livremente representações teatrais e concertos de bandas; efectuar visitas a exposições de pintura e escultura; assistir a projecções de vídeo e de cinema de amadores; contemplar espectáculos de dança clássica, moderna e contemporânea; ouvir recitais de poesia ou cantos alentejanos, música tradicional portuguesa, etc., etc.»

«Quanto a objectivos...»

«... Resumidamente direi que se pretende tornar acessível, e devolver às populações do distrito, uma grande parte da sua própria riqueza artístico-cultural.»

«Esta iniciativa surge na sequência de outras ou, pelo contrário, nunca houve nada de semelhante na zona?»

«Nunca, no distrito de Setúbal, que eu tenha conhecimento, se fez algo parecido. O que, se por um lado constitui forte motivo de regozijo, por outro é revelador do isolamento e menosprezo a que foram lançadas estas comunidades. Mas hoje as coisas estão mudadas, felizmente...»

«Porquê?»

«Está a ver, generalizam-se as iniciativas convergentes ou de união de esforços e meios para atingir metas comuns.

E esta perspectiva integrada, tanto quanto sei, estende-se a outros sectores da vida municipal, o que é, sem dúvida, uma via mais vantajosa para a defesa dos autênticos valores locais.»

«Voltando ao 1.º Festival...»

«...Eu ainda não o tinha deixado... Na minha perspectiva apresenta-se como um caso flagrante de cooperação autárquica com enriquecimento cultural múltiplo para todos os concelhos intervenientes. E isto só é possível se se dispõe de uma nova filosofia de gestão municipal ou de uma concepção progressista de municipalismo.»

«OK. No entanto...»

«...Já agora deixe-me só terminar o que queria dizer.

Repare que este Festival implica um alto grau de planificação e de responsabilização cultural das câmaras municipais envolvidas. O município organizador de um festival não está desligado ou divorciado dos festivais que decorrem noutros concelhos em tempo diferente ou simultaneamente. E cada Câmara apoia, e acarinha mesmo, os artistas e grupos nas suas deslocações, concedendo-lhes algumas facilidades — transportes, alimentação, visitas de estudo, etc.»

«Este Festival surge como uma iniciativa que termina em Setembro ou pensam dar-lhe continuidade?»

«Claro que pensamos dar-lhe continuidade e adianto desde já que neste momento se perspectiva mesmo elevar ainda mais, em próximas edições, o nível qualitativo de Festival de Arte e Cultura.»

«Por exemplo...»

«Por exemplo, pode-se encarar a possibilidade de incluir outras iniciativas como literatura oral, medicina popular, jogos tradicionais, culinária e doçaria regionais, etc., e até trazer delegações culturais originárias de países de expressão oficial portuguesa. Acredito — deixe-me que lhe diga — que a experiência obtida, o grau de participação e alguma emulação local tenderão a beneficiar todos os intervenientes e a melhorar em geral os resultados finais. O que para nós é importante»

«Para a realização deste Festival contribuiu também o facto de todas as câmaras do distrito serem de maioria APU? Ou isso não pesou no arranque?»

«Claro que esse aspecto pesou e bastante. Mas também terá interesse dizer, mesmo sinteticamente, que as autarquias do distrito de Setúbal encaram a cultura como um todo. Não se preocupam somente com a criação, fruição e divulgação artístico-cultural, mas igualmente com a inventariação, salvaguarda e valorização do património cultural e natural, designadamente com prospecções arqueológicas, fundação e dinamização de bibliotecas e museus, recolhas de tradições orais, pesquisas bibliográficas, recuperação do património naval, fomento das tradições artesanais.»

Ribeiro Cardoso

ANÓNIMO GANHA

25 MILHÕES NO TOTOLOTO

O SIGNO CARNEIRO DIZIA:
BOM TEMPO PARA NOIVADO OU CASAMENTO. VIDA PROFISSIONAL PODE PASSAR POR UMA MUDANÇA. A SITUAÇÃO FINANCEIRA PODE MELHORAR MUITO. SURGIRÃO OPORTUNIDADES SE APOSTAR FORTE.

O senhor anónimo apostou forte (10 apostas num bilhete de 1 semana, tendo gasto 150$00) e acertou, sozinho e em cheio, no **TOTOLOTO** eram 6 h e 8 minutos da madrugada do dia 8 de Abril e um dos computadores do Departamento de Apostas Mútuas Desportivas acendeu a luz verde de um grande prémio.

Um anónimo de Lisboa, casado, com um filho e que festeja dia 10 de Abril (quarta-feira) o seu 27.º aniversário acabava de ganhar sozinho 24 525 061$00. O seu 2.º conjunto tinha a chave certa: 1, 27, 30, 38, 41, 43.

O n.º 27 fora posto em atenção ao seu 27.º aniversário!

MORAL DA HISTÓRIA: QUANTO MAIS FORTE MAIS SORTE!
e, de resto, o **TOTOLOTO** distribuiu os 98 620 contos de prémios da seguinte forma:

1.º PRÉMIO – Um – 24 525 061$00
2.º PRÉMIO – Seis – 817 501$00 (a cada um)
3.º PRÉMIO – Duzentos e quinze – 68 441$00 (a cada)
4.º PRÉMIO – Doze mil setecentos e quinze – 1 697$00 (a cada)
5.º PRÉMIO – Duzentos e quarenta e seis mil seiscentos e setenta e três – 131$00 (a cada um)

TOTOLOTO É FÁCIL, É BARATO E DÁ MILHÕES

Ainda os números do "Povo Livre"

Quem deveria ser suspensa era a Comissão Política

— Afirma Duarte Lima (PSD)

«Quem deveria ser suspensa era a Comissão Política do PSD na sua totalidade», afirmou ao «DL» o antigo secretário nacional do PSD para as Autarquias, Duarte Lima, a propósito da recente suspensão do chefe de Redacção do «Povo Livre», Cordeiro Pereira.

Para Duarte Lima, «quem deveria ser suspensa era a Comissão Política nacional dado que aquilo que saiu no «Povo Livre» vem apenas demonstrar a monumental vigarice que serviu de critério para o rateio de delegados ao Congresso nacional.»

Segundo o deputado social-democrata, «a base pela qual se deve aferir a existência efectiva e total dos militantes é a base das residenciais. Nos termos dos estatutos do partido não existem militantes das Distritais mas sim das secções, pelo que o rateio dos delegados deverá ser calculado com base nas secções.»

«Ora, prossegue Duarte Lima, fazer o cálculo dos delegados a nível distrital e repartir-los depois pelas secções não leva em conta a estrutura real em que assenta a militância do PSD. A distribuição dos delegados de Coimbra (999 militantes = 3 delegados) e Cascais (880 militantes = 6 delegados) é demasiado evidente. A Comissão Política nacional devia pois penitenciar-se do seu erro e não arranjar bode expiatório num funcionário que tem dado provas de isenção, seriedade e competência.»

Duarte Lima considera ainda que com a revelação nas páginas do «Povo Livre» do número de militantes do PSD, «foi posta a nu uma rematada aldrabice com vista a ter mais delegados em zonas potencialmente mais favoráveis a alguns membros da actual Comissão Política.»

«Rematada aldrabice da CNP...»

Duarte Lima refere-se a «alguns» membros da actual Comissão Política na medida em que, segundo lembra, «é já um dado adquirido que ela não se recandidatará em bloco no Congresso de Maio (...) Marcelo Rebelo de Sousa já se cansou desta solução», diz.

A caminho do suicídio colectivo?

Continuação da pág 3

mês de Setembro que o **Monde** aludiu pela primeira vez ao Inverno nuclear.

Também é preciso saber tirar as consequências destes novos dados. Todos os raciocínios sobre os quais se baseia a estratégia da dissuasão mútua, devem ser revistos, porque a arma nuclear é tanto uma arma de suicídio como uma arma de ameaça. Se um beligerante «ganhasse» a guerra com essa arma, só teria alguns dias para festejar a vitória, antes de, por sua vez, desaparecer, varrido pelos efeitos dos golpes dados ao inimigo.

Mas o que acima de tudo é urgente é deter, depois inverter, essa corrida para a morte. Para o conseguir não há receita-milagre, o que é necessário é uma pressão de todos os povos sobre aqueles que os governam. Estes devem saber que serão julgados, não pelas suas palavras lenificantes mas pelos actos que levarão a efeito para afastar o perigo. Ora estes actos consistem actualmente em acumular sempre mais megatoneladas.

Não será tempo de raciocinar como terrestres e constatar que as armas nos ameaçam a todos, sejam quais forem os seus objectivos? Não esperemos pelo «dia seguinte» para nos lamentarmos. Estamos na «véspera». Depende de nós, de todos nós, que os dias que se aproximam sejam dias de paz, dias de vida.

(*) Respectivamente escritor, professor, escritora, médico.

A engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo profere na próxima sexta-feira, dia 12, na Universidade de Évora, uma conferência subordinada ao tema «Cultura e sociedade — uma perspectiva humanística-científica». A ex-primeira-ministra do V Governo Constitucional desloca-se à capital do Alto Alentejo a convite de um grupo de docentes da Universidade eborense.

O conselheiro de Estado, tenente-coronel Melo Antunes encontra-se desde ontem em Paris, onde procede a vários contactos relacionados com o convite que lhe foi feito para ocupar o lugar de subdirector-geral da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura). Melo Antunes fez escala na capital francesa já no regresso da sua viagem ao Maputo e Luanda, onde se encontrou com os presidentes dos Estados moçambicano e angolano.

O chefe do Estado-Maior das Forças Terrestres da NATO no Sul da Europa, o general italiano Lucio Inneco, chegou ontem a Lisboa para uma visita às unidades da Primeira Brigada Mista Independente. Lucio Inneco, que se encontra em Portugal a convite do chefe do Estado-Maior do Exército, general Salazar Braga, assistirá depois de amanhã às cerimónias do Dia da Brigada, que se realizarão no campo de instrução de Santa Margarida. Preside a estas cerimónias o general Firmino Miguel.

O presidente do Conselho de Ministros da CEE, Giulio Andreotti, afirmou ontem em Rabat que a «Comunidade Económica Europeia continuará a manter relações preferenciais com Marrocos após a entrada de Portugal e da Espanha» no clube dos «Dez». «Temos tido sempre a preocupação de não afastarmos Marrocos e os restantes países mediterrânicos com uma diminuição das suas capacidades económicas em relação à CEE por motivo do alargamento da Comunidade a mais dois países», acrescentou. Andreotti encontra-se em Rabat para analisar aspectos da cooperação bilateral.

UM pediatra canadiano que visita Portugal pela quadragésima vez vai receber hoje no Alfeite a medalha de Vasco da Gama, a bordo do navio-escola «Sagres». Miguel Ross Grahm, descendente de portugueses, será distinguido com a medalha que simboliza as virtudes dos marinheiros lusitanos pela sua contribuição para o reforço e aprofundamento dos laços históricos entre as marinhas e os povos português e canadiano. Miguel Grahm tem manifestado ao longo de muitos anos «grande consideração e amizade pela Marinha de Guerra e por Portugal», revela o Estado-Maior da Armada em portaria assinada pelo almirante Sousa Leitão.

Acordo em Madrid

Portugal e Espanha aderem no mesmo dia à CEE

Os tratados de adesão de Portugal e Espanha à CEE vão ser assinados em Maio ou Junho no mesmo dia e na presença dos chefes do Governo dos dois países.

O Primeiro-Ministro português, Mário Soares, que se encontra em Madrid para participar numa reunião dos partidos socialistas da CEE anunciou ontem que Felipe Gonzalez assistirá em Lisboa à assinatura do tratado de adesão de Portugal ao Mercado Comum. No mesmo dia, à tarde, Soares vai a Madrid para assistir a idêntica cerimónia na capital espanhola.

O Primeiro-Ministro fez estas revelações depois de se ter reunido durante várias horas com o seu congénere espanhol, Felipe Gonzalez, com quem jantou no Palácio da Moncloa, residência oficial do chefe do governo em Madrid.

Em declarações à Imprensa, o Primeiro-Ministro disse ainda que estava convencido da possibilidade dos dois países ibéricos chegarem a acordo nas negociações bilaterais que estão a decorrer com o objectivo de encontrar um «modus vivendi» na península depois da adesão à CEE.

Hoje, Soares encerra a primeira parte do Congresso dos PS's da CEE, que ontem qualificou como reunião muito importante por se reunirem pela primeira vez os partidos da Europa dos Doze.

É, disse, «o congresso da vitória, uma vez que depois das vicissitudes que passámos nas negociações, conseguimos entrar na CEE».

Entretanto, foi anunciado em Lisboa que Mário Soares vai fechar o debate parlamentar sobre a adesão, que se realiza na quinta e na sexta-feira, na Assembleia da República.

O debate é aberto pelo vice-primeiro-ministro, Rui Machete, e tem como objectivo analisar a adesão de Portugal às Comunidades Europeias e as suas implicações a nível de modernização do país.

O Conselho de Ministros, que habitualmente se realiza às quintas-feiras foi esta semana antecipado para quarta começando a meio da tarde já com a presença do Primeiro-Ministro que entretanto já terá regressado de Espanha.

Comissão prepara 25 de Abril em Lisboa

O governador civil de Lisboa, Moura Guedes, autorizou já a concentração e desfile comemorativos do 25 de Abril, previstos para o próximo dia 25, com início no Marquês de Pombal e comício no Rossio, organizados pela Comissão Promotora das Comemorações Populares da Queda do Fascismo. Integram a comissão promotora Gualter Basílio, António Abreu e Leiria Pinto e deram já a sua adesão à iniciativa Maria do Céu Guerra, Hélder Costa, Costa Leal, Teresa Ambrósio, Esteves Belo, Zita Seabra, Raul de Castro, Arsénio Nunes, António Paulouro e os jornalistas Baptista Bastos, Armanda Reis, Acácio Barradas, Leite Pereira, Nelson Veiga, Oliveira Figueiredo, Ribeiro Cardoso, Eduardo Rebelo e o professor Lindley Cintra.

Idênticas comemorações estão a ser preparadas em Braga e Guimarães, mobilizando democratas e organizações populares, culturais, desportivas, sindicais, núcleos do MDM e comissões de trabalhadores daquelas cidades minhotas.

Os contactos com a comissão promotora de Lisboa poderão ser feitos por carta para a morada acima ou pessoalmente para os seguintes membros da comissão executiva: Gualter Nunes Basílio (T. 553683), António Abreu (T: 532161) e Tomás Leiria Pinto (T: 604593).

Vitorino comenta Firmino

Desistência "é uma pena"

O deputado social-democrata José Vitorino disse ontem que o seu partido mantém intactas as suas possibilidades de apoiar um candidato da vitória», mesmo depois da desistência de Firmino Miguel da corrida a Belém.

Segundo o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, «a anunciada desistência não pôs fim aos contactos entre o PSD e o vice-chefe do Estado-Maior do Exército.»

Vitorino reconheceu, no entanto, ser «uma pena» a desistência de Mário Firmino Miguel, que fazia prever «uma boa candidatura». Mas, adiantou, «há outros potenciais candidatos com capacidade para serem motores das mudanças».

Agora, e de acordo com fontes sociais-democratas citadas pela NP, restam ao PSD e à sua direcção, a possibilidade de apresentar ou o chefe do Estado-Maior general das Forças Armadas — Lemos Ferreira — caso ele aceite, ou o advogado Daniel Proença de Carvalho, se este mantiver aceso o seu interesse que tem feito publicitar incessantemente nos últimos tempos.

Entretanto, do CDS conhecem-se à desistência de Firmino Miguel, parcas referências. O dirigente Miguel Seabra imputou ao PSD responsabilidade pela não candidatura do general e foi adiantando que o seu partido não tem nada a ver com isto. Os centristas, disse, apoiam apenas candidaturas autónomas, de civis ou militares, militantes ou não do CDS, e de qualquer maneira, não negociará com qualquer dos partidos do bloco central a candidatura a Belém.

João Jardim satisfeito:

Firmino Miguel teve "bom senso"

A recusa de Firmino Miguel em se candidatar às presidenciais foi classificada, no Funchal, por João Jardim como atitude de «elementar bom senso», dado que o referendo interno do PSD «com aspectos positivos e negativos, não é conclusivo».

Para o dirigente madeirense o referendo foi positivo porque uma «maioria esmagadora» aceitou a tese da «mudança do sistema» e porque se rompeu pela primeira vez com o «preconceito» quanto ao uso do referendo.

Lamentou Jardim a «fraca partricipação» de militantes do seu partido no referendo e o facto de Firmino Miguel levar «tanto tempo» a recusar «até porque a partir de certa altura o referendo transformou-se numa luta entre balsemismo e mota-pintismo, duas gangrenas que corroem o partido numa luta estéril que tem de ser ultrapassada».

O líder do PSD-Madeira disse que irá travar no congresso uma «luta acesa e pedir responsabilidades sem objectivos e estratégia» e defendeu que «o movimento regenerador do País passa pelo interior do PSD e pela necessidade de acabar com os dois grupos, o balsemismo e o mota-pintismo».

Estou disposto — disse — a aceitar um líder do partido que acabe com as lutas de facções, que saneie os elementos nocivos e que trace objectivos e uma estratégia clara».

Sobre Rui Machete, disse que «já não serve, pois comprometeu-se demasiadamente com a solução Firmino Miguel».

CDS não fez "nenhum convite" a Soares

O dirigente do CDS, Miguel Seabra, afirmou ontem à NP que a carta que Lucas Pires escreveu a Mário Soares não continha «nenhum convite para negociação de qualquer candidatura às eleições presidenciais». Disse ainda que «é completamente falso» que o seu partido sugerisse um apoio ao líder do PS em troca de uma revisão constitucional.

Miguel Seabra, membro da comissão directiva dos democratas-cristãos, sublinhou nas suas declarações aquela agência de notícias que o CDS «não negoceia a candidatura presidencial com os partidos do bloco central, na linha das posições assumidas anteriormente. «O CDS apoiará um candidato que seja apologista da revisão constitucional, que convoque eleições legislativas logo a seguir às presidenciais no sentido de permitir a mudança do Governo e a formação de uma nova maioria, que seja autónomo e independente», acrescentou Miguel Seabra.

O mesmo dirigente adiantou que a carta que o presidente da Comissão Política do Centro Democrático Social enviou ao secretário-geral do Partiio Socialista apenas «convida o chefe do Governo a apoiar a revisão constitucional proposta pelo CDS na altura em que Portugal se prepara para ser membro de pleno direito na Comunidade Económica Europeia».

«Se a revisão não for feita por nós, portugueses, será imposta no futuro por forças estrangeiras, concluiu Seabra. Para este dirigente, a «forma precipitada e confusa como o PSD tem vindo a tratar da questão das eleições presidenciais poderá levar possíveis candidatos importantes a afastarem-se do processo». «Esse poderá ser o caso do general Firmino Miguel», comentou.

Respondendo a uma pergunta sobre se o dirigente centrista, Adriano Moreira, poderá candidatar-se às eleições presidenciais, Miguel Seabra sublinhou que a posição do CDS «é a de apoiar um candidato autónomo do partido».

«O CDS dá toda a liberdade para que os candidatos se apresentem e só depois se definirá a sua posição, concluiu o dirigente democrata-cristão. As declarações de Miguel Seabra foram proferidas logo após ser conhecida a posição de Firmino Miguel.

CINEMATECA PORTUGUESA

Sala Dr. Félix Ribeiro
Rua Barata Salgueiro,39

ABRIL DE 1985

Ciclo Cinema Novo Português

3.ª, 9 às 21h30: Dom Roberto/1962 de Ernesto de Sousa
4.ª, 10 às 18h30: Tapeçaria, Tradição que Revive/1967 de António-Pedro Vasconcelos e Pássaros de Asas Cortadas/1963 de Artur Ramos
às 21h30: A Caça/1963 de Manoel de Oliveira e Acto da Primavera/1962 de Manoel de Oliveira
5.ª, 11 às 18h30: Os verdes Anos/1963 de Paulo Rocha
às 21h30: As Pedras e o Tempo/1961 As Palavras e os Fios/1962 Belarmino/1964 de Fernando Lopes
6.ª, 12 às 21h30: A Embalagem de Vidro/1966 Vida e Obra de Ferreira de Castro/1971 Catembe/1964 de Faria de Almeida
Sáb, 13 às 15h30: As Ilhas Encantadas/1965 de Carlos Vilardebó
às 18h3 : Verão Coincidente/1963 Nicotana/1963 Domingo à tarde/1965 de António de Macedo
às 21h30: A Pousada das Chagas/1971, Mudar de Vida/1966 de Paulo Rocha
2.ª, 15 às 21h30: Almada Negreiros Vivo, Hoje/1969, 7 Balas para Selma/1967 de António de Macedo
3.ª, 16 às 21h30: As Deambulações do Mensageiro Alado/1969 de Gonçalves Preto, Nojo aos Cães/1970 de António de Macedo
4.ª, 17 às 18h30: Num Mar de Moliço/1966, Pedro Só/1970 de Alfredo Tropa.
às 21h30: O Cerco/1970 de António da Cunha Telles
5.ª, 18 às 18h30: Vilarinho das Furnas/1971 de António Campos, Jaime/1974 de António Reis
às 21h30: As Pinturas do Meu Irmão Júlio/1965, O Passado e o Presente/1971 de Manoel da Oliveira
6.ª, 19 às 18h30: Covilhã/1973 de António Escudeiro, Deixem-me ao menos Subir às Palmeiras.../1972 de Lopes Barbosa
às 21h30: Nacionalidade: Português/1972, Uma Abelha na Chuva/1971 de Fernando Lopes
Sáb. 20 às 18h30: Sophia de Mello Breyner Andresen/1969, Quem Espera por Sapatos de Defunto Morre Descalço/1971, Fragmentos de um Filme-Escola — A Sagrada Família/1972 de João César Monteiro.
às 21h30: 27 Minutos com Fernando Lopes Graça/1969, Perdido por Cem.. /1972 de António-Pedro Vasconcelos
2.ª, 22 às 18h30: Por um Fio.../1968, O Mal Amado/1972 de Fernando Matos Silva
às 21h30: Cenas de Caça no Baixo Alentejo/1973, A Promessa/1972 de António de Macedo.
3.ª, 23 às 18h30: A Chafarica/1970 e Índia/1972 de António Faria
às 21h30: Sofia e a Educação Sexual/1973 de Eduardo Geada
4.ª, 24 às 18h30: Eucalyptus/1973 de Alfredo Tropa, Cartas na Mesa/1973 de Rogério Ceitil
às 21h30: Bestiaire/1970 de Luís Galvão Teles e Bernard Jaculewickz, Entremez Famoso sobre Da Pesca no Rio Minho/1974 de Luís Galvão Teles, Falamos de Rio de Amor/1974 de António Campos
2.ª, 29 às 18h30: A Grande Roda/1969, A Passagem 1971, Festa, Trabalho e Pão em Grijó de Parada/1973 de Manuel Costa e Silva
às 21h30: Meus Amigos/1974 de António da Cunha Telles
3.ª, 30 às 18h30: Colóquio sobre Cinema Novo Português
às 21h30: A Arte e o Ofício de Ourives/1968 e Brandos Costumes/1974 de Alberto Seixas Santos

Outras Sessões

3.ª, 16 às 18h30: Que la Fête Commence/1975
de Bertrand Tavernier
Sessão em colaboração com com a Alliance Française

— Programa sujeito a alterações.
— Classificação dos espectáculos: maiores de 12 anos.
— Preço único: 100$00.
— Bilhetes à venda no próprio dia do espectáculo, 1 hora antes de cada sessão.

TRIBUNAL DE 1.ª INSTÂNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS DE LISBOA
2.º JUÍZO — 4.ª SECÇÃO

ARREMATAÇÃO
1.ª PRAÇA

O Doutor José Manuel Peixe Pelica, Juiz de Direito do Tribunal de Primeira Instância das Contribuições e Impostos de Lisboa.

FAZ SABER que no próximo dia 18 de Abril do corrente ano, pelas 10 horas, na Secretaria deste Tribunal, sito na Rua Braamcamp, n.º 5-4.º Esq.º, nesta cidade de Lisboa, se há-de proceder à arrematação, em hasta pública, em 1.º Praça, pelo maior lanço que for oferecido sobre o valor base de licitação dos seguintes bens penhorados a SELTA — Sociedade Electrotécnica de Ascensores, Ld.ª com sede na Rua de Marvila, n.º 83, em Lisboa, que lhe move a Fazenda Nacional, no processo de execução fiscal n.º 138/83, por dívida à Caixa de Previdência e Abono de Família da Indústria do Distrito de Lisboa.

BENS PENHORADOS

(VERBA ÚNICA)

VERBA N.º 1 — O direito à acção de trespasse e arrendamento das instalações sitas na Rua de Campolide n.º 297-r/c Dt.º em Lisboa; composta por três divisões, cozinha e casa de banho, bem como as respectivas instalações eléctricas e de água a que se atribui o valor presumível de 2 500 000$00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL ESCUDOS).

Ficam citados os credores incertos e desconhecidos e os sucessores dos credores preferentes para, ao abrigo do disposto na al. a) do art.º 226.º do Cod. Proc. Cont. Impostos, no prazo de 10 dias a contar do da arrematação, virem reclamar o pagamento dos seus créditos pelo produto dos acima mencionados bens.

Lisboa, 9 de Abril de 1985

O JUIZ DE DIREITO,
José Manuel Peixe Pelica

O Liq. Tributário Principal,
Mário Fernando Moreira Leão

"DL" 9/4/85 — 1.ª Pub.

«Há um 14 de Julho português». Vai um abismo entre o significado que a data assume para a França republicana e o que tem hoje, para nós, no Portugal de 1985. Para os revolucionários que, em 14 de Julho de 1789, tomaram a Bastilha, símbolo da arbitrariedade real, foi o princípio da libertação. Entre nós a data é apenas a fronteira que medeia os poderes presidenciais. Até lá, o general Ramalho Eanes pode dissolver a Assembleia da República, marcar eleições antecipadas. Depois, será o Governo — ou melhor, o dr. Mário Soares visto que o próprio PSD perde poder negocial — a ditar as regras do jogo. Disto e de muitas coisas mais nos falou Zita Seabra, uma das mais destacadas deputadas e membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, a convidada desta semana da «Mesa 'DL'» no «Faz-Figura».

ZITA SEABRA

Zita Seabra qualificou de «jogo perigoríssimo para a democracia» a verdadeira corrida legislativa que a maioria está a fazer na Assembleia da República. E explica: «com medo de serem dissolvidos estão a acelerar a aprovação de leis como a da Segurança Interna, das Rendas, da Reforma Agrária, do Sector Público, etc., mas em relação à Lei Eleitoral, que mexe com as instituições, guardam-na para depois». O **depois** é, precisamente, o 14 de Julho. A partir daí a coligação tem as mãos livres exactamente porque o Presidente da República vê os seus poderes de intervenção drasticamente reduzidos.

Ora, em ano eleitoral e sabendo-se da existência de projectos que alteram todos os mecanismos do processo legal que tem sido seguido em eleições anteriores, é natural que a oposição esteja inquieta. Tanto mais quando o árbitro, ou melhor, a única instituição — o Presidente da República — que tem poderes para actuar está de mãos atadas. Daí a interrogação da deputada do PCP: «Depois com que normas em termos de liberdades é que se vão jogar as próprias eleições presidenciais e as outras»? E acrescenta com preocupação que, caso fosse aplicado o projecto do social-democrata António Capucho, o seu partido veria «reduzido a quase metade o número de deputados». Isto porque diminuíam os círculos eleitorais logo «era maior o desperdício de votos».

Mas mexer agora na Lei Eleitoral daria, segundo Zita Seabra, «um óptimo pretexto ao Presidente da República para actuar». Por isso, embora com nervosismo, a maioria prefere aguardar... para depois de 14 de Julho.

Clandestina aos 17 anos

Foi uma conversa de algumas horas. A dirigente comunista não se furta às questões, mesmo as mais delicadas.

De si revelou-nos que tinha entrado para o PCP com 15 anos. Nascida de uma família da média burguesia, encarou a passagem à clandestinidade como «inevitável». Tinha 17 anos. «Três jovens que trabalhavam comigo foram presos numa acção de propaganda pouco antes do 1.º de Maio. Foram brutalmente torturados. Um deles ficou inválido para toda a vida». E com um misto de orgulho: «Mas nenhum falou».

Corria o ano de 1966 quando deixou, definitivamente, a casa dos pais. Clandestina, passou os primeiros quatro anos no Porto onde a «organização era menos vulnerável» até porque a Polícia lhe prestava menos atenção que na capital.

Aqui, entre risos, conta-nos um episódio desses anos. Um dia alugou um quarto a um senhorio que a certa altura lhe revelou com a maior desenvoltura — obviamente desconhecendo a sua situação — que tinha pertencido à Defesa Civil do Território, depois tinha sido da PIDE e que então «era só informador». Com os seus camaradas forjou logo um telegrama, proveniente de Coimbra, que dizia simplesmente: «Mãe está a morrer». A comovente missiva não fez desconfiar o senhorio. E Zita Seabra abandonou o «esconderijo» para sempre.

Deputada 10 anos depois

Depois, passou os quatro anos seguintes em Lisboa, sendo a responsável pelo sector estudantil da capital aquando do 25 de Abril. Passou para a DORL — Direcção da Organização Regional de Lisboa — a partir de 1976 e, no mesmo ano, foi eleita deputada e vereadora da Câmara Municipal da cidade. Nunca mais largou aquele cargo, mas o trabalho a nível das autarquias de Lisboa foi, de certa forma, substituído pelas responsabilidades que adquiriu com a sua eleição como deputada pelo círculo de Aveiro.

A sua enorme actividade levou-nos a interrogar como consegue conciliar o seu trabalho com o facto de ser mãe de duas filhas. Sem subterfúgios revelou: «Ando sempre atrasada ou em relação ao trabalho ou às filhas». E após um breve instante de reflexão: «Mas o importante é às pessoas não se culpabilizarem».

Conhecedora e estudiosa da problemática feminina — quem esquece o papel fundamental que desempenhou na aprovação da lei sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, ou na do Planeamento Familiar ou ainda, mais recentemente, na que possibilita ao pai assistir ao nascimento dos seus filhos — Zita Seabra não deixou de reconhecer quanto é real a «angústia e a culpabilidade das mulheres em relação a estas coisas... que os homens não sentem». Mas afugentou logo esta reflexão e até este modo de dizer profundamente feminino para atirar uma nota de humor: «Mas fazemos um grande esforço para que eles se culpabilizem».

Presidenciais

Partimos para as eleições presidenciais e quisemos saber se a escolha de um candidato por parte do PCP não depende mais de iniciativas alheias que da sua própria. «Para haver um candidato democrático que ganhe efectivamente as eleições a um candidato de direita, nomeadamente ao Mário Soares, tem de se encontrar o consenso de todas as forças democráticas. Não chega o nosso voto ou a nossa vontade de que assim seja. E, por isso mesmo, é natural que, em relação a isso a gente diga que não é com um milhão e 200 mil votos do PCP que se elege um candidato». E prossegue Zita Seabra: «Mas a questão-chave é esta: é cedo para definir qual vai ser exactamente a conjuntura política que vai existir nas presidenciais. Portanto, não nos precipitamos. Isto não significa nem nenhum isolamento, nem nenhuma expectativa. Prosseguimos a luta contra o Governo que é o aspecto imediato mais grave».

Rejeitou qualquer hipótese de o PCP vir a apoiar um candidato que merecesse simultaneamente a concordância do PRD e do PSD. Falávamos de Firmino Miguel e a dirigente comunista considerou-o apenas como um «candidatável». Aliás a convergência PRD/PSD nesta matéria foi qualificada como «especulação».

A propósito recordou que o seu partido definiu no último Congresso o perfil do candidato a apoiar nas presidenciais: «Que garanta a democracia, que cumpra a Constituição e que assegure a continuidade do regime». E peremptória afirmou: «Eu não acredito que o PSD apoie um candidato deste tipo».

Recordámos que, recentemente, uma figura importante do PRD — o engenheiro João Botequilha — perfilhava uma

MESA DL

Texto: **Áurea Sampaio**
Fotos: **José Tavares**

Zita Seabra com Áurea Sampaio, José Vilaça e João Mendes à "Mesa DL" do "Faz Figura"

Há um 14 de Julho português

- **Mexer na Lei Eleitoral agora daria um óptimo pretexto ao Presidente da República para actuar.**
- **O importante é as pessoas não se culpabilizarem.**
- **Mário Soares encabeça hoje toda a política e todos os objectivos que a direita tem em Portugal.**
- **Neste momento, a questão política fundamental é a queda do Governo.**
- **A classe política não responde nem pelo que diz nem pelo que faz.**
- **A "esposa de" ou os "filhinhos de" são execráveis em termos de funcionamento político.**
- **Há desvios obreiristas e quando os há é preciso combatê-los.**

revisão constitucional, sobretudo em relação ao reforço dos poderes presidenciais e à quebra da vertente parlamentar que, de facto, implica uma alteração de regime o que é contrário ao perfil definido pelo PCP.

Zita Seabra não desarmou. «Isso continua a ser futurismo. Na altura em que aparecer um candidato, em função do seu perfil e das suas propostas, nós decidiremos e temos até uma palavra-chave a dizer em termos de votos e de eleitorado».

Quanto à engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo ficamos cientes que ela continua a ser para o PCP uma boa presidente mas uma má candidata. E isto porque lhe falta o apoio do eleitorado do Partido Socialista e ainda de fracções do próprio PSD. E o necessário para vencer as eleições é, de acordo com Zita Seabra, o conjunto de votos que vão do PSD, ao PCP e à UDP que fizeram, afinal, a possibilidade de reeleger Ramalho Eanes, em 1980. Só que não havia um candidato chamado Mário Soares.

Combate em duas frentes

Mário Soares que os comunistas desejam ver derrotado em duas frentes: no Governo e na candidatura a futuro inquilino do Palácio de Belém.

Soares que, segundo Zita Seabra, «encabeça hoje toda a política e todos os objectivos que a direita tem em Portugal». Isto porque, tendo perdido o seu líder histórico — Sá Carneiro — e «havendo uma crise de liderança na direita ela é assumida pelo dr. Mário Soares». Sem hesitações prossegue: «E todos os fogachos para tentar escamotear isso, são fogachos da parte de todas as correntes do PSD. Eles estão clara e inegavelmente a reboque das jogadas do dr. Mário Soares e da sua campanha».

Depois veio a crítica contundente aos apoios que o Primeiro-Ministro e secretário-geral do PS tem procurado em vários quadrantes, designadamente, entre os empresários. A propósito citou o «senhor Violas, um ilustre empresário lá do meu distrito. Na sua empresa os trabalhadores são revistados à porta cada vez que saem ou entram e têm um relógio no quarto de banho para ver quanto tempo é que lá estão. Qual é a diferença entre este Primeiro-Ministro e o líder de um partido de direita? Não é nenhuma».

Para a queda do Governo é, apesar de tudo, «a questão política fundamental» para os comunistas. Diz Zita Seabra: «Cada dia que passa a sua manutenção coloca mais em perigo o próprio regime democrático, a própria democracia na sua essência fundamental». Recordámos que idênticas palavras têm sido sistematicamente utilizadas pelo PCP para justificar a sua luta contra os sucessivos governos e o certo é que, se eles têm caído, as alterações políticas têm sido para pior. Mas para a dirigente comunista, o importante é que «se tem conseguido travar com a sua queda o fundamental dos ataques ao próprio regime». E de entre estes destaca «a Lei de Segurança Interna, a liquidação da Reforma Agrária e do sectror nacionalizado, isto é, tudo aquilo que o nosso sistema constitucional consagra como aspectos fundamentais».

Com energia fala da degradação das condições de vida dos portugueses e manifesta a urgência de se encontrar uma alternativa a esta situação. Para essa alternativa considera indispensável «que se saia do quadro partidário em que se está e que não corresponde à composição social da própria sociedade». «Hoje a Assembleia da República no que está a votar, no que está a discutir, no que está a dizer não tem nada a ver com a situação social do país».

Pedimos-lhe um exemplo concreto desta afirmação. Zita Seabra não se fez rogada: «Há duas semanas eu recebi uma delegação dos Sindicatos de Aveiro que integrava 15 trabalhadores de 15 empresas com salários em atraso — alguns dos quais com dois anos de salários em atraso — uma situação em constante agravamento. No mesmo dia a Assembleia da República estava a votar o aumento dos deputados e ia começar a discutir a Lei das Rendas». E indignada comenta em jeito de interrogação: «Isto tem a ver com o país real e com os problemas concretos dos portugueses? Isto é prioritário? Não é. Há um evidente desfasamento, é uma situação insustentável. É isto que tem feito cair governos, é isto que vai fazer cair este Governo».

Coerência

Virámos a página para perguntar à deputada comunista se ela tem ou não a sensação que o discurso que o PCP produz sobre a realidade portuguesa é uma **cassete.** Respondeu que «isso é chamar cassete à coerência». A questão da coerência é, aliás, um dos aspectos que mais preocupam Zita Seabra. Falou dele ao longo de toda a conversa: a propósito da classe política que «não responde nem pelo que diz nem pelo que faz», de Mário Soares para sentenciar que «os políticos não se podem analisar pelo que dizem, mas pelos seus actos», do PS e do PSD que «ninguém sabe muito bem sempre em que posição estão sendo que essa posição não só não coincide com os discursos como encontra sempre forma de, através dos mais variados grupos ou correntes de pressão, dizer o inverso do que anteriormente tinham afirmado».

Do outro lado está o PCP cuja prática faz «a diferença entre aqueles que procuram ter um discurso coerente, que não mudam de opinião todos os dias e os partidos burgueses que fazem isso como método normal de trabalho».

Rejeitou que no PCP houvesse qualquer conflito de gerações e, muito menos que fosse um partido velho. «É velho só porque tem 64 anos», disse, entre risos. E interrogou por sua vez: «Pegando, por exemplo na minha área, na área das mulheres, há algum partido que tenha sido mais inovador que o PCP?»

Mas o PCP não conserva, apesar de tudo, uma certa imagem de clandestinidade? Defendeu o direito à privacidade. «A esposa de ou os filhinhos de são execráveis em termos de funcionamento político». Retorquimos que isso funciona ao nível de marketing político e a deputada comunista admitiu que sim. «Mas é legítimo que a gente não aceite esse jogo». Bem humorada disse que isso lhe fazia lembrar uma publicação da senhora Reagan — «As normas para a boa esposa de».

Moral dos comunistas: o que é?

O desenrolar da conversa levou-nos a uma velha questão levantada por Álvaro Cunhal num pequeno livro intitulado: «A superioridade moral dos comunistas». Quisemos saber se a afirmação se mantém uma vez que o secretário-geral do PCP equacionava a temática sobretudo em função de uma classe operária que, três décadas depois, é já tão diferente do corpo homogéneo que então era. Para Zita Seabra trata-se apenas «de um código de comportamento político e não de um código moral de comportamento individual». Ligou-o à questão da coerência e manifestou-se «inteiramente convicta» de que a classe operária «é o repositório de todas as qualidades, falando em termos de perspectiva de sociedade... e não de cada operário individualmente».

Argumentou dizendo que o operário ainda hoje tem tudo a perder quando fica sem emprego. Contrapusemos que isso não é, nos nossos dias, exclusivo dos operários uma vez que na maioria das empresas são assalariados os quadros até ao mais alto nível. Quais são as fronteiras?

A resposta: «Nós estamos atentos a essa mudança que se verifica e que é real. Hoje, um quadro técnico é um assalariado e isso aproxima-o inegavelmente da luta. Ele tem também quase tudo a perder em termos de luta de classes. É por isso mesmo que, neste momento, na nossa própria sociedade verificamos uma mutação, digamos, uma política de alianças em que há uma concentração. De um lado estão claramente os interesses do capital e do outro os interesses dos outros todos. Isto tem alargado o estrato social de luta da classe operária. Isto significa que sempre, em todas as lutas se percebe esta diferença? Não é verdade. Em muitos casos há desvios obreiristas».

Há muitos desvios obreiristas na luta dos comunistas em Portugal? «Há desvios obreiristas e quando os há é preciso combatê-los».

MÁRIO CASTRIM

ARTIGO DE FUNDO

O programa transmitido há dias sobre o Tribunal de Estrasburgo deu-me fortes esperanças de que a justiça ainda não desapareceu deste mundo. E desde já declaro que recorrerei a todas as instâncias para que justiça seja feita.
Em primeiro lugar, vêm as ocupações no Alentejo. Foram ilegais. Onde é que se viu os latifundiários ficarem sem as terras? Onde estão os decretos que permitem tal coisa? Então agora são os esfomeados e os trabalhadores que impõem as regras? A situação tem de ser reposta, caso contrário recorrerei ao Tribunal dos Direitos Humanos.
O que se passou com as nacionalizações foi outra violência inaudita. Os donos dos bancos ficaram sem eles e não receberam qualquer indemnização. Isto é inadmissível num Estado de Direito, onde a garantia da propriedade e do seu usufruto é condição básica. Ninguém pode estar de acordo com semelhantes processos. No caso vertente, põe-se muito claramente a alternativa: ou voltamos à situação original (dar os bancos aos seus donos) ou estes são devidamente indemnizados. Enquanto tal não se verificar, continuará a haver ofensa aos mais elementares direitos humanos, pelos quais não me cansarei de lutar.
Injusta e brutal foi igualmente a maneira como se efectuou a substituição dos nomes e dos signos. Nada, nenhum preceito legal, justifica, por exemplo, a mudança do nome da ponte sobre o Tejo o qual deve, para reposição da verdade histórica, regressar ao nome que lhe deram na pia baptismal. Há ou não que respeitar o direito a pôr nomes? Por este andar, qualquer dia uma pessoa adormecia Manuel e acordava João, contra a vontade dos pais!
Repare-se agora na guerra em África. Quem a começou, e lá tinha as suas razões, é que devia acabá-la, ou continuá-la, conforme achasse correcto.
Todo o processo está ferido de ilegalidade. Proponho, portanto, que se volte à situção existente em 1973, para que tudo se possa fazer conforme os trâmites legais.
Finalmente, há os ministros do governo da nação no ano já mencionado. Onde está o decreto da sua exoneração? Então é assim? Há preceitos, há regras, há leis a respeitar. Proporei ao Tribunal de Estrasburgo que condene o processo utilizado no derrubamento daquele governo e reponha no seu lugar os ministros depostos. É preciso acabar com essa ilegalidade que se chama 25 de Abril! É preciso respeitar os Direitos Humanos!

O crime de Montechoro

Recomeçou o julgamento com falta de sete jurados

Mohamed Rashid, o extremista árabe antes identificado por Youssef Al-Awad,mas apontado pelas autoridades israelitas como sendo Arab Gamel, começou esta manhã a ser julgado em Albufeira, tendo a primeira audiência sido preenchida com a constituição do respectivo jurado.

Apesar de entre os 33 convocados, 7 não terem comparecido, não impediu o início do julgamento do suposto assassino do dirigente da OLP Isam Sartawi.

Aliás, nisso esteve particularmente empenhado o representante do Ministério Público, dr. António Póvoa, que antes da constituição do jurado e verificação das suas condições ditou para a acta no tribunal de Albufeira a sua decisão de se avançar com o julgamento daquele extremista do grupo Abu Nidal, apesar da ausência de alguns jurados e de 12 testemunhas entre um total de 43.

O procurador da República, António Póvoa, do Círculo Judicial de Faro, que aqui representa a acusação, determinou que os jurados em falta justifiquem as alegadas doenças. O julgamento prossegue por estar presente um número superior ao mínimo exigido: 20.

Relativamente às testemunhas ausente aquele magistrado sublinhou que, «apesar de as considerar imprescindíveis para a descoberta da verdade, não prescindindo dos seus depoimentos», não requerem porém o adiamento do julgamento. No entanto requereu que essas testemunhas sejam ouvidas caso compareçam futuramente no decurso das subsequentes audiências. Designadamente Adelino Jacinto (se entretanto regressar a Portugal) e Carlos Manuel Conde Palma Ferreira que através das autoridades policiais será notificado para comparecer em tribunal.

No tocante às outras testemunhas que o Ministério Público requereu fossem avisadas por via telegráfica foi solicitada às autoridades competentes para que sejam presentes no julgamento sob custódia.

Mandou também registar na acta que o engenheiro Diniz da Fonseca, justifique a sua ausência nesta primeira sessão do julgamento do crime de Montechoro.

O «DL» apurou entretanto que o representante da esposa da vítima Isan Sartawi, o advogado José Manuel Galvão Teles vai requerer ao tribunal a reconstituição da cena do crime ocorrido em 11 de Abril de 1983.

Júlio Rodrigues

Com oito tripulantes a bordo

Iate inglês encalhou no areal do Bugio

O iate inglês «Centurien», com oito tripulantes a bordo, encalhou, cerça das 23 horas de ontem, no areal do Bugio, onde à hora do fecho do nosso jornal ainda se encontrava, tendo a bordo o comandante John Martin e mais dois dos seus companheiros, empenhados nos preparativos de salvamento da embarcação.

O «Centurien», com cerca de 20 metros de comprimento e 120 toneladas de peso, partiu da ilha de Cowes, no Sul de Inglaterra, com destino à Madeira, mas o mau tempo obrigou a um desvio para Lisboa, onde haveria de ocorrer o acidente.

Os cinco tripulantes, (três homens e duas mulheres) que à excepção do comandante John Martin e dos seus dois companheiros vieram para terra, estão hospedados no Hotel Tivoli, em Lisboa.

No local do encalhe esteve uma lancha da Polícia Marítima e o salva-vidas «Senhora da Conceição». Na operação de desencalhe está a colaborar o rebocador «Cabo da Roca».

Segundo referiu ao «DL» o comandante Correia Jacinto, porta-voz do Serviço de Relações Públicas do Estado-Maior da Armada, o naufrágio ficou a dever-se ao mau tempo e, sobretudo, ao desconhecimento da barra de Lisboa por parte dos tripulantes do «Centurien». A mesma fonte afirmou que com a próxima maré-alta, é previsível que o navio consiga sair da zona de encalhe.

O naufrágio do «La Dauphine»

As buscas para localizar os corpos dos tripulantes do iate francês «La Dauphine» terminaram sem resultado às 14 horas de ontem, segundo revelou a Capitania do porto de Viana do Castelo. O navio-patrulha «Cunene» da Armada, que às primeiras horas de ontem se fizera novamente ao mar para bater a costa do Minho foi mandado regressar a Leixões.

O mesmo informador acrescentou que o «La Dauphine», registado na Praça de Dieppe, no canal da Mancha, era um navio-piloto adquirido por particulares e transformado em iate. O «La Dauphine» encalhou no domingo de madrugada nos rochedos, perto de Vila Praia de Âncora.

A embarcação estava abandonada, mas no seu interior havia roupas, possivelmente pertencentes a quatro pessoas (um casal e dois filhos) que, presume-se, tenham morrido ou sido salvos por um qualquer navio. As más condições atmosféricas e uma avaria no motor, deixaram a embarcação à deriva, tendo sido posteriormente atirada contra as rochas da praia.

Entre o material que tem sido recolhido por populares apareceram cadernos escolares em nome de Micaela Neveau. O iate estava registado em nome de Michel Neveau, residente em Chemin du Cemo, Phare Ville, Dieppe.

Ministro veio para Lisboa após acidente na Guiné-Bissau

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Júlio Semedo, que num acidente de viação ocorrido no sábado sofreu fractura exposta de um fémur, foi internado ontem à noite numa casa de saúde de Lisboa.

O médico assistente do ministro disse que Júlio Semedo foi sujeito aos primeiros exames, que hoje prosseguirão, após o que será operado.

Em princípio, segundo a mesma fonte, intervenção cirúrgica não se realizará hoje.

Júlio Semedo regressava no sábado à capital guineense, vindo de uma propriedade agrícola da família, quando a viatura em que seguia se despistou.

Os médicos do hospital Central de Bissau, depois de constatarem uma fractura exposta de fémur, tomaram a medida cautelar da transferência de Júlio Semedo para Lisboa, onde chegou ontem à noite, acompanhado pela mulher.

Júlio Semedo é formado pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa e foi o primeiro embaixador da Guiné-Bissau em Portugal.

O Governo português tinha tomado providências no sentido de que o ministro guineense fosse imediatamene internado após a sua chegada a Lisboa, numa clínica particular.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros anunciara mesmo ao Governo guineense a sua disponibilidade para prestar todo o apoio a Júlio Semedo, na sua recepção e tratamento. Por isso, foi estabelecida uma «estreita ligação» entre aquele departamento governamental e a Embaixada.

Júlio Semedo

Pavão em telhado do Dafundo

Um pavão pertencente à Academia dos Altos Estudos Militares, em Pedrouços, que desaparecera no Domingo de Páscoa, acabou por ser encontrado no telhado de um prédio na Rua Policarpo Anjos, no Dafundo, de onde foi retirado pelos bombeiros. O desaparecimento do pavão fora noticiado pela RTP, em forma de apelo.

Feridos a tiro na Amadora

Um indivíduo de apelido Carlos, o zaragateiro habitual na zona, provocou uma desordem no café «Stop», na Falagueira, Amadora, acabando por ferir, com tiros de caçadeira, o construtor civil José Joaquim Costa Silva e o deficiente motor (amputado de uma perna) José Manuel dos Santos Pereira. Posteriormente, desconhecidos puxaram fogo à barraca habitada por Carlos, chegando a pôr em risco de vida a mulher deste, Maria Cardeira Carisana, de nacionalidade espanhola, e os oito filhos do casal.

"Combatentes" em Lagos

A secção de Lagos da Liga dos Combantes está a comemorar naquela cidade o 67.º aniversário da Batalha de La Lys. Do programa consta uma romagem ao talhão, no cemitério local, das campas dos antigos combatentes e expedicionários e um concerto na Praça Luís de Camões, pela Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio, procedendo-se nessa altura à venda do «capacete» simbólico (autocolante), cujo produto reverterá a favor do Fundo de Apoio aos Ex-Combatentes da Liga.

Cadáver no rio do Burro

Na barragem do rio do Burro, em Cascais, foi encontrado o cadáver de um indivíduo do sexo masculino, aparentando entre 30 e 40 anos, e que irá ser autopsiado para se averiguarem as causas da sua morte. O corpo, em adiantado estado de decomposição, não tinha qualquer documento de identificação. Vestia calças de bombazina e tinha na cabeça um gorro com desenhos. O caso foi entregue à Polícia Judiciária de Lisboa.

Desaparecido na Rinchoa

Da casa dos seus pais, na Rinchoa, desapareceu, no passado dia 29 de Março, a jovem Raquel Loureiro Alves, de 25 anos. Na altura do seu desaparecimento, Raquel, que sofre de perturbações mentais, vestia camiseiro «grenat», casaco de malha encarnado, calça de ganga azul e calçava pantufas castanhas. Qualquer informação sobre o seu paradeiro deverá ser dirigida para a Polícia Judiciária de Lisboa, através dos telefones 533131, 535380 ou 573157.

Incêndio na Rua do Alecrim

O prédio n.º 20 da Rua do Alecrim, em Lisboa, esteve ontem à noite ameaçado por um incêndio que, cerca das 23 horas, deflagrou num barracão em ruínas existente no cimo do edifício e habitado por jovens desempregados que os locatários acusam do sucedido.

No prédio funcionam também duas pensões, tendo uma das proprietárias afirmado que já por várias vezes tinha sido pedido à PSP para que expulsasse os ocupantes do barracão. O alarme do fogo, segundo a mesma fonte, foi dado pelos cães que «começaram a ladrar e nunca mais se calavam».

O combate às chamas durou cerca de uma hora e foi levado a cabo por elementos dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, a quem os moradores dos quarto e quinto andares do imóvel acusam de lhes terem estragado a roupa toda com a água das mangueiras.

"Totolotista" é jovem casado e tem um filho

O anónimo de Lisboa que, tal como ontem noticiámos, foi o único totalista da edição desta semana do Totoloto, ganhando 24 525 contos, tem 28 anos, é casado e possui um filho.

Um funcionário da Santa Casa da Misericórdia, onde o feliz contemplado se apresentou, ainda fez, em vão diligências para que ele se identificasse publicamente. No breve diálogo que manteve com os Serviços do Totoloto, o premiado mostrou-se emocionado, dizendo ter sido esta a melhor prenda de Páscoa que alguém lhe poderia ter dado. «Ainda não sei como irei empregar o dinheiro», referiu.

O 2.º prémio do Totoloto foi entretanto atribuído a seis pessoas, cabendo a cada uma delas a importância de 819 contos.

Câmara de Oeiras cortou fornecimento

Escola de marinheiros "navega" sem água

A única escola náutica portuguesa, em Paço D'Arcos, Oeiras, está sem água desde as 15 horas de ontem, após um corte decidido pela Câmara Municipal de Oeiras.

A edilidade de Oeiras não perdoou a falta de pagamento pela escola de cerca de 3500 contos de água, referentes ao ano passado, embora «tenha sido avisada de que a conta não poderia ser paga agora» — disse uma fonte da Escola Náutica Infante D. Henrique.

O Conselho Directivo avisa em comunicado os cerca de 450 alunos da escola que as aulas e os exames marcados para hoje não se realizam «devido à decisão de corte de abastecimento de água, tomada pela Câmara de Oeiras».

O Conselho Directivo da Escola tinha avisado a Câmara de que só poderia consolidar o passivo de 1984 quando o Orçamento Geral de Estado e o orçamento da Escola fossem aprovados — disse a mesma fonte.

O orçamento da Escola foi aprovado há cerca de duas semanas e os responsáveis «aguardam que instâncias superiores aprovem o pedido de levantamento de dinheiro para pagar a totalidade da verba em débito à Câmara».

Alunos de todo o País, candidatos a oficiais da Marinha Mercante, deveriam começar as aulas hoje e muitos deles preparavam-se também para prestar o exame da segunda época (primeiro trimestre).

«É um prejuízo para alunos que devem estar a preparar a sua viagem desde Faro ou Bragança» — salientou o mesmo informador da Escola.

Os responsáveis dos Serviços de Águas da Câmara de Oeiras justificaram a impossibilidade de «voltarem atrás, pois, disseram, só na quarta-feira haverá uma reunião de todos os vereadores, onde poderá ser decidido o assunto» — disse a mesma fonte.

«Curiosamente — adiantou — a falta de água vai prejudicar também a população escolar do concelho, que costuma utilizar as piscinas e o pavilhão gimnodesportivo da Escola Náutica» — revelou.

«É um problema meramente burocrático, que prejudica centenas de pessoas» — concluiu.

A Escola Náutica Infante D. Henrique «só terá água quando pagar a conta» — disse um membro do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Oeiras.

Alves de Carvalho revelou que a Escola Náutica não paga a conta da água desde há três meses, devendo neste momento à Câmara cerca de 1200 contos.

«Mandámos vários ofícios e tivemos vários contactos com a Escola, mas o problema nunca foi resolvido» — disse.

Alves de Carvalho afirmou que a piscina da Escola está a ser explorada por uma «colectividade fantasma» chamada Clube de Natação de Oeiras, que «cobra dinheiros pelas aulas de natação»

A Câmara fez uma proposta à Escola, em Janeiro, de divisão dos ramais. «A Escola pagava a conta da água gasta no estabelecimento e o tal clube pagava a conta da piscina» — explicou.

«Os responsáveis da Escola disseram que não valia a pena, pois o assunto resolvia-se rapidamente» — adiantou.

«Temos tido uma certa condescendência, mas a Escola é um consumidor como outro qualquer» — disse.

Alves de Carvalho referiu ainda que a verba em débito corresponde ao consumo de quatro meses.

«Quando um consumidor normal não paga, cortamos a água ao fim de dois meses» — adiantou.

A conta «vai subindo 400 contos por mês e não temos culpa de que o Governo não envie os duodécimos à Escola» — concluiu.

PS e PSD anunciam candidaturas conjuntas no distrito de Beja

O PS e o PSD vão concorrer coligados nas eleições autárquicas de Dezembro, em concelhos de maioria APU, do distrito de Beja — soube a NP.

A decisão foi tomada numa reunião dos dois partidos, realizada na quarta-feira, em Ourique, e tendo por objectivo «retirar a hegemonia que a APU actualmente detém» em 13 das 14 Câmaras do distrito.

Com a derrota do PSD em Ourique, nas eleições de 1982, apenas a Câmara de Almodôvar, de maioria socialista, ficou fora do poder da APU naquele distrito.

Na estratégia definida ficou estabelecido que o Partido Socialista não vai concorrer em Ourique enquanto o PSD não apresentar listas em Almodôvar.

O objectivo neste caso é dar a possibilidade de vitória aos sociais-democratas em Ourique e de permitir uma maioria absoluta do PS, em Almodôvar.

A coligação autárquica entre o PS e o PSD para o distrito de Beja é a primeira a ser anunciada por socialistas e sociais-democratas com vista às eleições locais do final deste ano.

Em Beja, 13 dos 14 concelhos são de maioria APU, mas a coligação PS-PSD não vai modificar, na generalidade.

Oito milhões de contos este ano para melhorar as nossas estradas

O Estado vai gastar, em 1985, oito milhões de contos a «arranjar» as estradas portuguesas — disse uma fonte da Junta Autónoma das Estradas.

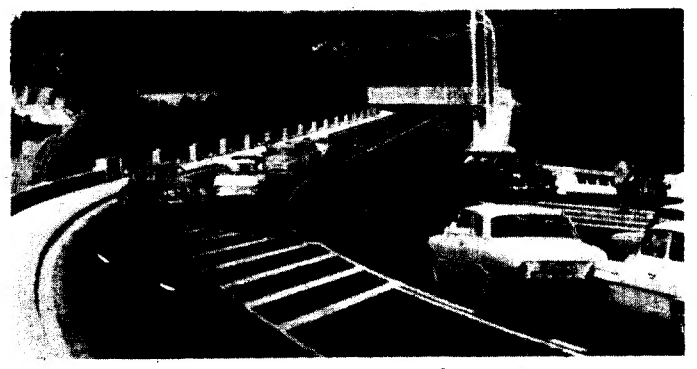
A mesma fonte acrescentou que estão a Concurso desde o início de Abril obras num montante de cinco milhões de contos e foram já adjudicadas em Fevereiro outras, cujo custo orça os três milhões de contos.

A maior parte das obras adjudicadas situam-se no Norte e no Centro do país e os trabalhos «devem começar logo que haja bom tempo, previsivelmente entre Maio e Junho» — acrescentou o mesmo informador.

As obras «de beneficiação de pavimento» a cargo da Junta Autónoma das Estradas são provocadas pela Desadaptação das vias ao tráfego automóvel existente, às degradação sucessivamente agravada pela falta de verbas para as «conservações correntes» (limpeza de bermas e tapagem de buracos, entre outras).

«Temos 18 849 quilómetros de estradas cuja maior parte não foi concebida, nem para este volume nem para este peso de tráfego, pelo que se assiste a uma rápida degradação dos pavimentos», disse a fonte contactada pela ANOP.

Entretanto as verbas destinadas anualmente à conservação corrente (tapar buracos) em 1985 serão 350 mil contos, «manifestamente insuficientes, embora tenhamos esperança de que venham a ser reforçadas» — disse.



Nem tudo são rosas nas nossas estradas

A conservação corrente das estradas portuguesas, em 1985 e 1986, vai seu custeada por verbas colocadas à disposição do Governo pelas companhias seguradoras e que atingem os 4 milhões de contos, confirmou uma fonte do Ministério do Equipamento Social.

A mesma fonte confirmou que «essas verbas estão já libertas pelas companhias seguradoras e só não totalmente disponíveis por problemas burocráticos».

A mesma fonte disse que o Governo desbloqueou há cerca de três semanas uma verba de 300 mil contos destinada a solucionar «os problemas mais urgentes».

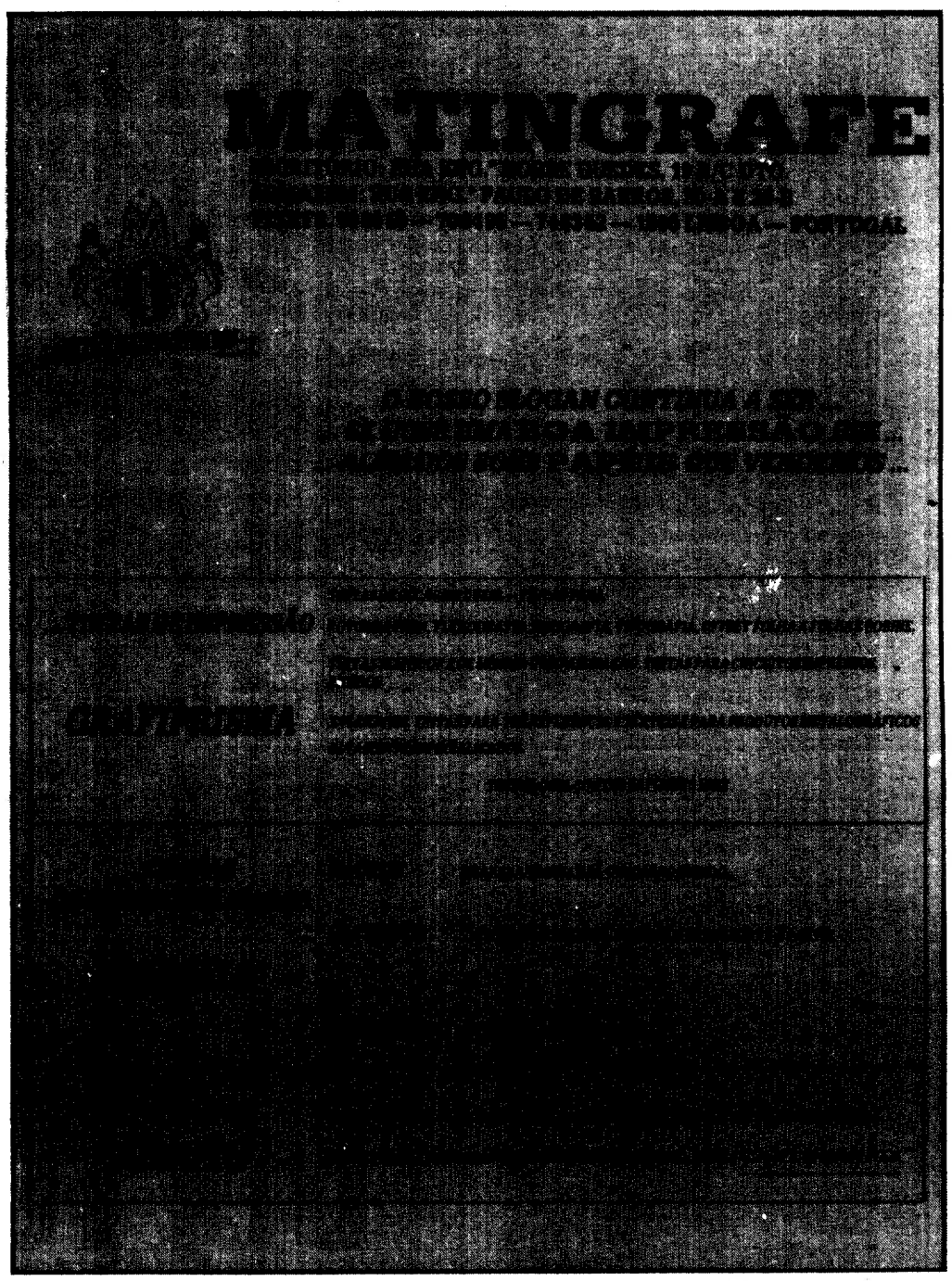
Actualmente está projectada, uma nova forma de reparação de «pequenos troços de estrada» através da entrega dos trabalhos a empresas privadas do sector que terão de realizar as obras entre 1 de Maio e 31 de Dezembro.

Entre as obras de reparação mais importantes (já adjudicadas em Fevereiro) contam-se as estradas: Mira - Figueira da Foz; Satão — Viseu - Nelas; Alfândega da Fé - Penedo; Celorico -Chãos (Guarda); e a Estrada Nacional 125, no Algarve.

Das novas adjudicações contam-se os troços: Olhão -Tavira; Beja - Vidigueira; Ferreiras - São João da Venda (Algarve); Alviobeira a Castelo Branco (a beneficiar Ferreira do Zêzere, Sertã e Tomar); Portela - São Miguel Poiares (estrada da Beira); Ponte do Franco - Mirandela e Leiria - Meirinha (na estrada Lisboa -Porto).

A junta Autónoma das Estradas tem, para 1985, um orçamento de cerca de 12,5 milhões de contos, consagrado no plano de investimentos da administração central (PIDAC), confirmou uma fonte do Ministério do Equipamento Social.

Neste montante estão compreendidos oito milhões de contos para «beneficiação de pavimentos nas estradas existentes e uma verba de cerca de 4 milhões de contos para «obras a lançar em 1985», acrescentou a mesma fonte.



Incêndio na Rua do Alecrim

O prédio n.º 20 da Rua do Alecrim, em Lisboa, esteve ontem à noite ameaçado por um incêndio que, cerca das 23 horas, deflagrou num barracão em ruínas existente no cimo do edifício e habitado por jovens desempregados que os locatários acusam do sucedido.

No prédio funcionam também duas pensões, tendo uma das proprietárias afirmado que já por várias vezes tinha sido pedido à PSP para que expulsasse os ocupantes do barracão. O alarme do fogo, segundo a mesma fonte, foi dado pelos cães que «começaram a ladrar e nunca mais se calavam».

O combate às chamas durou cerca de uma hora e foi levado a cabo por elementos dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, a quem os moradores dos quarto e quinto andares do imóvel acusam de lhes terem estragado a roupa toda com a água das mangueiras.

"Totolotista" é jovem casado e tem um filho

O anónimo de Lisboa que, tal como ontem noticiámos, foi o único totalista da edição desta semana do Totoloto, ganhando 24 525 contos, tem 28 anos, é casado e possui um filho.

Um funcionário da Santa Casa da Misericórdia, onde o feliz contemplado se apresentou, ainda fez, em vão diligências para que ele se identificasse publicamente. No breve diálogo que manteve com os Serviços do Totoloto, o premiado mostrou se emocionado, dizendo ter sido esta a melhor prenda de Páscoa que alguém lhe poderia ter dado. «Ainda não sei como irei empregar o dinheiro», referiu.

O 2.º prémio do Totoloto foi entretanto atribuído a seis pessoas, cabendo a cada uma delas a importância de 819 contos.

Câmara de Oeiras cortou fornecimento

Escola de marinheiros "navega" sem água

A única escola náutica portuguesa, em Paço D'Arcos, Oeiras, está sem água desde as 15 horas de ontem, após um corte decidido pela Câmara Municipal de Oeiras.

A edilidade de Oeiras não perdoou a falta de pagamento pela escola de cerca de 3500 contos de água, referentes ao ano passado, embora «tenha sido avisada de que a conta não poderia ser paga agora» — disse uma fonte da Escola Náutica Infante D. Henrique.

O Conselho Directivo avisa em comunicado os cerca de 450 alunos da escola que as aulas e os exames marcados para hoje não se realizam «devido à decisão de corte de abastecimento de água, tomada pela Câmara de Oeiras».

O Conselho Directivo da Escola tinha avisado a Câmara de que só poderia consolidar o passivo de 1984 quando o Orçamento Geral de Estado e o orçamento da Escola fossem aprovados — disse a mesma fonte.

O orçamento da Escola foi aprovado há cerca de duas semanas e os responsáveis «aguardam que instâncias superiores aprovem o pedido de levantamento de dinheiro para pagar a totalidade da verba em débito à Câmara».

Alunos de todo o País, candidatos a oficiais da Marinha Mercante, deveriam começar as aulas hoje e muitos deles preparavam-se também para prestar o exame da segunda época (primeiro trimestre).

É um prejuízo para alunos que devem estar a preparar a sua viagem desde Faro ou Bragança — salientou o mesmo informador da Escola.

Os responsáveis dos Serviços de Águas da Câmara de Oeiras justificaram a impossibilidade de «voltarem atrás, pois, disseram, só na quarta-feira haverá uma reunião de todos os vereadores, onde poderá ser decidido o assunto» — disse a mesma fonte.

«Curiosamente — adiantou — a falta de água vai prejudicar também a população escolar do concelho, que costuma utilizar as piscinas e o pavilhão gimnodesportivo da Escola Náutica» — revelou.

«É um problema meramente burocrático, que prejudica centenas de pessoas» — concluiu.

A Escola Náutica Infante D. Henrique «só terá água quando pagar a conta» — disse um membro do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Oeiras.

Alves de Carvalho revelou que a Escola Náutica não paga a conta da água desde há três meses, devendo neste momento à Câmara cerca de 1200 contos.

«Mandámos vários ofícios e tivemos vários contactos com a Escola, mas o problema nunca foi resolvido» — disse.

Alves de Carvalho afirmou que a piscina da Escola está a ser explorada por uma «colectividade fantasma» chamada Clube de Natação de Oeiras, que «cobra dinheiros pelas aulas de natação».

A Câmara fez uma proposta à Escola, em Janeiro, de divisão dos ramais. «A Escola pagava a conta da água gasta no estabelecimento e o tal clube pagava a conta da piscina» — explicou.

«Os responsáveis da Escola disseram que não valia a pena, pois o assunto resolvia-se rapidamente» — adiantou.

«Temos tido uma certa condescendência, mas a Escola é um consumidor como outro qualquer» — disse.

Alves de Carvalho referiu ainda que a verba em débito corresponde ao consumo de quatro meses.

«Quando um consumidor normal não paga, cortamos a água ao fim de dois meses» — adiantou.

A conta «vai subindo 400 contos por mês e não temos culpa de que o Governo não envie os duodécimos à Escola» — concluiu.

PS e PSD anunciam candidaturas conjuntas no distrito de Beja

O PS e o PSD vão concorrer coligados nas eleições autárquicas de Dezembro, em concelhos de maioria APU, do distrito de Beja — soube a NP.

A decisão foi tomada numa reunião dos dois partidos, realizada na quarta-feira, em Ourique, e tendo por objectivo «retirar a hegemonia que a APU actualmente detém» em 13 das 14 Câmaras do distrito.

Com a derrota do PSD em Ourique, nas eleições de 1982, apenas a Câmara de Almodóvar, de maioria socialista, ficou fora do poder da APU naquele distrito.

Na estratégia definida ficou estabelecido que o Partido Socialista não vai concorrer em Ourique enquanto o PSD não apresentar listas em Almodóvar.

O objectivo neste caso é dar a possibilidade de vitória aos sociais-democratas em Ourique e de permitir uma maioria absoluta do PS, em Almodóvar.

A coligação autárquica entre o PS e o PSD para o distrito de Beja é a primeira a ser anunciada por socialistas e sociais-democratas com vista às eleições locais do final deste ano.

Em Beja, 13 dos 14 concelhos são de maioria APU, mas a coligação PS-PSD não vai modificar, na generalidade.

Oito milhões de contos este ano para melhorar as nossas estradas

O Estado vai gastar, em 1985, oito milhões de contos a «arranjar» as estradas portuguesas — disse uma fonte da Junta Autónoma das Estradas.

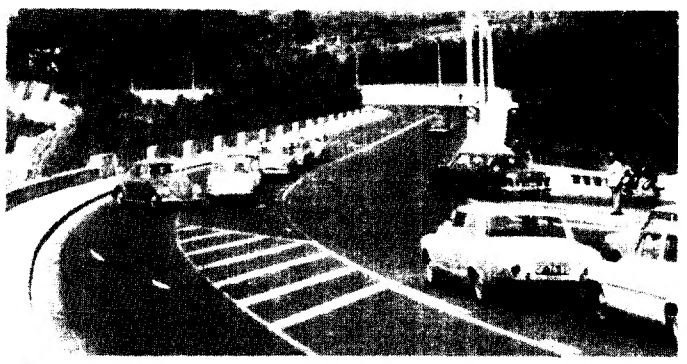
A mesma fonte acrescentou que estão a Concurso desde o início de Abril obras num montante de cinco milhões de contos e foram já adjudicadas em Fevereiro outras, cujo custo orça os três milhões de contos.

A maior parte das obras adjudicadas situam-se no Norte e no Centro do país e os trabalhos «devem começar logo que haja bom tempo, previsivelmente entre Maio e Junho» — acrescentou o mesmo informador.

As obras de beneficiação de pavimentos a cargo da Junta Autónoma das Estradas são provocadas pela Desadaptação das vias ao tráfego automóvel existente, «a degradação sucessivamente agravada pela falta de verbas para as «conservações correntes» (limpeza de bermas e tapagem de buracos, entre outras).

Temos 18 849 quilómetros de estradas cuja maior parte não foi concebida, nem para este volume nem para este peso de tráfego, pelo que se assiste a uma rápida degradação dos pavimentos», disse a fonte contactada pela ANOP.

Entretanto as verbas destinadas anualmente à conservação corrente (tapar buracos) em 1985 serão 350 mil contos, «manifestamente insuficientes, embora tenhamos esperança de [illegible]



Nem tudo são rosas nas nossas estradas

estradas portuguesas, em 1985 e 1986, vai ser custeada por verbas colocadas à disposição do Governo pelas companhias seguradoras e que atingem os 4 milhões de contos, confirmou uma fonte do Ministério do Equipamento Social.

A mesma fonte confirmou que «essas verbas estão já libertas pelas companhias seguradoras e só não totalmente disponíveis por problemas burocráticos».

A mesma fonte disse que o Governo desbloqueou há cerca de três semanas uma verba de 300 mil contos destinada a solucionar «os problemas mais urgentes».

Actualmente está projectada, uma nova forma de reparação de pequenos troços de estradas através da entrega dos trabalhos a empresas privadas do sector que terão de realizar as obras entre 1 de Maio e 31 de Dezembro.

Entre as obras de reparação mais importantes [illegible] estradas: Mira–Figueira da Foz; Satão–Viseu; Nelas; Alfândega da Fé–Penedo; Celorico; Chaios (Guarda); e a Estrada Nacional 125, no Algarve.

Das novas adjudicações contam-se os troços: Olhão–Tavira; Beja–Vidigueira; Ferreiras–São João da Venda (Algarve); Alvíobeira a Castelo Branco (a beneficiar); Ferreira do Zêzere, Serra e Tomar; e Portela–São Miguel; Ponares (estrada da Beira); Ponte do Franco–Miranda e Leiria–Meirinha (na estrada Lisboa–Porto).

A junta Autónoma das Estradas tem, para 1985, um orçamento de cerca de 12,5 milhões de contos, consagrado no plano de investimentos da administração central (PIDAC), confirmou uma fonte do Ministério do Equipamento Social.

Neste montante estão compreendidos oito milhões de contos para «beneficiação de pavimentos nas estradas existentes e uma verba de cerca de 4 milhões de contos para «obras a lançar em 1985», acrescentou a mesma fonte.

MATINGRAFE
ESCRITÓRIO: RUA ENG.º NOBRE GUEDES, 19 R/C DTO.
ARMAZÉM: RUA ENG.º PAULO DE BARROS, 20-A E 20-B
TELEFS. 706050 — 700496 — 746352 — 1500 LISBOA — PORTUGAL

O NOSSO SLOGAN CONTINUA A SER ...
... SE QUER UMA BOA IMPRESSÃO USE ...
... ALÉM DOS BONS PAPÉIS QUE VENDEMOS ...

... TINTAS DE IMPRESSÃO
GRAFIPRISMA
TINTAS DE SECAGEM UVEER — TINTAS PARA ROTOGRAVURA, FLEXOGRAFIA, SERIGRAFIA, TIPOGRAFIA, OFFSET FOLHA A FOLHA E BOBINE.
TINTAS SEM ODOR E DE MÍNIMA CONTAMINAÇÃO. TINTAS PARA CIRCUITOS IMPRESSOS, ...
E FLEXÍVEIS, TINTAS PARA TRANSFERÊNCIA E TÊXTEIS E PARA PRODUTOS METALOGRÁFICOS ALTAMENTE ESPECIALIZADOS.
TECNOLOGIA COATES BROTHERS INKS

... CHAPAS DE PRESENSIBILIZADAS
HORSELL
TAURUS — CHAPAS ANODIZADAS, ÚNICAS NO MUNDO,
ULTRAPOS — QUE SENDO POSITIVAS, PERMITEM TRANSPORTE A PARTIR ...
ULTRANOVA — DE PELÍCULAS NEGATIVAS

... PRODUTOS KIMOTO
FOLHAS E FOLIOS PARA MONTAGEM, PARA MASCARAR, PARA DESENHO E HELIOGRÁFICAS.
FILMES DIAZO, FOTOGRÁFICOS PARA MÁSCARA «PLUTO» E PARA CARTOGRAFIA

Ministro "satisfaz" bombeiros

O ministro da Administração Interna, Eduardo Pereira, disse segunda-feira em Sousel que a maior parte das necessidades dos bombeiros no que respeita a instalações está satisfeita.

Eduardo Pereira falava na cerimónia de inauguração do novo quartel de Bombeiros Voluntários de Sousel, no distrito de Portalegre.

Segundo o ministro, 75 por cento das necessidades dos bombeiros naquela área constituem caso resolvido.

Eduardo Pereira disse ainda que as forças de segurança locais estão também a ser instaladas, pois «têm direito a condições dignas de trabalho e respeito».

Noutra passagem da sua intervenção, o ministro assegurou que o Serviço Nacional de Bombeiros não será integrado no Serviço Nacional de Protecção Civil.

Caso FP: "O caos existente"

Os detidos do caso FUP/FP-25 afirmam em comunicado hoje divulgado que «o caos existente» nas cadeias «e abusivamente utilizado como pretexto e justificação para todo o género de ilegalidades cometidas em relação aos reclusos».

Aqueles detidos contestam a recente tomada de posição conjunta da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e dos directores das diversas cadeias.

«A conclusão retirada daquela reunião, de que se deve aos sacrifícios dos serviços a capacidade de resposta manifestada pelos mesmos, e não só falsa como ainda esconde outra realidade» — diz o comunicado.

Os detidos do caso FUP/FP-25 salientam que «o excesso de lotação das cadeias em Portugal, aliado às péssimas condições de habitabilidade das mesmas, e ainda o desprezo sistemático da lei prisional, por parte das suas direcções e Direcção-Geral, tem contribuído para a degradação progressiva da população prisional».

Salvos da neve na Estrela

Três ocupantes de um automóvel, que ontem se dirigia de Seia para a Covilhã, ficaram bloqueados pela neve ao não respeitarem os sinais que proibiam o trânsito naquela via, tendo sido feilzmente socorridos por uma brigada do Serviço de Limpeza de Neve. A brigada chamou os Bombeiros da Covilhã, que evacuaram os três ocupantes do automóvel para aquela cidade enquanto o veículo ficava imobilizado na neve.

Foi bom negócio exportar negros das colónias

Nos séculos XVII e XVIII, um negro «caçado» na Guiné e ali negociado rendia ao estado português entre 6000 e 1000 réis, se legalmente traficado, mas daria pouco rendimento ao negreiro.

Direito de saída do forçado emigrante se chamava, então, àquela taxa — ou lhe chamava quem queria encobrir negócio menos limpo. Que os interesses económicos sobrepunham-se — e sobrepõem-se ainda hoje — aos políticos e, mais ainda, a piegas sentimentos humanos...

Os direitos humanos não se pautavam ainda pelas regras de hoje e vender escravos era como «exportar», dos territórios colonizados, um outro qualquer produto. E, não obstante os portugueses mantivessem, desde os alvores do século de seiscentos um intenso tráfico de escravos, sobretudo para o Brasil, ingleses, franceses, espanhóis e holandeses faziam-lhes farta concorrência, chegando mesmo os primeiros a ir caçar os negros nos rios e esteiros guineenses.

Foram mesmo os espanhóis, durante o domínio dos Filipes, que intensificaram o tráfico de escravos da Guiné, fazendo sair de Cachéu, para as Índias de Castela, dois a três mil escravos por ano, segundo António Carreira, em «tráfico de escravos nos rios da Guiné e Ilha de Cabo Verde».

Antes e depois, os portugueses faziam sair os escravos por Santiago de Cabo Verde, onde tinham de passar todos os barcos que tivessem carregado escravos na Guiné, e que ali pagavam as taxas devidas pelo tráfego dos negros.

Tal medida não podia ser do agrado dos traficantes negreiros, uma vez que lhes dificultava a sonegação de escravos para negociata ilegal. E tanto reclamaram que acabaram por conseguir a faculdade de despacho dos barcos negreiros direcamente de Cachéu para o Brasil, com a obrigação «de apresentar certidão do número de escravos despachados naquela praça».

Ora, como os portugueses sempre tiveram uma forte vocação para fugir a obrigações, logo maquinaram tramóia para tornar o negócio mais rendoso, fugindo ao pagamento devido, pelo recurso ao embarque ilegal de uma percentagem dos escravos. Eram mais os que eram levados sem o pagamento da taxa de saída, do que os manifestados.

As leis foram-se sucedendo, sem qualquer resultado real, até que se achou que a melhor maneira de resolver a questão seria criar um agente monopolista. E apareceu a companhia do Grão-Pará e Maranhão que, de 1756 a 1777, administrou o sector dos rios da Guiné e Cabo Verde, onde se fazia o tráfico negreiro.

Só que, parece, o Estado não terá ganho grande coisa. É que a companhia monopolista estava isenta do pagamento de direitos sobre escravos, numa demonstração de como sempre se fizeram os negócios da Nação portuguesa.

«Esta empresa — diz António Carreira — exportou de 1756 a 1785, um total de 21 909 escravos «média anual de 811), sendo 19 944 em regime de isenção de direitos e 1965 sujeitos à taxa de 600 réis por cabeça, ou seja um rendimento de 1 179.00 réis».

A verdade, porém, é que este negócio foi um florescente comércio, mas maior na dominação filipina.

Veiga Beirão reabre dia 11

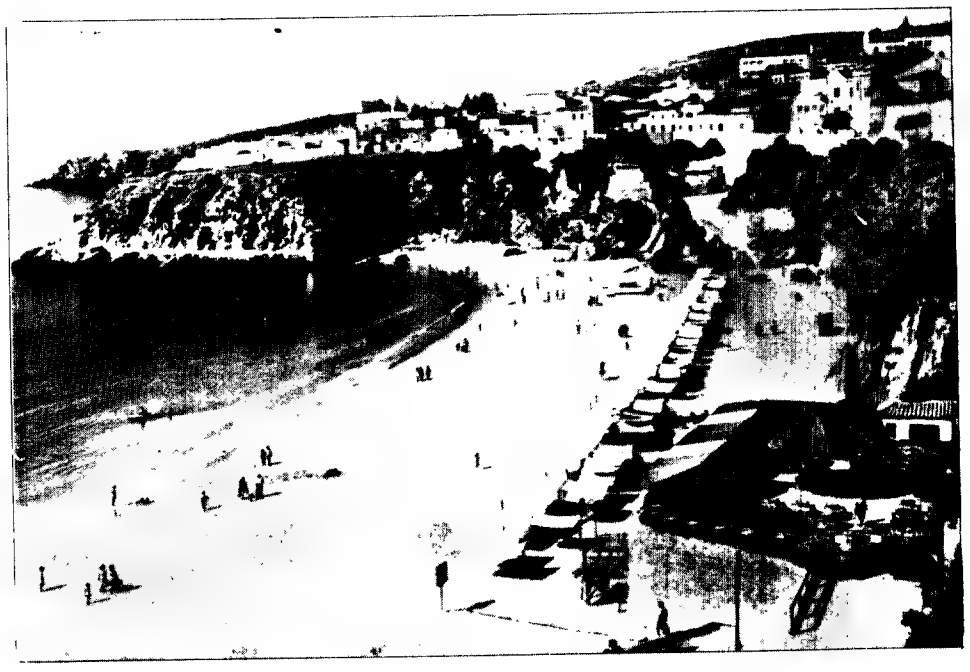
A Escola Secundária Veiga Beirão reabre na próxima quinta-feira, dia 11, após as obras de conservação pontuais a que foi sujeita durante o segundo período escolar.

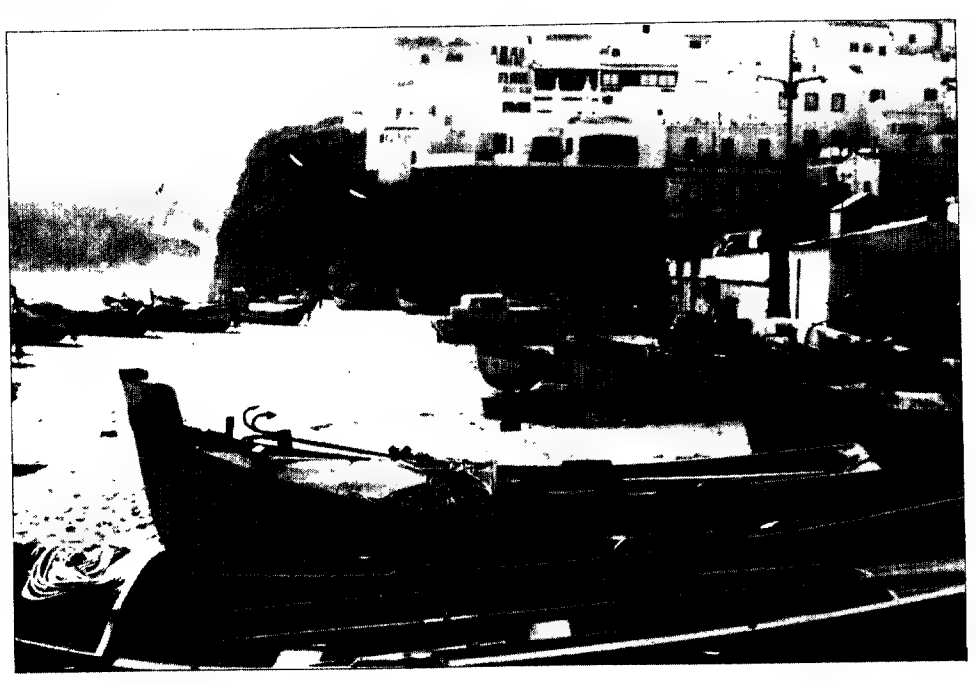
A escola deveria reabrir hoje mas alguns acabamentos de pormenor, apesar dos trabalhadores da construção civil terem leborado no feriado de sexta-feira e no sábado, obrigaram ao prolongamento da inactividade escolar.

O conselho directivo espera que as velhas e históricas instalações da Veiga Beirão sejam submetidas a obras de fundo duranteas férias estivais, de acordo com promessa oral do secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, que visitou o edifício durante este período. As obras agora realizadas permitem apenas concluir com o nível de segurança exigível, o ano lectivo em curso, sem prejuízo das obras de fundo que, ainda segundo aquele membro do Governo, permitirão que os futuros anos lectivos decorram «com dignidade».

A hipótese que chegou a ser aventada de a escola secundária ser transferida futuramente para outras instalações, foi posta de parte, depois de professores, pais e encarregados de educação terem enviado ao Ministério da Educação um abaixo-assinado, em que recordavam a importância e significado histórico do local onde deste o século dezanove se ergue o edifício da Veiga Beirão.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA





ALBUFEIRA A CAPITAL DO TURISMO

Centrel: uma empresa que soube aceitar o desafio

Com 3100 empregados, cerca de metade do importante mercado nacional das telecomunicações, uma história «sui generis» e uma prática social pioneira, a Centrel Automática Eléctrica Portuguesa é a prova acabada de que a recuperação económica e financeira de empresas aparentemente condenadas — mesmo em sectores difíceis — não é tarefa impossível. Passados cinco anos sobre a aquisição da Plessey e sobre a assinatura do histórico protocolo entre a administração e os trabalhadores — considerado como o primeiro acordo social celebrado no nosso país —, a empresa não despediu nem sequer suspendeu um único trabalhador, recuperou o equilíbrio e encontra-se hoje em condições de fazer face aos grandes desafios da modernização tecnológica e da adesão à CEE.

Num país em que é quase impossível apontar a dedo as tentativas de recuperação de empresas coroadas de êxito, a Centrel tem seguramente um lugar de destaque entre os casos bem sucedidos. Mas num país em que a ausência de planeamento e a indefinição permanente quanto às linhas mestras do nosso desenvolvimento são regras da acção governamental, não admira que uma empresa exemplar colocada num sector estratégico de economia veja o seu futuro comprometido por essa mesma acção.

Após vários anos de crescimento contínuo em que as vendas passaram de 2535 mil contos, em 1981, para 5,2 milhões, em 1984, a Centrel vê agora a consolidação dos resultados obtidos dependente daquilo que vier a ser decidido em matéria de digitalização das redes nacionais de telecomunicações.

O problema do digital

De acordo com fontes da empresa, «o futuro do grupo Centrel é mesmo impensável sem a sua participação activa na fabricação dos equipamentos digitais». Esta afirmação só se torna compreensível se se tiver em conta que o Governo decidiu no mês passado dar luz verde ao início da digitalização das redes, processo que levará a breve trecho a uma redução drástica do mercado das centrais telefónicas electromecânicas tradicionais, que constituem hoje um dos principais produtos da empresa.

A introdução do digital, caso a Centrel, como tudo indica, venha a ser associada à sua fabricação através de uma das multinacionais já seleccionadas para participarem nos respectivos concursos de adjudicação, levanta porém um grave problema de mão-de-obra excedentária. Segundo certas estimativas, a produção de equipamentos digitais — baseada na tecnologia dos computadores — exige apenas um quinto dos trabalhadores necessários ao fabrico das centrais electromecânicas.

Sabendo-se que o elevado volume de emprego tem sido desde sempre um dos grandes problemas da Centrel — herdado da Plessey — percebe-se que a empresa não considere suficiente a sua participação no fabrico do digital. Nesta perspectiva, que corresponde às exigências de salvaguarda de uma das duas grandes empresas que dominam o mercado nacional das telecomunicações — a outra é a Standard Eléctrica, companhia do grupo ITT —, a digitalização terá que ter como contrapartida a diversificação da produção e dos mercados e a reconversão do pessoal.

A introdução das tecnologias digitais representa portanto um dos dois grandes desafios que se apresentam neste momento à empresa.

Na óptica dos seus responsáveis, o problema do agravamento dos excessos de mão-de-obra, decorrentes da adaptação das suas unidades industriais ao fabrico de centrais digitais, só poderá ser resolvido mediante uma correcta negociação do licenciamento dos sistemas digitais, que contemple o reforço da indústria nacional e a compense pela entrada das multinacionais num terreno que, até agora, lhe estava reservado.

E este não é um problema de pouca importância, dado que o que está em jogo é um sector a que, segundo as palavras do secretário de Estado das Comunicações, «cabe o papel da liderança do processo de transformação tecnológica nacional». Mas se a associação da Centrel a uma das multinacionais recentemente escolhidas para concorrerem ao fornecimento da tecnologia digital não oferece dúvidas, já as outras condições que o Governo vier a impor a essas companhias constituem presentemente uma incógnita da qual depende a sobrevivência da indústria nacional de telecomunicações.

A liberalização desmedida

Mas além da questão do digital, um outro desafio ganha forma actualmente. Trata-se da tendência para abrir o mercado português das telecomunicações, em obediência a um movimento de liberalização que a maior parte dos países europeus tem recusado estender a este sector estratégico.

De acordo com fontes ouvidas pelo «DL», «Portugal caminha neste aspecto ao contrário do resto do Mundo». Enquanto que os EUA só recentemente é que procederam à abertura daquele mercado e os países da CEE protegem cuidadosamente a sua indústria de telecomunicações, em relação aos seus próprios parceiros, Portugal corre o risco de ceder a tentações liberalizantes, que poderão pôr em perigo a viabilidade de uma indústria em que atingimos um grau de especialização bastante invulgar em países com o nosso nível de desenvolvimento.

Entretanto, a Centrel diz-se pronta e disposta a dar resposta a ambos estes desafios «contando com as suas capacidades tecnológicas e com o esforço nunca recusado — nas palavras do seu presidente, Rocha de Matos — daqueles que nela trabalham».

Para isso, acrescenta este industrial: «só esperamos — e desejamos — que 1985 traga também os enquadramentos necessários por parte de quem

Continua na pág. 12

123 RTP concurso

NOME .....
Idade ..... Profissão .....
Morada .....
Localidade ..... Cod. Postal .....
Telefone .....
Freguesia ..... Concelho .....
Tem televisor? ..... N.º Licença .....
ACOMPANHANTE .....
Idade ..... Profissão .....

IMPORTANTE Preencher em letras maiusculas, recortar pelo tracejado, colar em postal dos Correios e enviar para Concurso Um, Dois, Três Apartado 4315 - 1508 Lisboa Codex

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
SECRETARIA DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS

JAE DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA DA:

E.N. 377-1 – BENEFICIAÇÃO DO LANÇO ENTRE COSTAS DO CÃO E TRAFARIA

– **PREÇO BASE** ..... 16 000 000$00
– **CAUÇÃO PROVISÓRIA** ..... 400 000$00
– **ALVARÁ EXIGIDO:** 1.ª subcategoria da IV Categoria ou IV Categoria – Classe correspondente ao valor da proposta
– **LOCAL, DIA E HORA LIMITE PARA A ENTREGA DAS PROPOSTAS:** Repartição de Expediente Tecnico da Direcção dos Serviços de Conservação (Rua Maria da Fonte 55 - 1000 LISBOA), até às 17h30m do dia 15 de Maio de 1985.
– **LOCAL, DIA E HORA DO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO:** Direcção dos Serviços de Conservação, no dia 16 de Maio de 1985, às 15 horas.
– **LOCAL E HORÁRIO PARA EXAME DO PROCESSO:** Direcção dos Serviços de Conservação e na Direcção de Estradas de Setúbal, todos os dias úteis, nas horas de expediente.

Lisboa, 29 de Março de 1985

O DIRECTOR DOS SERVIÇOS
JOÃO MARQUES TAVARES

NOTARIADO PORTUGUÊS
SEGUNDO CARTÓRIO NOTARIAL DE SINTRA
CERTIDÃO DE NARRATIVA PARCIAL

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que no dia vinte e dois de Março de mil novecentos e oitenta e cinco, a folhas cinquenta e três verso do livro número quinze-G, deste Cartório, entre; José Eurico da Costa Gonçalves e Fernando Antunes Maria, foi constituída a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, «INVESTRA — Sociedade de Financiamento e Comércio Internacional, Limitada», com sede na Rua Vinte e Cinco de Abril, número quarenta e nove, primeiro direito, em Carnaxide, Linda-a-Velha, concelho de Oeiras, a qual ficar-se-á a reger pelos artigos seguintes;

A sociedade adopta a denominação «INVESTRA — Sociedade de Financiamento e Comércio Internacional, Limitada», tem a sua sede na Rua Vinte e Cinco de Abril, número quarenta e nove, primeiro direito, em Carnaxide, Linda-a-Velha, concelho de Oeiras, e durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

SEGUNDO

O objecto da sociedade é o financiamento e comércio geral internacional.

TERCEIRO

O capital social integralmente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de trezentos mil escudos e corresponde à soma de duas quotas iguais de cento e cinquenta mil escudos, uma de cada sócio.

QUARTO

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, fica a cargo dos dois sócios, desde já nomeados gerentes, sem caução e com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral.

Parágrafo primeiro: Qualquer dos gerentes, com o acordo do outro, poderá delegar por meio de procuração, mesmo em pessoa estranha à sociedade, o exercício de parte ou de todos os seus poderes de gerência.

Parágrafo segundo: Para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os seus actos e contratos, são necessárias as assinaturas dos dois gerentes ou procuradores.

Parágrafo terceiro: É expressamente vedado aos gerentes, obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos ao seu objecto, tais como letras de favor, fianças, avales e outros semelhantes.

QUINTO

A cessão total ou parcial de quotas entre os sócios é livremente permitida, a favor de estranhos carece do consentimento, por escrito, dos sócios não cedentes.

SEXTO

A sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os herdeiros do sócio falecido ou o representante do sócio interdito, nomeando aqueles um de entre si que os represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

SÉTIMO

Os sócios poderão efectuar prestações suplementares de capital, nos termos e condições fixados em assembleia geral.

OITAVO

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada dirigida aos sócios, pelo menos com dez dias de antecedência, salvo nos casos em que a lei exija outras formalidades.

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

Segundo Cartório Notarial de Sintra, vinte e seis de Março de mil novecentos e oitenta e cinco.

O Ajudante
Maria da Conceição Seixas da Silva Borges

PROC. N.º 11 092
1.ª SECÇÃO

ANÚNCIO

O Doutor José Antonio da Cruz, Juiz de Direito da 1.ª Secção do 14.º Juízo Cível deLisboa.

Faz saber que por este Juízo e 1.ª secção, nos autos de Acção Sumária n.º 11 092 em que sao Autora: Companhia de Seguros Império EP e Réu: FRANCISCO CARLOS PIRES, com ultima residência conhecida no Bairro da Estação, em Bragança.

Correm éditos de noventa (90) dias contados da 2.ª e ultima publicação do anuncio citando o reu para no prazo de dez (10) dias, findo que seja o dos éditos, contestar, querendo, a acção em que a Autora pede a sua condenaçao no pagamento de Esc: 72 809$00 e juros tudo conforme duplicado da petiçao que fica à sua disposiçao na Secretaria deste Tribunal, sob pena de ser condenado no pedido.

Por constar se passou o presente e mais dois de igual teor que vao ser afixados.

Lisboa, 19 de Março de 1985

O Juiz
Jose Antonio da Cruz
Pelo Escrivao de Direito
Maria Teresa Pena dos Santos

D.L.. 9/4/85 — 2.ª Pub.

TRIBUNAL CÍVEL
DA COMARCA DE LISBOA

13.º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamar o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da segunda e última publicação do anúncio.

Execução de Sentença, n.º 8430/B, 2.ª secção.

Exequentes — Companhia de Seguros Império, E. P.

Executado — Fábrica de Lapidação e Espelhagem de M. Pinto, Lda.ª

Lisboa, 14 de Março de 1985

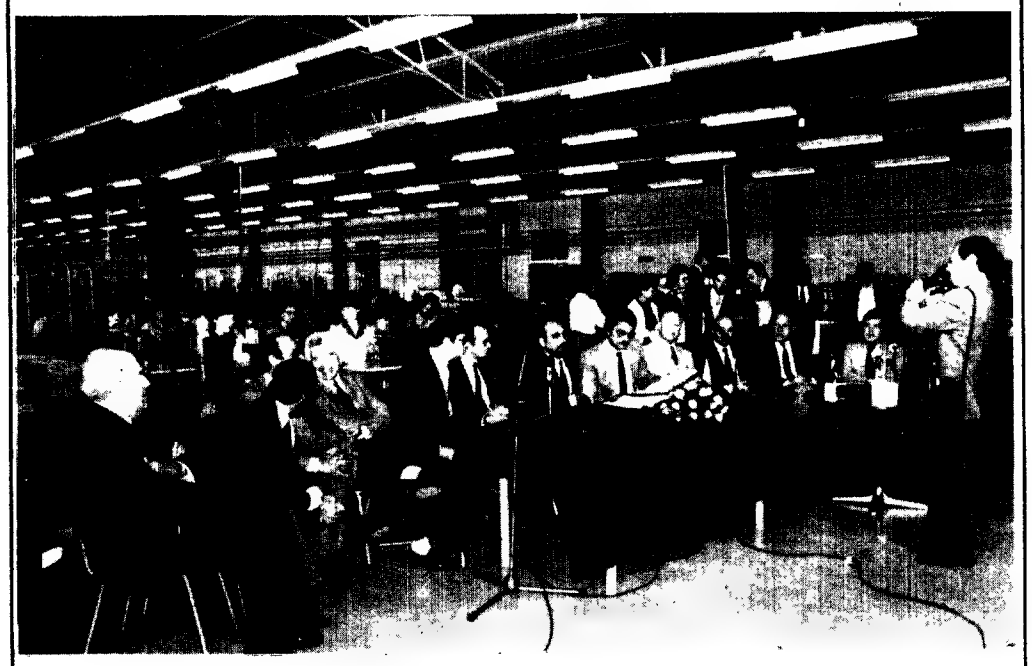
O Juiz de Direito,
a) Jaime Manuel Belém Santana Guapo

O Escrivão de Direito,
a) António José de Paiva Costa

«DL» 9/4/85 — 2.ª Pub.

CÂMARA MUNICIPAL ODEMIRA

- **UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA FAZ RENASCER A CONFIANÇA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.**
- **MELHORA AS CONDIÇÕES DE VIDA**
- **REVIVE AS TRADIÇÕES**
- **ESTIMULA A ACÇÃO DA JUVENTUDE**
- **CONSTRÓI AS BASES DE UM FUTURO MELHOR**



Centrel: uma empresa que soube aceitar o desafio

Continuação da pág. 11

governa e de quem desempenha papel primordial naquelas (a da digitalização e a da adesão à CEE) e noutras opções, para que o esforço e o futuro das empresas seja recompensado, devidamente apreciado, se possível potenciado e, naturalmente, salvaguardado.»

A estratégia definida pela empresa para responder à mudança que se avizinha e à situação presente, caracterizada por uma enorme retracção do mercado interno e por uma extrema competitividade do mercado externo, assenta em três orientações essenciais: diversificação da produção (na área da electrónica e não só); reconversão e formação do pessoal e esforço de penetração em novos mercados externos.

Segundo os responsáveis da Centrel, esta política continua a guiar-se por um dos grandes princípios que têm norteado a recuperação da empresa e que se traduz na manutenção dos postos de trabalho.

A autonomização das divisões

O grupo Centrel surgiu naturalmente por via de uma estratégia que se baseia na autonomização dos diferentes sectores da empresa, por forma a assegurar a sua sobrevivência económica e financeira. No centro do grupo encontra-se uma sociedade de gestão e controlo (holding) — a Centrel — Electrónica Geral, Gestão e Participações, SARL — criada em Dezembro de 1980, com um capital social de 350 mil contos e que é a titular das suas participações nas diferentes empresas que o constituem.

Estas empresas não resultam porém de compras directas mas, essencialmente, da transformação de algumas das divisões da Centrel Automática Eléctrica Portuguesa. Esta, por sua vez, resultou, em 1980, da fusão da Centrel Electrónica Geral, criada em 1971, com a quase falida Plessey-Automática Eléctrica Portuguesa, surgida, em 1964, por via da absorção pela multinacional americana Plessey, da Automática Eléctrica Portuguesa, empresa associada de um grupo inglês, fundada em 1945.

As empresas participadas pela holding são a própria Centrel Automática Portuguesa, SARL (CAEP), que continua a ser a principal sociedade do grupo, com 71,5% do seu capital pertencente à Centrel Electrónica Geral, 21,7% à Sociedade de Investimentos e Participações do Estado e os restantes 6,8% distribuídos por pequenos investidores, a STE, Serviços de Telecomunicações e Electrónica, SARL; a RTS, Rádio, Transmissões e Sistemas, SARL; a IME, Indústrias Metalomecânicas, SARL; a SMS, Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.; a Centrel/Telecom U.K. (empresa destinada a apoiar a comercialização dos produtos Centrel no mercado britânico e na sua zona de influência) e a EID, Empresa de Investigação e Desenvolvimento em que participam igualmente a Tabaqueira e o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.

Quanto aos projectos futuros, prevê-se a continuação deste processo de autonomização das diferentes divisões da CAEP, admitindo-se que até ao fim deste ano venha a surgir mais uma nova empresa resultante da actual divisão de Rádio, Transmissões e Sistemas.

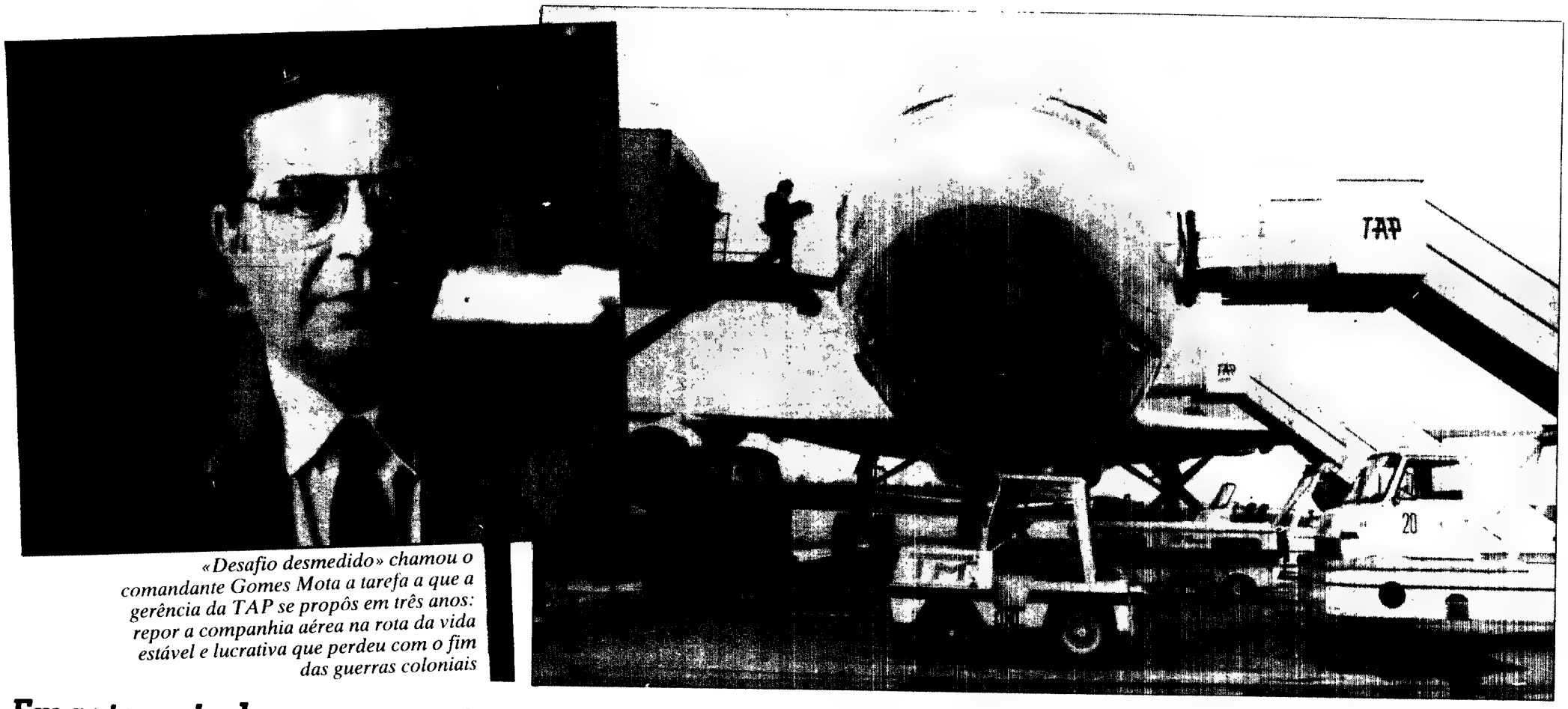
Um outro vector daquilo que deveria ser a diversificação da actividade do grupo — a aquisição e recuperação da Messa — ficou, como se sabe, por concretizar devido à falta de cumprimento pelo Governo das obrigações que contratualmente tinha assumido com a Centrel.

Apesar desta imagem de um complexo empresarial composto por oito unidades autónomas, a principal actividade do grupo continua a desenvolver-se em torno da Centrel Automática Eléctrica Portuguesa.

No final do ano passado, esta empresa, com as suas três unidades industriais de «Estações Públicas de Comutação», «Aparelhos para Assinantes» e «Rádio, Transmissões e Sistemas» (respectivamente instaladas em Cabo Ruivo, Corroios e Monte da Caparica) ocupava um total de 3100 pessoas e somava vendas em 1984, no valor de 5,2 milhões de contos.

Destacando-se entre os clientes estrangeiros o Médio Oriente (Iraque, Jordânia e Koweit), a África e o Extremo Oriente, os principais produtos exportados foram os telefones, as componentes para centrais e os equipamentos de transmissão.

No mercado nacional os principais clientes da empresa são os CTT/TLP e as Forças Armadas. Em ambos estes sectores o mercado está praticamente dividido em partes iguais com a Standard Eléctrica.



«Desafio desmedido» chamou o comandante Gomes Mota a tarefa a que a gerência da TAP se propôs em três anos: repor a companhia aérea na rota da vida estável e lucrativa que perdeu com o fim das guerras coloniais

Em rota guiada por um contrato-programa

Três anos a velocidade de cruzeiro para aterrar em pista estável

Daniel Reis

A rota da TAP até 1987 guia-se por um contrato-programa celebrado com o Governo no início de Fevereiro. O longo voo de três anos tem como pontos de escala o equilíbrio económico e, a partir de 1986, o começo da obtenção de lucros na mesma ordem de grandeza dos prejuízos aos últimos anos: 7,7 milhões de contos em 1983, três milhões e 400 mil em 82 e cinco milhões e 200 mil em 81. O objectivo último da viagem é fazer da TAP a empresa lucrativa e próspera que já foi, mesmo que a rota esteja pejada de escolhos e a navegação se faça cautelosamene e a baixa velocidade, pois pesa no bojo da nave o lastro de uma dezena de anos de défices.

O fim das guerras coloniais fez entrar a transportadora aérea nacional numa espiral de desastre financeiro quase incontrolável. E após uma dezena de anos de sobe e desce, o contrato proposto ao Governo afigurou-se como a única carta de voo aceitável a balizar a rota até ao objectivo teórico da prosperidade.

Mas esse contrato-programa acabou por ser assinado ja ferido nalguns dos pressupostos-base pela falta de verbas para o saneamento financeiro, propostas pela empresa, mas tornadas impossíveis de conseguir dadas as «graves dificuldades económicas e financeiras por que passa o País», segundo a explicação oficial. O Estado limitou-se ao aumento de um milhão de contos do capital social — como se sabe, trata-se de uma empresa pública — elevando-o para sete milhões.

A TAP foi a empresa que mais directa e violentamente sentiu os efeitos da descolonização pois fora dimensionada à escala imperial, com as linhas de África a gerarem sobre lucros que cobriam os prejuízos das ligações regulares à Europa e à América. Um responsável da empresa disse em recente cerimónia pública que a linha de Luanda constituiu capital bastante para apoiar a expansão da empresa no início dos anos 70.

Perdido o negócio certo do transporte de tropas e das pessoas e bens, garantidos, regularmente, nas rotas de África, em função das guerras coloniais e de uma certa euforia expansionista que se vivia em Angola, a TAP entrou em colapso. Viu-se perante a urgência de refazer toda a sua filosofia empresarial e renovar a sua frota para dispor de trunfos para se bater com poderosos concorrentes no mercado agressivo do transporte aéreo internacional.

Sucessivas mudanças de equipas directivas, nomeadas e demitidas em função do clientelismo dos Governos, mais que do que por deliberada e assumida política de recuperação, agudizaram a crise e os défices que este contrato-programa e a estratégia empresarial subjacente pretendem alterar, radicalmente, num ambicioso voo de três anos, que vai de 1985 até 1987.

Aliás, o horizonte empresarial em que se movem os aviões da TAP está viciado desde o período de expansão da companhia pois enquanto as receitas subiram em dez anos de 4,7 para 80 milhões de contos, o capital social não aumentou entre 1973 e 1984 mais que 6,2 milhões de contos. Esta tem sido a contribuição directa do Estado para a TAP. Foi por isso necessário recorrer a empréstimos externos nomeadamente para a compra de aviões, que elevaram os encargos financeiros da empresa para 12 milhões de contos/ano. Esses encargos atrofiam só por si, qualquer tentativa de saneamento da vida da empresa.

A contínua valorização do dólar face ao escudo é uma dificuldade acrescida de gestão pois enquanto das receitas totais (80 milhões de contos em 84) só 20 por cento são em dólares, as despesas realizadas no mesmo período foram-no 40 por cento em dólares ou divisas aferidas pela moeda norte-americana.

Há ainda milhões de contos a crédito da TAP, nos países africanos de língua portuguesa, que não tem sido possível transferir e mobilizar, pesando também negativamente na exploração a indefinição das regras de acesso do transporte não regular — voos fretados — ao território nacional, com particular acuidade ao Algarve e à Madeira.

Tudo isto são limitaçoes a execução do contrato-programa, que visa como objectivo central transformar a TAP de empresa altamente deficitária em geradora de lucros e elemento importante de captação de divisas para o País.

Como reduzir encargos fixos

A estratégia adoptada para a inversão da situação financeira da empresa passa pela melhoria da produtividade (menos trabalhadores e horas de voo, transportando mais passageiros e carga), a criação de duas empresas subsidiárias (Air Atlantis e LAR, previstas no contrato-programa) e — uma política de desinvestimentos que atenue, progressivamente, a dependência financeira dos encargos fixos (juros e amortizações) com o estrangeiro.

Quanto à produtividade, os resultados do ano passado já revelam alguns progressos, pois a taxa de utilização dos lugares oferecidos subiu de 65 para 69 por cento com menos voos, menos quilómetros e menos horas no ar.

Das empresas subsidiárias falamos noutro local desta reportagem sobre a TAP aguardando-se com expectativa a sua efectiva entrada em funcionamento, nomeadamente da empresa de fretamentos turísticos como previsível geradora de lucros. Trata-se de uma subsidiária em que a TAP detem a totalidade do capital social.

Mais complicada é a questao dos encargos financeiros resultantes das operações de modernização da frota, onde se incluiu a aquisiçao de cinco «Tristar», da Lockheed, o último dos quais o «Santo António de Lisboa», foi baptizado no dia 14 de Março, durante a comemoração do 40.º aniversário da empresa.

Estão a ser renegociadas as condições da compra dos aviões de longo curso, fundamentalmente visando reduzir os encargos financeiros anuais, que são actualmente da ordem dos 12 milhões de contos. As negociações apontam para a passagem dos sete Boeing 737 e os cinco Tristar da Lockheed de um regime de propriedade plena para o regime de «leasing». Os Tristar foram as últimas e mais modernas unidades a integrar a frota da empresa e são em grande parte responsáveis pelas melhorias de produtividade do ano passado.

O património pleno da TAP reduz-se, assim, mas continuando com os aviões ao seu serviço, baixam substancialmente os custos fixos e de operação da frota. Já em Maio do ano passado foram vendidos à TWA os dois últimos Boeing 747 que ainda operavam na companhia portuguesa.

Aumentar a quota nos voos «Charter»

Esta política implica também, segundo as claúsulas do contrato-programa, limitar o problema do investimento a despesas de substituições e melhorias qualitativas e de produtividade. Está, no entanto, assegurada (segundo afirmação do presidente da TAP em conferência de Imprensa, no ano passado) «integralmente a capacidade operacional e a eficiência dos factores de concorrência comercial».

Quanto à Air Atlantis, que já

Continua na pág. 14

Tudor equipa melhor

TAP-Air Portugal: a segunda viragem aos 40 anos

Continuação da pág. 13

vai operar em pleno na estação alta do turismo de 1985, os objectivos são essencialmente concorrenciais no mercado dos voos fretados, de carga e passageiros, em expansão em todo o mundo, de modo a assegurar uma quota propiciadora de lucros à empresa-mãe. O capital social da Air Atlantis foi subscrito a 100 por cento pela TAP.

Entre 1982 e 83 o tráfego aéreo não regular em Portugal passou de uma quota de 48,5 para 51,4 por cento, tendo esta tendência sido acentuada no ano passado. Isto significa que já são transportados, de e para Portugal, mais passageiros e carga em voos fretados, do que nas carreiras regulares.

No ano passado a própria TAP transportou por fretamento 244 mil passageiros, ou seja, mais 25 por cento que no ano anterior. Mesmo assim, a participação da transportadora aérea nacional nesse mercado de voos «charter» com origem ou destino em Portugal foi apenas de 11 por cento.

O objectivo é «comer» uma fatia maior deste mercado em concorrência directa e agressiva com a imensidade das companhias de voos não regulares, principalmente as que operam na Europa.

O exemplo da Espanha é significativo: destino turístico por excelência, os voos não regulares significam 85 por cento do tráfego aéreo total e boa parte dele é assegurado por companhias espanholas.

A previsão para o Verão, na Air Atlantis, é de chegar pelo menos a uma quota de mercado na ordem dos 25 por cento (hoje na TAP é apenas de 11 por cento) com receitas previstas para 6,5 milhões de contos. Se o dólar continuar a valorizar se em relação ao escudo, e porque 95 por cento dos voos são pagos em dólares, essa receita pode aumentar.

Contratos foram estabelecidos com operadores turísticos que garantem, só para o Reino Unido, 30 voos semanais para 17 aeroportos na sua maior parte em cidades onde a TAP não chegava. Inclusive, a Air Atlantis vai voar para a Suecia, Austria e Irlanda países não abrangidos nas operações da TAP.

A frota da nova empresa é constituida por quatro aviões (dois «Boeing-707» e dois «737»), três sediados em Faro e um em Lisboa. 1 de Novembro, quando se entra na época baixa do turismo no continente, os dois «Boeing-737» retiram da operação, sendo substituidos por dois B-727/100, um dos quais passa para o Funchal.

Na Air Atlantis vão trabalhar 120 comissários e assistentes de bordo — 70 em Faro, 30 em Lisboa e 20 no Funchal — na sua maior parte recrutado em regime de prestação eventual de serviços, portanto com muito menos encargos sociais para a TAP. Esta solução é mais barata do que a utilização do pessoal excedentário da TAP, mas é susceptível de causar alguns conflitos no relacionamento da TAP com os Sindicatos, nomeadamente com o Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC).

Mais lugares por avião (130 nos B-737 e 188 nos B-707) com sacrifício de algumas comodidades e custos operacionais mais baixos, mantendo o nível de qualidade e segurança tradicionais da TAP, são as apostas da Air Atlantis para entrar em força no mercado dos voos fretados.

A Air Atlantis vai voar para 11 cidades francesas, cinco da Alemanha Federal, 17 do Reino Unido, duas da Suíça, e uma do Canadá, Estados Unidos, Angola, Austria, Holanda, Suecia e Dinamarca.

Para conhecer a verdade «caso das dívidas» Sá Carneiro indispensável ler

Destruir «o diário» tem sido um objectivo de sucessivos governos reaccionários. Sem se aperceberem disso, eles contribuíram, pela própria irracionalidade do ataque, para projectar «o diário» como exemplo de coerência, de fidelidade aos princípios, de firmeza no combate pelas liberdades e pela defesa do regime democrático. «o diário» não se submete, não se deixa intimidar.
Notícias, comentários, artigos sobre o recorde mundial de processos imposto a «o diário», têm sido publicados em muitos países. O conjunto coloca no banco dos réus da consciência social o sistema de Poder responsável pela infindável série de julgamentos. A fúria persecutória volta-se contra os seus autores; engrandece o jornal que dela é vítima, em vez de o diminuir.
A nossa posição moral é inatacável. Cada novo processo produz um efeito oposto ao visado: reforça a confiança dos leitores.
Os trabalhadores portugueses sabem que a ofensiva contra o seu jornal nos tribunais se insere na exacerbada luta de classes que caracteriza o fluir da Revolução iniciada a 25 de Abril de 1974.
A história confirmará que «o diário» soube cumprir nestes anos difíceis a sua função social, honrando o lema «a verdade a que temos direito».

Miguel Urbano Rodrigues

editorial CAMINHO na estrada do futuro

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA

Na passagem do Dia Mundial da Saúde, a Câmara Municipal não podia deixar de associar-se às comemorações.

Destacamos assim, neste dia, a publicação do Boletim Municipal «A SAÚDE» e o início da campanha nas escolas primárias a qual irá abranger 3500 alunos e cujo objectivo é detectar defeitos de visão nas crianças.

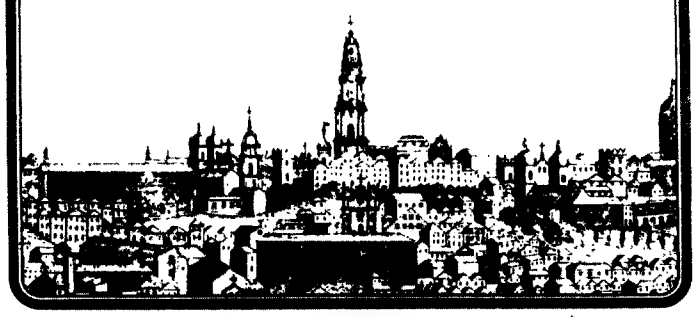
A saúde e o bem-estar das populações do concelho de Palmela tem sido uma preocupação constante do Executivo da Câmara de Palmela, muito embora as dificuldades, que se deparam a cada passo, sejam muitas e mais grave ainda que esse facto não deixarem de agravar-se constantemente pela actuação política do Desgoverno que tem gerido o País nos últimos meses.

Os salários em atraso, a fome, a miséria, problemas que se sentem com particular acuidade no Distrito de Setúbal, onde o concelho de Palmela se insere, são factores de inteira responsabilidade daqueles que têm gerido os destinos da Nação, a Nível Central, só podem conduzir a um agravamento das condições de saúde das populações.

A CM de Palmela tudo tem feito, e continuará a fazer, para minorar estes problemas da população embora continue a lutar para que eles sejam resolvidos pelas instâncias responsáveis ao nível do Governo Central

ALIANÇA SEGURADORA

SEGUROS EM TODOS OS RAMOS



Paz laboral sofre trepidações

A paz laboral que reina actualmente na TAP, com os sindicatos relativamente calmos, após negociações directas com a empresa há uns dois anos (à saída de um percurso extremamente agitado que incluiu períodos de greves muito duras) corre alguns riscos de se deteriorar sentindo-se já alguns sintomas de trepidações nomeadamente com a entrada em funcionamento de uma das duas companhias subsidiárias, a Air Atlantis.

As negociações directas que envolveram vários dos sindicatos consubstanciaram-se em cedências dos trabalhadores quanto ao regime de prestação de serviços que permitiram à empresa utilizar mais intensivamente os seus quadros, nomeadamente os tripulantes dos aviões (pessoal navegante e pessoal de cabine).

A questão voltou à ordem do dia no âmbito do contrato-programa. Ele prevê como forma de viabilização da TAP, e segundo dirigentes do SNPVAC, «mais trabalho, menos descanso e alteração do condicionalismo dos voos nocturnos».

Em cerimónia de assinatura do contrato-programa, disse o comandante Gomes Mota, presidente do Conselho de Gerência, que se «acumulam as reivindicações com as condições de prestação de trabalho, sem uma clara definição, ao nível do sector, das regras do regime laboral».

Esse contrato-programa, que incluía a criação da subsidiária de voos não regulares, Air-Atlantis, determinava expressamente a «preferência no preenchimento dos quadros das novas empresas associadas e subsidiárias a trabalhadores transferidos ou destacados da TAP».

Se assim está a ser feito com o pessoal navegante (pilotos, mecânicos de bordo e co-pilotos) e com o pessoal técnico administrativo e comercial, que é requisitado à TAP, já o mesmo não se passa com o pessoal de cabine (comissários e assistentes de bordo) com excepção do PNC Sénior.

O pessoal de cabine está a ser recrutado fora da empresa, recebendo neste momento cursos de formação nas instalações da TAP. Será utilizado em regime de prestação eventual de serviços «em condições mais vantajosas para a empresa», segundo declarou Francisco Matos, coordenador da Comissão Instaladora.

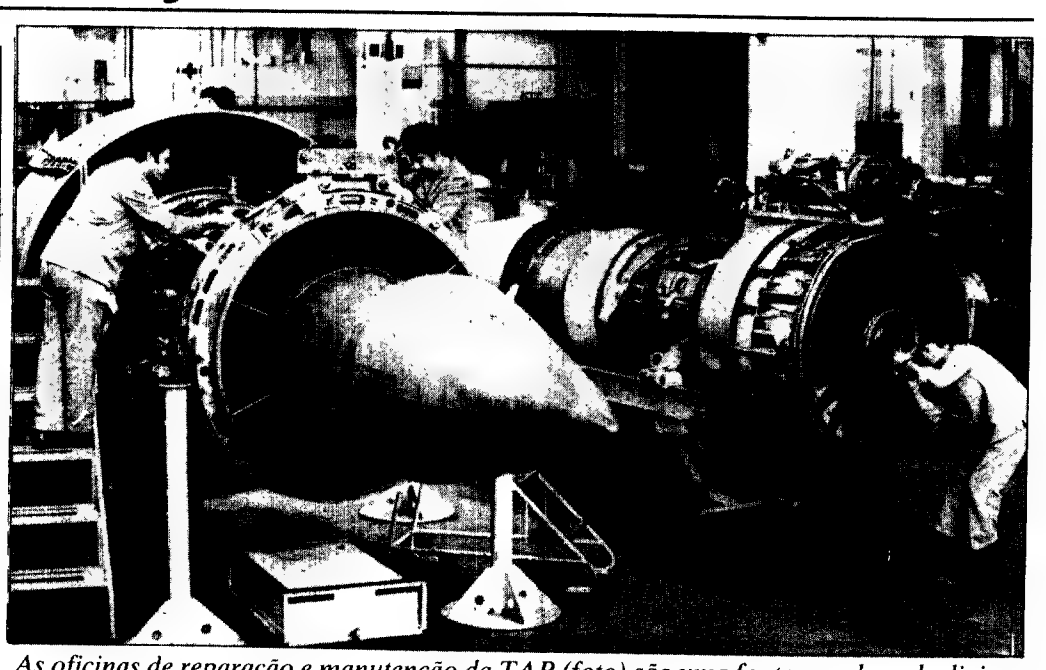
Os 120 novos elementos assim recrutados, na sua maioria no local onde vão ficar sediados, terão como base Faro (70 elementos), Lisboa (30) e Funchal (20).

Na assembleia geral do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (realizado no dia 1 de Abril último), para além de ter sido apontado o risco da alienação de aviões e da formação de empresas subsidiárias foi repudiado recrutamento de pessoal exterior à empresa enquanto se cria automaticamente «uma bolsa de excedentes de pessoal de voo». O Sindicato insiste, ainda, na aplicação da preferência prevista no contrato-programa.

No entanto, e segundo foi também afirmado na assembleia geral do SNPVAC, o conselho de gerência já terá feito saber ao Sindicato do Pessoal de Voo, afecto à UGT, que é «mais rentável manter o pessoal sem fazer nada do que destacá-lo para a Air Atlantis».

Uma moção para avisar o conselho de gerência e a opinião pública para estes factos foi entretanto publicada pelo sindicato em alguns órgãos de informação, no primeiro sinal de que a paz laboral reinante na TAP pode estar a sofrer alguma trepidação.

O pessoal de voo também se tem manifestado apreensivo pela «tendência para o agravamento dos tempos de trabalho e repouso, com manifesta repercussão da fadiga dos tripulantes», o que pode afectar «a salvaguarda da integridade física dos passageiros numa situação de emergência».

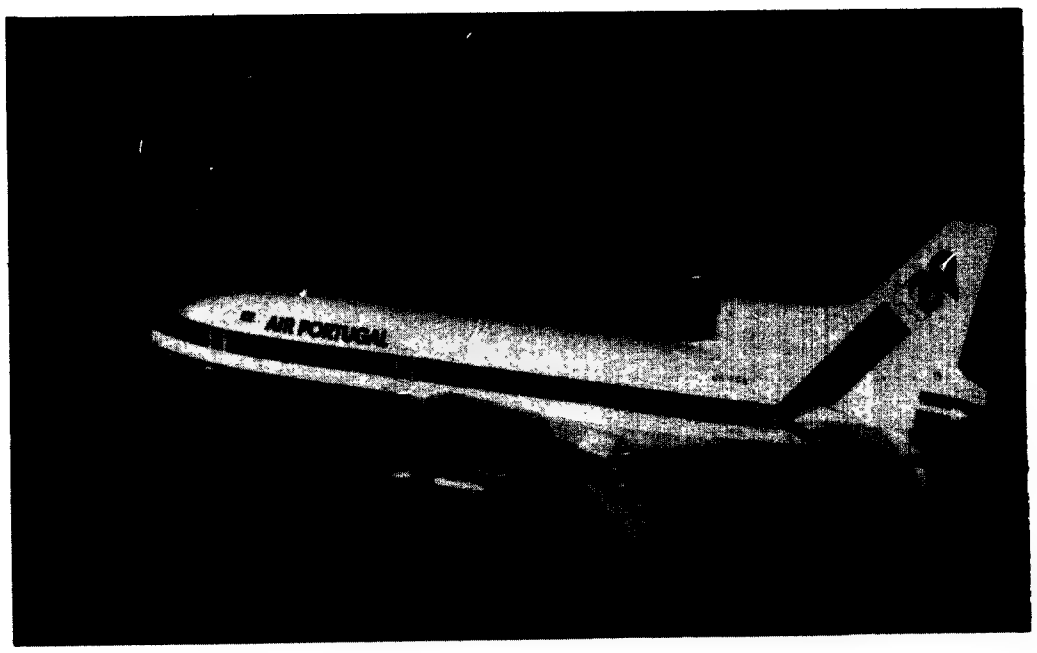


As oficinas de reparação e manutenção da TAP (foto) são uma fonte geradora de divisas para a companhia. No ano passado facturaram 2,2 milhões de contos e têm em mãos um dos seus mais significativos contratos, iniciados em Abril de 1984: a transformação técnica de 35 aviões da Federal Express Corporation, dos Estados Unidos

A TAP em números

Capital social — 7 milhões de contos
Activo — 74 milhões de contos
Encargos financeiros — 12 milhões de contos / ano
Pessoal — 9762 funcionários (9974 em Dez / 83 e 9813 em Dez / 84)
Aviões operacionais — 26 unidades: seis B - 707, quatro B -727 / 100, quatro B - 727 / 200, sete B - 737 / 200, cinco L-1011 /Tirstar 500

Actividade em 1984:
Facturação — 80 milhões de contos
Passageiros transortados — 2023 639 (mais 5% que em 83)
Carga — 36,9 mil toneladas (mais 16 por cento)
Correio — 423 mil toneladas
Voos — 21 377, correspondentes a 55 215 horas voadas e 36,03 milhões de quilómetros percorridos (em 83, respectivamente 22 683 — 56 101 — 37 790 129)
Coeficiente de utilização de lugares — 69 por cento 65 em 83)
Coeficiente de útil, total (passageiros e carga) — 60% (59 em 83).



Os cinco «Tristar» da Lockheed (um deles na foto) devem passar do regime de propriedade plena para o «leasing» como forma de reduzir drasticamente os encargos fixos da TAP, hoje avaliados em 12 milhões de contos/ano

Companhias subsidiárias para os "charters" e ligações regionais

A criação de duas companhias subsidiárias, uma para as ligações regionais no Continente e na Madeira e outra para os voos não regulares «charters» essencialmente para transportes de turistas, foi tomada já na gerência de Gomes Mota.

Os estudos para o lançamento da LAR — Linhas Aéreas Regionais — e da Air Atlantis foram desenvolvidos no ano passado e as duas novas empresas estão prontas a voar prevendo-se, já para este ano, receitas a realizar pela Air Atlantis na ordem dos 6,5 milhões de contos.

Como empresa organizada para os voos regulares e as operações de médio e longo curso, que exigem uma estrutura laboral rígida e cara, idêntica à das grandes companhias internacionais de aviação, a TAP não estava em condições de assegurar as ligações curtas entre as cidades do Continente, a preços rentáveis e aliciantes para os eventuais utilizadores. Daí os prejuízos acumulados na Divisão TAP-Regional, que levaram a encarar-se a sério a sua extinção pura e simples.

Em vez da extinção e do fim dos voos para o interior, a TAP liderou o processo da criação da LAR, subscrevendo um terço do capital social (que é de 50 mil contos) e associando ao projecto oito autarquias (as câmaras de Bragança, Braga, Vila Real, Viseu, Covilhã, Coimbra, Faro e Portimão), duas empresas privadas (Ilídio Monteiro e Orey Antunes) e quatro empresas públicas (CTT, TLP, ANA e Rodoviária).

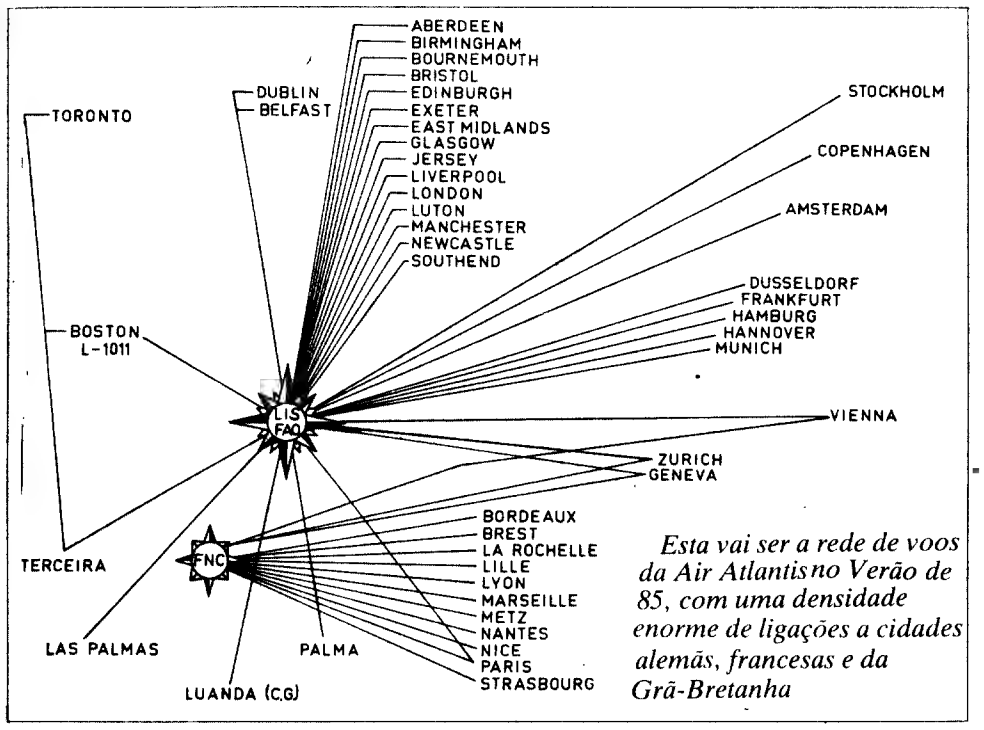
A TAP, para além de parte do capital social, fornece os aviões e todo o suporte técnico e operacional, garantindo ainda um quantitativo certo de horas de voo nos primeiros tempos de actividade.

A frota utilizada por esta nova companhia integra três aviões «Twin Oter», de 19 passageiros cada e que faziam plarte do património da TAP, e um «King Air», de oito passageiros, assegurado em regime de «leasing».

A primeira fase dos voos, que está a ser ensaiada, inclui ligações Lisboa-Portimão-Faro, Lisboa-Coimbra-Covilhã, Lisboa-Viseu-Vila Real, Lisboa-Bragança, Lisboa-Porto e Funchal-Porto Santo.

O esforço de relançamento da TAP aponta para diferentes perspectivas de desenvolvimento

TAP - Air Portugal: a segunda viragem aos 40 anos



Esta vai ser a rede de voos da Air Atlantis no Verão de 85, com uma densidade enorme de ligações a cidades alemãs, francesas e da Grã-Bretanha

À LAR deve ser cometida também a exploração de boa parte do tráfego entre Lisboa, Porto e Faro, nomeadamente nos voos onde não são necessários aviões de grande porte. Também poderá entrar na exploração de voos entre as regiões fronteiriças, mediante acordos a estabelecer com as autoridades espanholas.

Para as autarquias, em especial as mais distantes da capital e que dispõem de aeródromos, o transporte aéreo é uma condição essencial de progresso e desenvolvimento; daí o interesse em compartilharem com a TAP os lucros eventuais da nova empresa. Mas se, como é de prever, o transporte aéreo regional continuar a dar prejuízo durante mais anos, esta foi a forma encontrada pela TAP para os distribuir. Até aqui era o único parceiro a assumi-los, embora não fosse o maior beneficiário social da operação.

De qualquer modo, a estrutura organizativa da LAR é muito mais leve, portanto com custos operacionais mais baixos.

Consta também no plano estratégico de recuperação da TAP a intensificação da capacidade instalada das oficinas de manutenção, transformadas num autêntico estaleiro aéreo. Elas facturaram no ano passado 2,2 milhões de contos (14,3 milhões de dólares) dos quais 88 por cento corresponderam a serviços prestados à TAAG (Angola), Dominicana (República Dominicana) e Federal Express Corporation (Estados Unidos).

Só no que respeita à Federal Express (responsável por 64 por cento das receitas do ano passado) espera-se em 85 um acréscimo de facturação oficinal da ordem dos 3 milhõs de dólares. O progama iniciou-se em Abril de 1984 e foi cumprido à média de uma Grande Inspecção mensal a 35 aviões daquela transportadora norte-americana.

A política de pessoal

Há outros factores que contam, na estratégia administrativa da TAP, para a desejada recuperação financeira, como sejam a abertura de novas lojas de vendas, o reequacionamento de operações em algumas linhas (como a de extensão da carreira do Rio a S. Paulo, já feita), a oferta de novos serviços a bordo, a criação de um operador turístico e a dinamização de uma sociedade de gestão hoteleira com a Estoril-Sol.

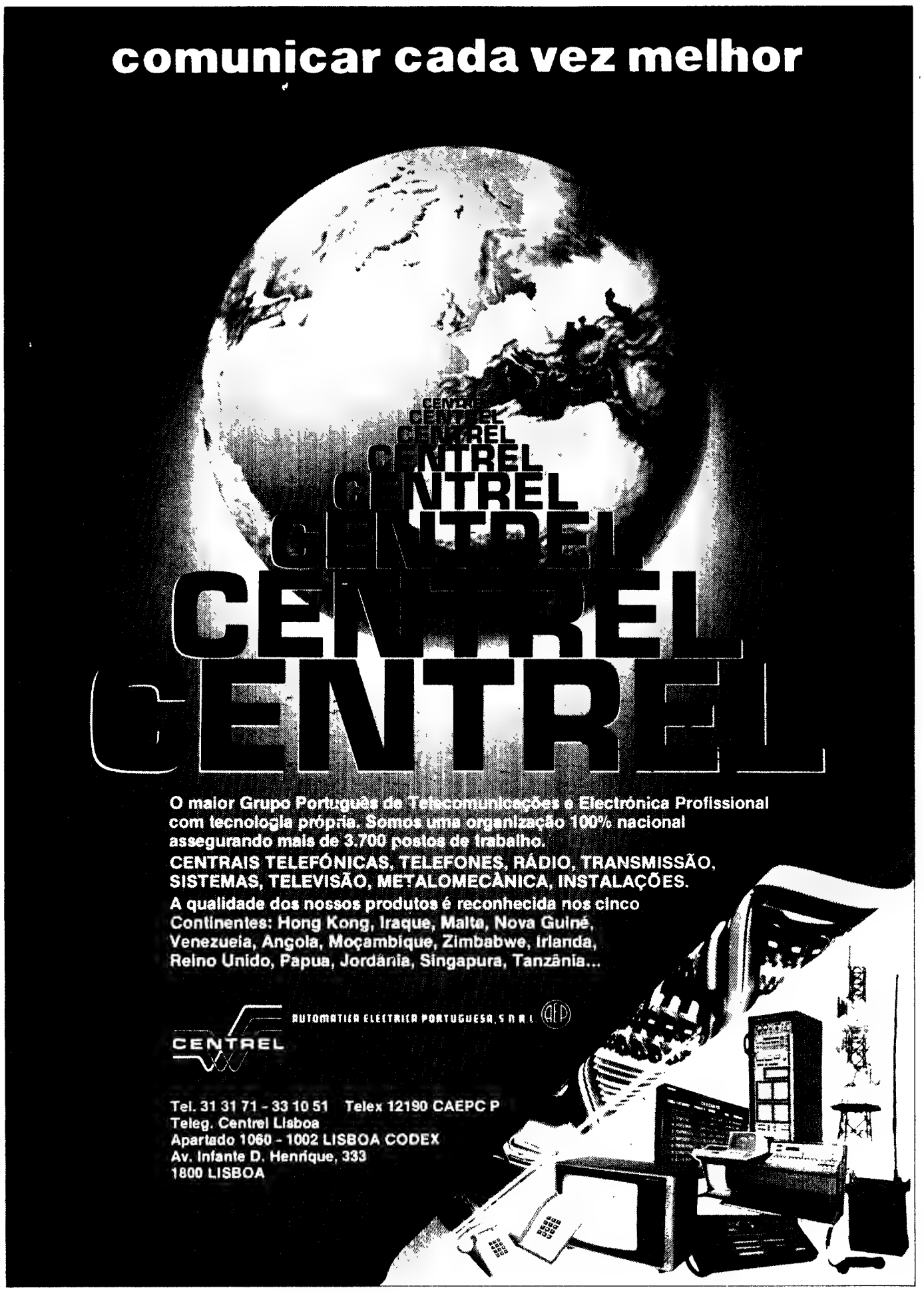
Importantes também são os dois empréstimos obrigacionistas de 2,5 milhões de contos cada (um em 1985 e outros em 1986) que visam aliviar a pressão dos encargos financeiros de curto prazo. Mas a pedra de toque para que o contrato-programa dê os frutos desejados é a política de gestão de pessoal e a paz social que dela possa resultar.

Os objectivos neste domínio, anunciados por Gomes Mota em Julho do ano passado e que têm estado a ser desenvolvidos, sintetizam-se na flexibilização das condições de prestação de trabalho e das respectivas remunerações acessórias, na reclassificação e reconversão profissionais contínuas na redução dos efectivos de pessoal, principalmente nas áreas de natureza administrativa, e na admissão de jovens quadros, licenciados e altamente especializados, para combater a progressão rápida da idade média dos quadros superiores.

Foram admitidos 30 licenciados em engenharia, economia e matemática, por concurso lançado em Outubro, com média da formação mínima de 14 valores e idade máxima de 28 anos. Simultaneamente, a TAP está a conjugar sistemas de incentivos à rescisão de contratos de trabalho com reformas antecipadas, sempre por mútuo acordo e em regime de voluntariato, sem adopção dos despedimentos individuais ou colectivos (pelo menos anunciados) como política de empresa.

Os efectivos de pessoal baixaram, assim, de 9974, em Dezembro de 83, para 9762 na actualidade, o que significa menos 212 funcionários na empresa.

A mais delicada questão da chamada **flexibilidade das condições de trabalho com moralização das remunerações acessórias,** como lhe chama a empresa, remete-a a gerência da TAP para **a discussão aberta e franca com os sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa.** Um dos sindicatos já se referiu à **tendência para o agravamento dos tempos de trabalho e de repouso.** Mas é da paz social e do entendimento que até 1987 for possível ir mantendo, mesmo com trepidações e acidentes de percurso, entre a empresa e os sindicatos que depende o êxito do contrato-programa e a obtenção da meta fundamental da recuperação económica e financeira da TAP de modo a transformá-la numa empresa próspera e lucrativa que, ao mesmo tempo, assegure a função social da ligação com as comunidades emigrantes e com os países nossos principais parceiros no Mundo.



Esteve durante meses ao lado dos sandinistas

Major português contou para o "DL" a sua experiência na Nicarágua

Manuel Geraldo

Na situação de reserva voluntária, o major José António Baptista, oficial de Abril desde a primeira hora, partiu há meses para a Nicarágua onde pretendia contribuir com o seu esforço, e os seus conhecimentos militares, para a consolidação do socialismo na pátria de Sandino. Mas o acordo travado entre o secretário de Estado norte-ameicano, George Schultz e Daniel Ortega, em que este se comprometeu a uma retirada unilateral dos assessores militares estrangeiros estacionados no seu país, fez com que o jovem oficial tivesse de regressar a Portugal, sem conseguir prolongar por mais tempo a sua militância internacionalista.

Major Baptista: obrigado a abandonar a Nicarágua devido ao acordo entre Schultz e Ortega, que levou à retirada de assessores militares estrangeiros

Mas da sua experiência na Nicarágua (ele que fez a guerra colonial em Angola e participou nas fases mais importantes da revolução portuguesa, sempre bem colocado junto aos órgãos de decisão) recolheu alguns elementos de análise comparativa que achámos de interesse trazer até aos leitores do «DL». Começámos por perguntar ao major Baptista como encontrou a Nicarágua. Ou melhor: se a leitura feita à distância de tantos quilómetros, através das notícias que nos chegam, corresponde à realidade, que se vive presentemente naquele país centro-americano.

Major Baptista: «É evidente que há notícias e notícias. Mas se nos reportarmos às que têm como fontes os órgãos de Comunicação Social de esquerda, verifiquei que, salvaguarando um ou outro ponto de análise mais complexa, só possível de atestar no terreno, a situação vivida na Nicarágua é aquela a que temos acesso aqui em Portugal. Porque, hoje, a geração que viveu a Revolução de Abril está na posse de muitos dos factores, nacionais e estrangeiros, que levaram à sua destruição. Torna-se assim mais fácil analisar à distância os sintomas de recuo ou avanço nos processos revolucionários noutras paragens. Assim quando ouvimos dizer que o FMI já «negoceia» na Nicarágua é claro que não é bom sintoma. Tal como não é bom sintoma o à-vontade com que um dirigente direitista, como o Artur Cruz, se movimenta no país, fazendo ouvir a sua voz contra o regime sandinista».

«DL»: E como faz Artur Cruz ouvir a sua vez?

Major Baptista: «Sabe-se como Artur Cruz tem contactos com a CIA, com Napoleon Duarte e com dirigentes dos «contras». Ainda há pouco tempo deu uma conferência de Imprensa com eles, no exterior, apelidando os de combatentes da liberdade e voltou depois à Manágua sem nada lhe acontecer. O mesmo sucede com a hierarquia da Igreja Católica, que, em contraste com um número elevado de padres progressistas, sintoniza as suas opiniões com a reacção».

«DL»: E quanto às consequências das negociações com o FMI?

Major Baptista: «Pelo que se tem passado em Portugal não é difícil de avaliar. Por exemplo, e enquanto eu lá estava, o leite subiu num só dia de seis para treze córdobas. No que se refere à inflação atingia os duzentos por cento, quando regressei, enquanto os aumentos salariais não iam além dos sessenta por cento. A introdução do FMI na política nicaraguense levou, por outro lado, a que os cooperantes estrangeiros tivessem que começar a pagar, desde Janeiro deste ano, o seu alojamento em dólares».

«DL»: Este facto, aliado às limitações impostas pelo acordo de Daniel Ortega com George Schultz poderá levar à diminuição de cooperantes?

Major Baptista: «Não tenho dúvidas de que assim irá acontecer, pois os brigadistas têm sempre a seu cargo as despesas de transporte e os de alojamento e alimentação fora da zoa de trabalho, quer estejam em gozo de férias ou não. Em meu entender esta situação só poderá ser alterada se o Comité de Solidariedade com «Los Pueblos» vier a apoiar, de futuro e mais decidamente, o esforço de uma juvenude animada de elevados sentimentos internacionalistas. A obrigatoriedade de pagar o alojamento em dólares já levou a que a maioria dos voluntários seja, hoje em dia, oriunda dos países mais endinheirados, sobretudo da RFA e dos EUA».

Daniel Ortega mantém carisma

«DL»: As negociações, e cedências, com os EUA e com o FMI, não estarão a criar na Nicarágua uma situação parecida à que levou ao 25 de Novembro em Portugal?

Major Baptista – Penso que não, pelo menos ao ritmo a que se processou a recuperação de direita no nosso país. Em Portugal as cedências ao FMI e aos norte-americanos foram gerando progressivamente a deserção de franjas importantes da população civil, e militar, para as hostes das forças contra-revolucionárias. Ora, na Nicarágua constatei um fenómeno de índice contrário. A explicação está, sem margem para dúvidas, no facto de na Nicarágua ter havido uma guerra civil anti-Somoza e anti-imperialista, que foi um processo de consciencialização muito mais profundo do que aquele que ocorreu com o derrube de Marcelo Caetano. Face às cedências do seu governo (onde se encontram pessoas sem qualquer passado de luta e mesmo alguns com ligações ao antigo regime) a maioria dos nicaraguanos, e de entre eles muitos dos milicianos com quem falei, já dizem ser preciso uma segunda revolução sandinista. Depois, em Portugal, no pós-25 de Abril, existiu um povo armado pela hierarquia e na Nicarágua existe um povo que se armou a si próprio, com comandantes por ele escolhidos, logo da sua confiança.

«D.L.» – E como tem resistido a imagem de Daniel Ortega a esta situação de desgaste?

Major Baptista – Pelo que verifiquei, Daniel Ortega ainda continua a ser o líder incontestado da revolução, o que não quer dizer que, se a situação económica e política se degradar, sem que ele tome medidas firmes contra o avanço da direita, não venha a ser ultrapassado pelas alas sandinistas mais consequentes com os objectivos da revolução.

«D.L.» – No que se refere aos «contras»: qual o peso real que eles representam neste momento?

Major Baptista – Os «contras» mercenários e antigos guardas somozistas possuem um baixo moral combatente, não constituindo, só por si, um perigo imediato para a revolução. Limitam-se a operar junto à fronteira atlântica e quando penetram mais no interior e são cercados ou fogem ou são dizimados, deixando no terreno peças sofisticadas de artilharia, no valor de milhares de contos. O principal prejuízo que causam situa-se sobretudo a nível económico, desviando dinheiro e homens que poderiam ser utilizados em tarefas de reconstrução e dinamização do país. Mas a acção dos «contras» não se faz sentir no resto do país, onde a crise económica, ao contrário do que acontece em Portugal, não é geradora de um maior índice de criminalidade. Nos bairros pobres de Manágua sempre circulei sem notar nenhum indicativo de insegurança. Quem quiser sair da capital, como o fiz várias vezes, pode utilizar o comboio ou as estradas com absoluta confiança, exceptuando, claro, as zonas fronteiriças.

«D.L.» – Quanto aos riscos de uma invasão norte-americana?

Major Baptista – Aí sim, e não nos «contras», reside um perigo real para os sandinistas. No entanto, a acontecer ela será demasiado dispendiosa, em homens e dinheiro, para Reagan. Não será o «passeio» de Granada, antes poderá vir a representar um novo Vietname, pois na Nicarágua os EUA encontrarão um povo altamento consciencializado, moral e militarmente preparado para enfrentar qualquer agressão.

«D.L.» – A finalizar: como interpreta a posição mais favorável ao processo nicaraguano ultimamente tomada pelo Governo português?

Major Baptista – Para essa alteração de análise terão certamente contribuído as cedências de Daniel Ortega a Schultz e o início das negociações com o FMI. As eleições, que embora vencidas esmagadoramente pelos sandinistas, possibilitaram a entrada no governo de pessoas estranhas ao processo revolucionário, também devem ter representado um elemento positivo para o dr. Mário Soares. É preciso não esquecer, porque significativa da alteração de atitude dos governos ocidentais para com a Nicarágua que na recente visita que fez à Nicarágua, o vice-chanceler alemão-federal, Jurgen Mollemann, já se sentiu com espaço de manobra suficiente para oferecer a colaboração e assessoria do Parlamento da RFA para elaborar a nova Constituição Política da Nicarágua. Tenho no entanto esperanças (e o que observei aponta para aí, de que a vanguarda sandinista poderá vir a inverter esta situação, salvaguardando a pureza de ideais por que muitos nicaraguanos deram, e continuam a dar, as suas vidas. Quando isso acontecer estarei mobilizado para voltar de novo à Nicarágua, pois as dificuldades que agora foram colocadas à minha permanência terão sem dúvida desaparecido.

Lotaria Nacional

assim cantam o
Sr. PALPITE e a D. TALUDA

Primavera, tanta flor tanto amor, tanta alegria ... e tanto, tanto valor nos prémios da Lotaria!

Habilite-se todas as semanas aos fabulosos Prémios da LOTARIA NACIONAL

Da vida e da

Dias de Melo

Voávamos suspensos na noite.
As pessoas que tinham entrado comigo, em caudal, pela porta estreita, ao cimo da escada estreita, acomodavam-se nas almofadas macias no bojo alcatifado, reluzente de metais, do grande pássaro de alumínio. Anjos estereotipados, de cabelos loiros, sorriso desenhado nos lábios de cereja, corpos esguios, mãos longas, mandavam. A mim, mandaram-me arrumar naquele cantinho, arredado dos demais. E, voando no meu cantinho, eu olhava as pessoas distantes.

Distantes? Se estavam tão próximas... Não é preciso que as pessoas se encontrem longe para que estejam distantes. Não é preciso que as pessoas se encontrem próximas para que estejam connosco. Quantas vezes pessoas que se encontram à nossa beira estão tão distantes que nem damos pela sua presença! Quantas vezes pessoas que se encontram a centenas, a milhares de quilómetros, as temos, as sentimos junto de nós, dentro do nosso coração! Até os mortos, que não são deste mundo. Ou são?

Vida e morte. Vivos e mortos. O que é a vida? O que é a morte? E o mundo dos vivos? E o mundo dos mortos?

As pessoas que voavam comigo no bojo do grande pássaro de alumínio — estão vivas? Estão mortas? E eu? Onde acaba a vida? Onde começa a morte?

Voara, pela última vez, há dois anos, no grande pássaro de alumínio (entretanto voei, porém noutros pássaros de alumínio, pequenos e em voos curtos) — e quando, há dois anos, voei no grande pássaro de alumínio, Ela voava comigo. Estendida numa maca e com a morte dentro dela. Que mundo era o seu? Ainda o mundo dos vivos? Já o mundo dos mortos? Mas haverá um mundo dos mortos apartado do mundo dos vivos? Não será que não há senão um mundo único com espaço para todos os vivos e para todos os mortos?

Que distância vai da vida à morte? Nenhuma. A morte está na vida e a vida continua na morte.

Ela — com a morte dentro dela. Há dois anos. Quem é que não traz a morte dentro de si, mesmo quando menos pensa na morte? Eu não sei nada de nada. Poque não sei nada de nada — de nada tenho a certeza. Contudo, do pouco que, dentro deste nada, sei e tenho a certeza — sei e tenho a certeza de que trago a morte dentro de mim desde que fui gerado no ventre da minha Mãe. E tu. E todos. A morte está na vida. A vida é a caminhada

No aniversário, estamos contigo.
Transportas informação, opiniões, caminhos de análise, esforços de compreensão do dia a dia, da vida. Em ti, na escrita e na representação gráfica, o pulsar da nossa comunidade. Nós transportamos as pessoas que te transportam na ânsia de saber o que vai para além delas, porque vai dentro delas também. Por isso te sentimos colega e assim gostamos de te tratar. Dás e fazes o tempo em que vivemos.

Parabéns.

RN RODOVIÁRIA NACIONAL

MKM markimage

MATINGRAFE

SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES E ARTES GRÁFICAS, LDA.
EMPRESA EM CONSTANTE EVOLUÇÃO NO APOIO ÀS ARTES GRÁFICAS

Esta empresa fundada em 6 de Maio de 1971, por Manuel Garcia Cerqueira e António Gomes Carneiro, que desde essa data, ano após ano, têm vindo a dar devotadamente todo o seu esforço, não só no desenvolvimento da sua empresa como também, e cada vez mais, dando o seu apoio ao crescimento e à evolução técnica das Artes Gráficas, de Norte a Sul do País, através da prestação de serviços, representados pela constante preocupação na selecção de produtos, aplicáveis a uma melhor qualidade na produção de Artes Gráficas, designadamente do livro, imprensa, publicidade, embalagem, etc.

Honra-se esta firma de ter inscritas no seu ficheiro de clientes efectivos e dedicados, as mais importantes firmas da especialidade — entre as quais se contam o prestigioso DIÁRIO DE LISBOA a quem estamos ligados por antigos laços de amizade e, aproveitando a efeméride, felicitamos pelo seu 64.º aniversário da sua fundação, que hoje decorre — orgulhando-se da sua contribuição para a boa qualidade da sua produção algumas das quais, por sua vez, têm créditos qualitativos firmados no estrangeiro, através das suas exportações.

Em matéria de prestação de serviços às empresas de artes gráficas, como atrás se disse, a MATINGRAFE dispõe de uma boa equipa técnico-comercial constituída por profissionais aptos a resolver todos os problemas dos seus clientes, e de rápida e eficiente distribuição, possuindo equipamento de informática programado não só para tratar todos os seus serviços administrativos mas também uma eficiente gestão de stoks, de molde a obter melhor capacidade de resposta às solicitações da sua vasta clientela com a qual comercializa seleccionados produtos aplicáveis à arte da impressão, para o que dispõe das melhores representações nacionais e estrangeiras, que produzindo os seus produtos seguindo as mais evoluídas tecnologias, permitem a esta firma oferecer ao mercado excelentes papéis, boas tintas para todas as modalidades de impressão, óptimas chapas anodizadas, pré-sensibilizadas Taurus, Ultranova Ultrapose e dos melhores cauchus compressíveis, para máquinas de folha a folha e para rotativas, mangas para rolos de molha e toda a gama de produtos que o impressor mais exigente dia a dia necessita, e porque se sente bem servido, vem dando a sua preferência à MATINGRAFE.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

LISBOA, 11.º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem da garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da data da 2.ª e última publicação do anúncio.

Execução de Sentença n.º 6243-A, 2.ª secção.

Exequentes — A COMPANHIA DE SEGUROS IMPÉRIO, EP.

Executado — EMÍDIO PIRES RODRIGUES, comerciante, residente em Cardigos — Cimo do Vale — Mação.

Lisboa, 18 de Março de 1985

O Juiz de Direito,
Hugo Pereira do Amaral Barata

O Escrivão de Direito,
Manuel Palma do Espírito Santo

D.L. 9/4/85 — 2.ª Pub.

morte

para a morte. Verdade tão velha como a própria vida e como a própria morte. Quantos a terão repetido? Não importa. Não há verdades velhas. Não há verdade novas. A verdade não tem idade. Nenhuma verdade. Para cada um, qualquer verdade só é verdade e só existe quando a descobrimos à nossa própria custa. Quando sentimos que ela nasce dentro de nós. Com dor e com espanto. A dor e o espanto que acompanha todo o nascimento. É como um clarão de mistério que, vindo ignoramos de onde, repentinamente nos deflagra na consciência.

O grande pássaro de alumínio fendia o seio da noite negra. Do meu cantinho, olhava, pelo olho, ao meu lado, do grande pássaro de alumínio (o grande pássaro de alumínio tem dezenas de olhos abertos no costado), a negridão da noite negra. Nem uma estrela. Só aquele poço negro. E olhava, no bojo do grande pássaro de alumínio, as pessoas acomodadas nas almofadas macias. Os lábios, os olhos, as faces, os corpos, as roupas revestindo-lhes os corpos, as falas que diziam. Tão próximas e tão distantes. E a morte dentro delas. E dentro de mim.

Ela, há dois anos, voando comigo, estendida numa maca, com a morte dentro dela. Quase cadáver. A vida acabando de cumprir a sua caminhada trágica para a morte.

E a esperança? Ela — tinha esperança.

Há dois anos. E agora, Ela — morta. Morta e tão viva, tão próximo de mim. Dentro de mim. Do meu coração. No mundo dos vivos. Que não há senão um mundo só para os vivos e para os mortos.

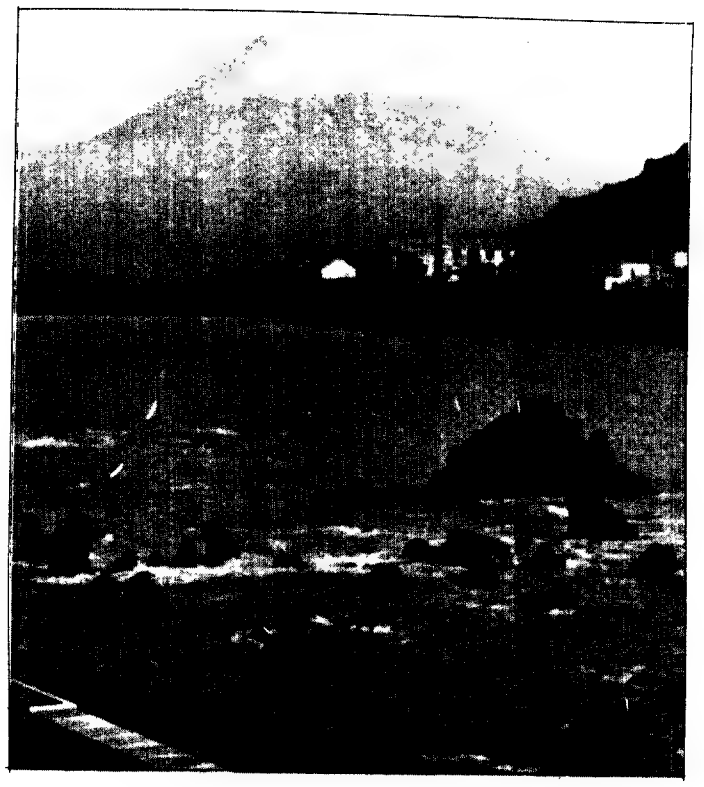
De súbito, para lá do olho, ao meu lado, do grande pássaro de alumínio — um mar de estrelas. À nossa frente. Por baixo de nós.

Um mar de estrelas. Um mar de esperança. Na Terra.

Todavia, já o disse e todos o sabem, a esperança nunca foi certeza.

E sentado a esta banca, na esplanada deste café (como, há seis anos, nos sentávamos os dois quando viemos, pela primeira vez — e viemos segunda, terceira, quarta, inutilmente — à procura dramática do milagre que lhe arrancasse dos ombros a nova cruz que se juntara à cruz antiga que Ela, humilde, resignada, silenciosa, arrastava no calvário que foi toda a sua/nossa vida) — rabisco estas linhas, indiferente ao turbilhão dos carros e das gentes que passam na paisagem de Lisboa.

Dias de Melo, colaborador do «DL», acaba de lançar um novo romance, «Pedras Negras»



FEIRA POPULAR DE LISBOA

REABRIMOS NO DIA 5 DE ABRIL

Esperamos por si!

NAVIGATOR CLASS
Top Executive

O nosso melhor de sempre

Criámos uma Top Executive Class especial para si. Com um serviço personalizado para as suas viagens de negócios. À melhor qualidade internacional juntámos o melhor da nossa tradição de bem receber.
Só a nova Navigator Class da TAP Air Portugal tem a classe que as outras gostariam de ter.
Consulte o seu Agente de Viagens ou a TAP Air Portugal.

TAP AIR PORTUGAL

CHECK IN
Check-in
Check-in separado
Uma etiqueta especial, diferenciadora

30 Kg de Bagagem
Tratamento preferencial à partida e a chegada.

Cadeira especial*
Tipo "snoozer", mais cómoda
*TriStar 500

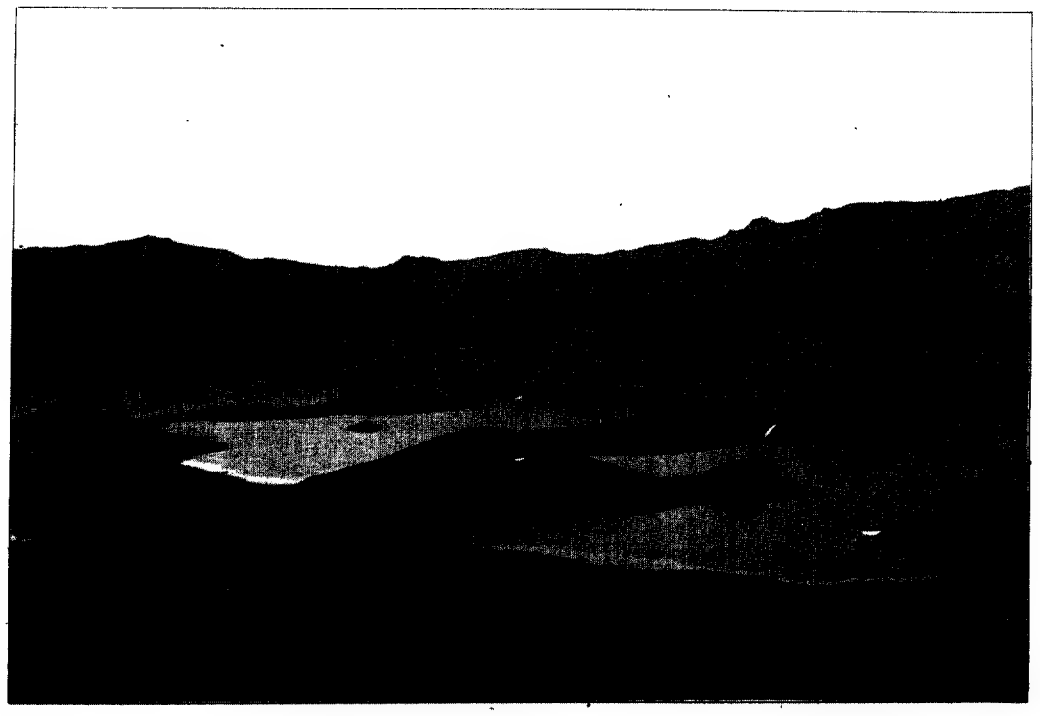
Bar
à discrição.

Música/Cinema*
Auscultadores electrónicos.
A música da sua escolha.
*Longo curso

AMSTERDAM BARCELONA BISSAU BRAGANÇA BRAZZAVILLE BRUXELLES CARACAS FARO FUNCHAL FRANKFURT GENÈVE HARARE JOHANNESBURG KØBENAVN KINSHASA LAS PALMAS LISBOA LYON LONDON LUANDA LUXEMBOURG MADRID MAPUTO MILANO MONTREAL NEW YORK PARIS PORTO P SANTO RECIFE RIO ROMA SAL S TOMÉ S MIGUEL S PAULO TERCEIRA VIENA VISEU ZURCH

Açorianos condenados à morte

Fernando Calisto



Um jovem de seu nome completo Manuel Ferreira de Medeiros, de 23 anos de idade, internado no Hospital da Misericórdia da cidade de Ponta Delgada, sede do Governo Regional, a que preside o dr. João Bosco de Mota Amaral, portador de uma esclerose renal, necessitava urgentemene, sob risco de vida, de ser submetido a uma hemodiálise.

O hospital, por concorrência de meios, não tem a necessária aparelhagem, nem a Secretaria de Estado qe superintende nos respectivos serviços, curou ainda, do remedeio da situação.

O Governo Regional tem outras e mais graves preocupações; acudir, mediante aval, à construção de hóteis de cinco estrelas, fomentando turismo para milionários, em concorrência com Mónaco, Sicília, Costa Azul, tudo isto em São Miguel, onde na «Assembleia das Furnas», os jogos de fortuna e azar são substituídos pela bisca lambida e o corpo de bailarinas e mais partes dançantes e cantantes, pelos foliões dos ranchos folclóricos. Uma beleza! Adiante!...

— O jornal Correio dos Açores, que tenho na minha frente, narra o que aconteceu, depois, ao paciente em risco de vida, cidadão da Ribeira Grande, a 2.ª cidade, da Ilha de S. Miguel, sob a alçada governativa do governo PSD da presidência do sr. dr. Mota Amaral.

— O médico que assistia ao desditoso, fê-lo acompanhar por uma médica sua assistente e conseguiu o embarque num avião da TAP, com destino a Lisboa. Porém, um outro médico, exercendo clínica em Ponta Delgada que viajava no mesmo avião como passageiro — continua a notícia — alegou que o doente morreria no caminho, desautorizou a colega que acompanhava o doente e **«após um aval recolhido à pressa junto das entidades ditas competentes»,** foi o doente desembarcado.

— A viagem S. Miguel/Lisboa é de duas horas. O doente, pela intromissão daquele «passageiro médico» e decisão do comandante do avião, morreu 24 horas após o desembarque. Tudo isto se passa em território nacional onde foi abolida a pena de morte há mais de cem anos!

— O jornal que narra o acontecimento diz: «a este propósito a Juventudo Comunista Portuguesa da Ribeira Grande divulgou um comunicado em que condena firmemente as circunstâncias em que se deu a morte.»

Houve, quem visse, nessa atitude, uma «manobra» política contra a governação do PSD em terras açorianas...

Porém, o advogado dr. Silva Fraga — que tresanda a anticomunismo a 300 léguas de distância — verberou em termos veementes de indignação o silêncio que se fez em volta desta caso... Tenho o «Correio dos Açores» à minha frente.

— O médico passageiro da TAP que se intrometeu, onde não era chamado, continua pacatamente a sua clínica: o comandante do avião, a dirigir os voos com regularidade; a segurança social, organizada no Governo presidido pelo dr. Mota Amaral, desconhece oficialmente o caso; o Ministério Público, não promoveu coisa nenhuma; o Manuel Teixeira de Medeiros, defuntado para toda a eternidade, sem o responso, de um inquérito, que lhe assinalasse a sua condenação à morte e nós outros açorianos, muito atentos, veneradores e obrigados, a quem tanto zela pela segurança da nossa vida, na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade — artigo 63 da Constituição — e, estamos prontos, se ele persistir, na sua candidatura à Presidência da República a apoiá-lo com os nossos votos, não é uma vingança contra os nossos irmãos continentais!... É a generosa oferta de uma experiência insular e governativa..

VILA DE MARINHA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL
DA MARINHA GRANDE

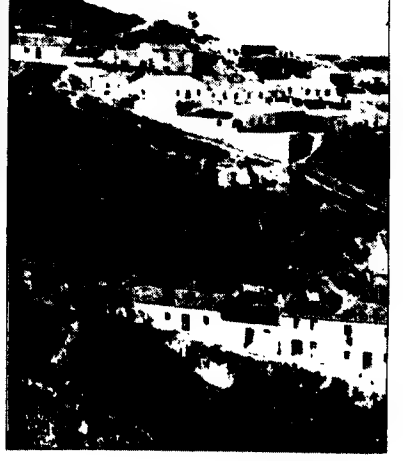
PRIMEIRAS JORNADAS DESPORTIVAS
DA MARINHA GRANDE

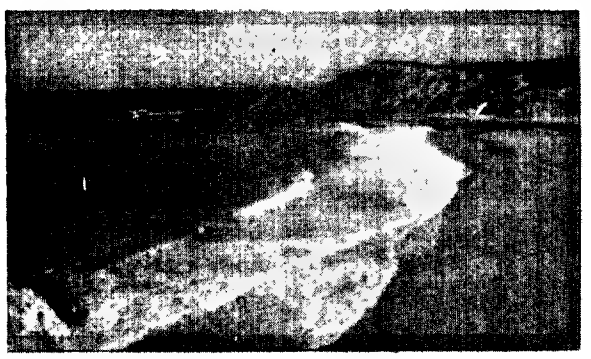
Com a presença de 2500 a 3000 Atletas divididos por 16 modalidades desde Tiro ao Futebol, terão início de 1 Junho a 30 Junho as 1.ª Jornadas Desportivas da Marinha Grande com o apoio de todas as colectividades da região, comércio e algumas empresas industriais. A modalidade de Futebol terá o seu início em Abril, pois conta já com a presença de 50 equipas.

O PODER LOCAL AO SERVIÇO DO DESPORTO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR

aljezur





Um castelo alcandorado numa colina. Praias onde a única companhia são gaivotas. O perfume capitoso de flores silvestres. Alvas aldeias aninhadas em vales.

Rochedos batidos pelo mar. Horizontes vastos de água e sol, colinas e vales. A solidão dos grandes espaços.

Encantos de Aljezur e seu concelho. Convidativos à fuga das multidões. À comunhão com a natureza. À apreciação dos prazeres simples, do ar vivificante, da luz, do céu azul.

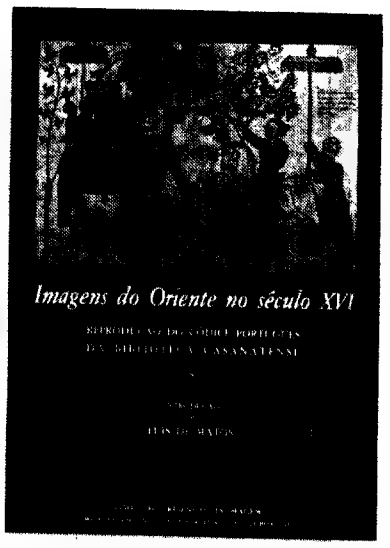
Neste momento e dada a carência em habitação a autarquia está a construir 80 fogos sociais.

LIVROS

Edições da Primavera

IMPRENSA NACIONAL

inm IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

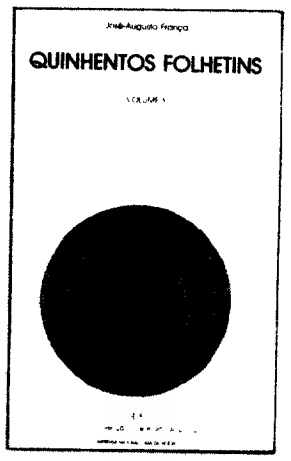


Imagens do Oriente no Século XVI.
Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense.

Um documento histórico e artístico, ignorado durante 4 séculos. A primeira reprodução integral de todas as policromias que compõem este álbum do séc. XVI, único no seu género. Um testemunho visual da presença portuguesa no Oriente. Introdução e notas de Luís de Matos.

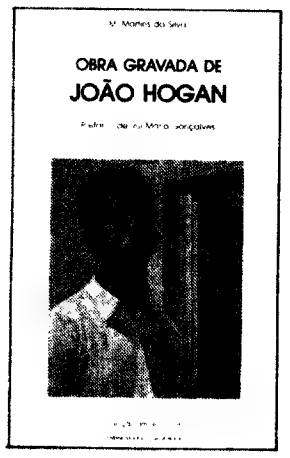
Estudos sobre Artes Plásticas
por Fernando Guedes.

As artes plásticas portuguesas nos anos 40 e outros estudos. Por um grande poeta e crítico de arte. Edição ilustrada com reproduções a cores e outra documentação fotográfica.



Quinhentos Folhetins
por José-Augusto França

Temas de Estética, de História e de Sociologia da Arte, de Património, de Museus e textos sobre vários artistas. Escritos de 1968 a 1977 e agora recuperados neste primeiro volume.

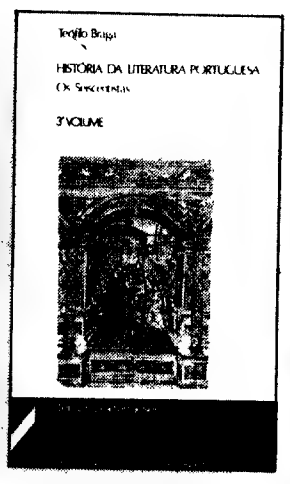


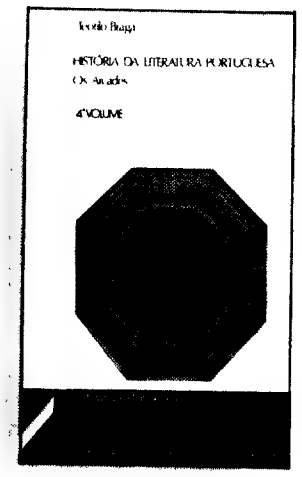
Obra Gravada de João Hogan
por M. Martins da Silva.

A reunião em álbum de todas as gravuras de João Hogan (cerca de 100) e de opiniões de críticos e artistas. Prefácio de Rui Mário Gonçalves.

Itinerário Poético de Rodrigues Lobo
Maria de Lourdes Belchior.

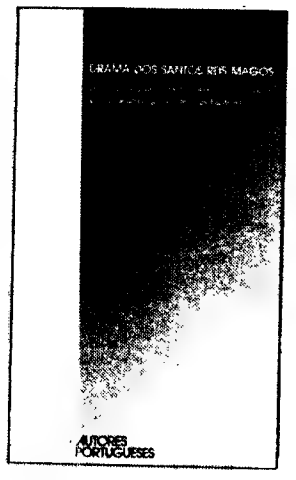
O enquadramento peninsular de uma poética situada entre Camões e Gôngora. "É sobre monografias como esta (...) que se há-de ir fazendo a História da Literatura Portuguesa" (João Mendes).





História da Literatura Portuguesa por Teófilo Braga.
3.º volume: Os Seiscentistas. 4.º volume: Os Árcades.

Após os volumes dedicados à Idade Média e à Renascença, completa-se assim a reedição de uma obra pioneira e polémica do maior interesse. Actualização dos textos por Jorge de Figueiredo.

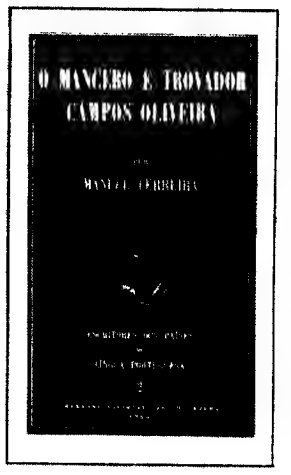


Drama dos Santos Reis Magos. Teatro Português do Século XVIII.

Um manuscrito anónimo e mais quinze textos para a história do teatro popular português. Introdução e notas de Maria Clara de Almeida Lucas.

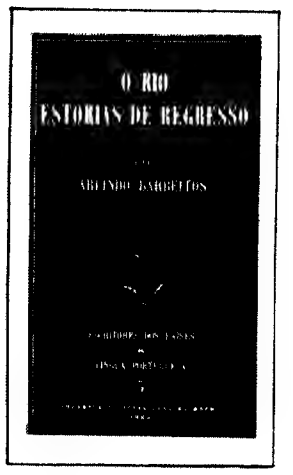
Fígados de Tigre
Francisco Gomes de Amorim

"Paródia de Melodramas" representada a primeira vez em Lisboa, em 1857. O anúncio, 40 anos antes, do início do teatro moderno. Prefácio de Luiz Francisco Rebello.



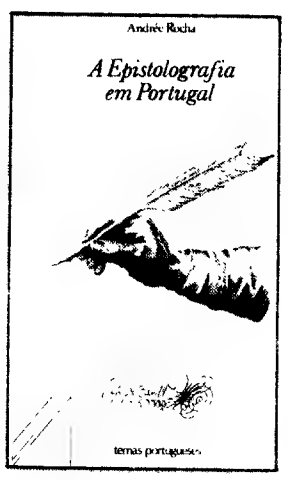
O Mancebo e Trovador Campos Oliveira
por Manuel Ferreira e
O Rio, Estórias de Regresso por Arlindo Barbeitos.

A nova colecção "Escritores dos Países de Língua Portuguesa" da INCM, inaugurada com **Dialecto Crioulo de Cabo Verde,** apresenta agora o primeiro poeta de Moçambique (Campos Oliveira) e um prosador de Angola (Arlindo Barbeitos).



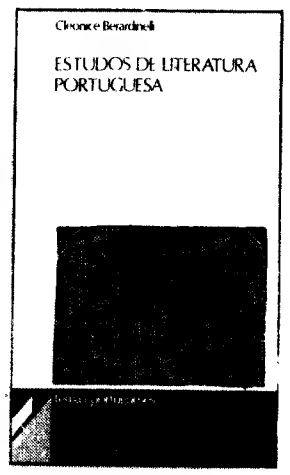
Portugal Medieval
por José Mattoso

Notável medievalista, já publicado pela INCM, o autor reúne agora alguns ensaios que apontam para novas interpretações daquele fecundo período da nossa História.



A Epistolografia em Portugal
por Andrée Rocha.

Uma visão de conjunto da actividade epistolar dos escritores portugueses, do século XV ao século XX. Com uma carta inédita de Fernando Pessoa.

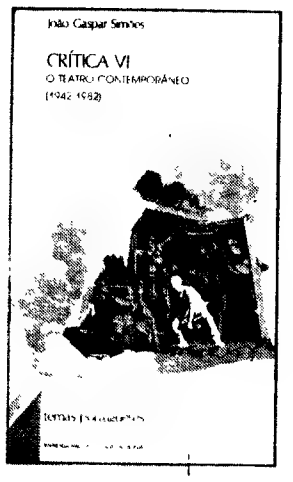


Estudos de Literatura Portuguesa
por Cleonice Berardinelli.

Selecção de ensaios publicados, ao longo de 20 anos, no Brasil e em Portugal, oriundos do exercício do magistério de Literatura Portuguesa em cursos de Letras.

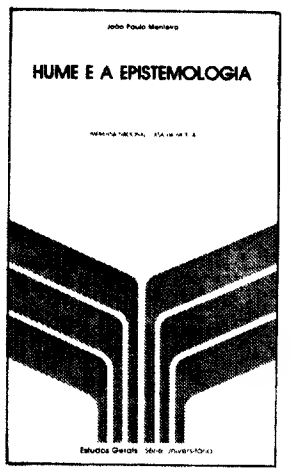
O Estrangeiro Definitivo
por Nádia Battella Gotlib.

Poesia e crítica em Adolfo Casais Monteiro: as constantes das diversas "poéticas" com que o autor enfrentou, dentro e fora de Portugal, os problemas do seu tempo.



Crítica VI.
O Teatro Contemporâneo
por João Gaspar Simões.

Crítico literário desde 1936, o autor reúne neste volume os seus pontos de vista sobre o que de mais significativo se escreveu de teatro em Portugal, de 1942 a 1982.



Hume e a Epistemologia
por João Paulo Monteiro.

Actualidade de Hume: o recusar qualquer sistema como definitivo, pois definitivo só o próprio espírito de descoberta. Não é o conhecimento uma empresa em permanente transformação?

GRAFIDEC

O MAP e o Alentejo da Reforma Agrária

Ribeiro Cardoso

Agrários, negociantes, intermediários de gado costumam juntar-se, às terças-feiras, na Praça do Giraldo, em Évora. Aí fazem ou falam dos seus negócios. Como diz o povo: é o dia de S. Porco.

O ambiente dessas terças-feiras na praça nobre da cidade é de uma certa euforia já se ouvem os agrários, sem muitos rodeios, afirmarem, com os olhos brilhantes, que falta «só um mês ou dois». Esfregam as mãos de contentes e dizem que agora é que vão buscar tudo. «Agora é que vai», exclamam, pensando gulosamente no pacote de leis que o ministro Barreto II, no silêncio dos gabinetes e com o conselho de amigos, já elaborou com o fim declarado de fazer ressuscitar, em matéria fundiária, o 24 de Abril.

Esse pacote inclui a revisão das leis dos baldios, da caça, do arrendamento rural e do arrendamento florestal, do emparcelamento rural, da reforma agráriaa (Lei Barreto) e dos diplomas que regulam a estrutura e o funcionamento da EPAC.

A filosofia da revisão é «tudo para os agrários», «abaixo as UCP's e os pequenos agricultores». Ou, em termos musicais, «ó tempo, volta para trás». Música que não é nova, pois tem vindo a ser tocada por todos os governos constitucionais — PS/CDS, PS sozinho, AD, PS/PSD. Mais suavemente, contudo.

Nada será como dantes

Por aquilo que, extra-oficialmente, se vai sabendo das intenções do ministro Barreto II, os agrários têm razão para estar satisfeitos. Está a ser cozinhado o alargamento brutal das áreas de reserva que eles podem pedir (pela actual lei o prazo para pedir reservas, em determinadas condições e com um limite de pontuação, já terminou há... seis anos!); prepara-se o fim dos indivisos, isto é, pretende-se, com a revisão Barreto II, que em vez de uma reserva para cada família de agrários, seja concedida uma, em separado, para cada membro da família...; se alguma terra, no final desse regabofe, sobejar nas mãos das UCP's, ah, bom, os agrários poderão então requisitá-la em regime de usufruto durante 25 anos.

O diabo — lê-se nos olhos dos protagonistas do dia de S. Porco — é que a resistência dos trabalhadores está mais forte do que nunca. Bem no fundo, os agrários sabem que nada voltará a ser como dantes, por muitos Barretos que vão surgindo. Ainda no dia seguinte ao da Rainha de Inglaterra se ter passeado pelas ruas de Évora e ter sido recebida, com toda a pompa, na Câmara Municipal, os trabalhadores da Reforma Agrária, gritando bem alto os seus direitos duramente conquistados e manifestando a sua disposição de defender a terra, desfilaram pelas mesmas ruas e subiram os mesmos degraus do Município. E aí, como acontecera com Isabel II, também Abílio Fernandes, o presidente eleito da autarquia, recebeu com orgulho aqueles homens e mulheres, garantindo-lhes todo o apoio. Para desespero dos agrários, que, do mesmo modo que os seus amigos do governo, sabem que o tempo está contra eles e só com as armas e a repressão da GNR podem realizar os seus desejos.

«**Além do mais**» — sublinhou Lino de Carvalho, do secretariado das UCP's de Évora, com quem falámos longamente — «**o projecto-lei que está a ser preparado não pode ser promulgado, tal é a sua gritante inconstitucionalidade. E se o fosse, o Órgão de Soberania responsável teria que ser corresponsabilizado. Para já não falar da reacção forte, muito, muito, muito forte, que tal lei teria pela frente se por acaso passasse**».

Mar de ilegalidades

Enquanto prepara novas leis, Barreto II, seguindo o exemplo dos seus antecessores, tripudia conscientemente sobre a que existe. Levando de novo a fome e miséria a muitos pontos do Alentejo ao mesmo tempo que dá de bandeja, a agrários, fortunas fáceis que nem no tempo da outra senhora eram imagináveis.

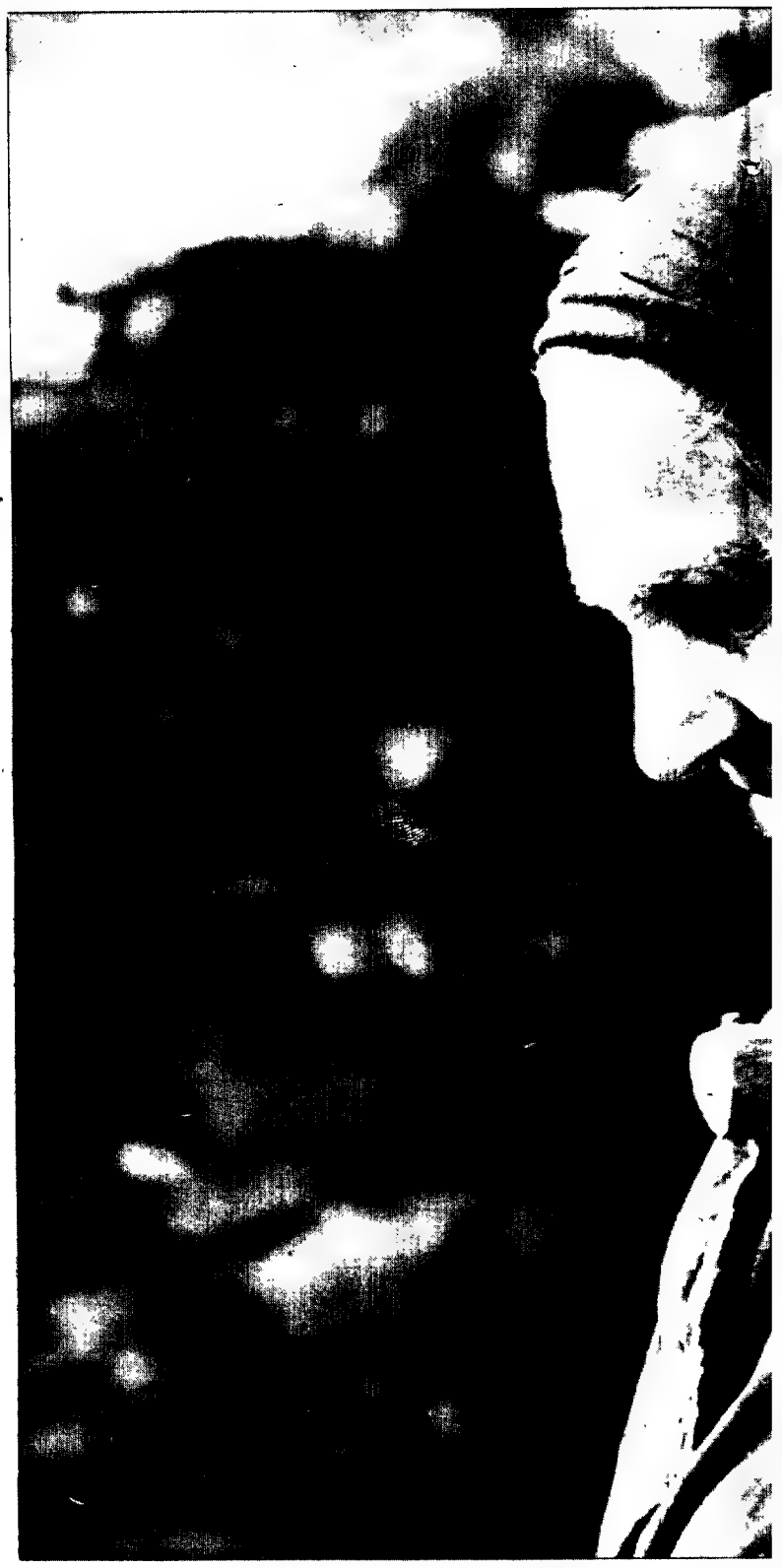
O desemprego e a quebra de produção com o aumento vertiginoso das terras abandonadas são uma realidade terrível do Ribatejo e Alentejo que só não vê quem não quer ver.

Inscritos no Fundo do Desemprego estão, neste momento, cerca de 15.000 trabalhadores da zona, mas, dizem os sindicatos, esse número não corresponde nem a metade dos desempregados efectivos, com relevo para as mulheres. E herdades abandonadas são já cerca de quinhentas, correspondendo a uma área aproximada de 200 mil hectares onde estão situadas mais de 150 barragens e charcas que davam para regar muita terra que produziria muito do que estamos neste momento a importar.

Nos dois dias e meio que passámos no distrito de Évora visitámos algumas dessas herdades abandonadas. Testemunhámos esse crime. No concelho de Montemor-o-Novo, passámos pela herdade Tinau, com 180 hectares, e uma barragem que regava cerca de 20, abandonada há quatro anos; no concelho de Viana do Alentejo vimos a herdade da Falcoeira, na UCP de Aguiar, entregue a Maria Manuela Amaral Fortes, em Agosto de 80, que só lá vai para extrair cortiça, tendo desaparecido os 15 postos de trabalho; na mesma aldeia, abandonada está a herdade da Dedoeira, com 128 hectares, entregue à família Amaral Lopes. O monte onde viviam três casais já não tem portas nem janelas. E acabaram os 15 postos de trabalho que também antes lá existiam; no concelho de Évora estivemos igualmente na herdade de Vale Marias, abandonada desde 1979, quando os seus 450 hectares foram entregues a Américo Chinita de Mira.

Mas durante esses dois dias e meio que passámos no distrito de Évora falámos ainda com pequenos agricultores que estão agora a ser expulsos das terras que o Governo lhes havia arrendado (com direito a contrato e imagens na TV, as únicas que a nossa televisão tem para oferecer ao país...); ouvimos homens e mulheres no desemprego; dialogámos com advogados ligados à Reforma Agrária; consultámos processos que correm em tribunais; lemos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo dando razão aos trabalhadores e anulando entregas de reservas já feitas. E soubemos como o Governo faz orelhas moucas às decisões dos tribunais, na sua ânsia louca de prestar serviço aos agrários, destruir a Reforma Agrária e descarregar o seu ódio a quem trabalha.

De tudo isso vos damos conta nestas páginas, pequeno espaço para contar do mar de ilegalidades em que o Alentejo está mergulhado. Um Alentejo que, como há ano e meio aqui dissemos, se transformou no «far-west» do MAP. Ou, parafraseando advogados que citamos noutro local: «**A situação criada é tão escandalosa como seria se corporações policiais se transformassem em quadrilhas organizadas de assaltantes.**»



É como se o policio quadrilhas

Em frente da Assembleia da República mulheres do Alentejo ch atenção dos deputados para o mar de ilegalidades cometidas pelo

as corporações iais fossem s organizadas...

Mais de 200 acórdãos por cumprir

MAP "marimba-se" para STA

O Supremo Tribunal Administrativo já proferiu, até ao momento, 274 acórdãos anulando outras tantas reservas e entregas feitas pelo MAP, dando assim razão aos recursos apresentados pelas UCP's/COOPERATIVAS. Cerca de 200 desses acórdãos já transitaram em julgado. O MAP, porém, não cumpriu um só desses acórdãos, colocando-se arrogante, e até agora impunemente, acima da lei, desrespeitando deliberadamente as decisões dos órgãos de soberania chamados tribunais.

No fundo, o MAP limita-se a ser coerente: não respeitou a lei (criada pelo próprio Governo...) na instrução de praticamente todos os processos de reservas e de 'distribuição de terras', e agora continua a desrespeitar a lei ao não cumprir os acórdãos do STA. Simples, portanto. E as terras vão continuando nas mãos dos agrários. O que é preciso é ganhar tempo...

Como quadrilhas organizadas

As ilegalidades cometidas pelo MAP na instrução dos processos de reservas e de distribuição de terras são de tal modo gritantes que um grupo de advogados que tem acompanhado estes casos de perto não hesita em classificar a situação de «tão escandalosa como seria se as corporações policiais se transformassem em quadrilhas organizadas de assaltantes». E diz mais, esse grupo de juristas:

«O Ministério da Agricultura que, como parte da Administração Pública, goza da presunção de praticar os seus actos de acordo com a lei, passou a desrespeitar a lei de forma sistemática, sem vergonha e com a arrogância de quem, à sombra da presunção da legalidade, pode requisitar a GNR para espancar e nalguns casos matar os trabalhadores membros das cooperativas que se opõem à generalização da lei da selva, com 'fumos de corrupção', nos serviços do Ministério da Agricultura».

As ilegalidades cometidas, quer formais quer materiais, são de tal modo flagrantes e de consequências tão graves para as UCP's que seria possível, na maioria dos casos — dizem os advogados —, «requerer a suspensão da executoriedade das decisões de atribuição de reserva».

Porém, «a intenção persecutória e a má-fé por parte do MAP é tal que, na ânsia de transformarem em factos consumados as suas decisões ilegais, executam em regra o despacho de reserva logo que o notificam à cooperativa interessada — para impedirem assim de requerer no tribunal a suspensão da executoriedade, e mesmo quando essa suspensão já está requerida».

Óbvio: a GNR, sempre requisitada pelo MAP, dá uma ajuda preciosa e indispensável.

A forma e o fundo

Claro: os trabalhadores recorrem para o STA e este, embora passado bastante tempo (a burocracia é o que se sabe...), tem vindo a anular esses actos ilegais do MAP.

Curioso é, por exemplo, perguntar hoje ao MAP porque não são executados os acórdãos do STA favoráveis às UCP's. A resposta virá envolta em meiguice e num tom de honesta boa-fé administrativa: os acórdãos estão a ser executados, dando-se cumprimento a um parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República proferido sobre a matéria (foi neste sentido que se pronunciou o ex-ministro da Agricultura, Soares da Costa, em declarações prestadas ao «Diário de Lisboa» no dia 5 de Janeiro de 84, na secção «Ao telefone com»).

Mais ainda: os sucessivos titulares da pasta da Agricultura dizem sempre que esses acórdãos do STA se baseiam em vícios de forma e, portanto, o que é preciso é corrigir esses pequenos nadas instruindo os processos de novo (mantendo, entretanto, a posse das terras nas mãos dos agrários...)

Ora bem: nada mais falso.

O vício de forma — garantem os advogados que vimos citando e é dado adquirido nos meios forenses — «não consubstancia, como o MAP vem há anos dando a entender, um vício menor do processo, um «pecadilho' da Administração que releve mais da actuação burocrática do que do foro jurídico».

Aliás, basta ver o que diz o parecer do Conselho Consultivo da PGR que o MAP tanto gosta de invocar... uma parte, esquecendo o resto: «A jurisprudência do nosso Supremo Tribunal Administrativo vai no sentido de atribuir aos vícios de forma — nos quais inclui a falta ou irregularidade de fundamentação — relevância primeira, considerando que estes devem preceder a apreciação de lei de fundo, ficando prejudicado ou impedido o conhecimento dos segundos no caso de procedência dos primeiros».

É pois, falso que os processos de reservas apenas enfermem de vícios de forma, estando a anulação por este vício apenas relacionada com uma prática jurisprudencial do STA. O que acontece é que o STA, encontrando vícios de forma na instrução do processo (vícios a que atribui grande importância), anula-os de imediato, não chegando sequer a analisar a existência de outro tipo de vícios. Aliás, são muito raros os recursos em que as cooperativas recorrentes tenham alegado apenas vícios de forma, tendo sido, em praticamente todos os recursos, alegados vícios de fundo...

...E tantos e tão evidentes eles são que até um leigo que se debruce sobre a questão os descobre de imediato: vão desde a atribuição de reservas em terra expropriada e cultivada por UCP's estando o antigo proprietário na posse de outros prédios situados na zona e sendo dono deles, até à atribuição de mais do que uma reserva a marido e mulher, herdeiros e comproprietários, passando pela atribuição de reservas autónomas a rendeiros e usufrutuários... Isto para não falar da própria ilegalidade — já reconhecida pelos STA — das portarias 246/79 e 797/81, ao abrigo das quais o MAP tem vindo a proceder à «distribuição de terras» por pequenos agricultores (em muitos casos 'travestidos' à pressa nessa qualidade, pois não passam de empregados e motoristas dos agrários, ou até filhos e familiares — aquilo a quem alguém já chamou o 'lupen' da agricultura).

A batalha legal continua, pois. Demorada, é certo, mas prossegue. E chegará o dia em que os responsáveis por todas estas ilegalidades terão que prestar contas.

Touros à ginástica, já!

Em 24 de Janeiro deste ano o ministro Barreto II assinou um despacho espantoso publicado no «Diário da República» n.º 20-II Série. Esse despacho, o n.º 12/85, concede aos proprietários de gado bravo novas e maiores áreas de terrenos em posse das UCP's — a juntar às numerosas reservas que já receberam — com o argumento fantástico de que os toiros precisam de mais espaço para poderem fazer «ginástica» a fim de adquirirem «membros fortes» e «unhas resistentes»... E tudo isto porque, como se pode ler nos considerandos do despacho, continua «sem solução o problema da sobrevivência da raça brava em Portugal». Para que a raça sobreviva ponham-se portanto os toiros a fazer ginástica, mesmo que para tanto se destruam cooperativas, se liquidem áreas produtivas, se lancem trabalhadores no desemprego.

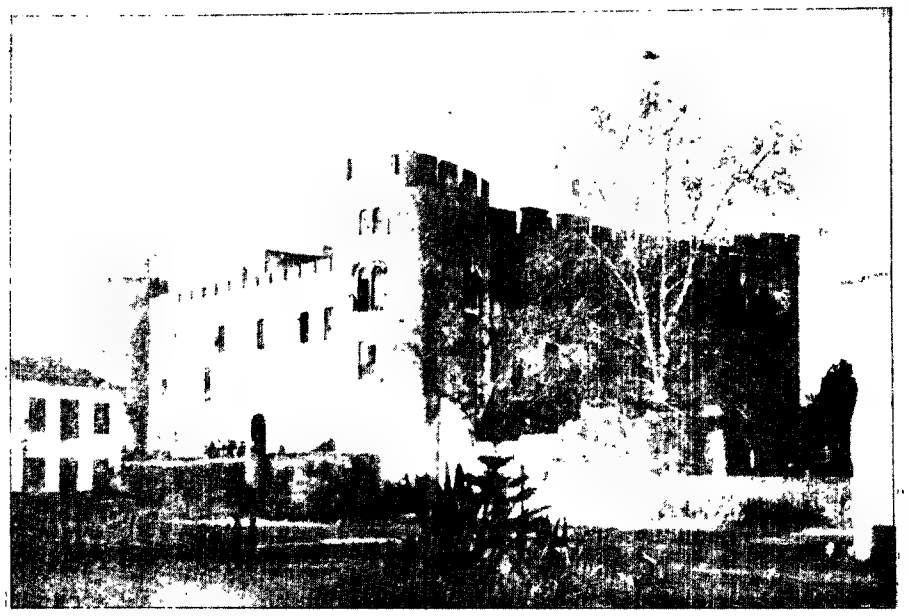
Com base neste despacho existe já — que se conheça — pelo menos um processo em curso em nome de um tal António José da Veiga Teixeira, da zona de Coruche.

Este proprietário já tem na sua posse toda a terra que possuía antes do 25 de Abril — milhares de hectares — e ao abrigo deste despacho requereu a atribuição de terras na posse de UCP's daquela zona, o que, a concretizar-se, para lá do escândalo que em si mesmo constituíria, significaria que o agrário iria ficar com mais do que as que tinha antes da revolução dos cravos...

ejo chamam a pelo MAP

Trabalhadores da Reforma Agrária durante uma manifestação de protesto em Évora

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALVITO

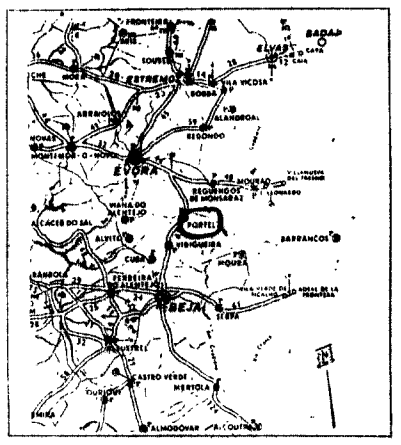


CASTELO DE ALVITO

UM MUNICÍPIO QUE CONTINUA ABRIL

S. R.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL



A VILA DE PORTEL SURGE-NOS DOMINADA PELA IMENSA MOLE DO SEU CASTELO, ERGUIDO NUMA ELEVAÇÃO EM TORNO DA QUAL CRESCEU. DENTRO DE MURALHAS, RODEADAS POR BALUARTES CIRCULARES, EXISTE UMA IMPONENTE TORRE QUADRANGULAR, DO ALTO DA QUAL SE DESFRUTA UM BELO PANORAMA, E SUBSISTE AINDA A PRIMITIVA POVOAÇÃO.

Câmara Municipal de Mértola

COM O 25 DE ABRIL NOS CAMINHOS DO FUTURO E DO PROGRESSO

S. R.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

CASA DOS PATUDOS

(SOLAR JOSÉ RELVAS)

ALPIAGRA-85 FEIRA AGRÍCOLA E COMERCIAL

Vai realizar-se este ano de 14 a 22 de Setembro a terceira edição deste certame que em traços gerais seguirá os parâmetros das anteriores.

Destacamos de entre as suas actividades: concursos de vinho e melão, colóquios sobre agricultura e desporto, exposição agro-pecuária, espectáculos, folclore, perícia automóvel, gincana de tractores, torneio de damas, e chinquilho.

No Alentejo da Reforma Agrária

DOSSIER

Uma história de Cabrais

A história da ofensiva governamental contra a Reforma Agrária é como a Nau Catrineta: tem muito, mas mesmo muito, para contar. Por exemplo, o interessante caso da família Piçarra Cabral, com fartas terras nos concelhos de Évora e Viana do Alentejo. É um fartar vilanagem — e nem os pequenos agricultores, a quem o Estado, com pompa, circunstância e muita propaganda havia entregue terras, escapam...

Contemos o caso resumidamente.

1. A família Piçarra Cabral era proprietária, antes do processo da Reforma Agrária, de um latifúndio que totalizava cerca de 2500 hectares, distribuídos pelo marido (Luís Gonzaga Fernandes Piçarra Cabral) e mulher (de sua graça, Maria da Luz de Aboim Amado de Sousa Carvalho Ervideira Cabral).

2. Parte deste latifúndio foi ocupado pelos tabalhadores e integrado nas UCP's **Fonte Boa da Vinha,** do concelho de Évora, e **Galerias, Povo Acaçovense e Aguiar,** do concelho de Viana do Alentejo.

3. Através de um processo de reserva que os trabalhadores consideraram e consideram cheio de ilegalidades, declarações falsas e outros processos fraudulentos, o MAP entregou 813 hectares aos Piçarra Cabral em 31.7.79 (foram contemplados marido e mulher com 533,6 hectares e um seu filho João Maria Amado de Sousa Cabral, com 280, este, pasme-se, na qualidade de seareiro...), mais 150 hectares para Alcides Dias (antigo motorista do agrário também apresentado no processo como... seareiro) e 118 hectares a um pequeno agricultor, António José Braga Junça.

4. Com estas entregas, acompanhadas na altura por forte repressão, a UCP «Fonte Boa da Vinha» foi destruída.

5. A um conjunto de mais nove pequenos agricultores, o MAP, por despachos do secretário de Estado, Goulão, publicados no «Diário da República», foram entregues diversas parcelas entre 20 e 30 hectares na Herdade Angeirinha, para o efeito retirada à UCP «Aguiar» e também antiga propriedade dos Piçarra Cabral.

6. De fora ficaram então as UCP's «Galerias» e «Povo Alcaçovense» que não foram atingidas neste primeiro processo.

7. Entretanto, por acórdão de 11 de Junho de 81 (dois anos mais tade, portanto) o STA anulou a reserva concedida ao Piçarra Cabral e mulher.

8. Este acórdão nunca foi executado. A terrra tem-se mantido à mesma nas mãos dos agrários. Para fugir à execução do acórdão do STA o MAP abriu novo processo de reserva.

9. Escandalosamente, este novo processo de reserva não só mantém as áreas anteriormente já entregues aos Cabrais e alvo do acórdão do STA, como propõe novas áreas para cada um de mais quatro filhos do casal Piçarra Cabral, num total de mais de mil hectares, com base em doações ilegais, entretanto realizadas dos pais para filhos.

10. A ser concretizado — o processo está em curso — os Piçarra Cabral voltariam à posse de mais de 2000 hectares, isto é, praticamente a totalidade do seu antigo latifúndio, dado que nas suas mãos sempre conservaram

Continua na pág. 28

antena

ALVIN TOFFLER

deste consagrado escritor

LIVROS DO BRASIL, claro — apresenta

A TERCEIRA VAGA

E

choque do futuro

2 "best-sellers"

2 livros actuais
que fazem a antevisão do futuro
da humanidade. Discutidos a nível mundial,
por todas as camadas sociais...
e por si também,
que os vai ler avidamente

A SUA EDITORA

Livros do Brasil
R. DOS CAETANOS • 22 • 1200 LISBOA
R. DE CEUTA • 80 • 4000 PORTO

CASA DA SORTE
A CASA DAS SORTES GRANDES
A CASA DOS PRÉMIOS GRANDES

SEMPRE À FRENTE NA LOTARIA NACIONAL...
EM 1984, A

CASA DA SORTE

FICOU UMA VEZ MAIS NO 1.º LUGAR (E DE LONGE...), POIS VENDEU

47

PRÉMIOS GRANDES

NO VALOR DE

1 MILHÃO E 26 MIL CONTOS

É ASSIM A SORTE DE QUEM COMPRA LOTARIA

AOS BALCÕES DA

CASA DA SORTE

A MAIOR ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE LOTÁRIAS

A CASA QUE FAZ MILIONÁRIOS

LISBOA • BRAGA • PORTO • AVEIRO • COIMBRA • SETÚBAL • FARO

OSCAR
MOBILIÁRIO

ÓSCAR & CA., LDA.

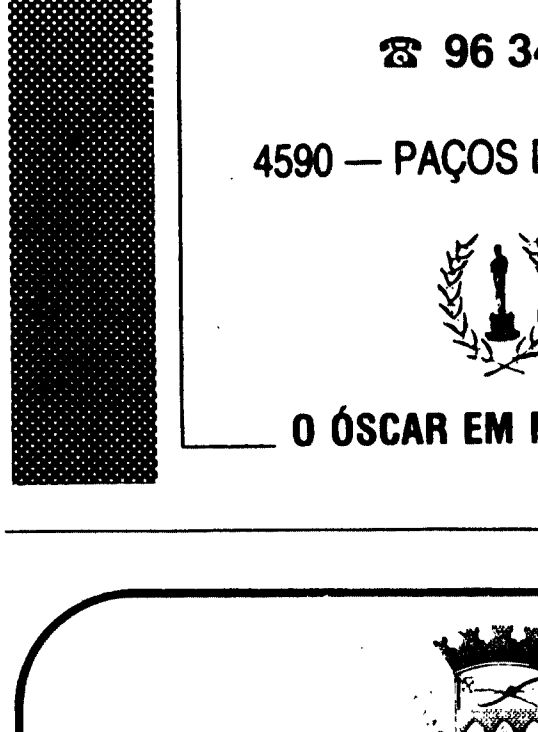
FÁBRICA • BARBELÃES • FRAZÃO

☎ 96 34 90

4590 — PAÇOS DE FERREIRA

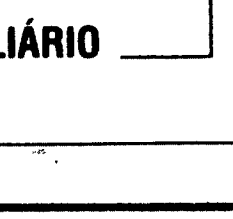
O ÓSCAR EM MOBILIÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA



CIDADE LIMPA
CIDADE
DIGNA DE NÓS

AJUDE-NOS A MANTER A **AMADORA** LIMPA! RESPEITE OS HORÁRIOS E O REGULAMENTO



Ponha o lixo nos contentores só das 20 às 24 horas!
A recolha é feita a partir da meia-noite

N.º de trabalhadores – 160 / N.º de viaturas de recolha – 12
N.º de contentores – 1250 / 1 lava-ruas / 1 lava contentores

DEFENDA A SAÚDE PÚBLICA!
COLABORE CONNOSCO!

C. M. AMADORA/84

DOSSIER

No Alentejo da Reforma Agrária

Continuação da pág. 27

cerca de 200 hectares.

11. Para o conseguir o MAP não só ataca todas as cooperativas que têm ainda na sua posse terras do antigo latifúndio como ataca também os pequenos agricultores que na altura tinham também recebido terra e que agora foram notificados para «cessarem a exploração»...

12. Entretanto, como os pequenos agricultores — com o acompanhamento da Câmara Municipal de Viana do Alentejo — se movimentaram, o processo em relação a eles parece estar suspenso até ao fim da presente campanha.

13. Para que conste, eis os envolvidos nesta história edificante com a chancela do MAP: António José Braga Junça, Joaquim José Falé, Honorato Augusto Figueira, Manuel José Algarvio, Luís Henrique Xarope, Aleixo José Serpa Banha, Alberto Augusto Paitio, Manuel Joaquim Saldanha, Francisco José Porfírio.

Vitor Tomás, advogado

Ofensiva contra a Reforma Agrária é anticonstitucional, ilegal e criminosa

Vítor Tomás é um jovem advogado de 32 anos. Formado em Coimbra, cedo foi trabalhar para Évora, onde, desde Janeiro de 80, é consultor jurídico do Secretariado das UCP's do distrito. Por força das circunstâncias conhece, de trás para a frente e da frente para trás, a Lei Barreto e toda a legislação referente à Reforma Agrária. De memória, refere artigos e mais artigos violados pelos funcionários do MAP, conta casos e mais casos que ao longo destes últimos anos lhe foram passando pelas mãos.

Durante uma tarde falei com Vítor Tomás tentando perceber as grandes linhas da ofensiva, no plano jurídico, contra a Reforma Agrária. Começou por dizer, resumindo, que no essencial esta ofensiva é inconstitucional, ilegal e criminosa.

«É inconstitucional» — adiantou — «na medida em que expolia as UCP's/Cooperativas da **posse útil** da terra, de instalações e gados, para os entregar aos grandes agrários reconstituindo desse modo os latifúnfios, à revelia dos imperativos contidos nos art.ºs 96.º e 97.º da Constituição da República Portuguesa. Mas há mais...»

«Por exemplo...»

«Repare: o Governo aplica a Lei Barreto apenas como lei de entrega de reservas, não expropriando os 700 mil hectares que ao abrigo da mesma deviam ter sido expropriados há muito, nomeadamente os prédios pertencentes a quem já recebeu reserva (art.º 44.º e 47.º da Lei Barreto). Por outro lado não são cumpridos mais de 200 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis às UCP's/Cooperativas já transitados em julgado».

Ilegal

«Disse também que a ofensiva, para além de inconstitucional, é igualmente ilegal...»

«Certo. Em primeiro lugar, é ilegal porque na instrução dos processos de reserva os Serviços Regionais do MAP assumem eles próprios a defesa dos interesses dos reservatários, torpedeando o princípio da isenção da Administração, dando todo o valor probatório às declarações dos próprios interessados e seus apaniguados, não atendendo às provas produzidas pelas UCP's/Cooperativas nos processos respectivos e recusando a realização das diligências probatórias por estas requeridas, apesar do que dispõem sobre a matéria os art.ºs 6.º e 11.º do Decreto Lei 81/78, de 29 de Abril...»

«... Em segundo lugar...»

«Em segundo lugar, porque, ao mesmo tempo, os governantes competentes para a **decisão final** nem se dão a maior parte das vezes ao cuidado de fundamentar os seus despachos — apesar de tal ser imposto pelo art.º 1.º do DL 256-A/77. A título de parêntesis refira-se ser esta a razão pela qual o STA anulou a maioria de despachos por **vício de forma**...»

«Ilegalidade essa a que os responsáveis do MAP sistematicamente tentam retirar importância afirmando que é só uma questão de papelada, que basta reinstruir os processos...»

«Só que essa argumentação não é mais do que uma despudorada mentira. O que se passa é que a lei atribui tamanha importância a essas formalidades (precisamente porque se destinam a garantir a **isenção** da Administração) que a sua omissão determina de **per si** a anulação dos despachos, sem prejuízo da apreciação dos vícios de violação da lei».

«As ilegalidades terminam aí?»

«Nem pensar! Se eu lhe fosse falar de todas as ilega-

Nos campos alentejanos, a caminho do trabalho

lidades nunca mais saíamos daqui. Mas sempre lhe digo que outro aspecto das ilegalidades cometidas respeita ao facto de notificações para as entregas serem feitas de véspera ou na antevéspera das mesmas. É incrível, mas é verdade. Por um lado obsta-se a que as UCP's/Cooperativas requeiram e obtenham do STA a suspensão da executoriedade (em claro desrespeito do art.º 2.º n.º 5 do DL 256-A/77); por outro, o efeito surpresa visa permitir a possibilidade de nas entregas de gado os agrários escolherem o de melhor qualidade».

Criminosa

«Se bem me lembro há pouco disse que esta ofensiva é também criminosa. Porquê? Onde quer chegar?

«Repare que esta política que está a ser seguida — e é a realidade que o demonstra — cria as condições materiais para a prática de imensos crimes, como a falsificação de documentos, falsas declarações, registos de apresentação viciados, entregas ilegais de equipamentos e gados, corrupção, descaminho de verbas. Tudo isto se tornou prática corrente ao longo destes anos de ofensiva contra a Reforma Agrária».

«É grave o que está a dizer...»

«Se fosse possível fazer um inquérito, por uma Comissão isenta, a todos os processos de reserva, seria certamente difícil encontrar um único em que não se verificasse nenhuma das situações atrás descritas. Garanto-lhe».

«Quer isso dizer, portanto, que a prática de todas essas ilegalidades já vem de longe e não é exclusivo deste Governo que temos...»

«Óbvio. De qualquer modo é de sublinhar que a actuação da actual equipa do Ministério da Agricultura (em que de novo surge a figura de Ferreira do Amaral que já participou na feitura da Lei Barreto) mantém e aprofunda os traços essenciais atrás referidos da ofensiva contra a Reforma Agrária. Aliás, convém não esquecer que o ministro em exercício anunciou um projecto de uma nova lei inconstitucional que visa reconstituir integralmente o latifúndio e eliminar a Reforma Agrária da agricultura do Alentejo e do Ribatejo».

«Mas, independentemente da sua gravidade ou não, trata-se de um projecto, e eu referia-me à prática do actual ministro e sua equipa...»

«O que se tem passado é que enquanto tal lei não é aprovada o ministro procura, através de despachos ilegais, alargar o prazo de exercício de direito de reserva como acontece com o despacho 86/84 — que abre novo prazo para a concessão de majorações — e com o já célebre despacho 12/85, que permite às ganadarias pedirem mais terra para os touros poderem fazer 'ginástica' a fim de adquirirem 'membros fortes' e 'unhas resistentes'. Por outro lado recebem-se processos de reserva ou por pedido dos agrários, ou porque as já concedidas foram anuladas pelo STA, propondo-se agora a atribuição de áreas maiores, como é o caso dos 'indivisos' em que, ultrapassando mesmo os 'alçapões' da Lei Barreto, se está a propor sistematicamente a entrega de uma reserva por cada membro da família. Isto para não falar já das propostas de atribuição, também sistemática, de majorações — quando se trata de normas de carácter excepcional...»

«Então...»

«...Deixe só que lhe aponte ainda um outro aspecto: no domínio dos produtos florestais continua o MAP a não pagar sequer as exíguas verbas a que, por lei, as UCP's/Cooperativas têm direito, no caso da cortiça; no que respeita ao eucalipto, procede-se ao seu leilão com exclusão das UCP's/Cooperativas, sem que neste caso exista qualquer legislação que o permita!»

«Em resumo...»

«Em resumo, trata-se de esvaziar, na prática, o conteúdo dos referidos imperativos constitucionais que consagram a Reforma Agrária como sector determinante da política a que o Governo está obrigado, abrindo caminho à legislação já anunciada».

Pequenos agricultores

Governo tira hoje o que ontem deu...

O tempo, e a vida, encarregam-se quase sempre de mostrar quem tem razão e quem tem procedido de má-fé.

Vejamos o caso dos pequenos agricultores a quem os sucessivos governos — a partir de Sá Carneiro — entregaram numerosas terras, retiradas 'naturalmente' às UCP's.

Essas entregas foram feitas com recurso a uma propaganda intesa, afirmando os nossos governantes que aquilo que se pretendia era formentar a pequena exploração familiar e dar a terra a quem a trabalhasse...

Em comtrapartida, os trabalhadores agrícolas das UCP's afirmavam na altura que a 'jogada' do governo era outra e bem diferente: o objectivo verdadeiro era reconstituir os latifúndios, e os pequenos agricultores (que em muitos casos nem isso eram, pois foi entregue terra a gente que nada tinha a ver com a agricultura e que nunca tinha explorado nem um centímetro de terra) não pssavam de tropas de choque ou cortina de fumo (mesmo que involunatiramente nalguns casos).

Passados que estão cerca de cinco anos sobre o início dessa 'jogada', que vemos nós? Como acontece com as UCP's também os pequenos agricultores (falsos ou não) a quem o Estado entregou terras com contrato assinado estão a ser expoliados. Em favor de quem? 'Naturalmente' em favor dos pobres agrários e suas famílias que a pouco e pouco estão a reconstituir os latifundios do antes do 25 de Abril.

Mas, perguntará o leitor, não será isso exagero? Não será isso propaganda de quem está contra a política seguida pelo governo?

Ao leitor que fizer essa pergunta, responderemos: para além do que nestas páginas se relata (ver 'Uma história de Cabrais'), muitos são os casos conhecidos de pequenos agricultores a quem o Estado havia distribuído courelas e que agora se vêem a braços com processos que se destinam a tirar-lhes as terras para as entregar como reservas a agrários.

Vejamos, a título de exemplo, dois ou três casos. Em S. Manços, Évora, quatro indivíduos a quem foi entregue terra da UCP «Unidade dos Trabalhadores (têm contratos de arrendamento com o Estado e têm as rendas em dia) estão agora a receber ordens para entregar a terra à Fundação Eugénio de Almeida, dirigida pror Henrique Granadeiro (exactamente, o ex-assessor do Presidente da República), que já explora cerca de 7.000 hectares; no Cano, seis agricultores que haviam recebido térras da Herdade da Aravia (UCP «5 de Outubro») viram agora essas mesmas terras serem entregues a uma família de ingleses. O governo está a procurar transferi-los para outras terras da UCP...; na zona de Coruche, cerca de 50 pequenos agricultores, particularmente na freguesia de Santana do Mato, estão a sofrer o mesmo destino — expulsos da terra para que esta volte para o grande agrário António José Veiga Teixeira; na Cooperativa União Piense (de pequenos agricultores, formada com base em terrenos cedidos pela UCP «A Esquerda vencerá», de Pias), o governo tentou expulsar, há cerca de 15 dias, os cooperantes. O crime que cometeram, ao que parece, é manterem relações regulares e corectas com esse demónio da UCP de Pias...

E por acima falar em família inglesa: em 16 de Novembro e 10 de Dezembro últimos foram publicados dois despachos do Ministério da Agricultura criando condições para serem reabertos os processos de indemnizações e de entrega de reservas a agrários ingleses e espanhóis.

Mais: em 18 de Outubro o governo elaborou um despacho prorrogando por mais sessenta dias o prazo, **já terminado há seis anos,** para os agrários requererem novas áreas de terra para somarem às reservas que já receberam (majorações)!

É isso: com este governo é só despachar...

DOSSIER

COMEMORAÇÕES DE ABRIL

DURANTE TODO O MÊS, EM TODAS AS FREGUESIAS

- Actividades para crianças
- Provas desportivas
- Exposições
- Teatro
- Espectáculos musicais
- Folclore
- Colóquios e debates
- Concertos

Do programa municipal destacamos:
20 de Abril, às 21,30 — Espectáculo com **RÃO KYAO**
PAVILHÃO DO CEDADEIRO V. F. XIRA
20 e 21 Abril — Ciclismo 2.ª Volta ao Concelho
25 de Abril, 9 horas — 11.ª Estafeta de Liberdadee (Vialonga-V. F. Xira)
MANHÃ INFANTIL
Tarde — Concentração e desfile em V. F. Xira
26 de Abril — 21,30 «ENCONTRO DA BIBLIOTECA»
Temas jornalismo e o 25 de Abril com **DR. FERNANDO PITEIRA SANTOS**
ANTÓNIO BORGA
MANUEL BESSA MORIZ
no Salão nobre da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Com a população, com o 25 de Abril
CONSTRUIR O FUTURO

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

A Câmara Municipal de Santiago do Cacém abriu concurso para um cartaz alusivo ao início dos trabalhos do Plano Director Municipal.

Prémios:

1.° classificado	**30 000$00**
2.° classificado	**10 000$00**
3.° classificado	**5 000$00**

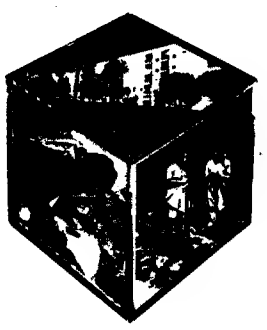
Informações: Gabinete do Plano Director Municipal de Santiago do Cacém.

Para qualquer esclarecimento contactar os Serviços de Informação e Relações Públicas da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL pdm SANTIAGO DO CACÉM

A Câmara Municipal

laboriosamente construímos o futuro

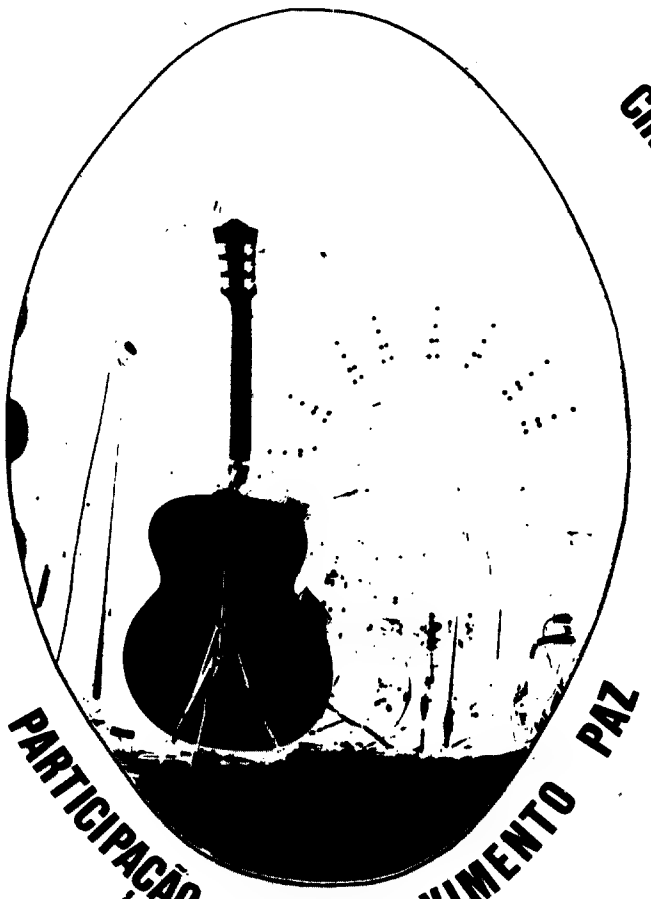


CONCELHO DE

LOURES

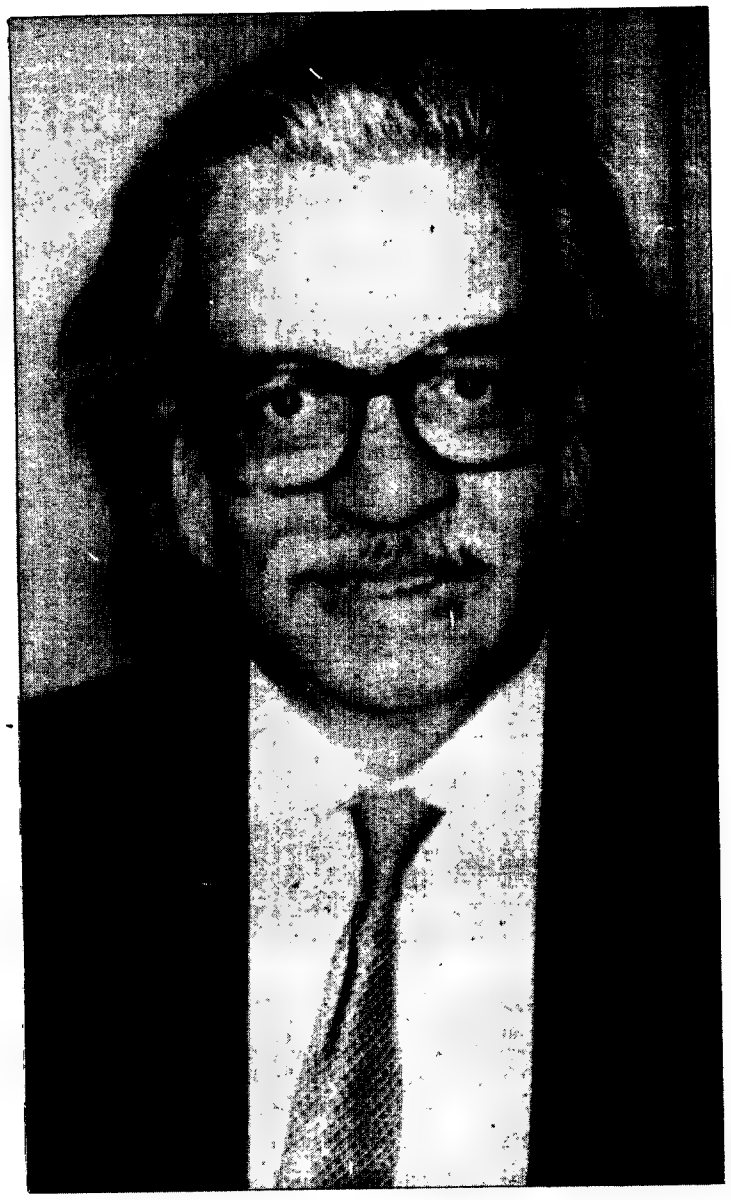
CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Câmara Municipal de Arraiolos



Ano Internacional da Juventude

DOSSIER INTERNACIONAL



Independência sem descolonização

A transferência de poder em Moçambique (1974-1975)

Aquino de Bragança

Director do Centro de Estudos Africanos
da Universidade Eduardo Mondlane

Estas linhas seguem uma orientação diferente do professor Kenneth Maxwell(1), sobre a natureza do colonialismo português e as razões da queda do Império Português.

Este rápido esboço introduz informações complementares, para especificar a transferência de poder em Moçambique. Existiam duas posições claras referentes à detenção do poder. A posição de Spínola, conforme a definição no seu livro, fazia parte de um projecto coerente e bem desenvolvido; Spínola acreditava essencialmente que era necessário democratizar Portugal para descolonizar, e conseguiu obter o apoio dos principais partidos antifascistas neste sentido político, tendo nomeadamente conquistado alguns pontos importantes para a ordem democrática. Por outro lado, a posição da FRELIMO, que era diferente, baseada na análise sistemática, não só em relação a Moçambique e ao contexto sul-africano, mas também face às lutas e transferências de poder no Vietname e na Argélia.

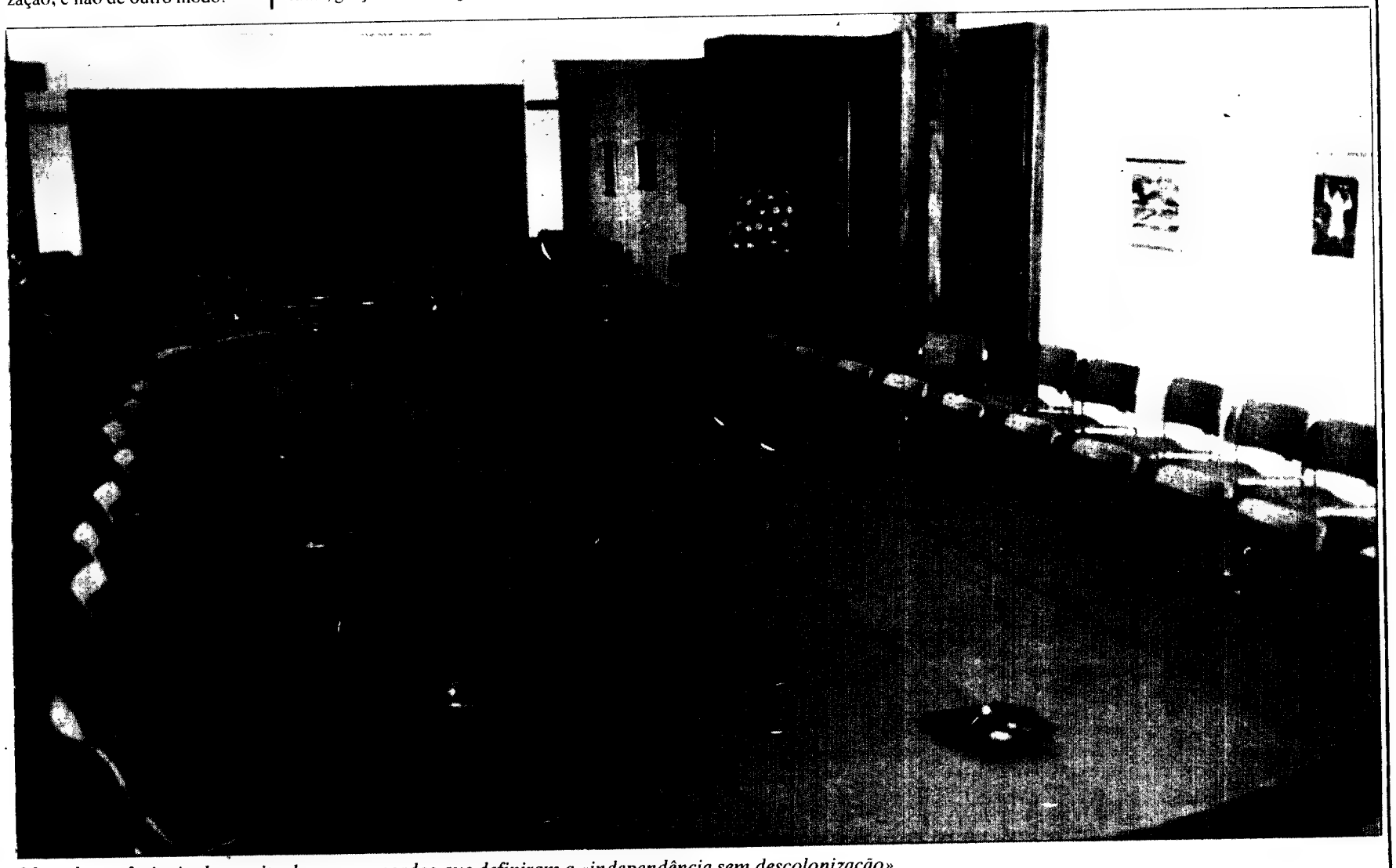
A análise da FRELIMO das conversações de Evian antes da independência da Argélia levou a uma determinação no sentido de evitar quaisquer ambiguidades sobre a questão da transferência do poder. Ciente de que o conceito de descolonização de Spínola implicava a imposição de uma ordem neocolonial num futuro Moçambique independente, a FRELIMO tomou a orientação segundo a qual a descolonização era uma pré-condição necessária para a democratização, e não de outro modo.

Entre estas duas posições bem definidas encontrava-se o Movimento das Forças Armadas dos jovens capitães portugueses, que de uma maneira geral não possuía qualquer ideologia anticolonial ou revolucionariamente coerente, mas que era impulsionado por uma grande vontade de paz. Após o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas perdeu a sua energia e a sua coerência. No entanto, o MFA era capaz de encontrar uma causa para lutar, graças à intransigência dos movimentos de libertação. O MFA queria pôr termo à guerra, mas não tinha meios para atingir o seu objectivo; o momento crucial deu-se quando elementos do MFA começaram a encarar a posição da FRELIMO como meio de acabar com a guerra sem favorecer as intenções de Spínola e das forças que o apoiavam. Formaram-se alianças para lutar contra o projecto neocolonialista de Spínola, que levaram à sua eventual neutralização e queda, e finalmente à ambígua independência das colónias africanas portuguesas, uma independência sem descolonização, uma independência sem a imposição de um regime neocolonial(2).

25 de Abril de 1974: o general António da Silva Spínola é o novo detentor do poder em Lisboa. O comandante das forças de ocupação na Guiné-Bissau recebeu o poder das mãos do professor Marcelo Caetano, primeiro-ministro do governo derrubado. Ele prometeu a Marcelo Caetano que «não deixaria o poder cair nas ruas»(3), ou seja, nas mãos dos esquerdistas «antisistema», que foram acusados pelos ideologistas do antigo regime de serem defensores do «abandono das colónias portuguesas em África».

Este foi o último pedido do herdeiro de António de Oliveira Salazar. Foi a última oportunidade de Marcelo Caetano para ver a sua política de «evolução e continuidade» se tornar realidade, uma política que ele defendeu como solução para a séria crise que o País e o Governo

Continua na pág. 33



Mesa da conferência: lugar ritual para os acordos que definiram a «independência sem descolonização»

RELAÇÕES PUBLICAS

TRANSFORMAR A CIDADE CONSTRUIR O FUTURO

ACÇÕES PRIORITÁRIAS DO TRABALHO AUTÁRQUICO PARA 1985

- Passagem desnivelada na Rua Miguel Bombarda
- Plano director municipal
- Festas da cidade
- Reforço dos melhoramentos da iluminação existente
- Melhoria dos serviços de recolha de resíduos sólidos
- Criação de novos espaços verdes
- Cultura, tempos livres e juventude
- Informação e comunicação

informação

CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

S. R.

CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO

Foi D. Manuel I que concedeu a Ferreira do Alentejo o foral que conferiu à localidade o privilégio de concelho, corria então o ano de 1516 e Portugal vivia o período áureo das descobertas

Hoje 469 anos transcorridos, o concelho continua a progredir, encravado no interior do Sul País e a braços com um sem-número de problemas aos quais a Autarquia faz frente e tenta solucionar, contando para tal com a participação activa das populações que não regateiam esforços na edificação de um concelho onde viver se torne mais fácil no futuro.

MÓVEIS DO NORTE EM LISBOA

CAMPANHA DA PÁSCOA

O SEU ESCUDO É MAIS FORTE COMPRANDO NOS

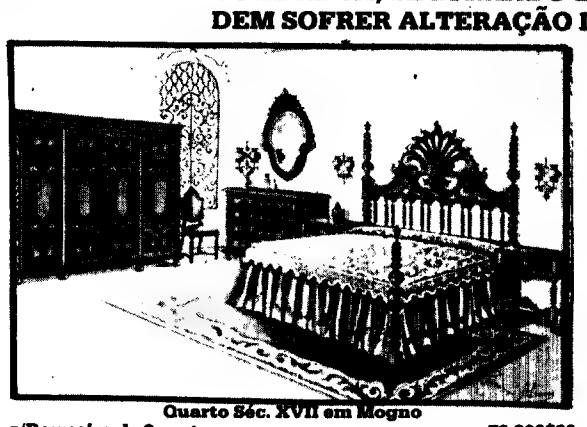
ARMAZÉNS DE MÓVEIS DO NORTE

o primeiro «CASH AND CARRY» de mobiliário de todos os estilos e preços

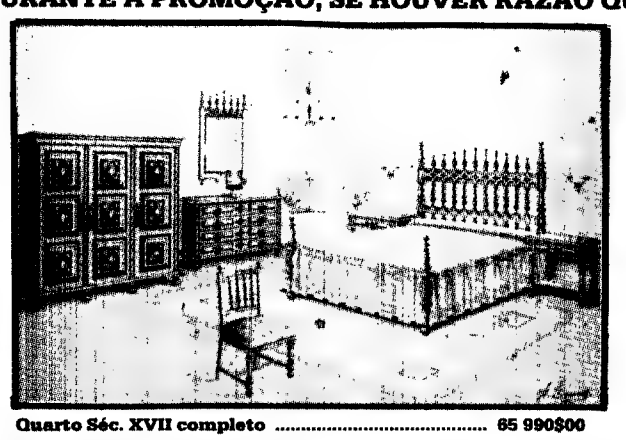
COMPRAMOS A PRONTO
VENDEMOS A PRONTO
A PREÇOS IMBATÍVEIS

CAMPANHA ESPECIAL ATÉ 30 DE ABRIL

ATÉ 30 DE ABRIL DE 1985, MESMO QUE SÓ LHE INTERESSE RECEBER MOBÍLIAS MAIS TARDE, COMPRE JÁ, SEGURANDO ESTES PREÇOS E SINALIZE APENAS COM 20%, POIS OS PREÇOS PODEM SOFRER ALTERAÇÃO DURANTE A PROMOÇÃO, SE HOUVER RAZÃO QUE A JUSTIFIQUE



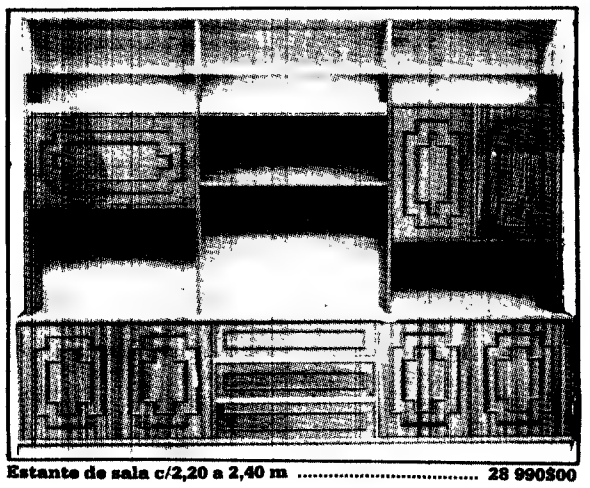
Quarto Séc. XVII em Mogno
c/Roupeiro de 3 portas ..... 79 900$00
c/Roupeiro de 4 portas ..... 84 900$00



Quarto Séc. XVII completo ..... 65 990$00

Sala Renascença c/Mesa e 8 Cadeiras Capela com fundo e costas em Couro Gravado ..... 154 900$00

Quarto Moderno Electrificado s/ Roupeiro .... SÓ 8990$00

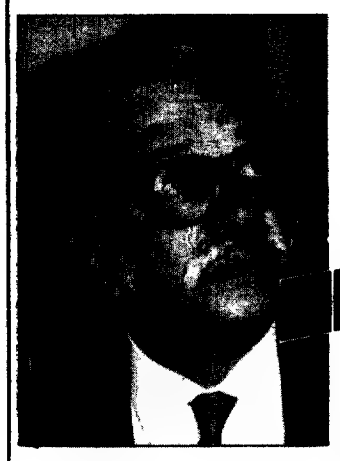


Estante de sala c/2,20 a 2,40 m ..... 28 990$00

Sala Séc. XVII com mesa rectangular ou redonda e 8 cadeiras com fundo a veludo ..... 81 900$00

EM **LISBOA** — Avenida Marechal Texeira Rebelo (seguimento da Av. do Uruguai – e junto à Maconde) Benfica – Telefone 71 16 60.
NA **PORTELA DE SINTRA** – Rua Dr. Félix Alves Pereira, 10-B.
EM **FIGUEIRÓ DOS VINHOS** – Rua Dr. Manuel Simões Barreiros (Junto aos CTT) – Telefone 52 403.
NO **PORTO** – Rua do Bonjardim, 747, Telef.38 05 61. – Rua do Almada, 649, Telef. 31 13 25.

Horário de **LISBOA** e **FIGUEIRÓ** – das 9 às 13 e das 15 às 20 horas. MESMO AOS SÁBADOS.
Horário de **SINTRA** – o mesmo, mas encerrando aos sábados às 13 horas.



DOSSIER

Regresso de tropas portuguesas: a saga e pesadelo africanos estavam a chegar ao fim

Independência sem descolonização

A transferência de poder em Moçambique

Continuação da pág. 31

estavam a atravessar. Mas, como uma ironia do destino, esta detenção do poder fora consolidada com a autorização dos «jovens capitães» do Movimento das Forças Armadas (MFA), que derrubaram o regime fascista colonial precisamente para pôr termo ao que chamavam «estas injustas e insustentáveis guerras na chamada África portuguesa».

Num pequeno apelo à Nação na posição de chefe da Junta de Salvação Nacional, na Televisão, horas após o golpe, Spínola manteve o que prometeu, e definiu a principal prioridade do novo regime:

«Garantir a soberania da Nação na sua forma multiconstitucional». (o que evidentemente significa em terminologia menos retórica, assegurar a integridade do império português em África).

O plano de Spínola

O plano africano de Spínola e dos seus generais incluia um imediato cessar-fogo, sob o qual os movimentos nacionalistas «pousariam as suas armas e passariam a uma luta ideológica, como qualquer outro partido legal existente», dentro de uma organização social em termos de «portuguesismo» multicontinental. Era esta a formulação oferecida pelo general Francisco Costa Gomes, o então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Portuguesas, e número dois na Junta, numa conferência de Imprensa em Lourenço Marques em 13 de Maio de 1974 (4). Os outros partidos a que Costa Gomes se referia já tinham começado a aparecer na cena africana. Alguns formaram-se no fim do período de Caetano, outros, após o 25 de Abril; mas eram todos apoiados pela administração colonialista, tinham a bênção do Governo de Lisboa, e o apoio dos regimes vizinhos da Rodésia e da África do Sul.

Era nestes partidos que o novo chefe português pensava, quando declarou que «o futuro das províncias ultramarinas deve ser decidido por todos aqueles que consideram que essa terras lhes pertencem». Isto era um apelo para o uso de um referendo (uma ideia proposta por Spínola no seu famoso livro **Portugal e o Futuro**), para decidir se Angola, Moçambique e Guiné-Bissau queriam pertencer a um «Commonwealth» do futuro Brasil africano, uma federação luso-africana com sede em Lisboa.

Infelizmente, continuou Spínola, os africanos de hoje «ainda não estão prontos para decidir o seu próprio futuro», e era então necessário prepará-los. Esta era uma tarefa que Portugal deveria assumir, talvez durante «uma geração inteira».

Enquanto isso, era preciso consolidar um «forte centro de poder» em Portugal, e «neutralizar» os movimentos nacionalistas e os seus possíveis aliados, nomeadamente o MFA e os partidos antifascistas. Spínola também planeou vencer a opinião pública africana na Organização da União Africana (OUA), e ganhar até o apoio dos países socialistas do bloco soviético para a sua política de cessar-fogo imediato, contra a intransigência dos movimentos de libertação. Isto foi visto como a chave de um complexo processo de descolonização em África, o que tiraria Portugal do isolamento em que se encontrava, e teria isolado os movimentos nacionalistas, obrigando-os a encurtarem os seus horizontes.

PS e PCP

A primeira intenção de Spínola era consolidar o poder em Portugal. Os grandes partidos antifascistas — o Partido Socialista (PS) de Mário Soares e o Partido Comunista (PCP) de Álvaro Cunhal — não diferiam muito nesse tempo. O PCP teve um papel importante na criação de uma consciência antifascista em Portugal antes do golpe, e durante muito tempo lutou sozinho. Num comunicado conjunto, alguns meses antes do 25 de Abril, os dois partidos tomavam uma inequívoca posição acerca da questão colonial (5). Exigiam «um fim para a guerra colonial e negociações para a **independência imediata** dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique».

Mas agora a situação tinha mudado. O regime fascista fora derrubado. O apoio em massa do golpe tinha forçado os generais «fascistas» a desmantelar, o mais depressa possível, as estruturas repressivas do antigo regime, como a PIDE/DGS, a sinistra Gestapo portuguesa.

Spínola sabia que o PCP, assim como PS, se inclinavam a fazer certas concessões à sua ideia de «forte centro de poder» em troca do estabelecimento de uma certa margem de legalidade (6). Estava preocupado com a formação de um Governo provisório. Os candidatos — como o liberal católico professor Miller Guerra — propostos pelo MFA para chefiar o Governo, apoiavam a ideia de dar prioridade ao terminar da guerra colonial. Foram ultrapassados pelo chefe da Junta; ele já tinha pensado num homem de confiança para essa posição, o velho advogado antifascista Palma Carlos, figura de primeiro plano da maçonaria livre. Mas a participação dos grandes partidos antifascistas no Governo foi imposta a Spínola através de várias maneiras. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, já tinha aceite. Seria o ministro dos Negócios Estrangeiros, e o embaixador especial de Spínola na Internacional Socialista. Uma abertura para a Europa era necessária para quebrar o isolamento mantido pelo velho regime.

No entanto, o PCP nunca levantou a questão da descolonização como sendo um dos seus principais objectivos. Por isso, mais tarde, quando foi chamado o secretário-geral do PS, o PCP não pôde ser considerado para ocupar um cargo de governo. Isso desencadeou sérias dificuldades. Apesar de Álvaro Cunhal participar no governo, Spínola, anticomunista firme, quis encarregar o seu partido de controlar a turbulenta classe trabalhadora, um sector que obviamente não nutria simpatia pelo novo líder de Portugal.

Apesar disso, Spínola tinha muitos motivos de satisfação. Teria podido continuar o processo de descolonização — conforme as linhas por ele definidas — se tivesse conseguido neutralizar os jovens capitães do MFA, que continuaram a opor-se vigorosamente à sua posição sobre este assunto.

Dez anos de atraso

As posições adoptadas pelo chefe da Junta Militar não constituíram uma surpresa para os nacionalistas africanos. As relações de Spínola com os grandes grupos industriais como a CUF ou o grupo Champalimaud era do conhecimento público.

Estas empresas foram os tentáculos do antigo regime nas colónias, e estavam agora interessadas na exploração de Moçambique através de novos métodos inseridos na nova organização social do neocolonialismo.

As teses neocoloniais que Spínola queria pôr em prática encontravam-se expostas no seu discutido livro **Portugal e o Futuro** (7), e foram denunciadas numa edição do **Mozambique Revolution,** jornal de língua inglesa da FRELIMO. Era um plano de estilo gaullista, elaborado por um Bismarck português, historicamente dez anos tarde demais, um jogo de palavras para camuflar uma operação que pretendia estabelecer a minoria branca numa posição de hegemonia num Estado futuro, ligado directamente à metrópole, cujos interesses económicos estariam assim assegurados.

A FRELIMO precisava de entender as razões que levaram os capitães progressitas do MFA a entregar o poder a uma Junta reaccionária composta por generais que não se incomodaram em esconder a sua firme determinação de continuar as «sujas» guerras coloniais em África. Como interpretar esta série de acontecimentos estranhos e aparentemente contraditórios?

O ponto essencial, para o Comité Executivo da FRELIMO, em Dar-es-Salam a 3 Maio de 1974, numa sessão para discutir a nova situação de Portugal, era continuar o esforço da guerra para libertar o país, e para reafirmar mais uma vez os princípios que guiaram o plano, e as condições que poderiam apontar uma solução pacífica para a guerra dos dez anos. O comunicado final desta reunião considerou:

«Para o povo moçambicano liderado pela FRELIMO, o problema da definição correcta do inimigo sempre foi a questão central. O inimigo do povo moçambicano não é o povo Português, igualmente vítima do fascismo, mas sim o **sistema colonial português.** Foi o crescente descontentamento do povo português face à guerra colonial que incutiu a ideia numa larga camada das Forças Armadas, que não estavam a defender os interesses do povo. Se o nosso plano contribuiu para o plano do povo português contra o fascismo, só nos podemos felicitar com esse facto.

Mas exactamente como o povo português possui um incontestável direito à independência e à democracia, esses mesmos direitos não devem ser negados ao povo moçambicano. Nós lutamos por esses direitos essenciais e elementares. Os objectivos da FRELIMO são a total independência para o povo de Moçambique, e a destruição do colonialismo português».

Delineando as conclusões desta importante declaração, Samora Machel, presidente da FRELIMO, sublinhou que:

«A independência não é negociável. É um direito inalienável do povo moçambicano. Contudo, estamos prontos a discutir as modalidades da transferência da soberania para o povo Moçambicano, de quem a FRELIMO é o único representante legítimo.»

Cessar fogo imediato

Em 9 de Maio de 1974, o presidente do Comité para a Descolonização das Nações Unidas, o tanzaniano Salim Ahmed Salim, foi indicado para responder publicamente pelos movimentos nacionalistas da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP):

«A ausência de uma declaração da Junta afirmando a sua intenção acerca de uma descolonização verdadeira».

Mas Salim estava firme sobre o que se devia fazer; «não existir nenhum equívoco que possa levar o mundo a acreditar que a política Africana de Portugal não tenha mudado substancialmente», o novo regime Português tem que primeiro «entrar imediatamente em negociações com os movimentos de libertação reconhecidos pela OUA, para pôr termo ao colonialismo».

Em seguida deve «reconhecer o direito legítimo dos povos de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau à autodeterminação e independência, e tomar medidas concretas para efectivar esse direito».

Em 10 de Maio, os ministros dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Congo, Zaire encontraram-se em Dar-Es-Salam com os movimentos nacionalistas africanos reconhecidos pela OUA, para decidir uma posição comum face ao novo regime de Lisboa. «Chegou o momento», declaram num comunicado comum, «para o general Spínola fazer uma declaração categórica, referindo que Portugal reconhece o princípio da independência nacional de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique».

Mas o novo chefe de Estado português não estava preparado para desistir, e procurou o apoio dos Estados africanos da OUA para a sua política de cessar-fogo imediato. Sem esta condição, disse, não seria possível iniciar o complexo processo de descolonização.

Na verdade, como já vimos, Spínola queria quebrar o isolamento herdado do Portugal de Caetano tentando os aliados naturais dos movimentos nacionalistas do CONCP, e forçando-os a negociar nos seus termos. Spínola estava ligado a Leopold Senghor, o presidente do Senegal, seu amigo e confidente, e tentou através dele influenciar a ala moderada da OUA. Senghor conhecia as ideias do novo chefe português, e pediu que Spínola compreendesse e respeitasse as ideias de «negritude» dos movimentos nacionalistas.

Além disso, o general Gowon, presidente da «influente» Nigéria e em seguida presidente da OUA, e com quem Spínola mantinha uma amigável correspondência, não duvidou que a posição que o seu colega português defendia reflectia «um novo espírito nas relações entre Portugal e os países africanos».

Mas em Mogadishu, em 13 de Junho, o moderado grupo de Senghor e companhia foi derrotado. Os líderes africanos, apoiando as posições da FRELIMO, decidiram condicionar a reabertura das relações diplomáticas com Portugal ao reconhecimento do direito à independência das suas colónias. A OUA gorou os propósitos de Spínola. «O cessar-fogo não será possível», disse o presidente da Somália, Siade Barre, enquanto Lisboa se recusar a reconhecer o direito à independência dos países dependentes da sua lei colonial».

O papel da Zâmbia

Foi neste momento que a Zâmbia começou a desempenhar um papel importante. As guerras coloniais portuguesas tiveram sérias consequências para a economia da Zâmbia: o cobre era transportado com dificuldade pelas linhas de caminho-de ferro que passavam através ou perto das zonas de guerra em direcção aos portos de Lobito em Angola e da Beira em Moçambique. O

Continua na pag. 34

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1985

Na reunião camarária de 16 de Novembro de 1984, a Câmara Municipal de Almada aprovou maioritariamente, o Plano de Actividades e Orçamento para 1985 com votos de vereadores eleitos pelo PS e AD e pela maioria APU. A Assembleia Municipal ratificou esta decisão em sessão realizada no dia 7 de Dezembro. O Conselho Municipal deu parecer favorável (apenas com uma abstenção), em Dezembro do mesmo ano.

Provou-se, mais uma vez, que a equipa de trabalho constituída por forças políticas divergentes funciona, como desde o primeiro mandato, em regime de forte entreajuda com vista a uma administração totalmente voltada para o serviço das populações.

Esta deliberação do executivo camarário é a culminação de um trabalho exaustante, de centenas de horas a nível de pelouros e de uma dezena de reuniões de trabalho da vereação. Isto, porque as propostas apresentadas pelos vereadores dos vários pelouros à Presidência englobam uma importante listagem de iniciativas cuja contabilização transcendia a capacidade financeira do município em cerca de 316 mil contos.

Tornou-se imperioso fazer difíceis opções, adiar, limitar, reduzir. O Plano de Actividades e Orçamento agora aprovado, fica, assim, aquém das capacidades de realizações da Câmara Municipal, e das justas esperanças dos munícipes de verem resolvidas algumas situações dificilmente suportáveis. A barreira financeira impeditiva é instransponível, na medida em que não depende do Poder Local cativar as verbas que lhes confere, se cumprida, a Lei das Finanças Locais aprovada por unanimidade na Assembleia da República em 1978. Desde essa data — porque o Governo não respeita as suas próprias propostas nem as decisões da Assembleia da República — o Município de Almada viu-se esbulhado de dois milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco contos (2 444 465).

Não é de somenos importância a transferência para as autarquias de encargos novos, designadamente no âmbito da saúde, ensino e transportes, sem a correspondente afectação dos necessários meios financeiros e poderes de decisão.

Acresce que em 1982 o Poder Central impôs à Câmara de Almada o recurso ao crédito para a realização de obras inadiáveis. Os juros e amortizações resultantes, que se encontram na fase de liquidação, são outras tantas barreiras que impedem a planificação do volume de obras novas que o desenvolvimento incessante do Concelho exige.

Numa perspectiva de futuro, considerando que o concelho de Almada se encontra praticamente coberto por planos de urbanização, é necessário prestar uma grande atenção à elaboração de novos projectos de obras e equipamentos, bem como à renovação da frota mecânica, de forma a permitir a intervenção directa da Autarquia, sem dependência do exterior, na resolução dos problemas.

As iniciativas inscritas nos planos da Câmara e dos seus Serviços Municipalizados contemplam um conjunto de acções que são inadiáveis e visam a transformação qualitativa das condições de vida das populações do Concelho.

Almada, 9 de Abril de 1985

O GABINETE DE IMPRENSA
SERVIÇO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Serviço de Relações Públicas

AGROPROMOTORA

Cooperar e desenvolver

ÁREAS DE TRABALHO

AGRICULTURA • PECUÁRIA • INDÚSTRIA ALIMENTAR • PLANOS DIRECTORES DO SECTOR PRIMÁRIO • ANÁLISE DA VIABILIDADE TÉCNICA-ECONÓMICA DOS INVESTIMENTOS • PROJECTA E IMPLEMENTA

ENTIDADES

COOPERATIVAS • AUTARQUIAS
OUTRAS EMPRESAS

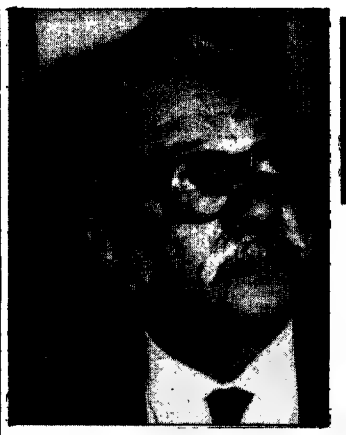
PAÍSES AFRICANOS

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA ARGÉLIA

COOPERATIVA PRODUTORA DE PROJECTOS AGRÍCOLAS SCRL
Rua Cardeal Mercier, 29-1.º Lisboa
☎ 73 51 35



DOSSIER

Independência sem descolonização

A transferência de poder em Moçambique

Continuação da pág. 33

presidente Kenneth Kaunda tentou em vão chegar a um acordo com Caetano sobre uma solução negocial para as guerras de libertação. Após o 25 de Abril, o seu embaixador Mark Shona dirigiu-se de novo à capital portuguesa, e voltou convencido que o novo chefe de Estado português pretendia realmente a paz. Os líderes da FRELIMO aceitaram em princípio a necessidade de negociações. Quando foram contactados pelas autoridades da Zâmbia, concordaram em encontrar-se com os portugueses na Zâmbia, apesar dos propósitos de Spínola não merecerem mais considerações.

Mário Soares encabeçou a delegação portuguesa, que permaneceu em Lusaca de 4 a 6 de Junho. O líder do Partido Socialista partiu para Lusaca com um mandato bem definido por Spínola «para fazer uma apreciação geral da situação e, se possível, concordar com esse cessar-fogo».

«Infelizmente, não posso ir mais longe», disse, «pois o ministro dos Negócios Estrangeiros não é o detentor exclusivo do poder. Existe hoje em Portugal um complexo movimento de forças que nós, socialistas, não podemos ignorar». Mas o líder socialista não se limitou às regras que Spínola lhe quis impor. No aeroporto de Lusaca prestou uma generosa homenagem a Eduardo Mondale, «fundador da nação moçambicana e primeiro presidente da FRELIMO, assassinado por inimigos dos povos moçambicano e português». Mais tarde quebrou o protocolo e criou uma atmosfera positiva nas negociações, abraçando calorosamente o presidente da FRELIMO, Samora Machel, na sala de conferências em State House. Recusou igualmente falar para a COREMO (Comissão Revolucionária de Moçambique), uma organização fantoche (usando a expressão de Soares), que até pretendia ter sido reconhecida por Kaunda e que tinha sido lançada pela administração colonial portuguesa. A COREMO queria assumir a posição de outra FRELIMO e negociar com o novo Portugal. Soares declarou:

«Estou aqui para falar àqueles que lutam no interior do país. o novo Portugal deseja sinceramente pôr termo às guerras que herdaram do velho regime fascista e colonial. Em Moçambique é apenas a FRELIMO que luta no campo de batalha e só com eles falaremos».

Reconhecimento da Frelimo

Este reconhecimento, pelo líder da delegação portuguesa, da Frelimo como único representante do povo moçambicano nas conversações com Portugal, abriu uma brecha na política de Spínola. Apesar disso, Soares ainda tentou convencer os moçambicanos da necessidade de um imediato cessar-fogo **de jure** e **de facto,** como aconteceu na Guiné-Bissau, para que depois os protagonistas pudessem falar de outros assuntos.

«Não pararemos o tiroteio», respondeu Machel, «até que os problemas que nos fizeram abrir fogo tenham sido resolvidos correctamente». Para Soares esta declaração trazia sérias implicações. Avisou que se a Frelimo pretendia uma rendição incondicional pelas Forças Armadas Portuguesas em Moçambique, o presidente Spínola teria o apoio de uma parte significativa do MFA e não aceitaria tais posições rígidas e exageradas. Se a guerra continuasse, o Governo português teria que apelar para as Nações Unidas, com consequências trágicas — a internacionalização e vietnamização do conflito.

Samora Machel respondeu que a internacionalização do conflito seria «uma histórica abdicação da responsabilidade de Portugal, e não serviria nem os interesses de Portugal nem os interesses de Moçambique».

Soares tentou, sem grande convicção, retomar a ideia de um referendo, um assunto muito caro ao coração de Spínola, assegurando aos seus ouvintes que «tentaria que a Frelimo triunfasse».

O papel de Otelo

O major Otelo Saraiva de Carvalho quebrou o seu silêncio acerca deste assunto. Otelo era o cérebro por detrás do plano do 25 de Abril, e foi incluído na delegação no último minuto, como conselheiro militar, mas também encarregado por Spínola para controlar o ministro dos Estrangeiros.

«Não percebo muito de política», disse Carvalho, «mas garanto que sobre este assunto estou mais próximo da Frelimo do que do meu general. Nem eu nem os meus colegas do MFA fizemos uma revolução para defender um plebiscito, ou as outras ideias que o nosso general defende em **Portugal e o Futuro.**

O presidente da Frelimo não teve dificuldades em argumentar que o plebiscito e os outros truques que Spínola tinha na manga eram simplesmente planos de Caetano ressuscitados dez anos mais tarde. Apesar de poder ter resultado uma década antes, seguir tal orientação agora, «agravaria a crise portuguesa, derrotaria militarmente o Exército português, e poderia levar a um golpe da direita em Portugal».

Com certeza que Soares compreendeu a linha de argumentação de Samora. Talvez ele pretendesse afastar-se da linha spinolista ao assinar o comunicado conjunto com a Frelimo no qual reconheceu «que o estabelecimento do cessar-fogo depende de um acordo prévio assente em princípios básicos».

A delegação portuguesa voltou a Lisboa dividida e sem resultados concretos para apresentar. Otelo disse ter decidido «que se fosse necessário fazer um novo golpe», ele estava pronto. Mário Soares começou a duvidar da viabilidade do projecto de Spínola, quando revelou que «sem uma mudança nas forças do poder em Portugal não será encontrada uma solução rápida para o impasse das negociações com o PAIGC e com a Frelimo».

De facto, as oito horas de franco e compreensivo discurso em Lusaca não tinham sido inúteis.

«Golpe» ou revolução?

Samora Machel, que tinha enviado um dos seus mais próximos colaboradores a Lisboa, tinha perfeita consciência que as impressionantes manifestações do Primeiro de Maio tinham desencadeado uma nova fase na política portuguesa. Os acontecimentos do 25 de Abril já não podiam ser encarados como um simples golpe, mesmo não sendo ainda uma revolução. As posições das massas portuguesas tinham que ser tomadas em conta. Esta entrada popular na política portuguesa tinha isolado a ala spinolista ainda mais das Forças Armadas em geral. Samora também sabia que o ponto de conflito que separava a Junta Militar de Spínola da maior parte dos capitães de Abril, era a questão colonial, e não a democratização do País. Era aí que o «conflito do sistema» se encontrava, aí onde a coesão das Forças Armadas se tinha perdido, onde a base de um futuro Portugal democrático e pacífico se tinha arruinado.

Os dois grupos rivais apresentaram soluções diferentes para a crise. Apesar da maior parte dos capitães não ser convictamente anticolonialista, o sonho de Spínola de voltar a África era para eles um pesadelo. Esta diferente orientação conduziu a convulsões no seio do MFA, que tinha começado por ser uma organização temporária, mas que se tinha fortalecido por causa das pressões criadas pela longa estadia militar nas colónias.

Spínola pressentiu o perigo e tentou neutralizar os rebeldes, afastando-os após ter reconstruído a hierarquia estrutural que o golpe havia praticamente destruído. Esta manobra falhou. Os capitais adoptaram métodos de trabalho semiclandestinos, e viraram-se para um segundo centro de poder efectivo, dirigido pelo órgão político denominado Comissão para a Coordenação do Programa (CCP).

A CCP não escondeu a sua oposição face a Spínola e aos seus colegas do «forte centro de poder», e foi encorajada pela rejeição dos propósitos federalistas de Spínola pelos movimentos nacionalistas africanos. Também tinha o apoio dos MFAs regionais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, grupos cujo conhecimento do terreno confirmava inevitavelmente «que as guerras portuguesas em África não podiam ser terminadas através de meios militares».

O exército colonial, ou as suas partes ainda operacionais, encontravam-se «tão fatigados após doze anos de amarga e desmobilizante guerra, que depois do 25 de Abril perderam a vontade de lutar».

A guerrilha moçambicana da FRELIMO, que tinha já atravessado o rio Zambeze, havia agora, de acordo com um relatório do MFA local, atingido a região central do Sul «com o apoio activo da população africana». Era o calcanhar de Aquiles do país, o centro dos colonos, a base geográfica que suportava o regime colonial. Os colonos brancos entraram em pânico. Tinham subitamente descoberto que «a desinformação sistemática acerca da guerra» efectuada pelo antigo regime os tinha mantido na ignorância. Essa independência, com os negros no poder, era inevitável. Uns puderam aterrar em Portugal com os seus milhões, enquanto outros procuraram refúgio na Rodésia e na África do Sul.

Os cofres do Estado colonial encontravam-se quase vazios. Revelava-se difícil suportar as importações. Os preços dos bens e dos serviços subiram em flecha Em 13 de Agosto outro relatório do MFA de Moçambique revelou que: «Apenas existem fundos para cobrir as importações de bens de primeira necessidade durante uma semana... O BNU (National Overseas Bank) foi autorizado a emitir dinheiro sem reservas para o cobrir... Financeiramente, a colónia encontra-se na bancarrota».

A guerra, concluia o relatório, não pode terminar por meios militares.

A CCP em Lisboa considerou que a situação era séria e não podia ser imediatamente resolvida: estas circunstâncias «exigem que o controlo do processo de descolonização deve ser afastado de Spínola e dos seus generais».

Não poderia haver reconciliação entre Spínola e o MFA. O governo de Palma Carlos, face à recusa do cessar-fogo por parte dos movimentos africanos e da penosa situação das frentes africanas, demitiu-se em 9 de Julho, e os governadores gerais de Angola e Moçambique suspenderam as suas actividades. Guiné-Bissau foi enfim reconhecida como país independente. Em Julho, o MFA impôs uma lei constitucional à Junta de Salvação Nacional que incluía «o reconhecimento de Portugal do direito à autodeterminação com todas as suas consequências, inclusive a independência» (Artigo 2, parágrafo 2).

A FRELIMO tinha vencido.

Melo Antunes em Dar-es-Salam

A Comissão Executiva da FRELIMO tomou nota da situação e solicitou que fosse enviada uma delegação do MFA a Dar-es-Salam. Spínola opôs-se a essa visita, mas Costa Gomes, que tinha acabado de chegar de Moçambique, concluiu que «os projectos federais foram um sonho da minha juventude», que eram actualmente impraticáveis, e que se tornava necessário um diálogo com a FRELIMO para encontrar uma «solução respeitável». (8)

O Movimento das Forças Armadas escolheu o major Ernesto Melo Antunes para esta «delicada missão», mas somente após um «longo e controverso debate». Ele era «o mais político entre os seus membros», e ministro sem pasta do Governo formado pelo coronel Vasco Gonçalves. Vasco Gonçalves era igualmente membro do «Grupo dos Sete» e o seu governo tinha sido formado sob insistência do MFA. Melo Antunes comentou:

«Vencemos o regime inimigo colonial e fascista e pagámos a dívida que devíamos ao povo africano. Hoje podemo-nos sentar à mesa de negociações e negociar com as contrapartes africanas sem qualquer tipo de complexos».

Spínola tentou mais uma vez evitar esta manobra, mas desistiu. Melo Antunes tinha elaborado o famoso **Programa do MFA**, do qual tinham sido retiradas as cláusulas coloniais pelos generais como condição de permitir o gôlpe. Evidentemente que ele não era uma **persona grata** para o chefe do Estado.

As negociações não seriam fáceis. Isso tornara-se óbvio desde o primeiro encontro de Lusaca em Junho, quando Samora recusou o cessar-fogo que Spínola e os seus generais lhe queriam impor, e que pelo contrário despoletou a luta contra as forças de ocupação. Esta heteredoxa maneira de pensar desorientou não só os grupos antifascistas da Metrópole, históricos aliados da FRELIMO, mas também o próprio MFA. O MFA não compreendia bem «que essa fosse a única resposta possível à FRELIMO, o que foi interpretado como sendo uma manobra de Spínola; uma poderosa carta que deveria ser jogada em último recurso»(9). De facto, Melo Antunes e Spínola não se entendiam. Para Melo Antunes, que tinha sido preso e exilado nos Açores em virtude do golpe do regime de Caetano, «Era um grave erro convidar Spínola para assumir a liderança do novo regime, principalmente porque os seus projectos de descolonização nada tinham a ver com as razões do 25 de Abril dos jovens capitães que, com todas as suas limitações, nunca tencionaram recolonizar Angola, Moçambique ou Guiné. Teríamos escolhido o general Costa Gomes, com quem o MFA poderia trabalhar sem atraiçoar os seus princípios»(10). Mas a escolha tinha sido feita — Spínola, que praticamente perdera a iniciativa da descolonização, mas que se manteve como chefe de Estado e que não podia ser ignorado. Melo Antunes foi devidamente escolhido para ir a Dar-Es-Salam, com todo o apoio da Comissão Nacional Portuguesa para a Descolonização; ficou na Tanzânia entre 30 de Julho e 2 de Agosto. Spínola não levantou objecções ao reconhecimento do direito do povo moçambicano à independência e ao princípio da transferência de poder. Mas demonstrou sérias reservas em relação ao reconhecimento público da FRELIMO, e insistiu num protocolo secreto no qual a Frente seria reconhecida como representante legítima do povo moçambicano, sem prejuízo para as negociações que se seguiriam. Seria uma nova manobra de Spínola?

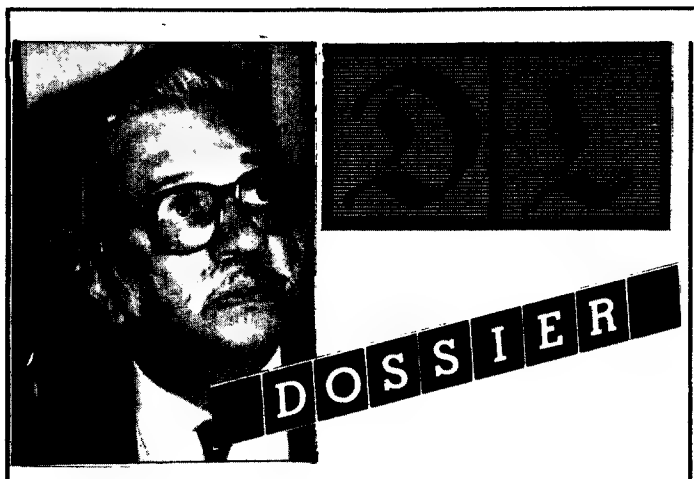
A insistência do general num protocolo **secreto** para o reconhecimento da FRELIMO baseava-se aparentemente, disse Melo Antunes, no desejo de Portugal evitar protestos da África do Sul e da Rodésia, na política internacional, acerca de tal reconhecimento. Essa contestação dever-se-ia aos «preconceitos democrático-burgueses» ocidentais e teria criado dificuldades na Europa para o novo regime português. Era assim necessário desde logo, evitar que a África do Sul e a Rodésia usassem o pretexto formal da ilegitimidade para procederem a uma intervenção militar em Moçambique, o

Continua na pág. 36

De pouco adianta peguntar, hoje, que outros caminhos poderia a descolonização ter percorrido, sendo certo que Portugal e as suas ex-colónias tinham chegado a acordo sobre a independência

DOSSIER

Acordo obtido sobre o abandono do Império: o compromisso não abrangia um projecto descolonizador



Independência sem descolonização

A transferência de poder em Moçambique

Continuação da pág. 35

que poderia realizar o velho sonho colonial de cortar Moçambique em duas partes ao longo do Zambeze. Por outro lado, era necessário prevenir o uso do argumento da «traição» através de uma «rendição vergonhosa», pela minoria racista e colonialista de Moçambique, ou pelos elementos mais reaccionários em Portugal, que poderiam causar sérios problemas de ordem pública em Moçambique e graves dificuldades em Portugal.

O «projecto Jardim»

Samora não teve dificuldades em demonstrar que quando Spínola enviou Mário Soares a Lusaka, pretendia apenas ganhar tempo, para que se pudessem organizar os partidos fantoches em Moçambique. Efectivamente, esses partidos começaram a aparecer, exigindo a sua participação no diálogo com Portugal, visando o projecto federalista.

De acordo com o presidente da FRELIMO, enquanto Spínola recusava reconhecer a Frente e insistia numprotocolo secreto, ele persistia na sua política original, e ao mesmo tempo mantinha contactos com o aventureiro Português Jorge Jardim, homem de confiança de Salazar em Moçambique. A conspiração da África do Sul e da Rodésia, a que Spínola se referia, era exactamente o «projecto Jardim», apoiado por esses dois países que tinham procurado durante muito tempo uma alternativa «Moçambicana» à FRELIMO. (11) Todavia, a FRELIMO já sabia que as principais posições do MFA não eram desfavoráveis, e conhecia igualmente o isolamento relativo de Spínola. Por isso, a Frente decidiu continuar as negociações, baseando-se na declaração de 3 de Maio de 1974, em que nem a auto-determinação, nem a independência de Moçambique, nem mesmo a legitimidade da FRELIMO eram consideradas negociáveis, e a única nota da agenda versava sobre os meios de transferência do poder.

«O futuro de Moçambique deve ser decidido pelos Moçambicanos e eles já o decidiram pela força das armas», disse Melo Antunes. «Samora afirmou que a independência não é negociável. É um direito natural dos povos».

Apesar disso, a definição dos meios para a transferência do poder não era uma questão linear. Qual deveria ser a composição do Governo de Transição? O mandato do Alto Comissário Português garantia a integridade territorial do país? Quem deveria ser o chefe do executivo.

A delegação Portuguesa pretendia obter o «máximo de garantias para os interesses legítimos dos portugueses residentes em Moçambique», uma questão muito complicada, e que poderia facilmente conter a semente de discórdia entre Portugal e Moçambique. No entanto, «concessões mútuas» garantiriam à FRELIMO «uma transição pacífica», e para Portugal «uma situação nada desvantajosa e desonrosa durante o período de transição». Esta reunião decisiva elaborou um documento contendo as concepções básicas e as linhas principais do acordo a negociar

Aceitaria Portugal este documento como ponto de partida para a continuação do diálógo?

Os pontos essenciais já haviam sido definidos no primeiro encontro em Dar-es-Salam. Uma delegação maior, encabeçada pelo major Melo Antunes com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e o ministro da Coordenação Interterritorial, (inicialmente ministério Ultramar) Almeida Santos, estiveram em Dar-es-Salam entre 14 e 17 de Agosto afim de dar conhecimento ao mundo das «negociações secretas» entre Samora e Melo Antunes. Desta vez, o encontro visou as negociações finais de Lusaca, onde finalmente se assinou o acordo de cessar fogo, cujas cláusulas constituíam a base das estruturas políticas, militares e legais da transição..

Notas

● Na época dos acontecimentos descritos nestas notas, o autor desempenhou uma série de missões em Lisboa como enviado especial da FRELIMO. Anteriormente, tinha sido membro do Secretariado da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) As referências não documentadas provêm principalmente das próprias notas do autor sobre conversas e entrevistas realizadas durante esse período.

(1) «Portugal e África: o último império», in Prosser Gifford and William Roger Louis (edits)., **The Transfer of Power in Africa** (New Haven: Yale Univesity Press, 1982). Págs. 337-85.

(2) Investigação que estou actualmente a conduzir no Maputo e Lisboa permitiu-me a consulta de documentação em Portugal que clarificará algumas situações. Foram publicados alguns documentos importante do MFA em Portugal desde 74. O presidente Samora Machel autorizou-me o acesso a alguns arquivos pessoais; espero que este material me permita transformar o plano que estou a apresentar em considerações defintivivas.

(3) Dominique de Roux («Comment s'est rendu Caetano?» **Le Figaro,** 28 de Abril de 1974.
(4) Diário de Notícias, 15 de Maio de 1974
(5) Paris: PS e PCP, Setembro de 1973

(6) A pressão do PCP também tornou possível o primeiro reconhecimento diplomático da União Soviética (**Le Monde**, 6 de Junho de 1974).
(7) **Portugal e o Futuro** (Lisboa: Ática, 1974 e reedições); ver também o seu útlimo trabalho **País sem Rumo** (Lisboa: SCIRE, 78)
(8) Entrevista com Aquino de Brangaça.
(9) Entrevista com Melo Antunes intitulada «Processo de descolonização: Melo Antunes rompe o silêncio». **Expresso**, 17/2/79.
(10) Quanto às opiniões de Costa Gomes, ver o seu **Sobre Portugal: diálogos com Alexandre Manuel** (A Regra do Jogo, Lisboa, 1979).
(11). Assim, quando as conversações da Dar es-Salam se encontravam quase terminadas, Uria Simango, o ex-vice-presidente da FRELIMO, reuniu algumas organizações sem significado com o apoio de Jorge Jardim. Integrou os dissidentes da FRELIMO que tinham passado para o inimigo; criando este «partido de coligação nacional» (PCN) declarou numa conferência de Imprensa: «O PCN quer alcançar a independência através de um processo democrático no qual toda a população participe em paz», insistindo na necessidade de um referendo (**Expresso,** 13/7/74).

Paris e Seul melhoram relações

O primeiro-ministro francês, Laurent Fabius, assegurou que Paris nunca reconhecerá a Coreia do Norte sem consentimento da Coreia do Sul, disse ontem uma fonte oficial em Seul.

Fabius, que efectua uma visita oficial à Coreia do Sul, disse ao primeiro-ministro Lho Shin-Young que o facto de a missão comercial norte-coreana em Paris ter mudado o nome para delegação geral foi um simples acto administrativo sem significado diplomático, acrescentou o porta-voz.

Esta decisão de Dezembro passado causou três meses de más relações entre Paris e Seul, mas Fabius disse que a França não reconhecerá Pyongyang contra os desejos da Coreia do Sul.

«Consideramos esta promessa como um recomeço das relações bilaterais», comentou o porta-voz oficial sul-coreano.

Fabius, o primeiro chefe de gabinete francês a visitar a Coreia do Sul, chegou domingo a Seul para uma estada de três dias, vindo de Singapura.

Hoje reúne-se com o presidente Chun Doo Hwan.

Por sua vez, fontes de Seul disseram que o presidente francês François Mitterrand aceitou visitar a Coreia do Sul, em data ainda a marcar.

A moratória de Gorbachev

Tass reage com veemência à recusa da Casa Branca

Os EUA não estão interessados na paz e pretendem seguir uma política irresponsável e perigosa — estes os termos com que a agência oficial soviética TASS comentava ontem a recusa oposta pela Casa Branca à moratória sugerida pelo secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachev. Como ontem anunciámos, o dirigente soviético, em entrevista ao jornal «Pravda», que o seu país cessaria unilateralmente até Novembro próximo a aplicação das medidas retaliatórias decretadas face à instalação dos mísseis Pershing-2 e de Cruzeiro pelos EUA em território europeu.

Ao mesmo tempo, Gorbachev, que aceitava, embora sem indicar data nem lugar do encontro, a ideia de uma «cimeira» como Ronald Reagan, propunha aos EUA que congelassem nos seus níveis actuais os mísseis instalados na Europa.

A Casa Branca replicou dizendo que prosseguiria com o seu calendário de instalação, porque o congelamento aos níveis presentes daria à URSS a vantagem de dez para um.

O comentarista militar da TASS, Vladimir Chernishov, acusa os argumentos norte-americanos de serem uma «enorme mentira». Segundo diz, os EUA ignoram os mísseis franceses e britânicos, bem como os mísseis transportados em meios aéreos e submarinos, para entrarem em linha de conta apenas com os mísseis baseados em terra.

Segundo a agência NP, a Grã-Bretanha e a RFA reagiram à proposta de Gorbachev tal como os EUA, o mesmo acontecendo com fontes oficiais da NATO em Bruxelas.

Na Holanda — país ao qual parece dirigir-se em particular a proposta de Gorbachev — fontes governamentais previram que a projectada instalação dos mísseis de Cruzeiro em Novembro se efectuará, apesar da moratória unilateral soviética. A posição oficial da Holanda é a de começar a receber os 48 mísseis de Cruzeiro que lhe competem, se em Novembro a URSS dispuser de mais mísseis SS-20 instalados do que os que tinha em Junho de 1982.

Mas existem certas **nuances** nestas reacções: enquanto o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, sir Geofrey Hume, que chegou ontem a Berlim-RDA, declarou que o seu governo estudará cuidadosamente a proposta de Gorbachev, a primeira-ministra Margaret Thatcher, em Singapura, declarava-se céptica quanto a essa proposta, asseverando que ela se traduzia na manutenção da supremacia soviética.

Na RFA, o governo e o partido democrata-cristão reagiram desfavoravelmente à proposta de Gorbachev, mas os sociais-democratas e os «Verdes» elogiaram a atitude soviética. Uma reacção muito comum nos meios ocidentais foi a de que Gorbachev fez esta proposta num forum deslocado, devendo antes deixar à delegação soviética nas conversações de Genebra o encargo de a formular, para que ela pudesse ser aí objecto de discussão e contraproposta.

Visita cancelada

Quatro senadores norte-americanos cancelaram ontem uma visita oficial a Moscovo, porque o Kremlin negou um visto a um conselheiro que escreveu um artigo crítico sobre a presença soviética no Afeganistão, revelaram fontes oficiais em Washington.

Ministro britânico visita a RDA

A intensificação dos contactos entre cidadãos do Oeste e do Ocidente e das relações entre a GrãBretanha e a RDA foram os temas centrais do discurso proferido ontem em Berlim pelo ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, sir Geoffrey Howe.

Howe é o primeiro chefe do «Foreign Office» a visitar a Alemanha Democrática. Falando durante um banquete oferecido em sua honra pelo seu homólogo da RDA, Oskar Fischer, destacou a importância dos contactos entre «os cidadãos normais» dos dois blocos.

«Temos de trabalhar no sentido de um dia a livre circulação entre a Europa Ocidental e Oriental, nos dois sentidos, ser uma coisa normal», disse Howe.

A visita a Berlim, a que se seguirão deslocações a Praga e a Varsóvia, destina-se a intensificar as relações diplomáticas, comerciais e culturais entre a RDA e a Grã-Bretanha, que atingiram níveis modestos nos últimos 20 anos.

«A altura do diálogo deve ser bem aproveitado pelos dois Governos para aobrdarem de uma forma aber a e construtiva os diferentes a pectos da política», sublinhou o ministro britânico.

Howe considera que o nível das trocas comerciais entre os dois países «não corresponde aos respectivos potenciais económicos», tendo manifestado interesse num aumento da cooperação bilateral.

Sir Geoffrey Howe negou que os países membro da NATO pretendam a supremacia militar sobre o Pacto de Varsóvia mas, sim, assegurar o equilíbrio entre os blocos e a paz com o menor número de armas possível.

Violência na Nova Caledónia

Uma professora primária foi ontem morta e outras pessoas ficaram feridas quando jovens separatistas canacas apedrejaram veículos conduzidos por colonos brancos, disse a Polícia.

A professora de 47 anos, Somone Heurto, perdeu o controlo do carro, que se despistou ao ser apedrejado, e morreu pouco depois. O incidente ocorreu perto da aldeia de Houailou, na costa Leste.

Três outras pessoas ficaram feridas e uma dúzia de carros danificados em acidentes semelhantes em estradas próximas, disse a Polícia.

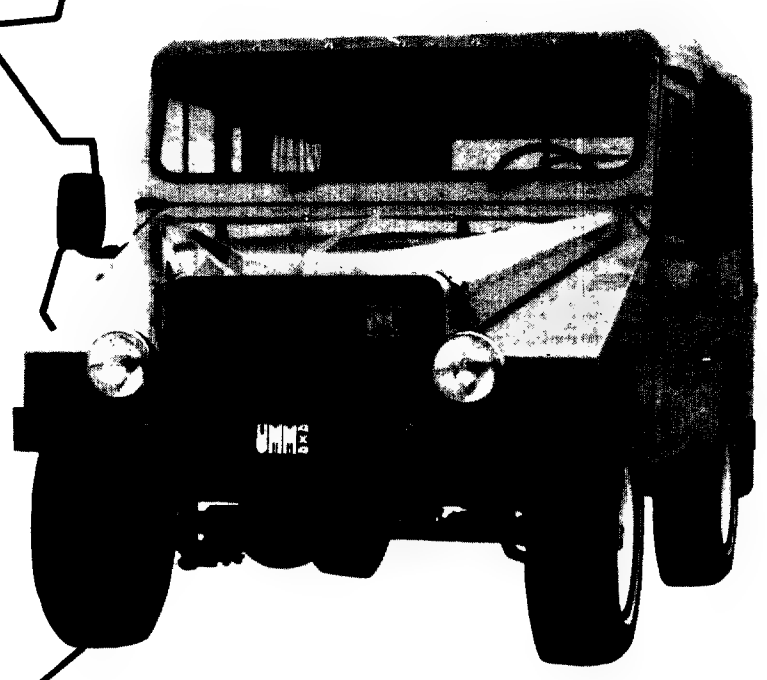
Fontes oficiais disseram que 400 polícias e três helicópteros foram enviados para a área a fim de procurarem os jovens e tentarem restabelecer a segurança nas estradas.

Mais de 20 pessoas morreram nos últimos meses neste território do Pacífico Sul em incidentes violentos entre separatistas indígenas e colonos brancos que defendm a continuação do controlo francês.

UMMaxa

NÓS CRIAMOS RIQUEZA EM PORTUGAL

mais de 180 empresas fornecedoras em todo o País



UMMaxa
cada vez mais presente no mercado interno e na exportação.

FABRICANTE
UMM UNIÃO METALO-MECÂNICA, LDA

PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL DESDE 2/6/81 CONFORME DESPACHO DE SUA EX.ª O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDUSTRIA

DISTRIBUIDOR
MOCAR, SARL

Disciplina na URSS

O líder soviético, Mikhail Gorbachov, voltou a pedir mais disciplina e responsabilidade no trabalho durante a runião do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética — informou a agência oficial TASS. O secretariado do Comité Central do PCUS esteve representando praticamente na totalidade, em que paticiparam também directores e industriais da URSS, precisou a TASS.

A agência oficial soviética assegurou que a reunião se destinava a tratar de questões urgentes relacionadas com a implantação do plano este ano e como o próximo plano quinquenal

A Espanha e a América Central

O governo espanhol está a promover uma atitude firme e diferenciada dos Estados Unidos sobre a crise na América Central e seus problemas.

Num livro ainda nao posto a venda na Europa, o ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, Fernando Moran, assinala que existe uma posição europeia diferenciada dos Estados Unidos e adverte que uma maior intervenção militar destes na área poderia comprometer o papel da Espanha como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A obra, intitulada «Instabilidade no Terceiro Mundo: América Central como uma questão Euroamericana», foi editado em Nova Iorque pelo «Council on Foreign Relations» (Conselho de Relações Estrangeiras) e recolhe ensaios de vários autores.

Violento sismo no Chile

Um violento sismo abalou ontem à noite o centro do Chile fazendo balançar edifícios, provocando cortes de energia e a afluência de pessoas em pânico para as ruas.

Não houve de imediato notícias sobre feridos ou prejuízos graves.

O violento sismo durou mais de um minuto e foi sentido num raio de cerca de 1600 quilómetros, numa região afectada há um mês por um outro abalo telúrico que provocou 177 mortos.

Notícias iniciais indicam que o epicentro se localizou no mar, ao largo do porto de Valparaíso, no Pacífico, 145 quilómetros a Ocidente da capital.

Ataque israelita

O ataque que a Força Aérea Israelita hoje realizou a Sudeste de Beirute teve por objectivo uma aldeia muçulmana drusa e provocou ferimentos em três pessoas, enquanto quatro pessoas foram dadas como desaparecidas.

A Rádio Voz da Montanha, que deu notícia, não pormenorizou a situação dos quatro desaparecidos, mas a informação dada pode indicar que ficaram soterrados nos escombros de um edifício de dois andares atacados.

Enquanto isto, três pessoas morreram e oito ficaram feridas nos confrontos registados na madrugada de hoje entre milícias cristãs e muçulmanas em Beirute — NESA.

As duas partes acusam-se mutuamente de ter iniciado o tiroteio que se generalizou a toda a linha de demarcação entre os sectores ocidental e oriental da capital libanesa.

Atentados e manifestações

UM oleoduto da NATO na RFA e uma empresa privada que trabalha num projecto para a Aliança Atlântica sofreram ontem ataques bombistas, enquanto milhares de manifestantes cercaram um campo de treino dos mísseis Pershing 2. A Polícia anunciou que os dois atentados, ocorridos por entre generalizados protestos contra a presença de mísseis nucleares na Alemanha Federal e o programa «guerra das estrelas» proposto pelo presidente norte-americano Rónald Reagan, não provocaram vítimas. Por outro lado, milhares de manifestantes antinucleares fizeram ontem soar tambores, tocaram sinos e empunharam cartazes na cidade de Molesworth destinada a tornar-se na segunda base de mísseis de Cruzeiro na Grã-Bretanha.

Mafia e crime na RFA

A Polícia italiana está a investigar as ligações da Mafia com assassinos profissionais e peritos em electrónica da Alemanha Federal que inventaram aparelhos para fazer detonar bombas à distância.

Na passada sexta-feira foi preso numa localidade costeira de Ostia um electrotécnico alemão, Friedrich Schaudinn, que admitiu ter fabricado doze mecanismos especiais para fazer rebentar, via rádio, explosivos de grande potência.

A Polícia revelou que na casa do mafioso Pippo Calo, detido há uma semana num luxuoso apartamento de Roma, foram encontrados onze dos sofisticados engenhos capazes de fazer explodir uma bomba a 7 quilómetros de distância.

Missão da ONU

Irão e Iraque dão garantias de colaboração na busca da paz

O secretário-geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, recebeu ontem garantias do Irão e do Iraque de colaboração na busca de uma solução para a guerra aue opõe os dois países desde há 54 meses.

A agência oficial iraquiana nunciou em Bagdad que o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Tarik Aziz, «reafirmou a disposição do Iraque em cooperar na busca de uma solução justa e honrosa para o conflito, como forma de alcançar um acordo de paz global».

Tarik Aziz reiterou ainda a Perez de Cuellar «a confiança do Iraque nas Nações Unidas, no seu secretário-geral e no Conselho de Segurança» — prosseguiu a agência.

O secretário-geral da ONU encontra-se em Bagdad para informar os dirigentes iraquianos sobre as garantias dadas pelos líderes iranianos de que pretendem a paz. Perez de Cuellar é ainda portador de um apelo para o congelamento dos bombardeamentos e ataques iraquianos contra alvos civis no irão.

As garanias iranianas foram dadas a Perez de Cuellar por Hasemi Rafsanjani, presidente do Parlamento iraniano e representante do líder espiritual «ayatollah» Khomeini no Supremo Conselho de Defesa do Irão. Rafsanjani indicou que Teerão estará disposto, embora contrariando os seus princípios, a contentar-se com a alternativa da «repreensão» do Iraque pela ONU, em vez de manter a exigência de uma «punição» e do derrube do dirigente iraquiano Saddam Hussein.

A posição comunicada por Rafsanjani é considerada por círculos diplomáticos da região como uma possível «arrancada» para a situação que se arrasta no Golfo Pérsico e que se abeirava de uma guerra total e generalizada na região quando Perez de Cuellar iniciou a sua missão de pacificação, há onze dias.

O secretário-geral da ONU reuniu-se ontem com o presidente iraquiano, Saddam Hussein, não havendo indicações quanto ao seu programa após as conversações em Bagdad.

Teerão, ao garantir a Perez de Cuellar as suas intenções pacíficas indicou como condição essencial e prioritária um congelamento dos ataques iraquianos contra objectivos civis do Irão.

Não há, contudo, indicação de que o secretário-geral tenha sido informado sobre se o Iraque pretende ou não assumir um compromisso público de manter o actual congelamento dos ataques contra alvos civis iranianos, iniciado há dois dias.

Perez de Cuellar, antes de se dirigir para Bagdad, efectuou uma breve paragem em Doha, para se reunir com o líder do Qatar, xeque-califa Bin Hamad Al-Thani. A reunião — segundo a agência oficial do Qatar — destinava-se a «criar um clima propício à solução do conflito irano-iraquiano».

O Qatar e outros parceiros do Conselho de Cooperação do Golfo manifestaram a sua disposição de contribuir para um fundo de reconstrução e eventualmente debater questões de segurança regional com o Irão, caso este país aceite negociar um acordo com o Iraque.

Novo regime de Cartum inclinado para o Ocidente

Desconvocadas as greves

Os sindicatos sudaneses desconvocaram ontem uma greve geral de uma semana que levou à queda do presidente Jaafar Nimeiry face à ameaça da nova junta militar de esmagar qualquer oposição à sua tomada do poder, revelaram fontes sindicais em Cartum.

No Cairo, o presidente sudanês deposto foi ontem levado para um hospital para ser submetido a um conjunto de testes médicos, revelou uma destacada fonte governamental egípcia.

A fonte, que falou na condição de não ser identificada, disse que Nimeiry, 55 anos, foi conduzido ontem de manhã ao hospital das Forças Armadas. Uma informação anterior de que teria sido acometido de um ataque cardíaco não foi confirmada.

A mesma fonte não caracterizou a natureza dos testes, mas disse que o general sudanês regressou depois à residência para convidados oficiais onde tem permanecido desde que chegou ao Egipto, no sábado

Nimeiry tem estado no Cairo desde que o seu regresso de uma visita de nove dias aos Estados Unidos foi interrompida por notícias de que os militares sudaneses se tinham apoderado do poder num golpe sem derramento de sangue.

Em Cartum, o final da greve e um apelo dos líderes sindicais para todos os trabalhadores sindicalizados regressarem ao trabalho foi transmitido pela Rádio Omdurman, a cadeia nacional de rádio na sequênca de uma série de reuniões entre o novo governo e os sindicatos.

Milhares de sudaneses afluíram às ruas de Cartum pelo terceiro dia consecutivo em manifestações maciças de apoio ao novo regime, revelou a agência noticiosa sudanesa.

«O povo está feliz. As pessoas mostram-se maravilhadas pela queda do regime de Nimeiry e é justo afirmar que o novo governo tem apoio popular» — disse um diplomata ocidental.

Diplomatas disseram que contramanifestações em pequena escala dos sindicatos contra o novo governo depressa se desfizeram com números inferiores a 500. Não se registaram actos violentos.

Apesar das manifestações, Cartum estava ontem calma com a maioria das lojas e do comércio a funcionar como habitualmente.

FSTIQFP

STIQF SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO FARMACÊUTICOS

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Artigo 48.º, alínea b) dos Estatutos e Artigo 1.º do Regulamento da Assembleia Geral, convoco, em Sessao Ordinária, a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos, para o dia **19 de Abril de 1985, pelas 21.00 horas**, na sede do Sindicato, sito na Rua Joaquim António de Aguiar, 66, 3.º, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. **Analise, discussão e aprovação do Relatório e Contas de 1984**
2. **Situação politico-social**
3. **X aniversário**
4. **Informaçoes**

Por força da convocação da Assembleia Geral para o dia 19 de Abril de 1985 e de acordo com o Artigo 5 do Regulamento da Assembleia Geral, realizar-se-ão as Assembleias Regionais com a mesma Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral

DELEGAÇÃO	LOCAL	DATA *
NORTE	Delegação do Sindicato - R Constituição 319	16 4 85
CENTRO	Delegação do Sindicato — Av Fernão Magalhães, 171-1	17 4 85

* Com inicio as 21.30 horas

Lisboa, 2 de Abril de 1985

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Alvaro Fernandes Rato

TRIBUNAL JUDICIAL DE LISBOA
— 3.º JUÍZO CÍVEL —

ANÚNCIO

Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da data da 2.ª e última publicação do anúncio citando os réus para o prazo de dez dias, findo o prazo dos éditos, contestarem a acção, sob pena de poderem vir a ser condenados no pedido que, em extracto, é o seguinte: ser a acção julgada procedente, por provada, e em consequência a ré condenada a pagar à A. a quantia de Esc. 184 415$30, acrescida de Esc. 161 096$00 de juros vencidos até 4/1/84 e dos vincendos à taxa legar até efectivo rembolso e o mais que for devido.
Acção sumária n.º 9716 — 1.ª secção
Autor — Nobre & Silva, Limitada, com sede na Rua Henrique Paiva Couceiro, Venda Nova — Amadora.
Réu — FID — Sociedade de Fabricação, Distribuição e Importação, Ld.ª com última sede conhecida na Avenida do Comércio, 15 — Carvavelos.

Lisboa, 27 de Março de 1985

O Juiz de Direito,
(a) Francisco José Cepeda Bruto da Costa

O Escrivão-adjunto,
(a) Antonio José da Silva Martins

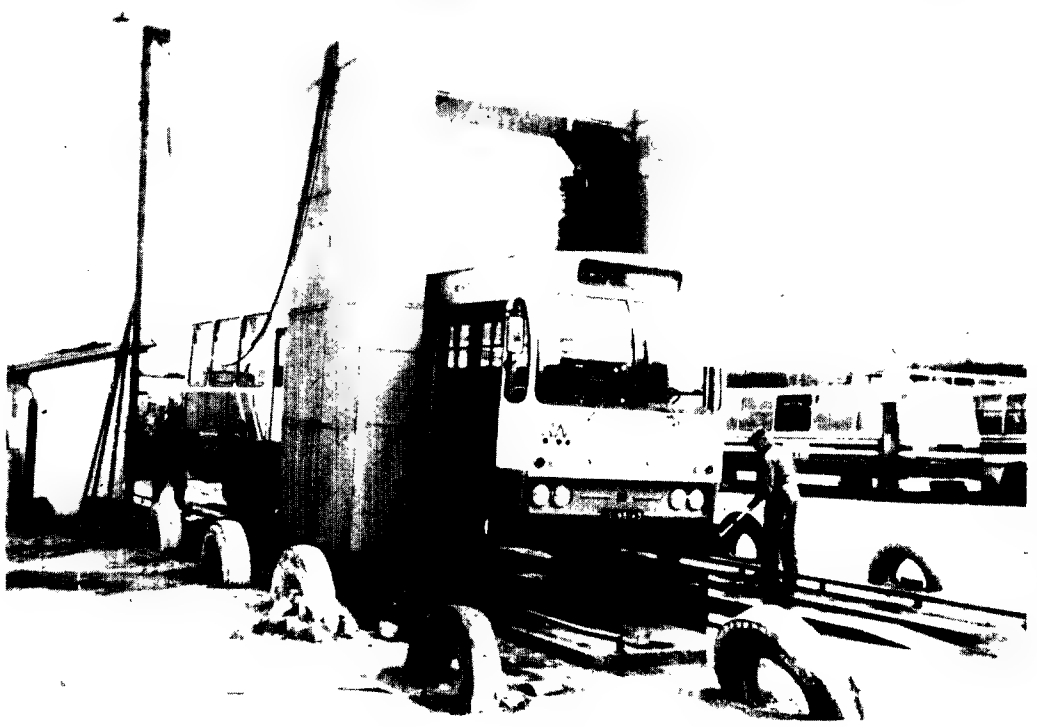
D.L. 9/4/85 — 1.ª Pub.

Sinal de trânsito não é objecto decorativo. Respeite-o!

Adjudicação de centrais digitais regulamentada

As orientações governamentais definidas para a execução do processo de subsittuição das centrais telefónicas electromecânicas por centrais digitais (computorizadas) constam de uma resolução do Conselho de Ministros hoje publicada no «Diário da República». A decisão política relativa à introdução das tecnologias digitais foi tomada em Conselho de Ministros no passado dia 21 de Março, altura em que foi definitivamente afastado da corrida a esse importante mercado um conjunto de multinacionais tais como a NEC, japonesa, a Ericsson, sueca e a Northern Telecom do Canadá.

Em competição ficaram apenas quatro companhias detentoras daquela tecnologia de ponta, sendo todas elas americanas ou de países da CEE. Segundo fontes ligadas aos CTT/TLP a escolha destes pontenciais fornecedores foi ditada essencialmente por razões de carácter político, visto que entre as multinacionais pré-seleccionadas se encontram algumas cujos sistemas digitais são bastante embrionários, enquanto que entre as postas de parte estão — caso da ENRICSSON — alguns dos mais detacados fabricantes mundiais. A opção pela ITT (americana), Cit/Alcatel (francesa), Siemens (alemã) e Philips/ATT (holandesa e americana) explica-se assim essencialmente pelo desejo de repartir o mercado — mais de cem milhões de contos ao longo de vários anos — entre uma companhia americana e uma da CEE. A Americana será, obviamente, a ITT, que fabricará os seus equi pamentos na sua filial portuguesa, Standard Eléctrica e a europeia será aquela que se vier a associar à outra empresa nacinal de indústria de telecomunicações, a Centrel.



Rodoviária Nacional: uma rede vasta e dispendiosa rede de prestação de serviços de transporte de carácter social

Nove milhões de contos em três anos

Obrigações do Estado e da Rodoviária fixadas em contrato-programa

O Estado obrigou-se a colocar à disposição da Rodoviária Nacional 30 por cento do volume de investimento afecto à prestação de serviços públicos de carácter social e que significa a libertação de um total de nove milhões de contos, em três anos, disponíveis para a RN.

Esta obrigação consta do contrato-programa ontem assinado entre a Rodoviária e o Governo, representado pelo ministro Carlos Melancia, do Equipamento Social. Do total de nove milhões, 7,8 milhões de contos são atribuídos a título de indemnizações compensatórias resultantes de preços de bilhetes mais baixos que os respectivos custos de exploração. O resto são dotações de capital.

Para além das dotações de capital, o contrato estabelece que o Estado criará as condições para o recurso da empresa ao mercado financeiro interno para financiar investimentos.

Por seu turno, a RN obriga-se, nomeadamente, a prosseguir, até 1987, «uma estratégia global que privilegie a atenuação progressiva do esforço financeiro do Estado».

O contrato fixa, ainda, as metas financeiras, de produtividade e de rentabilidade que a empresa deverá atingir no triénio.

O ministro do Equipamento Social disse na cerimónia da assinatura deste contrato-programa (o segundo, depois do assinado com a TAP e a preceder o que vai igualmente ser celebrado entre o Estado e a CP) que o sector dos transportes é um dos sectores públicos por excelência. «A utilidade das empresas públicas de transporte e, assim, menos contestada do que a empresa públicas industriais» — acentuou o ministro. Por isso mesmo os primeiros três contratos foram preparados para as três principais empresas públicas de transpoortes.

O ministro do Equipamento Social frisou que os contratos-programas permitem que se assuma de uma forma «clara e pública» as responsabilidades recíprocas do Estado e das empresas públicas.

Por seu turno, o presidente do conselho de gerência da Rodoviária Nacional, Emídio Feio Borges, considerou que o contrato-programa permitirá, fundamentalmente, a recuperação da estrutura financeira da empresa, que é o seu principal problema.

Segurança social: à 3.ª idade

Cerca de 40 por cento das verbas da Segurança Social para 1985 cujo total é de 297,2 milhões de contos, serão canalisadas para a terceira idade, revelam números oficiais ontem divulgados. As prestações e pensões da terceira idade vão absorver cerca de 117,7 milhões de contos, e às prestações de invalidez e reabilitação será destinada uma verba de 57,4 milhões de contos, cerca de 19 por cento do total.

A população activa tem destinados 36,2 milhões (12 por cento) como prestações da Segurança Social, onde avultam 19,8 milhões de contos para subsídios de doença e 13,1 milhões para subsídios de desemprego. Uns 10 por cento vão para as prestações de infância e juventude e 9 por cento para subsídios de casamento, morte, funeral e sobrevivência.

Começa o recenseamento industrial

Brigadas do Instituto Nacional de Estatística, num total de 95 elementos, seguem hoje para trabalhos de campo, dando início ao segundo recenseamento industrial.

As brigadas irão actuar numa primeira fase nos distritos de Bragança, Guarda e Portalegre, num trabalho que se estenderá a nível nacional e constituirá o mais importante estudo de conjuntura industrial feito em Portugal há mais de 12 anos.

O universo contactado será o de todos os estabelecimentos relacionados com as indústrias extractiva, transformadora, de produção e captação de electricidade, água e gás, e empresas da construção civil.

A operação de recolha em todos os distritos deverá demorar um ano, mas a partir de Outubro e até Dezembro o INE deverá começar a distribuir dados provisórios sobre a conjuntura industrial de 3 a 5 distritos — disse o informador à Notícias de Portugal.

Empresas públicas têm secretariado

A preparação de matérias a submeter ao Conselho de Ministros no campo Económico e o tratamento e recolha de informações são atribuições do Secretariado Permanente para as Empresas Públicas, por diploma publicado ontem no «Diário da República».

O Secretariado, criado por Decreto-Lei do Governo por tempo indeterminado, tem também por função colaborar a nível técnico com as empresas públicas, promovendo e apoiando estudos a efectuar por eles.

Elaborar propostas de programas anuais e plurianuais de investimento e financiamento globais e sectoriais e elaborar o Relatório Anual sobre a actividade do sector empresarial do Estado são atribuições concretas do Secretariado. Trata-se de um órgão consultivo e deverá dar parecer sobre os orçamentos de exploração e investimento das empresas públicas.

Composto por um Conselho Directivo, integrado por três membros nomeados pelo Conselho de Ministros, o Secretariado deverá também colaborar na preparação de contratos-programa e contratos de gestão e acompanhar a respectiva execução. Reúne ordinariamente, uma vez por semana, delibera por maioria de votos, tendo o presidente voto de qualidade.

Tem por receitas as dotações anuais das empresas públicas fixadas pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos e as receitas provenientes de serviços prestados.

COTAÇÕES CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

COTAÇÕES DE NOTAS	(Por unidade) COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	76$55	82$55
ALEMANHA FED (marco)	54$70	55$80
ÁUSTRIA (xelim)	7$70	7$95
BÉLGICA (franco)	2$574	2$774
BRASIL (Cruzeiro)	$025	$040
CANADÁ (dólar — notas de 1 a 2)	127$00	129$00
(notas de 5 a 1000)	127$50	129$50
DINAMARCA (coroa)	15$35	15$75
ESPANHA (peseta)	$931	1$051
EUA (dólar — notas de 1 a 2)	173$25	175$25
(notas de 5 a 1000)	173$75	175$75
FINLÂNDIA (marka)	26$55	27$15
FRANÇA (franco)	17$95	18$65
HOLANDA (florim)	48$40	49$40
IRLANDA (libra)	172$60	176$60
ITÁLIA (lira)	$079	$089
JAPÃO (iene)	$655	$690
NORUEGA (coroa)	19$20	19$70
REINO UNIDO (libra)	210$00	214$00
SUÉCIA (coroa)	19$10	19$70
SUÍÇA (franco)	64$70	65$80
VENEZUELA (bolivar)	10$90	11$90

Observações:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.

1985
25 ABRIL
SEMPRE!
CASTRO VERDE

Petroquímica de Sines em risco de parar

O complexo da Companhia Nacional de Petroquímica, em Sines, poderá paralisar no prazo de 24 horas se não for escoada a produção acumnulada — revelou o administrador da empresa.

A verificar-se a paralisação da produção — acrescentou o administrador Norton de Matos — o complexo registará prejuízos da ordem dos 30 mil contos só para retomar a laboração.

O risco da paralisação resulta do mau-tempo que se registou nos últimos dias e das deficientes condições do porto de Sines.

Quatro navios estão ao largo de Sines a aguardar possibilidades de carregarem a produção da CNP/Sines, a um custo diário calculado em cerca de mil contos.

No entanto o mesmo administrador disse crer na possibilidade de ser encontrada uma solução naquele prazo.

Guia Jurídico do Trabalhador

Já se encontra à venda a última edição (5.ª) do «Guia Jurídico do Trabalhador», redigida por cinco advogados especializados: Albertino Antunes, Amadeu Lopes Sabino, Duarte Teives, Monteiro Matias e Norberto Severino.

Como é habitual, o «Guia» está organizado de forma a facilitar a consulta do público a que se destina, os trabalhadores, com um índice geral que vai do contrato individual de trabalho à Segurança Social. Do ponto de vista restritamente laboral, são contempladas as leis, com a sua interpretação, que maior utilidade podem ter para o trabalhador, no seu relacionamento com a entidade patronal.

Mas vai mais longe este «Guia Jurídico do Trabalhador» ao contemplar duas outras partes em que proporciona explicações mais genéricas sobre o «cidadão» e o seu «dia-a-dia». Asssim, os interessados poderão encontar matérias que vão desde as liberdades e garantias fundamentais até à assistência judiciária, passando por temas como os acidentes de viação e os impostos entre outros.

Greve desconvocada

Os cerca de 120 trabalhadores da empresa de transportes Marques Ld.ª de Viseu desconvocaram a greve que tinham anunciado para hoje, por terem obtido da gerência a garantia do pagamento dos salários e do trabalho suplementar em débito desde Setembro de 1984.

Semana de luta da CGTP-IN arranca hoje com plenários

A CGTP-IN inicia hoje plenários de activistas de todos os sectores de actividade, com o objectivo de analisar a situação social e política — informou um porta-voz da central sindical.

«Os plenários de activistas destinam-se ainda a preparar as acções previstas para a semana de 15 a 20 deste mês» — acrescentou.

Durante este período a CGTP realiza de forma conjugada, segundo a mesma fonte, diversas acções de luta «contra o pacote laboral, a lei do aumento das rendas, contra os salários em atraso, em defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária».

As acções de luta previstas pela CGTP em todo o País no âmbito do sector empresarial do Estado são manifestações, marchas, desfiles, paralisações e plenários.

Os plenários de activistas da CGTP têm ainda como objectivo preparar as comemorações do 25 de Abril e do Primeiro de Maio — acrescentou a mesma fonte.

Sindicatos de Aveiro

A União dos Sindicatos de Aveiro (USA) decidiu realizar um plenário de activistas sindicais no próximo dia 12, no cinema Estúdio 2002, naquela cidade, no âmbito da semana de mobilização dos trabalhadores promovida pela CGTP.

A decisão foi tomada numa reunião da Comissão Executiva da USA, durante a qual foi analisada a situação política, social e sindical do distrito, tendo-se ainda deliberado «desencadear um vasto conjunto de acções de esclarecimento, nomeadamente plenários, **meetings** e distribuição aos trabalhadores de um jornal de luta».

A USA deliberou ainda organizar um debate sobre a integração de Portugal na CEE; a elaboração de um parecer sobre a legislação laboral em projecto; participar activamente na Conferência Sindical da Mulher Trabalhadora; e realizar uma reunião com sindicatos do distrito, para levantamento da actual situação ao nível da sindicalização, organização e quotização.

Os sindicalistas tomaram ainda medidas destinadas à preparação das comemorações do 1.º de Maio, que se realizam em Aveiro, Águeda, Ovar, S. João da Madeira e Espinho.

Pessoal da Messa concentra-se amanhã

Os trabalhadores da Messa concentram-se amanhã, a partir das 16 horas, no largo da estação ferroviária de Mem Martins a fim de exigirem o pagamento dos salários em atraso, a garantia dos postos de trabalho e o não encerramento da empresa.

Um comunicado divulgado pela Comissão de Trabalhadores (CT) afirma que na sequência de contactos estabelecidos com as autarquias, a Câmara Municipal de Sintra tomou posição, em sessão extraordinária, relativamente à grave situação da empresa. Também a assembleia municipal do mesmo concelho aprovou no passado dia 29 uma moção de apoio às reivindicações dos trabalhadores. E no dia 4 do corrente mês a presidente da Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins, acompanhada de alguns membros da Assembleia Municipal de Sintra, visitou as intalações da empresa.

O documento afirma ainda que o pessoal da Messa tem vindo a contactar os trabalhadores das fábricas da zona, assim como os comerciantes e a população de Mem Martins, «de quem tem recebido grande apoio» para a acção de amanhã, que visa sobretudo protestar contra «o abandono a que o Governo e a administração vêm votando a Messa e cujas consequências se podem vir a traduzir a curto prazo no encerramento da fábrica e no desemprego dos seus 950 trabalhadores.»

Transportes

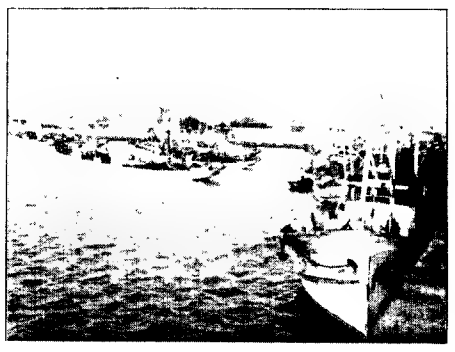
Promovido pela FESTRU, decorre hoje um plenário nacional de ORT's que visa dar uma resposta aos problemas que afligem os trabalhadors do sector.

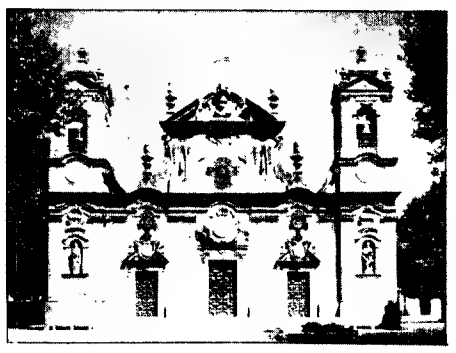
COMISSÃO MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Terra antiquíssima que conserva espalhadas pelo concelho, belas reminiscências do seu passado.

VISITE-A TODO O ANO

- Os monumentos
- As praias
- A Romaria do Senhor de Matosinhos
- A Gastronomia
- Piscinas
- Actividades desportivas
- O Porto de Leixões e Aeroporto





Informe-se no
Posto de Turismo (edifício do Mercado)
TELEFONE 96 44 14 - 4450 MATOSINHOS

AO ENCONTRO DO FUTURO

Na vida económica portuguesa, sempre presente
a Caixa Geral de Depósitos.
Uma instituição com objectivos definidos.
Para desenvolver a indústria, a agricultura,
a pesca, a construção. Caixa Geral de Depósitos.
A certeza de um incentivo eficaz.
O financiamento adequado, para o investimento certo.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Steve Ovett: regresso e triunfo

O britânico Steve Ovett, recordista mundial dos 1500 metros, teve um regresso triunfal, às competições vencendo a prova de estrada «Sapatilha de Ouro», na distância de sete quilómetros, disputada em Vigevano, Itália.

Ovett, que tem estado afastado das pistas depois de um ataque cardíaco sofrido nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, foi creditado em 20 minutos e 07,03 segundos, batendo o italiano Francesco Panatta e o brasileiro João da Silva. O atleta britânico (29 anos) acelerou nos últimos 500 metros deixando para trás Panatta e João da Silva, vencendo a sexta edição da prova, este ano disputada sob chuva.

McEnroe não abdica do "trono"

O norte-americano John McEnroe, vencedor do Torneio de Ténis de Chicago, conserva isolado o comando do Grande Prémio Nabisco.

O checoslovaco Ivan Lendl passou do 13.º para o 5.º lugar após a vitória em Monte Carlo.

Classificação:

1.º John McEnroe, EUA, 1.175 pontos; 2.º Tim Mayotte, EUA, 692; 3.º Scott Davies, EUA, 666; 4.º Jimmy Connor, EUA, 658; 5.º Ivan Lendl, Che., 650; 6.º Tomas Smid, Che., 598; 7.º Anders Jarryd, Sué., 582; 8.º Miloslav Mecir, Che., 502; 9.º Stefan Edberg, Sué., 492; 10.º Mats Wilander, Sué., 465.

Uruguai com "visto" para o México

O Uruguai regressa à fase final de um «Mundial» depois das ausências na Argentina (78) e Espanha (82).

Com a vitória obtida domingo frente ao Chile por 2-1 a equipa «celeste» culminou uma excelente carreira iniciada em Janeiro de 1982, altura em que Omar Borras assumiu o comando da selecção.

Durante a «Era Borras» o Uruguai disputou 45 jogos, tendo obtido 28 vitórias, 13 empates e quatro derrotas em encontros realizados em quase toda a América Latina, Europa e Índia.

A partir de 1982 a selecção uruguaia venceu a Taça «Nehru», Índia, em Junho de 84 e a Taça América em Novembro de 85.

Arsenal de Londres: a "chicotada"

Pat Jennings recebeu a carta de transferência do Arsenal, para a possibilidade de ainda pretender mudar de clube. Jennings, que completa 40 anos a 12 de Junho, jogou 48 vezes pelo Watford, 472 pelo Tottenham e 237 pelo Arsenal. Foi eleito o futebolista do ano em 1973 e na semana passada realizou o centésimo nono jogo pela Irlanda do Norte.

Ainda me sinto em boa forma e em condições de jogar mais uma ou duas épocas na Primeira Divisão, mas sempre disse que gostaria de terminar a minha carreira no Highbury, disse Jennings. Alguns companheiros de Jennings afirmam não compreender a atitude do presidente do Arsenal, Don Howe, ao libertar o jogador. **Parece que o clube o está a forçar a esta jogada,** disse Sammy McIlroy, centro-campista da selecção da Irlanda do Norte.

"Doping" no boxe

«Doping» no boxe poderá confirmar-se dentro de dias com os resultados definitivos da análise à urina do norte-americano David Bey, recentemente derrotado pelo seu compatriota Larry Holmes, durante o Campeonato do Mundo IBF. «As primeiras análises mostraram alguma coisa.

Amanhã: futebol de "alta roda"

Chalana será figura de cartaz no grande palco de Turim

Chalana e Platini: amanhã num «frente a frente» no palco de Turim

Lverpool e Juventus, apesar de quarta-feira não poderem apresentar a sua melhor formação, são considerados os favoritos para a presença na final da Taça dos Campeões Europeus de Futebol em Maio em Bruzelas.

O Liverppol (detentor do troféu) recebe o Panathinaikos da Grécia e na outra meia-final da Taça dos Campeões, a Juventus recebe o Bordéus, de França, equipa onde actua Fernando Chalana.

No Liverppol as principais ausências são as do defesa esquerdo Alan Kennedy e do centro-campista internacional escocês Steve Nicol, mas a boa forma da equipa faz pensar na passagem à final. Caso o Liverpool seja apurado esta será a sua quinta presença na final da prova. Os campeões ingleses conseguiram sábado uma vitória histórica ao derrotarem o Leicerter em casa do adversário pela primeira vez nos últimos sete anos e a par da vitória tiveram uma actuação de luxo. A equipa iniciou o campeonato de uma forma modesta, mas nas competições europeias teve sempre um bom rendimento eliminando sucessivamente o Legh Pozman, Benfica e o Áustria Viena.

O Patathinaikos tentará na sua deslocação a Inglaterra o empate de forma a que a eliminatória seja decidida na Grécia.

A Juventus, que nas últimas semanas tem surpreendido pela sua boa forma de jogar, tem como adversário a equipa do Bordéus, recheada de figuras do primeiro plano mundial.

Trata-se de um encontro aguardado com muita expectativa e a confirmar o interesse em redor do encontro está o facto de os 64 mil bilhetes se terem esgotado poucas horas depois de terem sido postos à venda. Para os jogadores da Juventus a segunda-feira foi um dia diferente: enquanto nos restantes clubes não houve treino, os futebolistas da Juventus efectuaram um treno de manhã, atendendo à responsabilidade do encontro. Mas os jogadores do Bordéus também passaram a Páscoa a treinar. No dmonigo e na segunda-feira o técnico Aime Jacquet submeteu os seus pupilos a um treino para «afastar os jogadores de comerem muito chocolate».

Ambos os técnicos consideram o encontro da primeira «mão» como muito difícil e admitem que a eliminatória poderá ficar decidida em Turim. «Temos de garantir a qualificação em nossa casa, pressionando o adversário especialmente no meio-campo e não conceder espaços abertos. Jogadores como Tigana, Gieresse e Chalana podem castir-nos se lhes dermos liberdade», disse o técnico da Juventus, Giovanni Trapattoni.

Este «acasalamento» coloca frente a frente o francês Michel Platini pela Juventus e alguns dos seus coloegas que conquistaram a seu lado o título de campeões da Europa, em França, em Junho passado.

Chalana que foi considerado o principal responsável pela eliminação dos soviéticos do Dnepr Dneprotetrovsk está incluido na equipa principal. Quanto ao Juventus o seu técnico só revelará a equipa no dia do jogo.

● Taça das Taças

Dois clubes que tentam a conquista de três troféus esta temporada defrontam-se para a Taça das Taças. Trata-se do Bayern de Munique e do Everton, de Inglaterra.

Bayern e Everton comandam isolados os respectivos campeonatos nacionais e o jogo de amanhã é considerado como vital para as aspirações dos germânicos, apontados como os principais favoritos.

O técnico do Bayern, Udo Lattek, considera que a sua equipa já esteve em melhor forma e mostrou alguma preocupação pelo resultado de 1-0 conseguido sábado para a Taça da RFA sobre o Borussia de Moenchenglabach, através de uma grande penalidade no prolongamento. «Perdemos algumas forças que nos podem fazer falta», cometou Lattek.

O outro jogo da meia-final da Taça das Taças opõe o Rapid de Viena ao Dynamo de Moscovo.

● Taça UEFA

A Taça UEFA tem um jogo forte, o Inter de Milão - Real Madrid que poderá reeditar encontros de outros tempos quando as duas equipas eram das melhores formações europeias.

Agora, tanto o Inter como o Real Madrid estão longe dos seus bons velhos tempos e a equipa italiana apresenta-se como favorita não só porque joga em cada mas porque o Real foi goleado domingo pelo seu rival Atlético de Madrid, por 4-0.

A outra meia-final da Taça UEFA disputa-se entre os húmgaros do Vodeoton e os jugoslavos do Zeljeznicar Sarajevo.

Cadorin e Rui Águas no Sporting?

Enquanto o «Record» de hoje aponta para o bom ritmo nas negociações entre o Benfica e o Portimonense com vista à contratação de Cadorin e Rui Águas por parte do executivo da Luz, chega-nos a informação (NP) de que o belga já teria chegado a acordo com os dirigentes do Sporting e adiantando que Rui Águas poderia seguir o mesmo destino.

Refira-se que tanto Codorin como Águas tem contrato com o clube algarvio até 1986, mas as fontes contactadas pela Agência Noticias de Portugal assegurariam de que a direcção do Portimonense não colocará entraves às transferências.

Será que o Benfica continua a «perder terreno» como já sucedera com o FC Porto em relação ao vimaranense Laureta? E quanto a Dito? E no que se refere à renovação dos contratos com Carlos Manuel, José Luís, Bastos Lopes e Diamantino?

Estas, as questões, que naturalmente vão sendo formuladas pelos «desconsolados» adeptos do grande clube da Luz.

À VENDA O N.º 6

foot

Distribuição Interpress

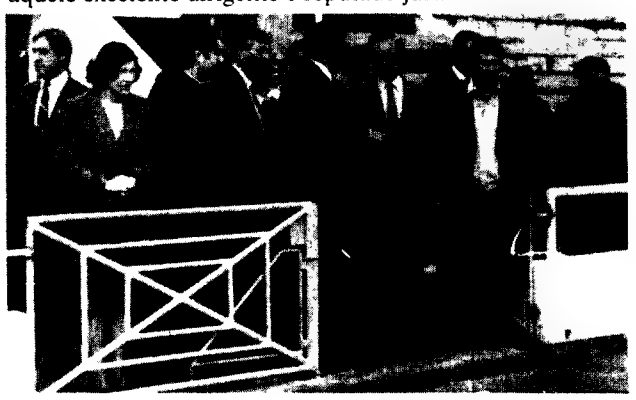
o futebol em exclusivo numa revista totalmente a cores

Natação: Patrícia Alves: duplo recorde nacional

Esta é a jovem nadadora **Patrícia Alves** que no recente torneio das Quatro Nações que decorreu na piscina dos Olivais estabeleceu dois novos recordes nacionais em provas de 100 metros-costas (1.13,7) e 200 metros-costas (2.39,2).

Homenagem: Silva Resende teve festa "nas origens"

Antero Silva Resende presidente da Federação Portuguesa de Futebol e vice-presidente da União Europeia de Futebol, foi homenageado no passado sábado em Cinfães (terra da sua naturalidade) pelos seus conterrâneos, naturalmente orgulhoso do prestígio nacional e internacional que desfruta aquele excelente dirigente e reputado jurista.



Bebés da Póvoa de Varzim conquistam "Taça Pedroto"

Conforme ontem divulgámos, o Futebol Clube do Porto realizou no passado domingo um festival juvenil com a participação do Varzim, FC Porto, Guimarães, Paços de Ferreira, Leixões e Espinho, que teve como fundamento basilar mais uma póstuma homenagem a **José Maria Pedroto**. A Taça com o nome do grande e inesquecível mestre da arte futebolística foi conquistada pelos «putos» do Varzim exibidos nesta foto.

Voleibol: entre selecções triunfo da turma portista

Organizado pela Associação de Voleibol do Porto efectuou-se um torneio internacional com a realização no Colégio dos Carvalhos e que teve como vencedores nos dois escalões as selecções do Porto. Participaram equipas da Universidade de Valladolid, Marosos, Escócia, Porto e Lisboa. Na imagem uma fase do encontro entre os portistas, e os espanhóis de Valladolid.

Inglaterra

Governo toma decisões para travar a violência

O governo britânico ameaçou as autoridades futebolísticas de intervenção se elas não conseguirem pôr termo à onda de violência e vandalismo que tem assolado a modalidade dentro e fora do país.

O aviso foi feito a Bert Millichip, presidenté da Federação Inglesa de Futebol, durante um encontro realizado segunda-feira com a primeira-ministra britânica. A mensagem foi mesmo a de que, **se o futebol não começa a tomar conta de si próprio, o Governo vai entrar em acção e tomar conta dele** — disse Millichip.

O dirigente desportivo saudou a intervenção do Governo nesta questão, afirmando que o Executivo prometeu, para breve, legislação que proíba a venda de bebidas alcoólicas nos estádios, ao mesmo tempo que prometeu maior intervenção policial e sentenças mais duras nos tribunais para proibição deste tipo de casos.

«A uma atitude determinada por parte do governo não há dúvida que Margaret Thatcher não está para brincadeiras e fala a sério» — acrescentou. Na reunião com Millichip, a primeira-ministra apresentou um plano antivandalismo de seis pontos que vai ser agora estudado pelos dirigentes desportivos, os quais deverão apresentar um relatório dentro de seis semanas.

O plano envolve:

1) Instalação de melhores redes de protecção nos estádios; 2) instalação de circuitos fechados de Televisão nos estádios dos clubes das duas principais divisões; 3) investigação da possibilidade de introdução de esquemas de cartões de clubes; 4) aumento do número de jogos em que os bilhetes só poderão ser vendidos antecipadamente não havendo bilhetes no próprio dia; 5) aumento dos lugares destinados a grupos ou famílias;

6) reexame da regra da federação segundo a qual os clubes têm de tomar todas as «PRECAUÇÕES REZOÁVEIS» para evitar problemas. Embora algumas das propostas de combate ao vandalismo e violência dos adeptos tenham sido tentadas no passado com um êxito relativamente escasso, Millichip considera a intervenção governamental como um passo em frente na batalha para limpar os campos de futebol do país.

Rali Safari

Finlandês Kankunnen: inesperado vencedor

O finlandês Juha Kankunnen venceu o Rali Safari, prova terminada ontem em Nairobi, com uma penalização total de 318 pontos.

O segundo classificado, o sueco Bjorn Waldegaard, que venceu em 1984, terminou com 352 pontos, e o terceiro, Mike Kirkland, do Quénia, foi penalizado em 361 pontos.

Apesar de todas as contrariedades Aaltonen, que já anunciou a sua participação na edição do próximo ano, afirmou que teria terminado a prova «mesmo que tivesse que empurrar o carro numa cadeira de rodas».

As peripécias da última etapa causaram sérias dificuldades aos automóveis mais sofisticados: Os primeiros a acusar a dureza do trajecto foram os Audi e os Lancia, e Stig Blomqvist (actual campeão do mundo) Markku Alen, Atilio Bettega, Ari Vatanen e outros viram cair por terra as suas aspirações a uma boa classificação neste Rallye Safari.

Classificação final (penalizações):

1.º Juha Kankunnen-Fred Gallagher (Fin-Gbr), Toyota Celica, 318 pts; 2.º Bjorn Waldegaard-Hans Thorzelius (Sue), Toyota Celica, 352; 3.º Mike Kirkland-Anton Levitan (Que), Nissan, 361; 4.º Rauno Aaltonen-Lofty Drews (Fin-Que), Opel Manta, 424; 5.º Alain Ambrosio-Daniel Le Saux (C. Marfim), Nissan 478; 6.º Timo Salonen-Seppo Harjanne (Fin), Peugeot, 546.

Classificção do mundial de pilotos

1.º Timo Salonen, Fin., 48 pontos; 2.º Ari Vatanen, Fin., 40; 3.º Stig Blomqvist, Sue., 35; 4.º Walter Rohrl, RFA, 27; 5.º Juha Kankunnen, Fin., 20.

Classificação de construtores: 1.º Peurot 60 pontos; 2.º Audi, 46; 3.º Toyota, 28.

Esgrima

Portugueses em destaque no torneio de Birmingham

Portugal classificou-se em segundo lugar na prova de florete masculino (equipas) integrada num torneio internacional de Birmingham, tendo os atiradores portugueses sido derrotados na final pela RFA.

A selecçãoportuguesa era constituída pelos atiradores José Guimarães (Colégio de Gaia), Paulo Oliveira (CDUL) e Rui Lajoso (Viana do Castelo) e afastou nas eliminatórias as equipas de Inglaterra (6-1), País de Gales (6-3), Cambridge (5-1) e Londres (5-2).

Na final, perante a selecção da Alemanha Federal, a equipa portuguesa foi derrotada por 5-0 e em individuais Rui Lajoso classificou-se em 22.º lugar, Paulo Oliveira em 33.º e José Guimarães em 34.º, entre 110 atiradores.

Na prova de sabre Portugal ficou em 3.º lugar,

Em individuais, entre 51 atiradores, João Marquilhas foi 5.º classificado e João Cabral obteve o 24.º lugar.

BIBLIOGRAFIA DESPORTIVA

«Sete metros»

Revista técnica de andebol, «Sete Metros» apresenta o seu 13.º número, como habitualmente dirigido por João Paulino e apresentando útil contributo para o progresso de uma das mais divulgadas e progressivas modalidades desportivas. António Marques debruça-se sobre o Torneio Internacional de Natal, João Prudente aborda a «Metodologia para o contra-ataque apoiado», o excepcional praticante «internacional» João Gonçalves escreve sobre o «Torneio Internacional de Espanha», Carlos Carvalho continua em torno de considerações sobre «iniciação aos desportos colectivo», Raimund Kosch trata de «Meios tácticos ofensivos colectivos» e um vasto noticiário (nacional e também lá de fora) preenche esta revista destinada a manter-se no galarim da nossa escassa bibliografia desportiva como um estandarte a aplaudir.

Copa Ibérica

«Jornalinho» (propriedade da «Guida Sport» com direcção de Appleton Figueira e edição de Artur Cruz Silva) acaba de anunciar mais uma etapa de tradicional Copa Ibérica de ténis (Campeonato Internacional de Veteranos), que decorrerá de 4 a 7 do corrente, no Lawn Tennis Clube da Foz (Foz do Douro, Porto) e terá como juiz-árbitro Ruy de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

MOÇÃO

Considerando que o atleta Carlos Lopes tem representado condignamente o País levando para bem longe o nome de Portugal, pois os seus feitos têm tido o mérito de serem, fundamentalmente, em provas internacionais;

A Câmara Municipal de Loures, reunida em 26 de Março de 1985, congratula-se com os seus êxitos desportivos, nomeadamente a sua qualidade de tricampeão mundial de corta-mato e campeão olímpico e saúda a sua personalidade de homem e atleta que muito tem contribuido para a iniciação desportiva de largas camadas da juventude portuguesa.

26 de Março de 1985

Aprovada por unanimidade e em minuta na reunião de 26 de Março de 1985

Serviço de Informação e Relações Públicas (tel. 983 00 12)

Festival do jovem cinema nas Belas-Artes do Porto

Dezassete filmes de documentário, ficção, animação e experimentais estão inscritos na Quinta Edição do Juvecine/85, Festival do Filme do Jovem Cineasta, iniciado na Escola Superior de Belas Artes do Porto.

Dos 43 inscritos, foram seleccionados dezassete que serão apresentados a concurso na fase final do certame, após o que uma comissão de apreciação final se pronunciará para premiar os melhores trabalhos distribuídos pelas quatro secções.

Aquela comissão irá também atribuir este ano, dois prémios especiais para áreas específicas dos filmes e três galardões do Ano Internacional da Juventude.

A edição deste ano «aposta numa ampla divulgação do cinema não-profissional, apresentando cinco retrospectivas e ainda uma sessão informativa, em que serão divulgados os diversos filmes de autores portugueses que, pela sua temática, proposta estética ou técnica são do maior interesse dar a conhecer aos novos cineastas presentes no festival».

Para além de três dezenas de jovens realizadores que concorrem ao certame, está presente nesta edição perto de uma centena de participantes de todo o país.

Dois jovens animadores de cinema, franceses, acompanham o Juvecine, ao abrigo de um acordo cultural luso-francês e apresentam trabalhos de jovens cineastas daquela nacionalidade, que serão projectados na retrospectiva «O Jovem Cinema Não-Profissional no Mundo».

Uma cena «clássica» do tele-romance português

Gravação de "Chuva na Areia" chegou ontem ao fim

Terminaram ontem em Tróia as gravações da telenovela «Chuva na Areia», estando previsto que dentro de 30 dias deixe de existir a localidade que lhe serviu de cenário — Vila Nova da Galé, disse à NP Paulo Moraes. Começada a transmitir no começo de Janeiro pelo Primeiro Canal da RTP, a telenovela tem como história a obra de Luís de Sttau Monteiro, «Agarra o Verão, Guida. Agarra».

Com 84 capítulos, «Chuva na Areia» termina no começo de Maio, sendo substituída por uma telenovela brasileira chamada «Louco Amor». Durante os tempos de filmagens trabalharam na terceira telenovela portuguesa cerca de 120 pessoas, das quais 80 são actores.

Segundo o seu principal produtor, Paulo Moraes, a experiência «foi bastante útil, embora tenha havido alguns erros de percurso que precisam de ser corrigidos».

Também o ex-presidente da RTP e da RTC (Rádio Televisão Comercial), João Soares Louro, disse ontem que «houve erros e alguns de palmatória» em «Chuva na Areia». Soares Louro, que foi um dos principais impulsionadores da telenovela, sublinhou, no entanto, que «sem os procurar ocultar, a eles não me referirei, já que outros, fazendo largo uso de hipercriticismo doentio com que sempre receberam as iniciativas da RTP, não pouparam esta obra».

Para Soares Lour, «Chuva na Areia» teve o «mérito de nos colocar no centro de problemas portugueses» e considerou que «a rejeição verificada entre algumas camadas de telespectadores tem a ver, como diria o escritor Baptista Bastos, com os nossos remorsos mal emendados».

«Sabemos quase tudo sobre a guerra do Vietname e quase nada da nossa guerra colonial, lemos muito sobre o KGB ou a CIA, e na grande maioria ignoramos por completo a PIDE. O regime anterior está por desmantelar e, em grande parte, continua vivo dentro de nós, à nossa volta, sem que disso nos apercebamos», disse Soares Louro, que concluiu afirmando que a qualidade técnica de «Chuva na Areia» é «surpreendentemente boa». «No plano técnico esta experiência televisiva permitiu-nos responder em igualdade com o que de melhor se fez por este Mundo afora, mesmo em Inglaterra e nos «EUA», disse.

"Tarde Demais Mariana" ganha prémio de ficção

O romance «Tarde demais Mariana», de Filomena Cabral, ganhou o prémio de ficção «I Centenário do Banco Borges $ Irmão», organizado pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

Um outro romance, de Margarida Carpinteiro, «Ninguém Morre na Véspera», conseguiu a única menção honrosa atribuída pelo júri, que era constituído pelos romancistas Agustina Bessa Luís e António Rebordão Navarro e pelo crítico literário Ramiro Teixeira.

Filomena Cabral é autora de três livros de poemas, da novela «Stacatto» e tem no prelo um livro de contos intitulado «Os Anjos Andam Nus.»

Por seu lado, Margarida Carpinteiro estreia-se como escritora neste concurso a que concorreram 22 obras de ficção.

A entrega do galardão e da menção estão marcados para o dia 17 de Maio, altura em que também será apresentada a edição do romance premiado.

Fotografias de Cabrita expostas em S. Paulo

A exposição fotográfica «As Mais Belas Vilas e Aldeias de Portugal», com texto de Júlio Gile e fotos de Augusto Cabrita, foi inaugurada no Centro Comercial Eldorado, em São Paulo.

A mostra é patrocinada pelo Consulado-Geral de Portugal e tem o apoio da editora Verbo, que lançou igualmente o livro de que foram extraídas as fotografias.

Depois de São Paulo, a exposição «Paisagens de Portugal» será apresentada em Brasília, Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras.

Festival de Teatro Amador

Oito grupos de teatro amador do sul do país vão participar de 11 a 14 de Abril, em Évora, na fase de apuramento ao segundo Festival do Jovem Teatro, iniciativa do FAOJ.

Dos oito grupos que irão actuar a Évora, oriundos do Alentejo e Algarve e ainda do distrito de Setúbal, sairá apurado um para estar presente na fase final do certame, a realizar na cidade do Porto.

O II Festival do Jovem Teatro é organizado a nível nacional pelo FAOJ e pela Associação Juvenil «Caixa de Pandora», do Porto.

Edições da Imprensa Nacional em balanço

"As pessoas não gostam de ser niveladas pelo mais baixo"

-afirma Graça Moura

Com nove títulos distinguidos, em três anos, com prémios literários nacionais e estrangeiros, a Imprensa Nacional — Casa da Moeda, INCM, parece constituir um caso único na história da edição em Portugal. Em seis anos, o tempo de dois mandatos de Vasco Graça Moura como administrador responsável pelo sector editorial, a empresa deu à estampa e publica regularmente dez colecções, abriu um espaço à co-edição, outro à edição de autores de países africanos de língua portuguesa, ganhou novos mercados ou intensificou a presença nos que já tinha, dos quais a Espanha é um exemplo.

Para Graça Moura, cujo segundo mandato termina em Maio, toda esta actividade confirma a «regra de que as pessoas não gostam de ser niveladas pelo mais baixo». Os que defendem a sua continuação no mesmo cargo, afirmam que Graça Moura impôs uma política editorial como nunca antes a empresa teve, coerente e estável. Mas, no outro extremo, há quem o acuse de «concorrência desleal». Sobre estas e outras questões se pronunciou Graça Moura num balanço que fez à ANOP dos seus seis anos como gestor da INCM.

Segundo ele, a acusação de «concorrência desleal é perfeitamente demagógica». Este tipo de concorrência, explicitou, «é um crime, está definido na lei, e consiste na prática de actos desonestos em qualquer ramo ou actividade de negócio. Se os praticássemos, seríamos certamente responsabilizados pelo Governo, uma vez que como gestores públicos somos responsáveis perante este».

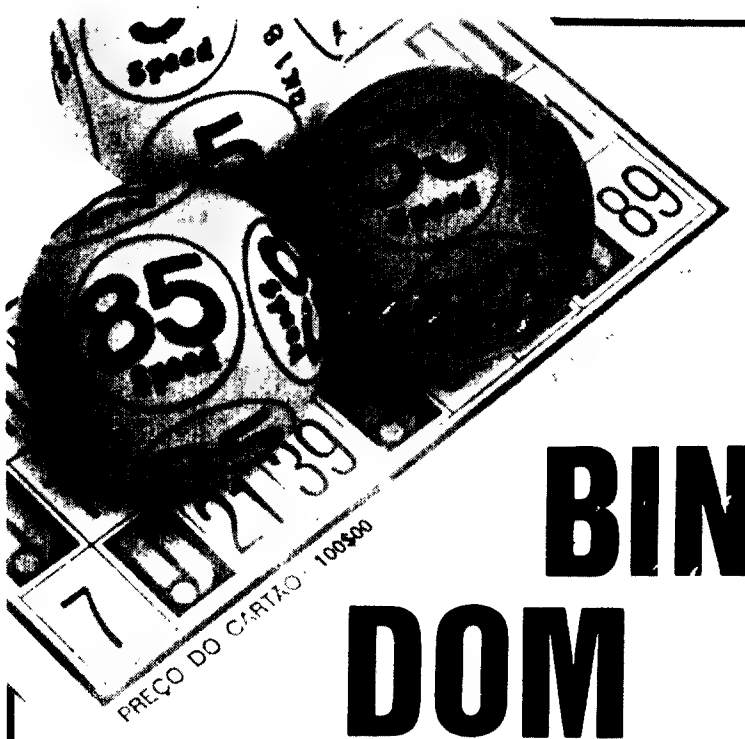
«O que podemos dizer — acrescentou — é que quem nos acusa de concorrência desleal está, pelos vistos, a cometer um crime de difamação». Mas a concorrência — uma «concorrência saudável» em que a INCM se quer «agressiva» — existe e não poderia ser de outro modo, frisou Graça Moura.

Uma das mais correntes críticas à INCM, de onde parte a anterior, reside no facto de, à partida, a empresa ter «melhores condições» para participar nessa concorrência. No entanto, para o administrador da empresa, a questão põe-se nos seguintes termos: «O facto de termos melhores condições em alguns aspectos é uma razão para fazermos mais e melhor e não menos e pior».

Sobre essas condições, Graça Moura acrescentou que elas são elementares, representando, no fundo, «apenas a possibilidade de pagar a autores, colaboradores e fornecedores. As outras suponho que são uma certa capacidade imaginativa que nos tem levado a pegar em livros que se tornam autênticos «best-sellers», mas que muitas vezes tinham esperado, por exemplo, dez anos pela edição».

Pelas razões alegadas, Graça Moura considera que, no lugar das críticas, deveria estar o reconhecimento de que «um certo esforço» tem sido desenvolvido na empresa para «servir a cultura portuguesa». Esse esforço traduziu-se, designadamente, na «atenção crescente a toda uma série de problemáticas relacionadas com a cultura portuguesa desde a criação literária do pasado às novíssimas gerações, desde as artes plásticas ao teatro, da história à filosofia. etc».

Traduziu-se, também, frisou Graça Moura, na tentativa de intensificar as relações na área do livro com o Brasil onde, desde 1972, a INCM tem uma filial, a Livraria Camões, e para onde a empresa exportou nos 13 anos decorridos, cerca de um milhão de livros».



BINGO DOM LUÍS

(Ao Cais do Sodré)

Acaba de abrir o mais moderno Bingo de Lisboa, ponto de encontro para uma noite bafejada pela sorte. Entre as duas e as três da madrugada, o tradicional **Cacau da Ribeira** ser-lhe-á servido, gratuitamente, enquanto Você vai desafiando o futuro em lances de verdadeira inspiração...

Diariamente das 18 às 3 da manhã.

Um Bingo Estoril-Sol.
Rua D. Luís, 7 - Tel. 60 77 79 — LISBOA

Na tertúlia da Sá da Costa ainda se fala de Pessoa

Lourdes Feria

Não prescindem do Chiado por nada, adoptaram-no como território seu. Alheios ao resto da cidade, delimitaram uma área que, no fim de contas, se resume a um quarteirão. Dissidentes da Brasileira («por uma questão de higiene») mudaram-se para a Benard, onde se demoram apenas uns breves instantes, o tempo do café, ao balcão. É contudo na Sá da Costa que a persistência se confirma. Uns mais assíduos que outros mantêm, ali, uma animada tertúlia que se repete duas vezes por dia. Que assunto os absorve nas suas intermináveis conversas? Eis o que me propus averiguar.

Com carácter fixo são quatro (Costa Brochado, Francisco Teixeira, Jacob Levy e Jaime Pinto), embora noutras épocas tivessem sido sete ou oito. Conscendem, no entanto, em alargar o círculo a outras presenças, estas mais esporádicas. Introduzo-me e, como se não bastasse a ousadia, sugiro um tema. Pois bem: porque não assentamos em Fernando Pessoa, tanto mais que alguns deles o conheceram razoavelmente bem? *«Um chato»*, afirma peremptório Jacob Levy, na rabujice dos seus prestes noventa Junhos. Quanto a si, o culto do poeta que hoje vigora não tem justificação. É despropositado. Quem imaginaria que o homenzinho apagado, sem brilho na conversação, seria catapultado para os píncaros da fama? Um génio nacional, sem controvérsia, o que é raro.

Sim, Fernando Pessoa: correspondente de língua inglesa na firma Valentim de Carvalho, com escritoria na Rua da Assunção. No andar de baixo, onde funcionava a loja de artigos musicais, Jacob Levy entretinha-se praticamente todas as tardes. *«Depois do serviço Pessoa descia, cumprimentava-nos e punha-se a fumar o seu cigarro de onça. Não se lhe arrancava uma palavra... era uma pessoa sem ponta de interesse.»* Como as aparências iludem!

De origem judaica, nascido e baptizado em Lisboa, na sua sinagoga, Jacob Levy estava, por acaso, na Alemanha de Hitler, em 1938. Os negócios retiveram-no lá seis meses. *«Escapei... ninguém se meteu comigo.»* Devotado às tertulias, com uma vida pautada pelo usufruto do Chiado, entre cafés e livrarias se foi distraindo... e, provavelmente, enriquecendo o espírito. Eram da sua privança artistas e intelectuais como António Sérgio, Ramada Curto, Abel Manta, Teixeira de Pascoaes, Aquilino Ribeiro e outras.

Sublime

Costa Brochado, minhoto, com o sotaque nortenho ainda intacto, conserva de Fernando Pessoa outra espécie de memória. Atribui lhe uma inteligência e uma cultura invulgares no meio. *«Falávamos de religião, filosofia e esoterismo... ele interessava-se por tudo e também gozava com tudo.»* Encontravam-se no Martinho da Arcada, sítio das preferências do poeta. Era lá que, sentado horas infinitas, recebia as suas visitas. À primeira vista revelava-se um homem enfadonho, não tinha o condão do fascínio.

Parecia Lisboa uma cidade lânguida, propícia ao *«fare niente»*, ao estacionamente nos cafés. E diga-se que, na altura, havia assentos à farta. Os empregados estabeleciam com os clientes relações fáceis. Jamais os pressionavam ao consumo ou à cedência do lugar aos turistas, ainda escassos. A expectativa frenética perante a chegada de nórdicos suados e meio despidos que percorrem o centro histórico, nas horas de calor, ainda não se verificava. Tudo corria no melhor dos mundos.

Creio que Costa Brochado se aproximou de Fernando Pessoa depois deste lhe ter enviado *«A Mensagem»* com uma dedicatória informal. *«Ao director do jornal 'A Verdade'»*, dizia. Com efeito, desempenhou esse cargo, durante sete anos — até 1939, data em que a publicação acabou. A partir daí tornam-se, mais ou menos, intímos. *«Ainda o desafiei para fazermos um livro, juntos, sobre questões filosóficas. Mas ele, ao fim de uns dias, disse-me que não ia haver livro nenhum. Fiquei um tanto aborrecido.»*

A «Mensagem» entusiasmou Costa Brochado. Achou o livro sublime, *«uma das mais primorosas obras que se publicaram em Portugal.»* O mesmo já não pensa das coisas póstumas de Fernando Pessoa, saídas a público após o seu desaparecimento, e nas quais *«se contradiz continuamente»*. Será que o poeta teria aprovado o gesto? *«Julgo que não... mas este país é um acampamento de ciganos, tudo se rege pelo vil metal. Já viu o que aconteceu com Eça de Queiroz? Não está certo que lhe tenham publicado aquela porcaria da Tragédia da Rua das Flores...»*

Salazarista convicto — ainda hoje o é —, Costa Brochado rendeu-se à «Mensagem» talvez pelo que a obra contém de mitos nacionalistas, o que, de certa maneira, incidia com o que o regime propagava. Responsável pela colecção *Henriquina* e autor de escritos atravessados por uma exaltação patriótica, julgou que Fernando Pessoa se dispunha a ser arauto de tais ideias. *«O nacionalismo dele nada tinha a ver com o nacionalismo de que agora se fala. Era o dele, muito próprio. Aliás, era original em tudo. Até na asneira... Um dos seus grandes amigos foi Ferreira Gomes, o homem do Quinto Império... Suponho que tenha bebido isso no padre António Vieira que, no «Portugal do Futuro», dizia que os Descobrimentos estavam escritos e profetizados na Bíblia.»*

Misterioso

Costa Brochado, aos 81 anos, conserva uma espantosa vitalidade. Lembra-se praticamente de tudo o que se relaciona com o autor de «Mensagem», livro que na sua opinião se dirige a pessoas *com altíssima sensibilidade intelectual*. Não se destina a qualquer um. De resto, está convencido de que o poeta *tinha um desprezo solene pelo rebanho...* Elitista e, por isso, sem público.

Se o jornal *«A Verdade»* foi «acintosamente político», Costa Brochado, hoje, confessa-se um desapaixonado da política. Contra o marxismo e o liberalismo pugnava por *«um governo de autoridade»*, o que significa uma volta mental de 180 graus, pois aos vinte anos esteve filiado no Partido Socialista. *«De facto andei próximo do marxismo... mas depois aderi ao corporativismo e ainda lá estou.»*

Todavia, o Estado Novo decepcionou-o, não correspondeu ao que dele esperava. *«Não existiu porque as forças reaccionárias de carácter capitalista se apoderaram, avidamente, do regime e impediram-no de realizar o tal corporativismo de justiça.»*

Fernando Pessoa, o que era? Costa Brochado garante que foi tudo e nada. Quis obrigá-lo a defenir-se, o que nunca conseguiu. As ambiguidades do poeta irritavam-no. *«Foi sidonista, foi monárquico... e, ao mesmo tempo, publicava um artigo no «Diário de Lisboa» onde dizia: sou monárquico mas voto contra a monarquia. Em meu entender era um aristocrata de espírito com algumas cambiantes. Repare que até defendia o ideário maçónico... não sei o que, realmente, era.»*

Uma visão simplista do fenómeno Fernando Pessoa que, contra algumas previsões, atingiu uma relativa popularidade.

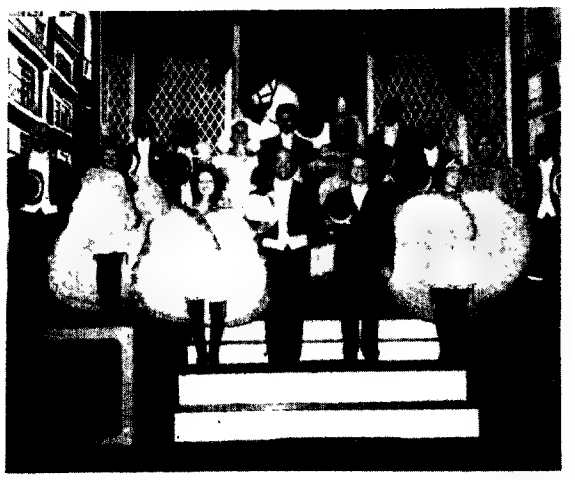
Lembra-se das suas frequentes incursões ao *Vale do Rio*, no Largo dos Torneiros, em frente das escadinhas que conduzem à Rua da Madalena, *onde gostava de beber uma aguardente de vinho*. Lembra-se do seu funeral, discretíssimo, sem honras nem homenagens. Enterro tão prosaico como a vida que levou. Só que por dentro era diferente: um cidadão nada comum... *Um tipo luminoso*, acrescenta Costa Brochado.

Normalmente impávido, um dia perde a cabeça. É o que conta Francisco Teixeira, um discípulo de Voltaire. Nos anos trinta, antes da guerra foi diplomata em Hong-Kong. Vi-o indignado contra *Bernard Shaw*. *Tinha-lhe enviado uma carta, em que pedia para traduzir um livro dele e o dramaturgo respondeu-lhe de uma forma um tanto grosseira.* Recordo-me que, quando Fernando Pessoa narrou o incidente, estávamos no café Montanha, na Rua da Assunção, onde hoje funciona o Banco da Agricultura.

Precisamente no Montanha, propriedade de um francês, Gualdino Gomes jantava todas as noites. Após a Brasileira: com Jacob Levy, Costa Brochado e o «Melenas», gerente do Ramiro Leão. Conquistava, com a sua irresistível simpatia, a unânime efectividade do grupo. O seu humor, os seus apartes, as suas respostas repentinas fizeram história. Cultivava um estilo. Excelente conversador, todo voltado para o exterior (o contrário de Pessoa) celebrizou-se, exactamente, por isso: pela capaciade de introduzir a nota distanciadora da graça, à portuguesa, no meio dos discursos mais sérios e transcendentais. Ao que consta, tinha um defeito: era muito sovina.

Crítica que talvez pecasse pelo exagero. Como prova de que nem tanto assim era, Costa Brochado guarda, ainda na carteira, um bilhete de eléctrico (no valor de 75 centavos) que Gualdino Gomes lhe pagou, talvez num dos raros ataques de esbanjamento que, por vezes, o acometiam.

Francisco Teixeira e Costa Brochado, companheiros de muitos anos...



Seiva-Trupe: o sexto mês de representação da peça «Uma Família do Porto»

Cinema

● A Cinemateca vai apresentar a partir de hoje 25 curtas-metragens e 31 médias e longas-metragens de realizadores portugueses feitas no período compreendido entre 1962 e 1974. «Dom Roberto» de **Ernesto de Sousa**, datado de 1962, é o filme de estreia e será exibido às 21 e 30. A iniciativa visa proporcionar uma reflexão sobre o movimento que há duas décadas reformulou a produção nacional cinematográfica.

● «Danton» de **Andrze Wajda** é esta noite exibido no Instituto Franco - Português.

● No Teatro Gil Vicente de Coimbra continua hoje, às 21 e 30, um ciclo de cinema soviético com a exibição de **Vassa**.

● No mesmo local pode também ser vista uma exposição de **tapetes de Arraiolos** da firma António Moreira& Moreira, Lda.

Música

● No Auditório Dois da Gulbenkian realiza-se esta tarde, às 18 e 30, um concerto com os solistas da orquestra da Fundação: **António Anjos** (violino) e **Jorge Moyano** (piano). As obras interpretadas são de Mozart, Beethoven e César Frank.

Exposições

● «Paisagens» é o título de uma exposição de pintura de **Angela** ontem inaugurada no Atrium da Imprensa. A exposição reúne uma colecção de guaches e aguarelas muitas delas sobre tecidos delicados, a que junta fios que dão movimneto e relevo à pintura.

● **Eduardo Nery, João Hogan e Mário Botas** são alguns dos artistas pintores portugueses cujas obras estão patentes na Casa Anastácio Gonçalves, numa exposição de arte contemporânea recentemente inaugurada.

● **Vestuário Litúrgico** é o tema de uma exposição patente no Museu Nacional de Arte Antiga, sendo esta a primeira apresentação da colecção de têxteis nos novos espaços do museu.

● A primeira «Exposição - Diálogo sobre a **Arte Contemporânea na Europa**», que reúne obras de oito dos principais museus europeus de arte moderna, continua patente na Gulbenkian e no CAM.

● Na galeria Átrio / UAP pode ser vista uma exposição de barros e desenhos de **Vítor Sá Machado.**

● Na galeria de arte do Casino Estoril encontra-se patente uma exposição de pintura de **José Cândido**, que reúne quatro dezenas de obras suas.

● No mesmo local pode também ser vista uma exposição de **tapetes de Arraiolos** da firma António Moreira& Œ94384 ☆ß }T☆–

● **Baltazar: cinquenta anos de caricatura** é o tema da exposição patente no Teatro da Academia Almadense.

● Nos Bombeiros Voluntários de Santarém continua a poder ser vista uma colectânea de pintura organizada pelo Rotary Clube daquela cidade e que reúne obras de **Clementina; Domingues Pires; Firmino; José Daniel Abrunheiro; Mário Silva; Pedro Olayo (Filho); Vasco Bernardo; Vítor Ramos e Zé Penicheiro.**

● Uma exposição original de **gravuras de metal** encontra-se patente na cooperativa Árvore do Porto. A exposição destina-se especialmente aos alunos dos estabelecimentos de ensino do Porto. Paralelamente à mostra encontra-se a funcionar uma oficina de gravura.

● No mesmo local podem ainda ser vistas duas exposições de **Avelino Rocha** e **Manuel Casimiro.**

● Também no Porto, na galeria Roma e Pavia, encontra-se patente uma exposição de pintura de **Rui Aguiar.**

● A cooperativa «Sem Margem» de Ovar apresenta até amanhã uma exposição do artista belga **Vik Leemans.**

● «Vida e Obra de **Hans Christian Andersen**» é o tema da exposição patente no Museu de Évora e organizada pela Embaixada da Dinamarca em Lisboa.

Teatro

A companhia **Seiva - Trupe** do Porto entrou já no sexto mês consecutivo de representações da peça «Uma Famililia do Porto», baseada no romance de Júlio Diniz «Uma Família Inglesa», adaptado ao teatro por Norberto Barroca, que também assina a encenação.

Alfas Triplex

— T. 806496

Alfa 1

PASSAGEM PARA A ÍNDIA
de David Lean
(para maiores de 12 anos)
15, 18.15, 21.30, 0.30 h

Alfa 2

REVOLTA NO PACÍFICO
de Roger Donaldson
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19, 21.30 e 00.00 h

Alfa 3

O CAÇA-POLÍCIAS
de Martin Brest
(para maiores de 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 0,15 h

Alfa Club

A CORRIDA MAIS LOUCA DO MUNDO
de Hal Needham
(para maiores de 6 anos)
13.45, 16.15, 18.45, 21.15 e 23.45 h

Apolo 70

— T. 763319

PASSAGEM PARA A ÍNDIA
de David Lean
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19, 21.30 e 24 h

Avila

— T. 539930

NOITES ESCALDANTES
de Lawrence Kasdan
(para maiores de 18 anos)
15, 17, 19.10, 21.45 e 23.45 h

Avis

— T. 547163

O BEIJO
de Otto Schenk
(interdito a men. 18 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Berna

— T. 776098

TERRA SANGRENTA
de Roland Joffé
(para maiores de 16 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h.

Caleidoscópio

PINOCCHIO
Falado em português
3.ª Semana
(para todos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Capitólio

— T. 372358

VIOLAÇÕES SEXUAIS
(interdito a men. 18 anos)
15, 17, 19, 21 e 23 h

Castil

— T. 530194

OS DESTEMIDOS
de Henri Verneuil
(para maiores de 12 anos).
15.30 e 21.30 h

Cinebloco

— T. 556824

O CAMPEÃO
(não aconselhável a menores de 13 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

Cine 222

— T. 579460

BINGO BONGO
de Pasquale Festa-Campanile
(para maiores de 6 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

City Cine

— T. 549999

O LUGAR DO MORTO
de António Pedro Vasconcelos
(para maiores de 12 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

Uma cena do filme «Paulina na Praia». A nova obra-prima de Eric Rohmer da série «Comédias e Provérbios». Em exibição no Estúdio 444 a partir do dia 29 de Março (inclusivé).

Condes

— T. 322523

O CONFRONTO
de Paul Newman
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Eden

— T. 320768

O CAÇA-POLÍCIAS
de Martin Brest
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30.h

Estúdio

— T. 555134

GREYSTOKE: A LENDA DE TARZAN REI DA SELVA
de Hugh Hudson
(para maiores de 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Estúdio 444

— T. 779095

PAULINA NA PRAIA
de Eric Rohmer
(para maiores de 12 anos)
15, 17, 19 e 21.30 h

Hollywood

— T. 802859

Sala 1

FUGITIVOS DO INFERNO
de Hal Bartlett
(para maiores de 12 anos)
14.30, 16.45, 19, 21.30 e 24 h

Sala 2

O CONFRONTO
de Paul Newman
(para maiores de 12 anos)
14.15, 16.30, 18.45, 21.30 e 23.45 h

Império

— T. 555134

OS MUPPETS CONQUISTAM NOVA IORQUE
de Frank Oz
(para todos)
15.15 h
O CORPO DO MEU INIMIGO
de Henri Verneuil
(para maiores de 12 anos)
18.30 e 21.30 h

Las Vegas

— T. 631162

Sala 1

1984
de Michael Radford
(para maiores de 16 anos)
15.30, 18.30, 21.45 h

Sala 2

AMADEUS
de Milos Forman
(para maiores de 12 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Londres

— T. 801313

AMADEUS
de Milos Forman
(para maiores de 12 anos)
15, 18.15 e 21.30 h

Mundial

— T. 538743

O CAÇA-POLÍCIAS
de Martin Brest
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Nimas

— T. 574362

UM LUGAR NO CORAÇÃO
de Robert Benton
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Odeon

— T. 326283

A FÚRIA DA BESTA
(para maiores de 18 anos)
15.15, 18.15 e 21.30 h

Olímpia

— T. 325309

SEXO DE OURO
(interdito a men. 18 anos)
Sessões contínuas a partir das 14 h

Politeama

— T. 326305

KINDAR, O INVULNERÁVEL
(para maiores de 12 anos)
14.15, 16.30, 19, 21.30 h

Quarteto

— T. 771378

Sala 1

PAULINA NA PRAIA
de Eric Rohmer
(para maiores de 12 anos)
15, 17, 19 e 21.30 h

Sala 2

JANELA INDISCRETA
de Alfred Hitchcock
(para maiores de 12 anos)
14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30 h

Sala 3

NOSTALGIA
de Andrei Tarkovski
(para maiores de 16 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Sala 4

TOP SECRET
de Jim Abrahams, Jerry Zucker e David Zucker
(para maiores de 12 anos)
15, 17, 19 e 21.30 e 23.30 h

Quinteto

PINK FLOYD, THE WALL
(não aconselhável a menores de 18 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30

O SABOR DA VINGANÇA
(não aconselhável a menores de 18 anos)
24 h

Roma

— T. 889192

TERRA SANGRENTA
de Roland Joffé
(para maiores de 16 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Roxy

— T. 548560

O CÃO
de A. Isac Isasmondi
(não acons. men. 18 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

S. Jorge

— T. 579144

Sala 1

ENCONTRO COM O AMOR
de Ulu Grosbard
(para maiores de 12 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Sala 2

PASSAGEM PARA A ÍNDIA
de David Lean
(para maiores de 12 anos)
14.15, 17.45 e 21 h

Sala 3

PROTOCOLO
de Herbert Ross
(para maiores de 12 anos)
14.45, 16.45, 18.45 e 21.45 h

7.ª Arte

— T. 730715

PROTOCOLO
de Herbert Ross
(para maiores de 12 anos)
14.45, 17, 19.10, 21.45 e 23.45 h

Star

— T. 804210

GENTE GIRA
de Jaime Uys
(para maiores de 12 anos)
15, 18.15 e 21.30 h

Terminal

— T. 371573

HISTÓRIA DO SOLDADO
de Norman Jewison
(para maiores de 12 anos)
11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30 h

Tivoli

— T. 570595

PINÓQUIO
prod. Walt Disney
(para todos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Vox

— T. 880808

OS DESTEMIDOS
de Henri Verneuil
15, 18.15 e 21.30 h)

Xenon

— T. 368480

FUGITIVOS DO INFERNO
de Hal Bartlet
(para maiores de 12 anos)
14.15, 16.30, 19 e 21.30 h

Linha de Cascais

ALGÉS — Stadium — «Zelig», às 21.15 (12 anos)

CASCAIS — Impala — «A Vingadora de Ming», às 21.30 (18 anos)

Linha de Sintra

CACÉM — Cine-Estúdio Flores — «Nova Iorque, 2 Horas da Manhã», às 21.30 (18 anos)

SINTRA — Carlos Manuel — «Fogo Cruzado e Mortal», às 21.30 (12 anos)

TRIBUNAL DE 1.ª INSTÂNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS DE LISBOA 2.º JUÍZO — 4.ª SECÇÃO

ARREMATAÇÃO 1.ª PRAÇA

O Doutor Jose Manuel Peixe Pelica. Juiz de Direito do Tribunal de Primeira Instância das Contribuiçoes e Impostos de Lisboa.

FAZ SABER que no proximo dia 18 de Abril do mes de Abril, do corrente ano, pelas 10 horas, à porta deste Tribunal, sito na na Rua Braamcamp, n.º 5-4.º Esq.º, nesta cidade de Lisboa, se há-de proceder a arrematação, em 1.ª praça, pelo maior lanço que for oferecido sobre o valor base de licitação dos seguintes penhorados a «TIPOGRAFIA MOURÃO, LDA.», com sede no Largo Conde Barão, n.º 50-1.º em Lisboa, nos autos de execução Fiscal n.º 8418/80 e apensos, que a Fazenda Nacional lhe move por divida de Imposto de Transacções dos anos de 1975-1976-1977 e 1978.

BENS PENHORADOS

VERBA N.º 1 — Três maquinas impressoras com a marca «Mudelberg» com os numeros 672464 KW 1,5, n.º 5660059 KW 1,5, respectivamente, todas em regular estado de conservação e funcionamento a que atribuimos o valor aproximado de cada uma, em (Duzentos e cinquenta mil escudos).

VERBA N.º 2 — Uma maquina impressora com a marca «Frankental» com o numero 1566615 KW 2,5, em regular estado de funcionamento e conservação a que atribuimos o valor aproximado de (Duzentos e cinquenta mil escudos)

VERBA N.º 3 — Uma quilbotina com a marca «Senade» com o numero 1100679 KW 2,2 em regular estado de conservação e funcionamento a que atribuimos o valor aproximado de (Trezentos mil escudos).

VERBA N.º 4 — Uma serra mecânica com o numero 5341-B 1770 KW 0,5 em regular estado de funcionamento e conservação a que atribuimos o valor aproximado de (Trinta mil escudos).

VERBA N.º 5 — Uma maquina de imprimir com a marca «Rapro Diamante» com o numero 4552700 KW 05 em regular estado de funcionamento e conservação a que atribuimos o valor aproximado de (Cinquenta mil escudos).

VERBA N.º 6 — Uma maquina de imprimir com a marca «Victoria» com o numero não identificavel KW2 em mau estado e não funcionando a que atribuimos o valor aproximado de (Cinquenta mil escudos).

VERBA N.º 7 — Uma máquina de escrever com a marca «Imperial» em regular estado de funcionamento a que atribuimos o valor aproximado de (Três mil escudos).

VERBA N.º 8 — Duas maquinas de calcular com a marca «Brunsvegr» de fabrico alemão e outras com a marca «Sander SS 127-P» em regular estado de funcionamento e conservação a que atribuimos o valor global aproximado de (Oito mil escudos).

VERBA N.º 9 — Quatro secretarias em madeira, em regular estado de conservação a que atribuimos o valor aproximado global de (Quatro mil escudos).

VERBA N.º 10 — Uma estante em ferro, para guardar gravura em regular estado de conservação a que atribuimos o valor aproximado de (Tres mil escudos).

VERBA N.º 11 — O direito e acção ao arrendamento e trespasse das instalações comerciais de oficina de tipografia, aqui instalada no numero cinquenta, primeiro andar do Largo Conde Barão, desta cidade de Lisboa, composto por três salas, servindo duas de oficina e outra de escritorio e arrecadação. Tem duas casas sanitarias, bem como as respectivas instalações electricas e de água, a que atribuimos o valor aproximado de (Um milhão de escudos).

Ficam citados os credores incertos e desconhecidos e os sucessores dos credores preferentes para, ao abrigo do disposto na al. a) do art.º 226.º do Cod. Proc. Cont. Impostos, no prazo de 10 dias a contar do da arrematação, virem reclamar o pagamento dos seus créditos pelo produto dos acima mencionados bens.

Lisboa, 4 de Abril de 1985

O JUIZ DE DIREITO,
Jose Manuel Peixe Pelica

O Liq. Tributário Principal.
Mario Fernando Moreira Leão

"DL" 9/4/85 — 1.ª Pub.

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA

ANÚNCIO

Pela 1.ª Secção do 12.º Juizo do Tribunal do Trabalho de Lisboa, correm seus termos uns autos de Contrato Individual de Trabalho n.º 12/84 em que são Autor JOSÉ JOÃO CORDEIRO NARCISO, residente na Rua Bernardo Pinto, n.º 7 Trafaria Monte Caparica e Ré UNIAÇO INDUSTRIAS E REPRESENTAÇOES, LDA., ausente em parte incerta e com ultima sede conhecida em Lisboa na Rua Santa Marta n.º 62-A, nos quais se encontra designado o dia 24 de Julho p.º f.º pelas 10.00 horas, para se proceder a julgamento, devendo nessa data, apresentar as suas testemunhas e, no praze de 5 (cinco dias), efectuar o preparo para julgamento de 1872$00, em selos fiscais a entregar na mesma Secção.

Lisboa, 28 de Março de 1985

O Juiz de Direito,
Antonio Sergio de P. Abrantes Mendes

O Escrivão Adjunto,
Ilegivel

"DL" 9/4/85 — 1.ª Pub.

PERMANENTE

ALAMEDA - CHILE: Lusa, Av. Almirante Reis, 199-A (T. 41269); **AREEIRO -PRAÇA DE LONDRES: João XXI**, Av. João XXI, 16-A (T. 886462); **BAIXA: Cortez**, R. de São Nicolau, 93 (T. 325378); **BOA-HORA, Sepol**, C. da Boa-Hora, 94-A (T. 631958); **CHAFARIZ DE DENTRO: Cruz de Malta**, L. do Chafariz de Dentro, 36 (T. 866126); **ESTRELA: Gama**, C. da Estrela, 130 (T. 660339); **FEIRA POPULAR: Santa Maria**, Av. 5 de Outubro, 283-A (T. 763016); **GALINHEIRAS - CHARNECA -LUMIAR: São Bartolomeu**, Vila Paulo Jorge, 1 (T. 790969); **LUZ - 2.ª CIRUCLAR: Da Luz**, E. da Luz, 124-A (T. 723179); **OLIVAIS SUL: Higiene**, R. Cidade de Vila Cabral, lote 43 (T. 310026); **RATO: Cunha**, R. da Escola Politécnica, 18 (T. 325455); **XABREGAS -MADRE DE DEUS: Conceição**, C. D. Gastão, 30-32 (T. 381279); **PONTINHA: Pontinha**, E. de Santo Elói, 4, lote SE (T. 990220); **QUINTA DO MENDES--ODIVELAS: Almeida**, Pt. à R. Tomás da Anunciação, 38-B (T. 790942).

REFORÇO

ALVALADE - ESTADOS UNIDOS: Rio de Janeiro, Av. do Rio de Janeiro, 4-C (T. 881409); **AREEIRO -APEADEIRO: Ideal**, Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A (T. 892803); **BAIRRO ALTO: Gonçalves**, R. da Rosa, 176-178 (T. 362687); **BENFICA: União**, E. de Benfica, 592-594 (T. 700692); **CAMPO DE OURIQUE: Elma**, R. D. Maria Pia, 358-A (T. 686176); **INTENDENTE: Intendente**, L. do Intendente Pina Manique, 50-51 (T. 547838); **MARQUÊS DA FRONTEIRA: Ronil**, R. Rodrigo da Fonseca, 153 (T. 683438); **PAMPULHA -JANELAS VERDES: Nazário Pinto**, R. Presidente Arriaga, 39 (T. 667460); **PICHELEIRA: Marluz**, C. da Picheleira, 140-B-C e R. Prof. Mira Fernandes, MAF (T. 880703); **SALDANHA: Dalva**, Av. Duque de Ávila, 125 (T. 545225); **SANTO AMARO -CALVÁRIO: Lisbonense**, R. Leão de Oliveira, 2-B (T. 637020); **BRANDOA -AMADORA: Tavares Matos**, R. 8, lote 308 (T. 993220); **BURACA - AMADORA: Vaz Martins**, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **OLIVAL BASTO: Nova**, R. dos Açores, 11-A (T. 9810305); **PRIOR VELHO: Matos**, T. das Prioras (T. 2519939).

OUTRA BANDA

ALMADA: Nuno Álvares, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 39 (T. 2750504). Permanente; **COVA DA PIEDADE: Louro**, R. Alexandre Herculano, 6-B (T. 2763517). Permanente; **COSTA DE CAPARICA: Carlos**, Av. do Mar, 34-A (T. 2401060). Até às 19 horas; **LARANJEIRO: Baptista Marques**, R. da Boa Vontade, 17-B (T. 2298572). Até às 22 horas; **SESIMBRA: Leão**, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471) Até às 19 horas; **LAVRADIO: J. Consolado**, Av. Joaquim J. Fernandes, 17-C (T. 2043126). Até às 19 horas; **BARREIRO: Moderna**, R. D. Henriqueta Gomes Araújo, 12 (T. 2073012). Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA: Aliança**, E. Nacional, 178-B (T. 2040302). Até às 19 horas; **CORROIOS: Lino**. Atoe às 19 horas; **AMORA: Matos**, R. 1.º de Maio, lote 1 (T. 2216355). Até às 22 horas; **ARRENTELA: Lusitana**, P. Cândido dos Reis, 10 (T. 2210007). Até às 22 horas; **MONTIJO: União Mutualista**, R. Almirante Reis, 93 (T. 2310035). Até às 22 horas; **MOITA: União Moitense**, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025). Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS: Gusmão**, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020). Até às 19 horas; **ALCOCHETE: Gameiro**, L. António Santos Jorge, 15 (T. 234100). Até às 19 horas; **SETÚBAL: Moreira Martins**, P. Olga Sarmento, 14 (T. 26051). Permanente; **Isabel**, L. Batalha Viso, lote 86 (T. 21679). Permanente; **Brasil**, P. do Brasil, 15 (T. 24788). Até às 22 horas.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS: Almeida Nifo, Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 64 (T. 2112070). Permanente; **LINDA-A-VELHA: Moderna**, Av. 25 de Abril, 30-C (T. 2191235). Até às 19 horas; **TIRES: Guimarães**, L. Duartes, lote A, r/c (T. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABIDECHE: Carvalho**, B. Padre P. Correia, 4 (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA: Luz**, E. Nacional (T. 2850635). Até às 22 horas; **PAÇO DE ARCOS: Trindade Brás**, R. Costa Pinto, 184 (T. 2432034). Até às 22 horas; **OEIRAS: Godinho**, R. Cândido dos Reis, 98 (T. 2430090). Permanente; **CARCAVELOS: Central**, R. 5 de Outubro, 25 (T. 2470037). Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, R. A. Albuquerque, lote B, loja 2 (T. 2470361). Até às 22 horas; **PAREDE: Brandão**, Av. da República, 77-C (T. 2471054). Permanente; **SÃO PEDRO DO ESTORIL: São Pedro**, R. 9 de Abril (T. 2683052). Até às 22 horas; **SASSOEIROS: Amaral Semblano**, Quinta das Encostas (T. 2461312). Até às 22 horas; **BIRRE: Imani**, lote 7-B, Hera (T. 2852121); **MADORNA: Madeira**, R. A (T. 2476326). Até às 22 horas; **AMOREIRA: Abrantes**, Vivenda Maria Carlos Anjos (T. 2682313). Até às 22 horas; **MONTE ESTORIL: Lopes**, R. Hangar, 3 (T. 260008). Até às 22 horas; **CASCAIS: Cordeiro**, Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 40 (T. 280170). Permanente.

LINHA DE SINTRA

AMADORA: Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (T. 974160). Permanente; **Soares Correia**, E. das Águas Livres, Carenque (T. 965517). Permanente; **Helénica**, R. Elias Garcia, 372 (T. 933613). Até às 22 horas; **DAMAIA: Damaia**, P. Alexandre de Gusmão, 9-A (T. 970523). Até às 22 horas; **QUELUZ: Zeller**, R. da República, 83 (T. 950045). Até às 22 horas; **CAMARATE: Flores**, Catujal. Até às 19 horas; **CACÉM: Silva Duarte**, R. Elias Garcia, 167 (T. 9248120). Permanente; **ALGUEIRÃO: Vítor Manuel**, E. de Algueirão, 123. Permanente; **MERCÊS: Claro Russo**, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RINCHOA: Araújo**. Até às 22 horas; **SINTRA: Marrazes**, Estefânia (T. 9230058). Permanente; **COLARES: Abreja** (T. 9290088); **SÃO PEDRO DE SINTRA: Valentim** (T. 9230456). Permanente.

OUTRAS

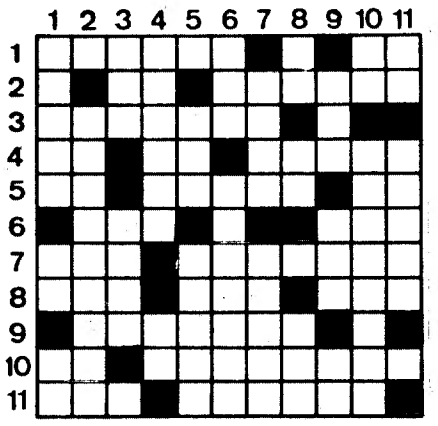
MOSCAVIDE: Santa Bárbara, R. Francisco M. Beato, 75-A (T. 2518918). Permanente; **SACAVÉM: Cortes**, Av. Maria Luísa Braamcamp, 2-A (T. 2519120). Até às 22 horas; **LOURES: Sálvia**, Av. da República, 29 (T. 2531240). Permanente.

PALAVRAS CRUZADAS

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 14 400

HORIZONTAIS:

1 Filhos. Conjunção. Ruim.
2 Zomba. Namoro.
3 Preparasse com ópio.
4 Crómio (s.q). Batráquio. Repousa.
5 Interjeição brasileira. Macacos americanos. Aritgo definido (ant).
6 Conjunção. Naquele lugar.
7 Felicidade. Género de peixes do Brasil, de dentes anavalhados e mordidura perigosa.
8 Camareira. Ergue. Preposição e artigo (pl).
9 Eliminara.
10 O sono das crianças. Remediasses.
11 Abreviatura de Santíssimo Sacramento. Novelais.



VERTICAIS:

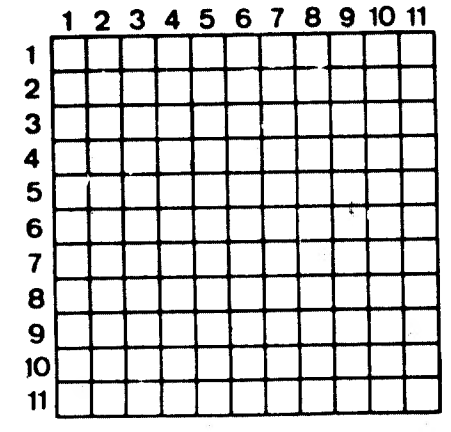
1 Floco. Bário (s.q). Artigo definido.
2 Primitivos.
3 Cantão da Suíça. Estimai.
4 Mitra com três coroas que o Papa usa em certas cerimónias. Abreviatura de Santíssimo.
5 Sadio. Bicar.
6 Sadias. Camponesa.
7 Terror. Invulgares.
8 Acrescentando uma consoante é o nome do aventureiro francês que apareceu vestido de mulher na corte da czarina Isabel. Artigo definido. Pega.
9 Raer. Nome de mulher. Nota musical.
10 Pronome pessoal. Mais bom.
11 Campeão. Profeta judeu no tempo de Acab e de Jezabel.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 14 240

HORIZONTAIS:

1 Freguesia de Sabrosa.
2 Freguesia do concelho de Arouca. Tecido de lá grosseiro.
3 Idem. Ofereças. Paixão.
4 Vê. Cento e um em romano. Ilha do rio Uruguai que forma fronteira entre o rio Grande do Sul e a Argentina.
5 Folgazão. Freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis.
6 Apelide. O mais. Preposição e artigo.
7 Domesticada. Pedra preciosa, transparente de cor vermelha.
8 Inventai. Batráquio.
9 O Diabo. Arsénio (s.q). Nome dado a vários reis lendários da Dinamarca.
10 Reunimos em maço. Medida japonesa igual a dois decilitros.
11 Nome de mulher. Porto de Benim.



VERTICAIS:

1 Freguesia do concelho de Arcos de Valdevez.
2 Pacato. Estima.
3 Pátria de Abraão. Restringir.
4 Aguardente de cereais, que se consome principalmente na URSS. De um ano.
5 Diz-se do porco chegado à idade de engorda.
6 Prendiam com elos.
7 Hâfnio (s.q). Guarneceu de asas.
8 Espécie de arrraia da Amazónia. Nota musical.
9 Disfarçou.
10 Ecoa. Cidade de Portugal.
11 Rio de Itália.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 14 399

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 QUEM. NÃO. Ga.	1 Qui. TEM. CÃO.
2 Ulm. Cabeça.	2 Ulo. Imolo.
3 Io. Nada. Ata.	3 Em. Britaram.
4 Baçal. Bom.	4 Naná. Gas.
5 Tornado.	5 Caça. COM.
6 Ia. Os. Nós.	6 Nadadora. Ar.
7 Mit. Cr. Seis.	7 Abalos. Riga.
8 Magoar.	8 Oé! Ao.
9 Coram. Aar.	9 Cabanelas.
10 Alas. Agasta.	10 GATO. Oi! Até.
11 Oom. Grão. Em.	11 Amassaram.

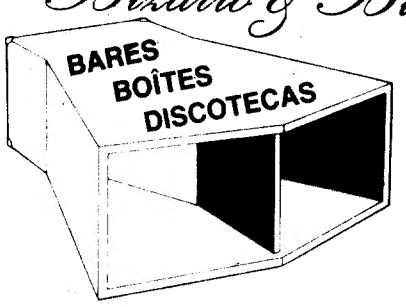
PROVÉRBIO: Quem não tem cão caça com gato.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 14 239

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Carmona. Cai.	1 Catalunha.
2 Avio. Aporta.	2 Avaro. Rio.
3 Ta! Revisar.	3 Ri. Atapetar.
4 Arad. Ato. AC.	4 Morder.
5 Lote. La. Aço.	5 Resto.
6 Ar. Hio. Ar.	6 Navalho. Are.
7 Rosa. Dá.	7 Apitais. Per.
8 Ele. Og.	8 Oso. Oaio.
9 Art. Sapos.	9 Cra. SSS.
10 Ia. Tre. Sim.	10 Atracado.
11 Corroeras.	11 Ia. Coragem.

VIVEIROS PRÓPRIOS
MARISCOS SEMPRE FRESCOS
Especialidades da casa:
CALDEIRADA DE LAGOSTA À MARINHEIRA
COZINHA MINHOTA
R. PORTAS DE STº ANTÃO, 37
TELEFONE: 32 39 95
NO CORAÇÃO DA BAIXA POMBALINA

Bizarro & Bizarro



SISTEMAS ACÚSTICOS
Rua Marquesa de Alorna, 34-B — 1700 LISBOA
Telf.: 80 63 77

COMUNA - TEATRO DE PESQUISA
NO ESPAÇO DO CAFE-TEATRO EXITO
pó de palco
NOVO HORARIO
sextas às 22 h
sabados às 23.30h
"...um espectaculo fora de série." D.L.
praça de espanha · tel. 72 08 18

Antena Um

16.00: Musicomania; **17.50**: Informação regional; **18.05**: A gaita dos sete foles; **19.00**: Informação e música; **20.00**: Musical; **20.20**: No estúdio e no estádio; **20.30**: A voa da solidariedade; **21.00**: Movimento; **21.30**: Noites de luar; **23.30**: Último jornal. Noticiários a todas as horas.

Programa 2

16.00: Música do século XX; **16.30**: Solos de instrumentos; **16.45**: Trechos de óperas, de Donizetti; **17.00**: Ciclo Beethoven; **17.30**: Suite de danças, segundo Couperin, de Richard Strauss; **18.00**: Uma poesia, de Alexandre O'Neil; **18.05**: Música vocal; **18.40**: Música de tecla; **19.00**: Música, de Brahms; **19.30**: Memórias das palavras; **20.00**: Música de câmara; **20.15**: «Collectici Intim», de Narciso Yepes; **20.40**: «Marcha Fúnebre», da sinfonia n.º 3, em mi bemol maior, de Beethoven; **21.00**: Antologia dos músicos portugueses; **22.30**: O gosto pela música; **23.00**: Intercâmbio musical; **01.00**: Fecho. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL
Onda Média (283, 290 e 397 m)

14.00: Matinée; **17.00**: Rápido das cinco; **19.00**: Futebol Clube do Porto; **20.00**: Conta corrente; **21.00**: Quando o telefone toca; **22.00**: Portugal e a CEE; **22.15**: Programas religiosos; **22.30**: Tempo de desporto; **23.00**: 24.ª hora; **01.00**: O passageiro da noite; **02.00**: No calor da noite. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: O vapor; **16.00**: O som da frente; **17.00**: Ondas luisianas; **18.00**: Círculo em FM; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Nova geração; **21.00**: Jazzofone; **22.00**: Café concerto; **24.00**: Dois pontos; **02.00**: No calor da noite. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA
Onda Média

15.00: Meia-tarde; **16.00**: Rua Capelo; **18.00**: Jornal das regiões; **18.30**: Transmissão do terço; **19.30**: Memorando; **20.00**: Programa da LARR; **20.30**: Universidade na Rádio; **21.00**: Horizonte; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Diário do desporto; **23.00**: Clube dos coleccionadores; **24.00**: Sessão da meia-noite; **02.00**: Estação de serviço.

FM-Estéreo

15.00; Estaminé do ritmo; **16.00**: A cor do som; **18.00**: Entre-Campos; **19.30**: Transmissão do terço; **20.00**: Serrade estrelas; **21.00**: Porto belo; **22.00**: Oceano Pacífico; **24.00**: Último metro; **02.00**: Estação de serviço. Noticiários a todas as horas.

TELEVISÃO

RTP 1

18.15 — Notícias»

18.20 — «Tempo dos mais Novos»

Logo após as primeiras notícias do dia, a emissão abre tempo de antena aos mais «putos». Exibição neste espaço de episódios das séries «O Carteiro Pat», «Oum, o Golfinho Branco» e «Yakari».

19.00 — «Teleregiões»

Os problemas de grande e pequeno porte das comunidades do país, quase sempre mal trabalhados, mas ainda assim consagrando um dos escassos espaços dedicados ao chamado «país real».

19.20 — «Música da América»

A fórmula é simples e de eficácia garantida: Jaime Fernandes, conhecedor do seu ofício, garante o fluxo de filmes — nem sempre em bom estado de conservação ou de actualidade comprovada — da «big» América, enquadrando-os com textos da sua autoria. O resultado é uma interessante aproximação às formas de expressão musical de raiz popular (no sentido que a abordagem musical dá ao conceito) que se produzem naquele país. Um programa que vale a pena não deixar passar em claro.

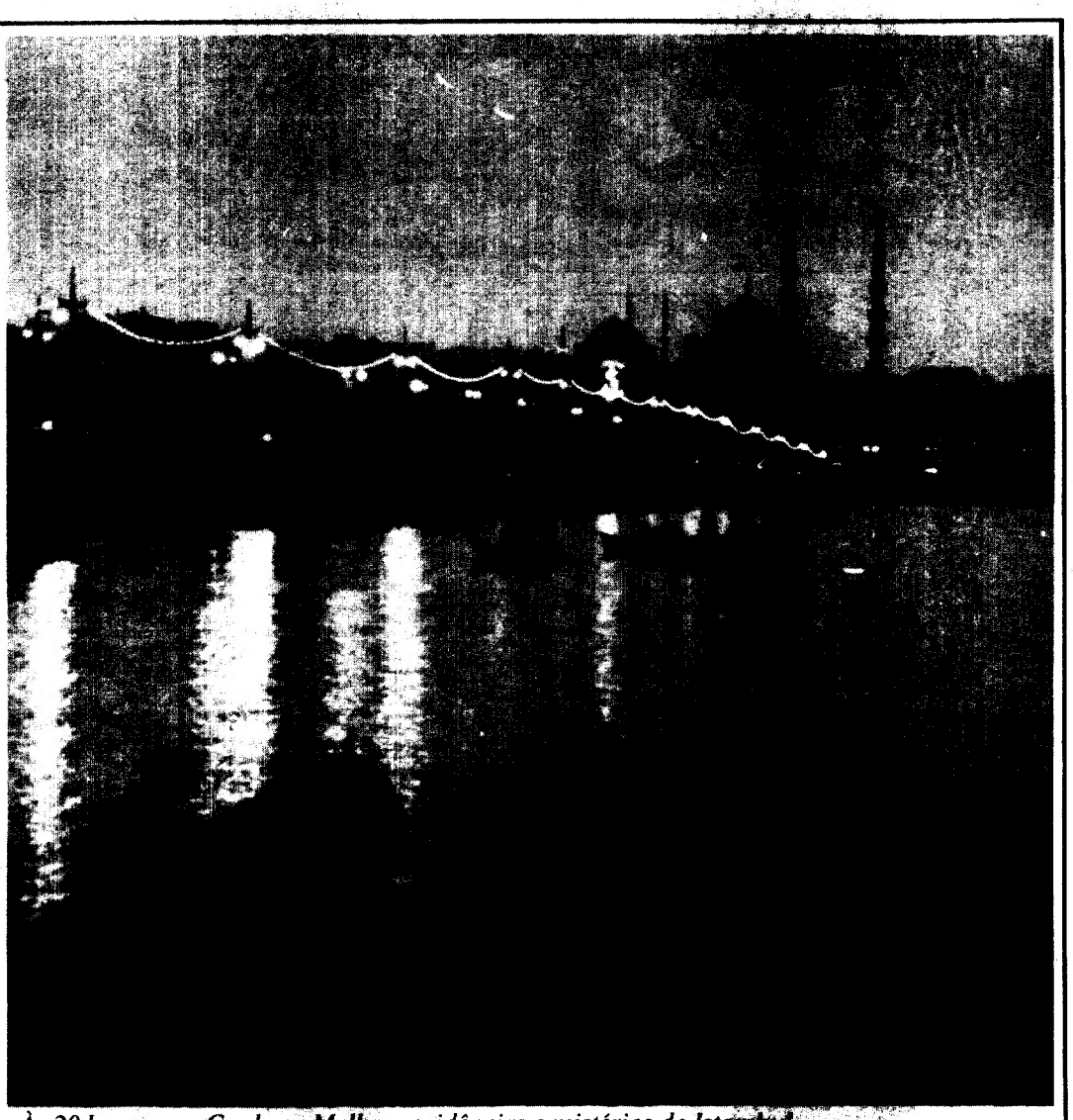
20.00 — «Telejornal»

20.30 — «O Tempo»

A chuva e o sol, o calor e o frio, o vento e a bonança, tudo o que precisamos de saber sobre o tempo que amanhã vai fazer, pelos especialistas do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

20.35 — «Chuva na Areia»

Peralta reúne os seus homens de confiança na taberna do Leopoldo e mando-os espancar Manganão. Odete faz uma visita ao marido no posto da guarda e pergunta-lhe de novo se a ama. Este, desconfiando de um novo jogo da mulher, procura iludir a resposta. Silva aparece de novo em Vila Nova da Galé para grande alegria de Nunes e algum desgosto de Antunes. Amélia surpreende os amigos transportando o marido numa cadeira de rodas. Na sala de reuniões da Câmara decorre uma reunião com os elementos mais representativos da Vila. O presidente depois de um longo discurso anuncia uma decisão tomado por si, que transformará o futuro de Vila Nova — trata-se da criação de um rancho folclórico. Inês Fontes e Herculano Carvalho aguardam a chegada do casal de amigos comuns, enquanto estrreitam a sua própria relação de amizade.



Às 20 horas, em Conheça Melhor: evidências e mistérios de Istambul

21.10 — «Actual»

Um programa liderado, de modo pouco convincente, por Margarida Marante, quase sempre um enigma até à última hora. E hoje, qual será o tema?...

Ileana Cotrubas: «La Millième Nuit»

Robert Blake em «Forças em conflito»

...E evidentemente, o incomensurável tele-romance

22.05 — «Forças em Conflito»

Realizado por Michael Newell, com Robert Blake e Cotter Smith nos principais papéis, arranca esta noite mais um «enlatado» de origem norte-americana. O tema, grandioso, é mesmo à moda dos «States» e promete satisfazer quanto mais não seja, os viciados do pequeno écran: Bob Kennedy «versus» Jimmy Hoffa. Do primeiro, sabe-se quem é e o que fez, não havendo mais nada a acrescentar. O segundo é o «homem pobre» que vai trepando pela escada do êxito, até se tornar chefe dos sindicatos americanos. O que vem depois, é o que ficará a saber se poisar no primeiro canal da RTP. Hoje e durante mais três semanas.

23.10 — «Últimas Notícias»

RTP 2

19.30 — «Desenhos Animados»

Quase em cima de programa de características semelhantes — isso é muito mal feito, o retepé — no ar no primeiro canal, a RTP-2 propõe aos mais novos «O Grupo do Urso Cabeludo» e «Musti».

20.00 — «Conheça Melhor»

Esta noite, a Istambul das mil e uma noites, ou dos pesadelos da ditadura militar? A Istambul dos postais ilustrados turísticos, ou a das miseráveis condições de vida dos turcos? A informação televisiva fala de Istambul com as suas gentes e os seus costumes tradicionais...

20.30 — «La Millième Nuit»

Segunda parte de um programa que tem para oferecer árias das óperas «Barbeiro de Sevilha», «Elixir do Amor» e «O Aprendiz de Feiticeiro», pela Orquestra Filarmónica de Monte Carlo, sob a direcção do maestro Lawrence Foster. Interpreteam Gabriel Bacquer, Ileana Cotrubas e Rita Streicht, e os solistas Leland Chen, Alexandre Lagoya, Emma Johnson e Gary Kart.

21.30 — «A Sucessora»

Miguel e Adélia chegam à fazenda. Dona Emília pergunta por Marina. Miguel aconselha Dona Emília a procurar um médico no Rio, pois está preocupado com o seu aspecto. Adélio diz a Miguel que decidiu vender as terras. Roberto vai a Petrópolis com Lúcia. Marina fica sozinha com Ondina em casa. Lopes chega à fazenda com Mme. Sanchez. António sai para passear com Isabel e mostra-lhe o Rio de Janeiro. Marina e Ondina encontram, no sótão, o baú com pertences de Alice.

22.15 — «Jornal da Noite»

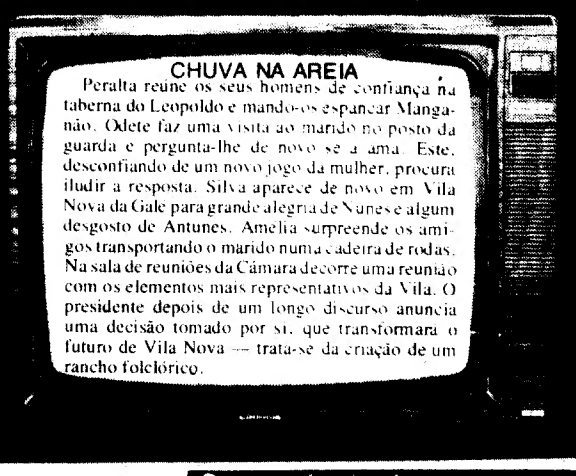
A MELHOR ASSISTÊNCIA AO SEU TELEVISOR E VÍDEO
GARANTIMOS RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
ESTAÇÃO DE SERVIÇO PERMANENTE
T. 88 27 86 — 89 98 26
Av. S. João de Deus, 11 B • R. de Macau, 8-1 LISBOA

FREGUESIA DAS MERCÊS
(BAIRRO ALTO — LISBOA)

Precisa-se só até Agosto, andar ou vivenda com um mínimo 200 m², cozinha e casas de banho.

RESPOSTA, URGENTE, A ESTE JORNAL AO N.º 5301.

GRUNDIG a segurança de um grande nome
seleccionou para si...
RTP 1 — 22.05 «Forças em Conflito»
RTP 2 — 20.30 «La Millième Nuit»
Assistência Técnica Grundig
NACIONAL RÁDIO
Rua Bento Jesus Caraça, 17 Cruz Quebrada Telef. 2112871



PORTE PAGO
Fundador Joaquim Manso
DL
Director A. Ruella Ramos
Director adjunto Fernando Piteira Santos
DEPÓSITO LEGAL: 1486/82

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.43	**4,0 m**	11.22	**1,0 m**
18.04	**4,0 m**	23.48	**1,1 m**
		Dia 10	
6.32	**3,7 m**		
18.55	**3,7 m**	12.09	**1,4 m**

TEMPERATURAS DO AR ÀS 6 HORAS:

BRAGANÇA	3º
VIANA DO CASTELO	7º
VILA REAL	5º
PORTO	10º
COIMBRA	7º
CABO CARVOEIRO	12º
PORTALEGRE	5º
LISBOA	8º
ÉVORA	7º
BEJA	6º
FARO	8º
SAGRES	10º
PONTA DELGADA	12º

Lei da Rádio votada hoje no Parlamento

Duas propostas de lei do Governo e um projecto de deputados da maioria sobre a Lei da Rádio e o licenciamento de rádios livres são hoje postas à votação na Assembleia da República. As propostas prevêem que o Governo possa autorizar a criação de emissoras de rádio locais ou regionais e explica os objectivos que devem ter tanto as emissoras privadas como as do Estado. As propostas apontam ainda para que o cumprimento da lei pelas várias emissoras seja fiscalizado por um Conselho da Rádio, organismo a criar e composto, nomeadamente, por representantes de vários departamentos do Governo, do Parlamento e das empresas e empregados do sector.

Os diplomas deverão ser aprovados na generalidade, baixando depois à respectiva comissão parlamentar para apreciação na especialidade. No período antes da ordem do dia, estão previstos debates sobre um projecto que visa estender ao Porto, algumas regalias das «Repúblicas» de Coimbra e também sobre dois diplomas relativos às autarquias.

Remunerações dos políticos já se encontram em vigor

O estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos entrou hoje em vigor com efeitos retroactivos desde 1 de Janeiro. O diploma, que foi vetado por Ramalho Eanes e depois aprovado em segunda votação parlamentar, estabelece as remunerações do Presidente da República, membros do Governo, deputados, ministros da República para as regiões autónomas, membros do Conselho de Estado e juízes do Tribunal Constitucional.

A lei, subscrita por Fernando Amaral, Ramalho Eanes e Rui Machete estabelece regras sobre ajudas de custo, residências oficiais, vencimentos, subvenções vitalícias e uso de viaturas oficiais, e define o regime de atribuição de subvenções mensais vitalícias aos titulares de cargos políticos. Segundo o estipulado, membros do Governo, deputados e juízes do Tribunal Constitucional têm direito a um vencimento vitalício desde que tenham exercido os cargos durante pelo menos oito anos, consecutivos ou interpoladas.

ANOP recebe 100 mil contos do Governo

O Governo vai conceder à ANOP 100 mil contos para satisfação e liquidação do seu passivo, segundo consta de um despacho conjunto da presidência do Conselho de Ministros e do Ministério das Finanças e do Plano. A dívida daquela agência noticiosa do sector público estatal, ascende a mais de 95 mil contos, refere o despacho, que acrescenta, «revestirem-se elas ainda de maior gravidade pelo montante e, até pelo reflexo negativo que projectam sobre o funcionamento da ANOP, as dívidas para com as agências noticiosas estrangeiras e o sector público empresarial».

Tendo em conta isso, o capital estatutário daquela empresa pública passa a ser de 158 875 contos, dos quais 100 mil serão a realizar por dotação financeira do Estado. Se for caso disso, Estado aumentará o capital estaturio da ANOP em 1986 e 1987, com a finalidade de assegurar condições financeiras normais para o seu funcionamento, anuncia ainda o despacho.

Dois "Setes de Ouro" para o Trovante

1984 foi já considerado como um «ano grande» para o Trovante. O título acaba agora de ser confirmado pela atribuição de dois «Setes de Ouro» pelo melhor disco de 1984 e o melhor grupo de música popular durante o mesmo período. Significativamente foi o ano, que agora pertence já ao passado, a dar o nome ao último LP do grupo, como foi ele também o tempo da conquista decisiva do público da capital: entre o Coliseu e o Alto da Ajuda, o Trovante, nos seus oito anos de vida, tirou a prova dos nove. Agora, em 1985, e já a pensar no ano que vem, o grupo prepara a edição dos seus «tops» no brasil, bem como o seu décimo aniversáio.

/D/E/C/A/R/A/S/

■ **BRIGITTE BARDOT,** agora com 50 anos, foi nomeada cavaleiro da Legião de Honra francesa pelos seus «36 anos de actividade cinematográfica.»

A actriz retirou-se do cinema em 1973 e a sua principal actividade pública desde então tem sido a defesa dos direitos dos animais.

Ao mesmo tempo, a Imprensa francesa noticia que a actriz vai processar o cantor Sacha Distel pela divulgação de pormenores íntimos sobre a vida em conjunto dos dois no príncipio dos anos 60.

O advogado, Gilles Dreyfus, tenciona pedir 150.000 francos (cerca de 2.700 contos) de indemnização por danos.

■ **JOSEPH PULITZER,** a quem se deve a atribuição dos prémios e bolsas com o seu nome, nasceu em Mako, na Hungria, a 10 de Abril de 1847 e morreu em Charleston (Carolina do Sul, EUA) em 1911.

Pulitzer emigrou aos 17 anos para os Estados Unidos, onde combateu, pelo Exército federal, na Guerra da Secessão, após o que se fixou na cidade de St. Louis.

■ **SEBASTIÃO ARTUR CARDOSO DA GAMA** nasceu em Vila Nogueira de Azeitão, em 10 de Abril de 1924, e, após curta mas intensa existência, faleceu em Lisboa no dia 7 de Fevereiro de 1952.

Licenciado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Sebastião da Gama leccionou, durante dois anos, na Escola Industrial e Comercial de Estremoz, actividade que exerceu com um fervor e uma simpatia fraternal de tal modo sentidas que lhe mereceram a seguinte frase inserta no «Diário», publicado postumamente, em 1958: «Bendito seja Deus que me fez professor.»

■ **FRANCIS BACON,** o filósofo, ensaísta e historiador inglês, autor do «Novum Organon», portador de uma nova filosofia e de uma nova lógica, nasceu em Londres em 1561 e morreu na capital inglesa a 9 de Abril de 1626.

Formado em direito pela Universidade de Cambridge, foi eleito membro do Parlamento em 1584. Já nos fins do século XVI publicou os seus «Essays» e em 1605 deu à estampa o «Advancement of learning», livro que reviu e aumentou, imprimindo-o em 1622, com o título «De augementis scientrum».

Em 1620 publica a sua obra máxima, o «Novum Organon» e deixa, para publicação póstuma, o «New Atlantis».

Em «Novum Organon», Bacon vira-se para o estudo empírico da natureza, abandonando a consistência formal da lógica silogística dedutiva.

A importância do trabalho de Bacon liga-se, nomeadamente, com o seu papel de anunciador da era científica.

■ **STANLEY HO,** o empresário de Macau que tem vindo a interessar-se pelo mercado português, foi agraciado pelo Grão Mestrado de Magistério da Ordem do Santo Sepulcro da Igreja Liberal Ortodoxa de Atenas.

Um dos grandes empresários do Extremo Oriente e administrador delegado da Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, Stanley Ho está ligado a Portugal por laços familiares e empresa-

■ **ROBERT DE NIRO** vai ser dirigido por Roland Joffe, realizador de «Terra Sangrenta», em «The Mission».

Filmado na Colômbia, o filme tem produção de David Puttnam («Terra Sangrenta») e guião, de Robert Bolt, o homem que adaptou para o cinema «Lawrence da Arábia» e «Doutor Jivago».

Taluda do Natal 240 mil contos

A «taluda» do Natal deste ano será de 240 mil contos — revela o plano da lotaria extraordinária a realizar a 19 de Dezembro.

«Trata-se do maior prémio de sempre da história da Lotaria Nacional» — disse à NP o seu director, António Branquinho.

A «lotaria do Natal» de 1984 tinha uma «taluda» de 200 mil contos. «Até agora temos conseguido que o primeiro prémio da lotaria de Natal seja sempre maior do que o do ano anterior mas não sabemos se isso poderá continuar a ser possível, dada a crise económica do País e a concorrência com outros sistemas legais de apostas».

A «lotaria do Natal» terá uma emissão de 180 mil bilhetes ao preço de 17 contos cada, divididos em vigésimos de 850 escudos cada.

A «lotaria do fim de ano» terá um primeiro prémio de 140 mil contos, com a emissão de 95 mil bilhetes ao preço de 11.900 escudos, divididos em 1/44 a 850 escudos. A roda anda a 27 de Dezembro.

As «lotarias da República», a 3 de Outubro, e «lotaria comemorativa do 202 aniversário da Lotaria Nacional» são extraordinárias, com taludas de 78 mil contos cada.

Para cada uma destas duas lotarias extraordinárias haverá uma emissão de 78 mil bilhetes ao preço de 7.200 escudos, divididos em duodécimos a 600 escudos.

Também a «lotaria da Padroeira», a realizar em 5 de Dezembro, tem um primeiro prémio de 78 mil contos. Haverá 78 mil bilhetes ao preço de 7.200 escudos, divididos em duodécimos a 600 escudos.

As «lotarias especiais de Outubro», a 10 de Outubro, «lotaria do Outono», a 31 de Outubro, «primeira lotaria especial de Novembro», a 14 de Novembro, e «segunda lotaria especial de Novembro», a 28 de Dezembro, terão primeiros prémios no valor de 60 mil contos.

Serão emitidos para cada uma das lotarias 78 mil bilhetes ao preço de 6 contos, divididos em duodécimos a 500 escudos.

As extracções a realizar nos dias 17 e 24 de Outubro e 21 de Novembro terão primeiros prémios de 42 mil contos e serão emitidos para cada uma 80 mil bilhetes, ao preço de 3.600 escudos, divididos em duodécimos a 300 escudos.

Segundo apurou a NP, a Lotaria Nacional distribuiu em 1984 um total de 11 milhões 395.920 contos.